

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**MINERAÇÃO E CULTURA POLÍTICA: CONFIANÇA INSTITUCIONAL
E INTERPESSOAL APÓS GRANDES DESASTRES AMBIENTAIS**

Luís Felipe Fachini – 332019

Porto Alegre - RS

2023.

LUÍS FELIPE FACHINI DE OLIVEIRA

**MINERAÇÃO E CULTURA POLÍTICA: CONFIANÇA INSTITUCIONAL
E INTERPESSOAL APÓS GRANDES DESASTRES AMBIENTAIS**

Trabalho de dissertação apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

Orientador: Dr. Luís Gustavo Mello Grohmann

Porto Alegre - RS

2023.

CIP - Catalogação na Publicação

Fachini, Luis Felipe
MINERAÇÃO E CULTURA POLÍTICA: CONFIANÇA
INSTITUCIONAL E INTERPESSOAL APÓS GRANDES DESASTRES
AMBIENTAIS / Luis Felipe Fachini. -- 2023.
185 f.
Orientador: Luis Gustavo Mello Grohmann.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Cultura Política. 2. Confiança Institucional e
Interpessoal após o rompimento da Barragem do Fundão.
3. Mineração. 4. Confiança nas Instituições. 5.
Confiança Interpessoal. I. Grohmann, Luis Gustavo
Mello, orient. II. Título.

LUÍS FELIPE FACHINI DE OLIVEIRA

**MINERAÇÃO E CULTURA POLÍTICA: CONFIANÇA INSTITUCIONAL
E INTERPESSOAL APÓS GRANDES DESASTRES AMBIENTAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial à obtenção do título Mestre em Ciência Política

Dissertação apresentada em: 12 de setembro de 2023

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luís Gustavo Mello Grohmann – PPGCP/UFRGS (orientador)

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González – PPGCP/UFRGS

Profa. Dra. Jennifer Azambuja de Moraes - PPGCP-UFRGS

Prof. Dr. Hemerson Luiz Pase – IFSP - UFPEL

AGRADECIMENTOS

É com muita emoção e gratidão que escrevo estas palavras, e ao concluir esta jornada acadêmica, não posso deixar de reconhecer e agradecer a todos aqueles que contribuíram de maneira significativa para a realização deste trabalho.

Primeiramente, gostaria de expressar minha sincera gratidão e respeito ao meu orientador Professor Doutor Luis Gustavo Mello Grohmann, cuja orientação, conhecimento e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo, me incentivando e iluminando os caminhos necessários para que os objetivos desta pesquisa fossem alcançados.

Também gostaria de agradecer a Professora Doutora Jennifer Azambuja de Moraes, pois foi a partir de sua dissertação de mestrado que eu tive a certeza de que poderia ser possível empreender esse estudo e dificilmente eu estaria aqui hoje se não fosse por sua pesquisa. Neste sentido, deixo meu profundo agradecimento por todo suporte e carinho neste processo.

Agradeço ao Professor Doutor Rodrigo Stumpf González, que me ajudou com ótimas conversas e recomendações de leitura, sempre se mostrando solícito e disposto a auxiliar os docentes do PPG. O seu texto sobre avaliação de impacto de grandes empreendimentos deixou marcante contribuição para o desencadeamento desta pesquisa.

Também expressei minha absoluta gratidão à banca de avaliação, composta pelos(as) professores(as) Rodrigo González, Jennifer Azambuja e Hemerson Pase, pois, para mim, é uma honra que analisem e julguem este trabalho. Suas críticas e apreciações contribuirão imensamente para aprimorar este estudo e torná-lo mais robusto.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade e pelo apoio concedido ao longo de todo o programa de mestrado. Agradeço aos professores e funcionários que contribuíram para o meu aprendizado, fornecendo as bases sólidas para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Por fim, expressei minha gratidão aos meus pais, que não estão mais entre nós, mas cujo gestos de carinho, compreensão e ensinamentos me deram forças para enfrentar as adversidades da vida e persistir em busca dos meus objetivos, pelo caminho dos estudos. E, ao falar sobre família, não posso me esquecer de manifestar o meu profundo agradecimento para Caroline Oliveira Neves, minha parceira de amor e de vida, que me ensinou muito sobre o fazer científico e me aturou nos grandes momentos de dificuldade.

Espero que este trabalho seja uma pequena contribuição para o avanço do conhecimento em nossa área de estudo. Muito obrigado a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta jornada e tornaram possível a realização deste sonho.

LIRA ITABIRANA

I

O Rio? É doce.

A Vale? Amarga.

Ai, antes fosse

Mais leve a carga.

II

Entre estatais

E multinacionais,

Quantos ais!

III

A dívida interna.

A dívida externa

A dívida eterna.

IV

Quantas toneladas exportamos

De ferro?

Quantas lágrimas disfarçamos

Sem berro?

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A presente dissertação busca estudar padrões de confiança institucional e interpessoal no município de Mariana-MG após o rompimento da Barragem do Fundão. O trabalho fundamenta-se em estudos teóricos sobre a Cultura Política, que se mostram relevantes para a construção de entendimento dos conceitos de Capital Social e Confiança enquanto elementos essenciais para a análise e descrições dos fenômenos sociais presentes na região. Com base em pesquisas desenvolvidas dentro da supracitada vertente teórica e em dados disponibilizados pelo World Values Survey e Latinobarômetro, constatou-se que a sociedade brasileira apresenta altos índices de desconfiança, embasando os pressupostos teóricos e argumentativos deste estudo. Neste sentido, questiona-se *como se manifestam as características que envolvem padrões de confiança institucional e interpessoal, após desastres ambientais*. Os objetivos específicos consistem em *a) traçar aspectos gerais sobre o conceito de cultura política, capital social e confiança; b) delinear as características sócio-históricas que culminaram na formação município estudado, investigando sua relação com as atividades de mineração e c) partir da conjuntura social local após o desastre, auferindo melhor compreensão da sua relação com os dados coletados e com as especificidades que podem impactar negativamente nos padrões de confiança dos habitantes*. Metodologicamente, a pesquisa consistiu em revisão bibliográfica, pesquisa de campo empírica e entrevistas qualitativas estruturadas com gestores e secretários municipais. Os resultados revelaram que o rompimento da barragem provocou impactos ambientais, econômicos, sociais, culturais e políticos, os quais intensificaram um cenário pré-existente de desconfiança tanto nas instituições quanto nas relações interpessoais em Mariana. Partindo dessa análise, o estudo conclui que a crise gerada pelo desastre provocou questionamentos em relação às atividades de mineração no município, agravando ainda mais os padrões de desconfiança já presentes na comunidade. Esses resultados apontam para a importância de se avaliar os impactos de grandes empreendimentos sob uma lente de análise que transcenda fatores puramente econômicos, levando em conta as externalidades concretas bem como aspectos sociais, políticos e culturais que transpassam as populações inseridas nestes contextos

Palavras-chave: confiança institucional, confiança interpessoal, cultura política, rompimento da barragem, Mariana-MG.

ABSTRACT

The present dissertation seeks to study patterns of institutional and interpersonal trust in the municipality of Mariana-MG after the rupture of the Fundão Dam. The work is based on theoretical studies on Political Culture, which are relevant for building an understanding of the concepts of Social Capital and Trust as essential elements for the analysis and description of the social phenomena present in the region. Based on research carried out within the aforementioned theoretical framework and on data provided by the World Values Survey and Latinobarometer, it was found that Brazilian society has high levels of distrust, supporting the theoretical and argumentative assumptions of this study. In this sense, it is questioned how the characteristics that involve patterns of institutional and interpersonal trust manifest themselves after environmental disasters. The specific objectives consist of a) outlining general aspects of the concept of political culture, social capital and trust; b) outline the socio-historical characteristics that culminated in the formation of the municipality studied, investigating its relationship with mining activities and c) starting from the local social situation after the disaster, gaining a better understanding of its relationship with the data collected and with the specificities that may negatively impact on the confidence standards of the inhabitants. Methodologically, the research consisted of a bibliographic review, empirical field research and structured qualitative interviews with municipal managers and secretaries. The results revealed that the dam failure caused environmental, economic, social, cultural and political impacts, which intensified a pre-existing scenario of mistrust both in institutions and in interpersonal relationships in Mariana. Based on this analysis, the study concludes that the crisis generated by the disaster provoked questions regarding mining activities in the municipality, further aggravating the patterns of mistrust already present in the community. These results point to the importance of evaluating the impacts of large enterprises under an analytical lens that transcends purely economic factors, taking into account concrete externalities as well as social, political and cultural aspects that permeate the populations inserted in these contexts.

Keywords: Institutional Trust, Interpersonal Trust, Political Culture, Mining Dam, Mariana-MG.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Adesão ao regime democrático no Brasil – 1995 a 2017.....	43
GRÁFICO 2 – Satisfação com o regime democrático – 1995 a 2017.....	44
GRÁFICO 3 – Confiança nas instituições – 1995 a 2018.....	45
GRÁFICO 4 – Grau de importância e adesão democrática – 1997 a 2018.....	46
GRÁFICO 5 – Índice de confiança interpessoal – 1991 a 2018.....	47
GRÁFICO 6 – Confiança nas instituições políticas – 1991 a 2018.....	48
GRÁFICO 7 – Confiança nas instituições políticas – 1997 a 2018.....	49
GRÁFICO 8 – PIB <i>Per Capita</i> : Mariana-MG e Brasil.....	74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PIB <i>per capita</i> e variação percentual.....	73
TABELA 2 – PIB <i>Per Capita</i> : Mariana-MG e Brasil.....	74

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Linha do tempo político de Mariana-MG.....	83
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. CULTURA POLÍTICA, CAPITAL SOCIAL E CONFIANÇA.....	23
1.1 Aspectos gerais sobre Capital Social.....	29
1.2 Aspectos gerais sobre Confiança.....	35
1.3 (Des)confiança: confiança interpessoal e institucional.....	39
1.4 (Des)confiança: observações sobre o caso brasileiro.....	41
1.5 Dados do Consórcio Latinobarômetro.....	43
1.6 Pesquisas World Values Survey.....	45
1.7 Dados sobre confiança institucional.....	47
1.8 Variáveis Explicativas.....	49
2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA NAÇÃO BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS EM MINAS GERAIS E MARIANA	54
2.2 Construção e desenvolvimento histórico, social e econômico de Mariana.....	66
2.2 Conjuntura atual de Mariana-MG.....	70
3. ANÁLISES DE CAMPO: UMA PERSPECTIVA PRÁTICA.....	78
4. CONCLUSÕES.....	97
5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103
6. ANEXO 1.....	111
6.1 Fotos.....	111
7. ANEXO 2.....	126
7.1 Transcrições das entrevistas.....	126

INTRODUÇÃO

Algumas produções em Ciência Política, recorrentemente se empenham no sentido de entender as nuances que envolvem as condutas dos atores sociais, pois compreender sobre o comportamento coletivo é pertinente aos que se interessam pelas formas de funcionamento e manutenção de regimes democráticos (CASTRO, 1992). Neste sentido, muitos pesquisadores têm empreendido esforços teóricos e metodológicos para fornecerem uma compreensão mais clara sobre as inter-relações dadas entre as facetas do comportamento humano e o universo dos fenômenos políticos/sociais (BORBA, 2005).

As análises que permeiam este campo, materializam-se por meio dos estudos sobre comportamento político, e também mostraram-se responsáveis por capilarizar algumas problemáticas acerca dos fenômenos sociais que interferem em processos institucionais. Tal fato, possibilita sugerir que pesquisas político-comportamentais se apresentam como áreas de relevante contribuição para o desenvolvimento da Ciência Política enquanto área de conhecimento.

Avançando na discussão proposta, as noções teóricas desenvolvidas acerca das atitudes sociais surgem com pertinência, alicerçando o debate posto. Segundo Bizer (2004), as atitudes exercem relevante atuação na vida cotidiana das pessoas. Muito utilizada na psicologia, sua terminologia costuma estar relacionada com os padrões de preferências ou rejeições adotados pelos indivíduos de determinada sociedade (BIZER, 2004). Portanto, a formação das atitudes abrange diferentes referências que perpassam por aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais da natureza humana (BIZER, 2004). Em outras palavras, a formação das atitudes individuais está relacionada com aspectos que envolvem a própria subjetividade do sujeito, em relação com o seu pertencimento a determinado grupo social.

Estudos sugerem que as atitudes humanas orientam distintos tipos de comportamentos sociais, logo, as condutas individuais e coletivas, na sua relação com os objetos políticos, nortearão as diferentes formas de comportamento político de uma sociedade (ALMOND, VERBA, 1989). A intenção com este argumento é evidenciar que as noções que envolvem o que é político, inevitavelmente, também são noções comportamentais (JAROS, 1974). Seguindo por este caminho, entende-se que o comportamento político pode e deve ser analisado através de perspectivas que ultrapassem a dimensão formal do voto, engendrando elementos da natureza humana que se relacionam com aspectos culturais, sociais, políticos, geográficos e econômicos. Ou seja, o processo eleitoral por si só não garante que os agentes sociais confiem espontaneamente nas instituições políticas ou se sintam representados por elas, pois a confiança

institucional está relacionada à qualidade do debate político refletido através da cultura política de uma sociedade (BAQUERO, CASTRO, RANINCHESKI, 2016).

Neste caminho, o conceito de cultura política tem se firmado com legitimidade, enquanto uma importante ferramenta analítica, buscando construir maior entendimento das assimetrias existentes entre os diferentes tipos de sistemas políticos, apoiando-se no positivismo científico e nas proposições empíricas (ALMOND, VERBA, 1989; INGLEHART, 1997; GONZÁLEZ, BAQUERO, GROHMANN, 2021). Ou seja, a noção supracitada pressupõe que as configurações culturais firmadas pelo filtro do tempo são capazes de traduzir as especificidades comportamentais inerentes à espécie humana, que por essência, é um animal político (ARISTÓTELES, 2017), auxiliando no entendimento de elementos próprios da Ciência Política, como a confiança nas instituições, a aceitação de autoridades e sentimento de pertencimento à pátria (MOISÉS, 2010). Segundo Inglehart (1997), a cultura política propicia a formação de particularidades culturais que auxiliam no estudo das motivações subjetivas que dizem respeito ao apoio ou negação do sistema democrático por parte dos agentes sociais, onde a confiança materializa-se como importante indicador de análise (INGLEHART, 1997).

No caso do trabalho proposto, o conceito imprime suas contribuições e legitima sua relevância, na medida em que propicia maior entendimento dos diferentes fenômenos responsáveis por nortear os padrões de comportamento e subjetividade que cercam as inúmeras esferas da vida social humana, inclusive a esfera política. Neste sentido, À luz da exposição desse breve contexto, o problema deste trabalho consiste em responder à seguinte questão: *Como se manifestam as características que envolvem padrões confiança institucional e interpessoal, após desastres ambientais?* Explicando com outras palavras, a discussão empreendida nesta pesquisa tem como foco analisar a existência de relação entre desastre e confiança.

Dito isto, o objetivo geral aqui desenvolvido consiste em analisar padrões de confiança institucional e interpessoal no município de Mariana-MG, que, em 2015, protagonizou o rompimento da Barragem do Fundão e seus inúmeros desdobramentos, registrando 17 mortes, além de impactos sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais (COELHO, 2020; SALINAS, 2016).

Objetiva-se, especificamente: 1) traçar aspectos gerais sobre o conceito de cultura política, capital social e confiança, responsáveis por alicerçar as considerações propostas; 2) delinear as características sócio históricas que culminaram na formação município estudado, investigando sua relação com as atividades de mineração; 3) partir da conjuntura social local

após o desastre, auferindo melhor compreensão da sua relação com os dados coletados e com as especificidades que podem impactar negativamente nos padrões de confiança dos habitantes.

Diante das proposições desenvolvidas pelas análises de Coelho (2020), Diniz (2020), Herculano (2006), Salinas (2016), Wanderley *et al* (2016), entre outros, é possível identificar que os estudos sobre desastres ambientais carecem de uma perspectiva analítica pautada pelas construções bibliográficas que priorizem a Ciência Política como lente de análise, especialmente no contexto das atividades minerárias. Neste sentido, este trabalho justifica-se pela tentativa de suprir essa lacuna, acrescentando para os debates teóricos que abrangem os impactos da mineração, análises que priorizem padrões de cultura política dessas comunidades. Acredita-se que pesquisas com esta propensão “podem contribuir com subsídio teórico-práticos que viabilizem uma comunicação permanente e acompanhamento dos problemas enfrentados pelas comunidades impactadas [...]” (BAQUERO, p. 61, 2016), contribuindo para minimizar conflitos.

Em resumo, é proposto analisar padrões de cultura política em territórios atingidos por desastres ambientais, buscando entender as características do comportamento de confiança das populações atravessadas por essa conjuntura de crise. Portanto, baseando-se em trabalhos desenvolvidos por Putnam (1988;1995;1996), Inglehart (1997), Norris (1999), Tocqueville (2005), Moisés (2010), dentre outros pesquisadores que destacam o conceito de *confiança* como importante elemento para traduzir fenômenos políticos da vida cotidiana, adota-se tal perspectiva na presente pesquisa, buscando materializar o problema supracitado como um problema próprio de Ciência Política. Tendo em vista que posteriormente será tratado com mais profundidade as noções que envolvem o conceito central da pesquisa, o exposto argumento, busca, de início, partir da premissa de contribuição das produções teóricas na área supracitada para a construção das análises responsáveis por subsidiar o debate.

Iniciando aqui outro ponto da discussão, sugere-se que os impactos negativos forjados através de desastres ambientais, dão suporte para melhor entendimento das especificidades que envolvem as proposições e fenômenos a serem estudados pela investigação empreendida no presente trabalho.

Neste sentido, o advento da Primeira Revolução Industrial é responsável por introduzir nas relações político-econômicas um *modus operandi* que se direcionou única e especificamente para a maior otimização do crescimento econômico, observando-se com recorrência nos processos históricos da humanidade, padrões de comportamento social orientados pela negligência com o meio ambiente (POTT, ESTRELA, 2017). Conseqüentemente, o resultado

material desse cenário tem se firmado através da poluição atmosférica, vazamento de produtos químicos, contaminação dos rios, entre outros fenômenos (POTT, ESTRELA, 2017).

Goldemberg e Barbosa (2014), elucidam que, apesar dos impactos causados à qualidade de vida e bem-estar da população, as mazelas ambientais eram tratadas como um mal necessário para o progresso social e econômico. Nas últimas décadas, a temática do meio ambiente entrou em cena no campo midiático, sendo institucionalizada “através de legislação e da criação de organismos oficiais em todos os níveis da esfera estatal; em programas educacionais e de pesquisas; e em inúmeras associações civis de diferentes perfis [...]” (HERCULANO, 2006, n.p.).

Seguindo pela mesma via argumentativa, observa-se, a partir de veiculação da mídia, aumento das temáticas relacionadas às alterações climáticas, aquecimento global, poluição ambiental e elevação dos mares (HERCULANO, 2006). Entretanto, questiona-se a qualidade dessas informações, onde, nos contextos atuais, em que “[...] casebres são soterrados ou levados pelas águas, em tragédias anunciadas e crônicas, os jornais noticiam que “as fortes chuvas fizeram desabrigados...” Ou seja, a conta vai para a fatalidade e para a fúria da natureza.” (HERCULANO, 2006, n.p.).

A problemática presente, encontra-se no fato de que as tragédias ambientais não podem e não devem ser interpretadas como simples fenômenos naturais, muito menos, como consequências provenientes do furor do planeta terra (HERCULANO, 2006). Pois, percebe-se, no Brasil e no mundo, a maior intensificação dos impactos e desastres no meio ambiente, resultantes da ação humana (PALAVICINI, JUNIOR, 2020).

De acordo com o Estado Brasileiro, no decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, no artigo 2º, inciso II, *desastres* eram definidos como: “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (BRASIL, 2010). Contudo, a partir de sua revogação, atualmente encontra-se em vigor o Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020. Neste sentido, o artigo 2º, inciso VII, define *desastres* como “resultado de evento adverso decorrente de ação natural ou antrópica sobre cenário vulnerável que cause danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais” (BRASIL, 2020).

É marcado nos processos históricos, desastres ambientais vivenciados pela humanidade. Para melhor entendimento, busca-se promover melhor visualização deste cenário, descrevendo alguns poucos exemplos: Em 1984, a cidade de Bhopal, na Índia, sofreu com o vazamento de gases tóxicos oriundos de uma fábrica de pesticidas da *Union Carbide*, que, consequentemente, ocasionou na morte de aproximadamente 10.500 pessoas; Em 1957, a antiga União Soviética

vivenciou uma explosão nuclear ocasionada por um tanque de resíduos, que resultou na debandada de aproximadamente 17 mil pessoas, comprometendo cerca de 30 comunidades; posteriormente, em 1986, tem-se o acontecimento de Chernobyl, que impactou negativamente na vida de milhares de famílias, onde estimam-se cerca de 135 mil habitantes evacuados de suas residências, acrescido de 31 mortos e 200 feridos (HERCULANO, 2006).

No caso brasileiro também é possível encontrar conjunturas similares às quais foram expostas no parágrafo anterior. Em 1984, o vazamento de um duto da Petrobrás, em Cubatão, cidade localizada no interior do Estado de São Paulo, ocasionou na morte de aproximadamente 100 pessoas (HERCULANO, 2006); No ano de 1987, em Goiânia, o manuseio de um aparelho de radioterapia, indevidamente abandonado, ocasionou num acidente, expondo centenas de pessoas à radiação, seja diretamente ou indiretamente (BRASIL, s.d); Em 2003, famílias paulistas residiam numa área da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, destinada como lixão industrial, onde, a partir de denúncias do Ministério Público, foi identificado neste terreno metais pesados, benzeno, entre outras substâncias prejudiciais à saúde humana (HERCULANO, 2006). Nos anos de 2015 e 2019, o rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana-MG, e o rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho-MG, representaram, respectivamente, a maior tragédia ambiental brasileira (SALINAS, 2016) e a maior tragédia trabalhista da indústria minerária no país (SILVA *et al*, 2020), fato este que será mais bem aprofundado no segundo capítulo deste trabalho.

Os argumentos apresentados buscam tratar brevemente das problemáticas ambientais presentes no Brasil e no mundo. Neste sentido, pontua-se que muitos estudos foram desenvolvidos com o intuito de construir melhores diagnósticos acerca dos impactos inerentes a grandes empreendimentos (BAQUERO, 2016; BAQUERO *et al*, 2013; COELHO, 2020; DINIZ, 2020; GONZÁLEZ, 2012; GONZÁLEZ, 2013; HERCULANO, 2006; MORAIS, SCHWANZ, 2018; PASE, *et al*, 2016; SALINAS, 2016; WANDERLEY *et al*, 2016). A construção de hidrelétricas, por exemplo, possui relevância ímpar no desenvolvimento de um país, não obstante, paga-se um preço injusto quando se analisa as consequências sociais, psicológicas e ambientais incutidas às comunidades atingidas (BAQUERO, 2016).

Neste mesmo caminho, como apresentado anteriormente, a economia minerária também é responsável por produzir inúmeros desdobramentos, interferindo diretamente na dinâmica social dos municípios inseridos neste processo. No Brasil, as empresas de extração mineral detêm um intrigante poder acerca do planejamento territorial e dos direitos das populações que habitam as regiões compostas pelos interesses dessas corporações (PASSOS *et al*, 2017), causando, muitas das vezes, impactos negativos por onde passam. Portanto, o debate acerca das

implicações que envolvem essas atividades, toma corpo na medida em que se considera a hegemonia política das mineradoras no país (COELHO, 2020).

Argumentando noutro sentido, busca-se neste ponto da introdução, desenvolver maior entendimento dos caminhos empreendidos para que se fosse possível viabilizar a concretização do presente estudo. É pertinente lembrar que as ferramentas que envolvem o fazer científico, recorrentemente se apresentam enquanto grandes desafios para os pesquisadores e acadêmicos. É normal que se façam presentes algumas incertezas sobre o melhor percurso metodológico a ser seguido nas etapas dos projetos e pesquisas. Muitas das vezes por falta de conhecimento, ora, por falta de *expertise*, a metodologia desenvolvida num trabalho quase que se transforma num problema paradigmático para os discentes.

Quando o indivíduo se propõe a realizar estudos sobre cultura, um elemento tão subjetivo e que se faz presente em todas as civilizações humanas, pode dar de frente com essas incertezas e dificuldades tão comuns aos estudiosos. Seja por falta de recurso humano, financeiro, ou até mesmo pela falta de clareza sobre qual método deverá ser utilizado para melhor descrever os problemas discutidos em determinado trabalho, esses inconvenientes fazem-se presentes. Para além da afirmação posta, deve-se levar em consideração que a cultura representa uma teia, onde os indivíduos se portam como animais presos às redes de significados que eles próprios construíram (GEERTZ, 2012). Essas especificidades e manifestações de construção cultural também tornam peculiar a investigação científica sobre esse aspecto humano.

Enquanto organismos simbólicos interpretáveis, a cultura não pode ser atribuída ao acaso dos desdobramentos sociais, e sim, como um contexto, onde os processos comportamentais e as instituições oriundas de determinado padrão cultural podem ser analisados de forma inteligível e descritas com precisão, densidade e rigor científico (GEERTZ, 2012). Em outras palavras, “[...]. Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. [...] Isso os torna acessíveis: colocá-los no quadro de suas próprias banalidades dissolve sua opacidade.” (GEERTZ, p., 24; 2012).

Neste ponto, o fazer etnográfico deixa sua contribuição enquanto ferramenta metodológica, no sentido de elucidar algumas especificidades culturais, pois a construção teórica forjada através da etnografia consegue “fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo - isto é, sobre o papel da cultura na vida humana.” (GEERTZ, p. 38, 2012)

Diante do exposto, adota-se o método etnográfico como caminho a ser seguido para a execução da pesquisa em questão. Tal escolha ampara-se ao fato de que, diante da escassez teórica de trabalhos que preconizam análises construídas nas áreas de Ciência Política,

sobretudo, no que diz respeito à lente de análise desenvolvida a partir do conceito de cultura política sobre os fenômenos e intempéries impostas à população marianense após o rompimento da barragem, o trabalho de campo etnográfico, neste caso específico, materializa-se com pertinência para a construção de um esquema conciso da constituição social estudada, pois esta técnica permite melhor entendimento das normas e aspectos que envolvem as particularidades de uma sociedade (MALINOWSKI, 2018).

É interessante apontar que, o etnógrafo deve abordar seriamente as especificidades culturais nos mais variados aspectos do estudo, por exemplo, englobando a consistência comportamental, a lei/ordem que se revelam na interação social, bem como o fazer institucional e sua inter-relação com a sociedade civil, buscando desenvolver um escopo de análise coerente (MALINOWSKI, 2018). O pesquisador que se preste a entender apenas um expoente social, como a religião, está isolando artificialmente um elemento de pesquisa e prejudicando seu trabalho (MALINOWSKI, 2018).

Neste sentido, as normas que regem as instituições de determinada localidade são produtos da inter-relação existente entre as tradições culturais e os códigos materiais do ambiente social no qual ela está inserida (MALINOWSKI, 2018). Logo, acredita-se que uma cidade forjada pela mineração, pautada por relações de escravidão e que ainda alimenta o mesmo modelo de sustentação econômica exercido há 300 anos atrás, irá reproduzir os mesmos padrões de tradições e comportamento do passado, imprimindo códigos de condutas institucionais e sociais próprios desta localidade, mas, carregando, por óbvio, as especificidades dos tempos presentes.

Em síntese, pontua-se que cada aspecto dos fenômenos analisados deve ser estudado ao considerar toda sua amplitude de significados concretizados por meio do comportamento (MALINOWSKI, 2018). Ao analisar uma piscadela - o ato de piscar somente um olho para outra pessoa -, por exemplo, devemos interpretar a simbologia envolta por detrás de tal comunicação, que pode significar um flerte/paquera, um tique nervoso, ou até mesmo, um simples ato involuntário do indivíduo (GEERTZ, 2012). Metaforicamente, a ilustração das piscadelas de Geertz (2012), nos ajuda a compreender que, em nosso fazer científico, cabe ao pesquisador conseguir identificar e distinguir as diferenças existentes entre os “tipos piscadelas”, que podem ser específicas - ou não - de determinada sociedade (GEERTZ, 2012).

A partir dos dados e análises que são desenvolvidas através das informações coletadas pelo fazer etnográfico, é possível refletir com maior assertividade sobre as conjunturas e formas de estruturação que englobam a cultura de determinada sociedade (MALINOWSKI, 2018). É importante encontrar o denominador comum que envolve os rotineiros modos de pensar, agir e

sentir dos agentes sociais, correspondente à cultura e às instituições da comunidade estudada, auxiliando a formular resultados científicos tangíveis e convincentes (MALINOWSKI, 2018).

A partir das noções apresentadas, busca-se, neste ponto, promover melhor apresentação do material empírico que será estudado por este trabalho. Neste sentido, destaca-se como palco das observações o município de Mariana-MG, onde, vez ou outra, por conta da estreita proximidade geográfica e interdependência entre as cidades, o município de Ouro Preto-MG possa ser utilizado como instrumento de subsídio argumentativo. Entretanto, restringindo-se somente a isso, pois, o presente trabalho adota como escopo analítico o primeiro município supracitado (Mariana), empreendendo pesquisas de campo nesta localidade, num estrato temporal de novembro de 2022 até abril de 2023.

A ideia de construir essa pesquisa, surge de um trabalho anterior, onde, no período de fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021, estive em Mariana-MG, em campo, viabilizando o desenvolvimento de um breve projeto sobre os impactos do rompimento da Barragem do Fundão para os índices de violência e criminalidade no município supramencionado. Dentre os variados contextos e situações vivenciadas neste espaço de tempo, incluindo a pandemia de COVID-19, muitos novos questionamentos fizeram-se presentes. E, ao considerar a intensa conjuntura imposta pelo vírus, marcada por novos fenômenos que assolavam sociedade civil e colocavam à prova a eficiência administrativa da gestão pública, juntamente de todo processo passado de construção histórica colonial que as estruturas arquitetônicas e institucionais locais fazem questão de manter vivo, questionamentos e dúvidas começavam a criar demasiado grau de provocação, materializando-se com certo ânimo sobre entendimento das características que cercam os graus de *confiança nas instituições públicas e privadas* dessas populações.

Sobre o público-alvo, cabe algumas considerações: como já mencionado anteriormente, se passaram 7 anos desde o rompimento e muitos desafios são impostos na caracterização do público a ser estudado. Primeiro, parte do entendimento da noção de atingido, pois muitas famílias foram indiretamente atingidas pelos rejeitos, seja em Mariana-MG ou nos outros municípios banhados pelo Rio Doce, entretanto não tem seus direitos reconhecidos. Segundo: o entendimento da configuração familiar para reparação, por exemplo: se João (nome fictício) tem duas famílias, qual deverá ser beneficiada com o processo indenizatório?¹. Não bastando essas contradições, pode-se acrescentar o fato de que o distrito de Bento Rodrigues foi literalmente varrido do mapa. Logo, esses moradores não se encontram mais nessas localidades, estando eles

¹Este exemplo em específico, foi citado pela professora e Cientista Política Dra. Rayza Sarmento, que à época compunha o quadro de corpo docente da Universidade Federal de Viçosa, e explicava sobre os processos de tipificação e atribuição metodológica dos procedimentos reparatórios da Fundação Renova,

espalhados por Mariana, Ouro Preto, ou em qualquer outra região. Tendo em vista a conjuntura instaurada, a delimitação do público-alvo se orientará por entrevistas com os gestores e políticos municipais, que estavam diretamente envolvidos com as questões do rompimento e, visando, assim, simplificar o caminho metodológico e argumentativo proposto, ao considerar que os atores citados encontraram-se na posição de gestores diretos dos fenômenos sociais, políticos, culturais e ambientais proporcionados pela crise.

A pesquisa teórica aqui proposta, será desenvolvida a partir de revisão bibliográfica, que foi subsidiada pelos conteúdos ministrados nas aulas do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCP-UFRGS), entre junho de 2021 e outubro de 2022. Posteriormente, como já citado, será empreendido o trabalho de campo, com início em novembro de 2022 e finalização prevista para abril de 2023.

Estando baseado nos trabalhos desenvolvidos por Bourdieu, Coleman, Putnam, Consuelo Cruz, Easton, Inglehart, Thomassen, 1995; Simon, 1996, Klingemann, 1999, etc., e estando orientado pelas considerações de José Álvaro Moisés, busca-se desenvolver, durante a pesquisa empírica, maior entendimento dos elementos constitutivos do conceito de *confiança* no município estudado, identificando quatro características de comportamento político, sendo eles, 1) a maneira na qual o indivíduo se relaciona com o Estado, buscando definir o esboço político e territorial que orienta sua identidade coletiva; 2) empiricamente, investigar a materialização prática do funcionamento democrático no cotidiano municipal, em sua relação com a concepção idealizada, propiciando, assim, maior aprofundamento conceitual sobre a eficiência e funcionamento do sistema; 3) migrar para a esfera institucional, buscando traduzir as percepções, expectativas e orientações dos gestores sobre os indivíduos em relação às instituições públicas e privadas; 4) por último, aprofundar as análises sobre o entendimento e avaliação contextual dos gestores sobre tal assunto, buscando traduzir orientações de (des)confiança em instituições públicas, instituições privadas e governos que possam ser materializadas pela população.

Acredita-se que a presença no município de Mariana-MG se faz relevante para o entendimento das proposições aqui discutidas. Pois, como elucidado pelas palavras de Torres (2011), esses “[...] São lugares onde podemos estudar a vida passada in vivo, sem documentos, mas olhando as pessoas que vivem aquela situação, em outras partes já superada [...]. Isso é muito diferente de uma “cidade morta”, de onde já saiu a vida, onde somente temos testemunhas mudas do passado [...] No Brasil, em Minas principalmente, isso é comum.” (p.16 e 17). Seguindo por este mesmo caminho, e no sentido de justificar a pesquisa de campo aqui proposta, ampara-se agora à perspectiva de Caio Prado Júnior, onde é ressaltado que “Uma viagem pelo

Brasil é muitas vezes, como nesta e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e mais para trás”. (s.p).

Ao levar em consideração a tradição de estudos em Ciência Política, baseadas em análises puramente quantitativas, acredita-se que pensamentos mais ortodoxos podem vir a argumentar que tal método é inadequado e inconveniente, sendo um equívoco introduzi-lo no desenvolvimento de análises que priorizem a construção do conhecimento na área supracitada. Contudo, busca-se subsídio nos estudos empíricos da cientista política Mariana Borges (2019), onde a autora analisa, por meio de uma etnografia política, relações atuais de clientelismo no extremo sul da Bahia. E cabe ressaltar a tônica dos estudos empíricos que cercam as pesquisas em cultura política. Portanto, aqui é sustentado que a etnografia política, expõe especificidades locais que podem contribuir como base interpretativa para pesquisas futuras que venham se basear em métodos quantitativos, como *surveys*, agregando e contribuindo para melhor compreensão dos padrões de cultura política que envolvem populações atravessadas por grandes desastres ambientais.

A seguir, o primeiro capítulo busca discutir as especificidades teóricas e epistemológicas do conceito de cultura política, capital social e confiança, elencando as discussões sobre (des)confiança institucional e recorrendo aos dados do *World Values Survey* e Latino Barômetro para melhor entendimento da conjuntura brasileira, pois representam importantes elementos para subsidiar as análises propostas. O segundo capítulo busca desenvolver reflexões acerca do processo de construção política, social e econômica do país, caminhando para maior entendimento dos processos de construção histórica do Estado de Minas Gerais e da cidade de Mariana, pois materializam-se com relevância para o entendimento das conjunturas apresentadas pelos dados do WVS e Latinobarômetro, bem como maior compreensão das especificidades e padrões que compõe a cultura política dessas localidades. Por último, o terceiro capítulo busca desenvolver as análises construídas pelo fazer etnográfico, amparando-se em construções teóricas e jornalísticas para confirmar os fatos e inferências que se apresentam na realidade local do município, e com o intuito de responder as problemáticas e questionamentos propostos pela pesquisa em questão.

CAPÍTULO 1

1. CULTURA POLÍTICA, CAPITAL SOCIAL E CONFIANÇA

Busca-se, a partir do presente capítulo, construir argumentação teórica acerca das noções que envolvem a perspectiva conceitual de cultura política, capital social e confiança, objetivando introduzir sua relevância ao debate até então proposto.

Algumas construções teóricas da cultura política buscam argumentar que as atitudes/valores sociais e o formato de organização institucional vigente, são responsáveis por influenciar na (in)estabilidade das instituições, sendo-a moldada através da harmonia entre estes mesmos elementos (GONZÁLEZ, BAQUERO, GROHMANN, 2021). Explicando em outras palavras, ainda que os processos institucionais e os arranjos comportamentais das elites sejam importantes para maior entendimento dos fenômenos políticos de uma localidade, eles não se bastam, sendo a cultura política uma ferramenta de extrema importância para a construção de análises assertivas (GONZÁLEZ, BAQUERO, GROHMANN, 2021)

Argumentando neste sentido, pressupostos foram mobilizados atribuindo à cultura política a capacidade de favorecer o desempenho institucional, e mostrando-a como relevante na construção da escolha política, como também na consolidação de um ambiente propício ao desenvolvimento democrático e socioeconômico (PUTNAM, 1988).

Por definição, Almond e Verba (1989) concebem a cultura política enquanto uma série de orientações e atitudes que os indivíduos possuem acerca do sistema político como um todo, abrangendo seu próprio papel enquanto agente pertencente ao sistema. Em sua obra precursora, *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*, os autores realizam uma análise comparada entre México, Itália, Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, destacando certa maleabilidade para as manifestações de cultura política dos cidadãos, que se apresentam e constroem-se a partir de diferentes perspectivas, socializações e territórios (ALMOND, VERBA, 1989). Em outras palavras, a Cultura Política transmitiria e regulamentaria os ‘valores políticos’ entre os agentes sociais, exercendo um relevante papel na vida dos cidadãos (BAQUERO, 2001).

Existem variados tipos de cultura política, que necessariamente não se substituem entre si. Elas são definidas como: *cultura política paroquial*, que reside em comunidades nas quais os papéis políticos não estão bem definidos e os formatos sociais organizacionais estão baseados em crenças e tradições; *cultura política súdita*, que se refere às organizações onde os indivíduos são conscientes das nuances envolvidas nas especificidades políticas da autoridade governamental, mas sua relação com os objetos políticos se dá de forma passiva; e *cultura política participante*, que está baseada na noção de que os integrantes de determinada sociedade possuem elevado

esclarecimento acerca dos papéis que permeiam o sistema político como um todo, adotando uma conduta ativa e participante neste mesmo sistema (ALMOND, VERBA, 1989).

De maneira geral, os diferentes modelos de cultura política presentes numa sociedade - *paroquial, afetiva e participante* - constituem-se pelos fluxos distintos de orientações afetivas, cognitivas e avaliativas que os indivíduos possuem acerca do sistema político como um todo. Explicando com outras palavras, as *orientações afetivas* referem-se aos sentimentos que os indivíduos possuem em relação ao sistema político no qual estão inseridos, as *orientações cognitivas* dizem respeito ao conhecimento cognitivo e/ou crenças que esses indivíduos alimentam acerca do sistema supracitado, e as *orientações avaliativas* relacionam-se com as opiniões de juízo e valor que os sujeitos sociais possuem com relação aos objetos políticos (ALMOND E VERBA, 1989).

O entendimento dos diferentes tipos de orientações políticas descritas acima, contribuem para a construção de análises pautadas pela maior elucidação das inter-relações existentes entre a estrutura institucional e o agente social. O sujeito, enquanto indivíduo pertencente à determinada sociedade e dotado de cultura política, irá mobilizar seu padrão orientacional relacionando aspectos da estrutura governamental e elencando as facetas políticas (*inputs*) e administrativas (*outputs*) desse sistema, como também ele próprio enquanto cidadão ativo politicamente (ALMOND, VERBA, 1989), o que possibilitará a consolidação de seus formatos de orientação. A proposição que envolve as noções de *inputs* e *outputs* faz alusão ao *modelo de análise sistêmica* do Easton, que é entendida como uma ferramenta capaz de manter o “equilíbrio dos sistemas políticos, sendo a relação entre *inputs* sob a forma de demandas e apoios, e *outputs* como decisões de políticas governamentais.” (GONZÁLEZ, p. 31, 2019).

Cabe mencionar que algumas críticas foram direcionadas à vertente de estudo da cultura política, sobretudo para a obra de Almond e Verba, a qual foi atribuída características como: tautológica, conservadora, estática e etnocêntrica, onde os autores focariam num tipo de determinismo cultural², atribuindo às democracias estadunidenses e inglesas um tipo ideal de configuração democrática a ser seguido (MOISÉS, 1995; PATEMAN, 1980; RENNÓ, 1998). O conceito também recebeu críticas por sua suposta deficiência em explicar transformações políticas e culturais, ignorando clivagens de classe social e, conseqüentemente, não absorvendo as mudanças políticas/culturais que se materializam a partir das relações de poder e pela disputa da hegemonia política em determinada sociedade (PATEMAN, 1980).

² “Embora em textos mais recentes Almond (1980; 1990) tenha descartado essa interpretação.” (MOISÉS, P.16, 2008)

Sobre o determinismo cultural, Moisés (1995) destaca que não é através de outros tipos de determinismo, a exemplo da vertente institucionalista onde pauta-se o determinismo institucional, que encontra-se o melhor caminho para contornar algumas das problemáticas impostas à teoria. Pois, atitudes e comportamentos políticos moldam-se por meio da relação mútua entre comportamento social e funcionamento das instituições, proporcionando diversos padrões de conduta humana (MOISÉS, 1995; GROHMANN, 2017).

Apesar das críticas que foram direcionadas para a teoria em questão, pontua-se neste trabalho que as contribuições epistemológicas desta tradição teórica transpassam as problematizações propostas, cabendo destaque à sua considerável inovação metodológica para a área de conhecimento na qual está inserida.

Almond e Verba (1989), Inglehart e Welzel (2007), Putnam (1988;1996), Norris (1999), entre outros, fornecem o substrato teórico necessário para delinear as pesquisas de cultura política enquanto ferramenta de análise que promove maior entendimento dos variados tipos de valores, comportamentos e identidades inerentes às organizações humanas, auxiliando na compreensão das características que envolvem o comportamento dos agentes sociais (BORBA, 2005; RENNÓ, 1988). Em outras palavras, as investigações em cultura política preconizam “contribuir para a explicação do comportamento político dos indivíduos, destacando a forma como os valores culturais são componentes endógenos da tomada de decisão.” (BORBA, p. 151, 2005).

Nos meandros destas considerações, o estudo desenvolvido pelo pesquisador Robert Putnam (1988; 1996) investigou diferentes regiões da Itália e buscou direcionar sua análise para melhor compreensão das condições responsáveis por propiciar eficientes instituições políticas de representação. É interessante notar que, diferentemente de Almond e Verba (1989) que analisam diferentes países, o empreendimento científico de Putnam torna viável a comparação entre regiões com o mesmo modelo institucional e organizacional, mas que possuem marcantes contrastes sociais e econômicos. Por meio de entrevistas com agentes políticos e empresariais e investigação de documentação e relatórios estatísticos, Putnam (1988; 1996) e seus parceiros viabilizaram a coleta de dados sobre as atitudes e os comportamentos individuais/institucionais da região supracitada, materializando matrizes de indicadores de desempenho institucional, como eficácia do planejamento regional, estabilidade dos gabinetes, orçamentos preparados, dotações gastas, entre outros.

É importante notar que tal estudo imprime sua contribuição metodológica para as construções teóricas supracitadas, mas para além deste fato, também auxilia no desenvolvimento analítico das pesquisas neste campo. O argumento consiste em elucidar que

Putnam (1988), demonstra que é por meio da cultura política, refletida através do engajamento cívico, que torna-se possível explicar o desenvolvimento socioeconômico e institucional, não o contrário. Em outras palavras, os padrões de cultura política influenciam - de forma positiva ou negativa - nos padrões que cercam o desenvolvimento das instituições.

Consuelo Cruz (2005), também acena para a relevante contribuição da cultura política enquanto conceito responsável influenciar nas instituições. Cruz (2005) desenvolve sua análise acerca dos padrões institucionais de Costa Rica e Nicarágua, evidenciando que os processos de construção histórica dos países influenciaram em distintos formatos de cultura política. Nicarágua se desenvolve a partir do marcante maniqueísmo interno, onde a noção de bom e mau designava-se internamente dentre os próprios cidadãos nicaraguenses; por sua vez, num sentido oposto, Costa Rica desenvolve sua perspectiva maniqueísta sob um prisma que se orienta pela hostilização do que é “estranho”, ou seja, através da manipulação retórica do discurso maniqueísta como um instrumento agregador de coesão social interna, transferindo-o para o campo das relações externas, e pautando-se por um processo de construção de identidade nacional que concebe o povo costarricense como virtuoso e os estrangeiros/forasteiros como “depravados” (CRUZ, 2005). De acordo com o argumento apresentado por Cruz (2005), as diferentes formas de maniqueísmo se desenvolveram no sentido de minar os processos institucionais e democráticos da Nicarágua, mas impactando positivamente nas nuances institucionais da Costa Rica.

Outro fator agregador para explicar os contrastes institucionais entre os dois países consiste no fato de que Costa Rica consolidou seu processo de formação nacional através de “democracias oligárquicas”, que contribuíram, neste caso em específico, para que as elites ganhassem *expertise* na competição democrática, desenvolvendo uma confiança mútua que se caracteriza pela permissão da contestação pacífica do poder entre elites (CRUZ, 2005). Nicarágua, por outro lado, possui um histórico de dinastias políticas, pautando-se pelo despotismo (CRUZ, 2005).

Diferentemente de Putnam (1988; 1966), que buscou compreender as contribuições da cultura política para o desenvolvimento institucional direcionando seu olhar para um país europeu de mesma estrutura de organizações, mas com contradições internas, a análise de Cruz (2005) parte de países latino-americanos e, brilhantemente, mostra como nações vizinhas podem desenvolver distintos padrões de cultura política e desenvolvimento institucional. A exemplificação das pesquisas supracitadas é importante, na medida em que legitima e sintetiza a operacionalização de tal conceito enquanto pertinente para analisar fenômenos que se inserem em diferentes contextos.

Trazendo esses aspectos de análise para o caso brasileiro, autores como Baquero e Moisés são grandes expoentes e precursores na construção teórica que abarca as nuances da cultura política nacional. Para Moisés (2005), no Brasil, a cultura política dos indivíduos contém traços de autoritarismo e uma noção distorcida das formas de funcionamento das instituições, fator responsável por influenciar negativamente na qualidade da democracia e nas orientações políticas dos cidadãos. Segundo Baquero (2001), para melhor entendimento da cultura política no país, faz-se relevante compreender os elementos pátrios que caracterizam os processos de construção histórica nacional, pois eles influenciam na construção da identidade coletiva, auxiliando no entendimento dos valores políticos das pessoas.

Neste sentido, Faoro (2021), pondera sobre a relação existente entre a estirpe da consolidação do Estado brasileiro e o formato institucional herdado de Portugal, evidenciando como característica deste processo, seu aspecto centralizador e seu poder de estratificação burocrática. Venâncio Filho (1979), também destaca tal relação ao tratar dos processos de construção das instituições de ensino superior em Ciências Jurídicas e Sociais no Brasil, relatando forte influência do modelo educacional português, que, porventura, influenciou nos processos nacionais de formação intelectual, moldando a estrutura das instituições e o próprio ensino jurídico como um todo.

Sobre essa questão, cabe analisar que os primeiros bacharéis em Direito do país foram formados na Escola de Coimbra, o que influenciou de forma considerável nas configurações de andamento da burocracia nacional (ADORNO, 2022; FILHO, 1979). Esse elemento materializa-se num fenômeno interessante, pois, sob influência das correntes do pensamento europeu, criava-se internamente um antagonismo entre um ideal de pensamento intelectual liberal, mas pautado por um Estado forte e centralizador (ADORNO, 2022; FILHO, 1979). Em síntese, tinha-se no Brasil um processo de diálogo antagônico entre uma formação acadêmica de “profissionais do Estado”, pautada pelo “bacharelismo liberal” (ADORNO, 2022), em contraste com um formato institucional que se baseava a partir de relações de trabalho escravo e com base na economia agrária (HOLANDA, 2014).

As assimetrias existentes entre ideologia liberal e prática institucional autoritária é uma das peculiaridades da sociedade brasileira e ampara-se por meio da característica nacional de transitoriedade. Colocando o que foi dito em outras palavras, elucida-se que os processos nacionais de transições graduais, caracterizados por um modelo de ruptura institucional transitiva - romper sem romper - juntamente de uma agenda econômica predominantemente escravocrata e agrária, é responsável por minar a essência de aplicabilidade do pensamento liberal no caso brasileiro, culminando na dita combinação entre um discurso

ideológico/acadêmico liberalizante e práticas estatais autoritárias (ADORNO, 2022; FILHO, 1979; MERCADANTE, 1965; TRINDADE, 1985)

A partir das análises propostas por Adorno (2022), Faoro (2021), Filho (1979), etc, constata-se que os processos de construção constitucional e republicana desenvolvidos no Brasil são permeados por atitudes contraditórias. As recorrentes fraudes eleitorais, provenientes do grande poder dos “coronéis” sobre a população e o voto de cabresto (LEAL, 2012), ilustram com clareza tal afirmação. Em síntese, os estudos sugerem que a estruturação política nacional, que cerca o caso brasileiro, está pautada por atitudes iliberais, autoritárias e repressivas (ADORNO, 2022; FAORO, 2021; FILHO, 1979; HOLANDA, 2014; LEAL, 2012; MERCADANTE, 1965; SCHWARTZMAN, 1982).

Sobre tal questão, Moisés (1995) pontua que a herança de elementos autoritários e antidemocráticos são problemáticas recorrentes na democracia nacional, sendo responsáveis por suprimir a consolidação de atitudes democráticas no campo da ação institucional. Corroborando com tal análise, Baquero (2001; 2012), esclarece que as características inerentes ao processo de formação do Estado brasileiro são responsáveis por consolidar uma cultura política híbrida, onde o desenvolvimento formal das instituições não se legitima em congruência com padrões de confiança. Como consequência da conjuntura supracitada, instaura-se um padrão de *democracia inercial*. Tal conceito consiste no entendimento de que as mudanças institucionais, materializadas a partir da dimensão formal do voto e do processo democratizante como um todo, não foram eficazes em desconstruir o imaginário autoritário tão constante na cultura política brasileira (BAQUERO, 2018). Neste caso, existe uma assimetria entre instituições e cultura, favorecendo a consolidação da chamada *democracia inercial* (BAQUERO, 2018; BAQUERO, GONZÁLEZ, 2016).

Cabe mencionar que as instituições religiosas também tiveram um importante papel para a formação da cultura política no Brasil. Segundo Filho (1979), os jesuítas foram responsáveis por disseminar o ensino da língua portuguesa, gerenciando as primeiras instituições de ensino básico no país. Tal fator é importante, pois destaca a presente influência da religião no Estado brasileiro, fenômeno que persiste ainda nos dias atuais (FILHO, 1979; GONZÁLEZ, BAQUERO, GROHMANN, 2021).

Em resumo, pode-se sugerir que as formas de desenvolvimento nacional criam um ambiente propício à desconfiança entre os atores, impulsionando o distanciamento e a fragmentação da cultura política dos indivíduos (BAQUERO, 2001). O que se pretende dizer é que os padrões de clientelismo, patrimonialismo e apatia social tão presentes na sociedade brasileira pode firmar-se através da ausência de cultura cívica e confiança

institucional/interpessoal, fator que explica os baixos níveis de capital social em sociedades que apresentam tais características (BAQUERO, 2001; GONZÁLEZ, BAQUERO, GROHMANN, 2021).

Sobre o Capital Social supracitado, pode-se afirmar que essa concepção é responsável por agregar substância e embasamento às pesquisas sobre comportamento. Neste sentido, longe de se esgotar o arcabouço bibliográfico desenvolvido pelos teóricos da cultura política, buscase neste ponto mobilizar as noções que envolvem o conceito de *capital - econômico, social e cultural -*, pautando-se especificamente pelo *capital social*, que é entendido nesta pesquisa como responsável por contribuir com o alicerce analítico das referências que envolvem confiança institucional e interpessoal, ajudando a compreender os fenômenos políticos e sociais que pairam sobre territórios atingidos por desastres ambientais.

1.1 Aspectos gerais sobre Capital Social

Diferentes análises foram construídas, no sentido de viabilizar melhor entendimento de como a noção de capital materializa-se na realidade prática. Autores como Bourdieu e Coleman, utilizam este termo oriundo das Ciências Econômicas, preconizando em suas considerações viabilizar o melhor entendimento deste conceito para a análise social, transcendendo sua aplicabilidade econômica ao adicionar em suas proposições outras dimensões da estrutura social (BONAMINO, 2010). Portanto, os autores supracitados desenvolveram uma perspectiva mais ampla do campo estudado, agregando diferentes tipologias para seu sistema analítico, estando entre elas, a noção de capital social e capital cultural (tratado por Coleman como capital humano), que se inter-relacionam entre si, com o capital econômico (BONAMINO, 2010).

Intentando desenvolver melhor entendimento dos diferentes tipos de capitais estruturados pelos autores supracitados, busca-se discorrer brevemente sobre as características e especificidades responsáveis por delimitar as fronteiras epistemológicas que fornecem substrato interpretativo para os conceitos em questão. Neste sentido, de acordo com a perspectiva desenvolvida por Bourdieu (1989), entende-se que o capital econômico materializa-se a partir de alguns elementos, como as fábricas, as terras, o dinheiro, patrimônios etc. Para o autor, a reprodução deste modelo de capital se dá por meio de habilidades estrategicamente direcionadas, viabilizando a manutenção de relações pessoais economicamente viáveis e vantajosas para as partes envolvidas (BOURDIEU, 1989).

Noutro ponto, a proposição desenvolvida por Coleman possui similaridade com o ponto de vista supracitado. A noção de capital econômico empreendida por ele também consiste nos

variados tipos de dotações econômicas pertencentes a indivíduos ou famílias, como renda, riqueza etc. (COLEMAN, 1988). Por sua vez, a operacionalização do conceito desenvolvido pelos autores, difere em sua inter-relação com os outros tipos de capitais existentes (HAUBERER, 2011).

Ao tratar dos aspectos que envolvem o capital cultural, Bourdieu (1989) pontua que sua transmissão não se dá de forma direta, como acontece no capital econômico; ou seja, a sua aquisição formaliza-se por meio de um processo individual de internalização e assimilação (BOURDIEU, 1989). Explicando de outra forma, entende-se que, na perspectiva do autor, o capital cultural pode ser transmitido entre os indivíduos somente quando está materializado e assimilado através de bens palpáveis, como livros, instrumentos musicais etc. Estes bens representam-se pelo capital econômico que, quando operacionalizado pelo sujeito através do *habitus* (leitura, estudo), torna viável a obtenção do capital cultural em sua forma consolidada. Colocando em outras palavras, é através do capital econômico que se torna possível adquirir um instrumento musical para si ou para outrem, entretanto, o capital cultural será criado somente por meio da apropriação prática e teórica deste instrumento e dos elementos que regem as leis musicais, pelo sujeito, através do estudo.

Em consonância com a perspectiva supramencionada, Coleman (1988) desenvolve sua definição de capital humano seguindo diretrizes similares às quais foram estabelecidas anteriormente por Bourdieu. Sua conceituação de capital humano - capital cultural - consiste na aplicabilidade prática do conhecimento, ou, na metrificação de graus de instrução entre os agentes sociais. Em outras palavras, Coleman (1988) pontua que os padrões de agregação e reprodução do capital cultural perpetuam-se por meio dos sistemas de assimilação dos indivíduos, que tornam-se materializáveis somente através do estudo e da aprendizagem (COLEMAN, 1988)

Na esteira das discussões apresentadas sobre os diferentes tipos de capitais, entende-se que as perspectivas postas são relevantes na medida em que proporcionam maior entendimento das diferentes formas das relações simbólicas que permeiam o campo das ações humanas. Neste trabalho, sua breve mobilização legitima-se no intuito de promover um entendimento mais amplo das análises que circundam tais conceitos, buscando coerência entre as asserções propostas. Entretanto, esse estudo se pauta, especificamente, pelas análises construídas acerca das especificidades do capital social - também desenvolvida por Robert Putnam -, que se fazem importantes para desenvolver maior conhecimento das temáticas que envolvem os padrões de cultura política em territórios atravessados por desastres ambientais.

Neste sentido, a partir da delimitação analítica exposta anteriormente, entende-se que, sob o ponto de vista de Bourdieu (1980), o capital social pode ser entendido como um agregado de recursos, potenciais e/ou reais, que estão relacionados com um sistema de sociabilidade parcialmente institucionalizada, onde os agentes sociais se (re)conhecem mutuamente. Em outras palavras, pode-se sugerir que o conceito supracitado pressupõe indivíduos municiados de interesses comuns, relações permanentes e com certo caráter de utilidade (BOURDIEU, 1980). As conexões materializadas pelo capital social transpassam relações econômicas, sociais e territoriais, pois, por estarem alicerçadas em vínculos que baseiam-se por trocas simbólicas e materiais, sua execução e legitimidade pressupõe redes de pertencimento e de proximidade entre os atores sociais envolvidos (BOURDIEU, 1980). A quantidade de capital social que um indivíduo detém está relacionado com a escalada de relações que ele é capaz de engajar, e do quantitativo de capital cultural e econômico que os sujeitos mobilizados por ele usufruem (BOURDIEU, 1980). Sobre este ponto, faz-se interessante ressaltar que, comumente as organizações sociais operacionalizam processos institucionalizados de distribuição de poder que possibilitam o acúmulo/concentração do capital social sob a posse de um único indivíduo, a exemplo do presidente de uma associação ou um pai/mãe de família, possibilitando a tal sujeito representar, falar e/ou agir em nome de todo o grupo no qual ele está inserido (BOURDIEU, 1980)

Partindo de outra perspectiva, Coleman introduz ao conceito de capital social aspectos da Teoria da Escolha Racional (HAUBERER, 2011) para desenvolver sua análise. O autor sugere, como ponto de partida, a noção de que os indivíduos possuem determinados recursos e, concomitantemente, interesses pessoais, sendo o capital social uma ferramenta disponível para alcançar esses interesses (COLEMAN, 1988). Segundo Coleman (1988), o capital social surge como elemento intrínseco às redes de sociabilidade dos atores, podendo ser entendido como um componente da estrutura social que é responsável por favorecer indivíduos pertencentes a essa mesma estrutura. Em síntese, os agentes sociais buscam construir capital social como um subproduto, no sentido de maximizar sua utilidade e seus benefícios (COLEMAN, 1988).

Coleman destaca diferentes tipos de capital social, onde suas especificidades advêm da manutenção das relações sociais e da estrutura social que os indivíduos se encontram inseridos (HAUBERER, 2011). Neste sentido, o autor argumenta que, relações de conflito e/ou conjunturas que rompem com a estrutura social causam impactos negativos e, por vezes, são responsáveis por dirimir as relações pautadas pelo capital social (HAUBERER, 2011). Entre as distintas configurações de capital social propostas por ele, elencam-se 5 modelos: relações de

confiança mútua, relações de autoridade, relações de potencial informação, normas efetivas e organizações sociais apropriadas.

As relações de confiança mútua consistem na prática de um indivíduo X em favorecer outro sujeito Y acreditando que no futuro será retribuído (COLEMAN, 2011). Esse formato de capital social requer um processo de confiança do meio social, ou seja, uma predisposição em acreditar que os favores serão retornados; e possui relevância para consolidar relações de sociabilidade baseadas na confiança mútua, pois envolve a expectativa futura entre agentes sociais (COLEMAN, 2011). Outro ponto importante diz respeito ao quantitativo de benefícios pendentes entre os atores. O que se pretende dizer, é que os beneficiamentos assumem um papel similar ao de uma apólice, na qual o benfeitor posteriormente receberá uma recompensa (favor) de maior valor, considerando um momento oportuno para tal (COLEMAN, 2011).

Sobre as relações de autoridade, Coleman (2011) pontua que elas se materializam no momento em que um sujeito X atribui ao outro sujeito Y, poder de tutela sobre determinada ação/objeto/indivíduo. Neste sentido, este formato de capital social legitima-se por meio da “virtude” do controle (COLEMAN, 2011). Um exemplo de sua aplicabilidade consiste nas relações existentes entre patrões e empregados no mercado de trabalho (HAUBERER, 2011).

Noutro ponto, a relação de potencial informação consiste na aptidão de um ator X, em proporcionar informações relevantes à determinados indivíduos Y/Z, auxiliando de forma positiva na estruturação da maximização de utilidade entre os agentes envolvidos (COLEMAN, 2011). Como todo processo de aquisição informacional incorre em algum tipo de custo, sua obtenção atua como substrato para ação, ou seja, é responsável por orientar os processos de decisão do comportamento humano (COLEMAN, 1988; 2011). O autor pontua que a manutenção das relações de informação reside no compartilhamento de mensagens relevantes entre os demais sujeitos do sistema social, de modo a não obstruir o fluxo informacional, pois tal prática pode suprimir a transmissão de notícias relevante entre eles, tendo em vista que os indivíduos se orientam por práticas de reciprocidade (COLEMAN, 1988; 2011; HAUBERER; 2011)

Sobre o que tange às relações de normas efetivas, os estudos desenvolvidos por Coleman (1988), demonstraram que este elemento se apresenta enquanto um formato de capital social responsável pela regulação comportamental entre os agentes de determinada estrutura social. Na prática, ela coage o indivíduo a seguir códigos específicos de comportamento coletivo, inibindo-o de orientar-se somente pelos seus próprios interesses (COLEMAN, 1988). As

externalidades³, sejam elas positivas ou negativas, exercem papel relevante na consolidação das relações de normas efetivas, pois a regulação do comportamento social diminui os custos inerentes às externalidades negativas e potencializa os ganhos inerentes às externalidades positivas (COLEMAN, 1988). Em outras palavras, se o indivíduo descumprir a norma, será punido - *externalidade negativa*. No caso do cumprimento da norma, ele é beneficiado - *externalidade positiva*.

Por último, tem-se as relações de organizações sociais apropriadas, que consistem no modelo de capital social onde indivíduos promovem arranjos organizacionais voluntários com intuito de atingir quaisquer objetivos determinados (COLEMAN, 2011). Os bens produzidos por este tipo de capital social podem ser públicos ou privados, como por exemplo os benefícios adquiridos por uma comunidade após uma arrecadação de uma associação de bairros, ou os benefícios pessoais adquiridos por indivíduos através das organizações empresariais.

Buscando melhor entendimento das características responsáveis por orientar os paradigmas que envolvem o entendimento do capital social em suas diferentes perspectivas analíticas, neste ponto mobiliza-se outro pesquisador relevante para as discussões desenvolvidas sobre tal conceito.

Orientado pela mesma perspectiva desenvolvida por Coleman (1988), Putnam (1995) elabora seu conceito de capital social argumentando que as redes de sociabilidade influenciam na produtividade dos indivíduos e das coletividades. Putnam sugere que o capital social possui similaridade à virtude cívica, estando relacionado com padrões de confiança e reciprocidade, e apresentando relevante atuação para estabilidade e eficácia dos governos, perdurando e se fortalecendo por meio de relações pautadas pela confiabilidade (PUTNAM, 1995).

O autor supracitado delimita os elementos responsáveis por compor sua visão de capital social na própria essência do conceito. Neste sentido analítico, as características propostas em sua definição de capital social traduzem-se por meio de três elementos: confiança, redes de engajamento cívico e também pelas normas de reciprocidade.

Especificamente, Putnam (1995) entende que o fenômeno da confiança carrega consigo a capacidade de dirimir os atritos que são inerentes à vida cívica e às relações sociais, sendo ela a responsável por subsidiar o capital social. Em outras palavras, seu estudo considera que a confiança funciona como o óleo que faz fluir as redes de sociabilidade humana, possuindo, neste ponto, importante papel para consolidar e manter a coesão das diferentes sociedades (PUTNAM, 1995).

³ Para ver mais sobre *externalidades*, consultar Coase (2012)

As redes de engajamento cívico, de acordo com a perspectiva de Putnam (1995), consistem na sociedade civil em essência, dotada da capacidade de fortalecer as diretrizes de um Estado democrático. As redes de engajamento, por sua vez, podem ser formais ou informais, estruturando-se, ora por hierarquia horizontal, ora vertical. Neste sentido, as redes horizontais estão caracterizadas por uma comunicação mais fluida, onde os indivíduos possuem relações simétricas de poder, e as redes verticais possuem padrões relacionais de baixa confiabilidade, onde as distribuições das relações de poder materializam-se de forma assimétrica (PUTNAM, 1988; HAUBERER, 2011).

Por último, mas não menos importante, Putnam esclarece sobre as normas de reciprocidade, que, em certa medida, assemelha-se às relações de normas efetivas apresentadas por Coleman (HAUBERER, 2011). As normas de reciprocidade são legitimadas e mantidas através de socializações e punições, materializando-se a partir dos comportamentos humanos que impõem custos de natureza semelhantes para outros variados agentes sociais, sendo eles impressos pelas externalidades (HAUBERER, 2011). A reciprocidade compõe um importante elemento da confiança social, diminuindo as externalidades negativas, facilitando ações que visem a cooperação e gerando um tipo de confiabilidade que normalmente não seria aplicada em determinados contextos se não fosse pelas normas recíprocas das relações sociais (HAUBERER, 2011).

Os pontos e análises apresentadas a partir da interpretação dos autores supracitados, auxiliam para maior compreensão dos diferentes tipos e modelos de capital social existentes nos mais variados tipos de organizações humanas; bem como, contribuem para o esclarecimento das interfaces teóricas que mantêm esse conceito, elencando sua inter-relação com as condutas de comportamento humano e com os distintos modelos configuracionais que regem a sociedade civil como um todo.

Apesar das contribuições que Bourdieu (1980), Coleman (2020) e Putnam (1995) apresentam para as discussões auferidas neste artigo, algumas críticas foram direcionadas ao trabalho dos autores supracitados. Hauberer (2011), sugere, baseando-se em outras lentes de análise, que os estudos desenvolvidos não operacionalizam o capital social, nem formulam uma hipótese dedutiva com teoremas demonstráveis, acarretando tautologia e omissão dos possíveis impactos negativos da teoria. A autora argumenta que Robert Putnam destaca um lado negativo do capital social, mas seu conceito também apresenta aspectos tautológicos, acrescido à ideia de que o autor agregaria características dissonantes da vida social, estando-as, neste contexto, conectadas casualmente, não estabelecendo uma dimensão comum entre elas (HAUBERER, 2011).

Um aspecto importante a ser destacado sobre o conceito desenvolvido pelos autores supramencionados, que legitima-se enquanto responsável por agregar substância teórica e argumentativa para a proposta desenvolvida neste trabalho, consiste na presença da confiança como elemento constitutivo das relações sociais materializadas pelo capital social, possuindo [a confiança] capacidade de trazer mais eficácia e coesão para as redes de sociabilidade e para as instituições. Neste sentido, consequentemente, o conceito de capital social materializa-se com relevância, pois fornece melhor compreensão das interfaces responsáveis por nortear os padrões de confiança social presentes nas condutas de comportamento coletivo e nas configurações normativas das sociedades humanas. Para a nossa pesquisa, ele se faz relevante na medida em que fornece as ferramentas adequadas para auxiliar na construção concisa de um melhor entendimento das nuances que envolvem os padrões de confiança institucional e interpessoal em municípios cercados por processos de crise socioeconômica e ambiental.

A partir de tal argumentação, objetiva-se neste ponto, o desenvolvimento analítico de uma linha argumentativa orienta-se em preconizar algumas análises que envolvem o conceito de confiança, buscando elencar suas características e funcionalidades, e sua inter-relação com o problema de pesquisa estudado neste trabalho.

1.2 Aspectos gerais sobre Confiança

A partir dos estudos desenvolvidos por Inglehart e Welzel (2005), torna-se possível argumentar que a formação e consolidação do regime democrático nas diferentes partes do mundo tem ocasionado um interessante paradoxo: ao tempo em que os agentes sociais, num sentido geral, comunguem dos valores, princípios e ideais responsáveis por orientar a democracia enquanto sistema, em contraponto, estes agentes encontram-se num estado de desconfiança para com as instituições e governos deste mesmo sistema, mesmo preferindo-o em detrimento de todos os outros.

Seguindo por este caminho, argumenta-se que a confiança política pode firmar-se como elemento relevante para a governança democrática (INGLEHART, WELZEL, 2005), influenciando na forma com a qual os indivíduos visualizam as ações institucionais em seu cotidiano, e operando como uma mediadora na relação existente entre sociedade civil e poder estatal (MOISES, 2010). Ou seja, como evidenciado por Giddens (1990), a confiança torna viável, por meio da cooperação dos sujeitos sociais para com o Estado, as diretrizes da disputa pelo poder em regimes próprios da democracia, fundamentados pela aceitação social aos preceitos constitucionais e ao estamento jurídico.

Sendo comumente apropriada por inúmeras escolas de pensamento nas Ciências Sociais e auxiliando na designação de uma gama de fenômenos políticos (MOISÉS, 2005), o conceito de confiança consiste num importante fator para o desenvolvimento de comunidades e sociedades organizadas, estando diretamente presente no alicerce das relações entre os indivíduos (TONINI, MACKE, 2007). Neste sentido, pesquisas sugerem que tal conceito comporta elementos relevantes para se compreender as relações humanas, equiparando-se, às contribuições deixadas pelo conceito de capital social (REIS, 2003). Tal colocação não causa espanto, visto que a confiança é entendida como componente elementar para a construção do capital social (PUTNAM, 1996).

Para Hobbes (1999), a confiança representa uma paixão oriunda do sentimento de expectativas para um bem posterior. Segundo Rennó (1998), “a confiança reforça a ação coletiva e a cooperação, porque se baseia em expectativas da continuidade de padrões de comportamento estabelecidos e repetitivos” (p. 36). Rousseau *et al* (1998), coloca o risco e a interdependência humana enquanto conjunturas adequadas para o desenvolvimento da confiança. Fukuyama (1996), em sua análise, defende que a confiança representa uma importante ferramenta para o bem-estar de um país, onde os costumes e tradições fazem-se relevantes para melhor entendimento dos impactos negativos e positivos das ações envoltas no corpo coletivo. Almond e Verba (1989), defendem que a confiança representa um expoente ímpar na promoção de sociedades com cooperação política, favorecendo a política democrática. Inglehart e Welzel (2007), argumentam que a confiança representa um dos pilares produtores de eficácia, no que diz respeito ao bom funcionamento de instituições democráticas. Segundo Moisés (2005), a confiança se relaciona com a coesão social, aspecto elementar para o bom funcionamento das sociedades modernas e complexas. Em resumo, pesquisas reforçam o entendimento de que a confiança fortalece as relações internas de uma sociedade, agregando impactos positivos, tanto numa perspectiva individualizada das relações sociais, quanto num sentido mais amplo de comunidade (BAQUERO *et al*, 2013).

Foram muitas as correntes teóricas que buscaram mobilizar estudos que propiciam maior clareza sobre os elementos que envolvem o conceito de confiança, em grande parte, amparadas pelo paradoxo de apoio à democracia e descrença nas instituições. Dentre as tais correntes teóricas, destacam-se perspectivas sociopsicológicas, culturalistas (modelo cultural), racionalistas (modelo econômico) e institucionalistas. Neste sentido, busca-se discorrer brevemente sobre as concepções que envolvem os modelos analíticos supracitados.

Os estudos sobre confiança que foram orientados pela perspectiva sociopsicológica, buscam traduzir tal conceito, partindo de um espectro individualizado, onde o fenômeno da

confiança (seja interpessoal ou institucional) configura-se em função dos diferentes padrões de personalidades dos agentes sociais. Como evidenciado por Cattell (1965), a primeira fase da socialização, responsável por capilarizar aspectos da formação psicológica, a exemplo das relações familiares, auxilia na formação da personalidade dos indivíduos, conseqüentemente, sua propensão a (des)confiar e (não)cooperar está em paridade com a formação de sua “história psicológica”, portanto, indivíduos com experiências negativas tenderiam a ser menos propensos à cooperação. Em síntese, a prática da confiança resumir-se-ia à orientação alicerçadas pela personalidade do cidadão, incorporando o aspecto afetivo da vida social por meio das relações sociais e pela experiência dos indivíduos com o sistema político (MOISES, 2010).

Críticas foram direcionadas para a perspectiva sociopsicológica, buscando traçar os limites da teoria até então exposta. Segundo Moisés (2010), vertentes argumentam que a teoria busca respostas para sociedades inteiras amparando-se somente em elementos de características psicológicas individuais, não respondendo casos em que membros da mesma família divergem em seus valores e orientações políticas. Neste mesmo caminho, Newton *et al* (2000) sugerem que, ao presumir a confiança enquanto uma especificidade puramente individual, esperar-se-ia uma consonância entre a confiança nas instituições e a confiança interpessoal, fato este que não se consolidou através das pesquisas.

Os estudos sobre confiança que estão baseados na perspectiva cultural, tendo como precursores os já então citados Almond e Verba (1989), preconizam esclarecer as nuances envoltas ao conceito supracitado, a partir do entendimento analítico dos padrões que envolvem os valores culturais e orientações políticas de determinada sociedade. Como evidenciado anteriormente, as ideações formadoras de dada civilização encarnar-se-iam em sua cultura política, influenciado na percepção individual sobre as autoridades governamentais e instituições (ALMOND, VERBA, 1989; INGLEHART, WELZEL, 2007, 2009). Colocando em outras palavras, os processos de formação cultural consolidados pelo tempo firmam-se como ferramentas elucidativas, no que diz respeito à abrangência do estudo científico do conceito de confiança (ALMOND, VERBA, 1989; INGLEHART, WELZEL, 2007, 2009). Autores como Putnam e Coleman, agregando subsídio teórico para essa perspectiva teórica, adicionam às análises indicadores de desempenho institucional, econômico, governamental e político, complementando o leque argumentativo.

Surgindo com intuito de apresentar-se como um modelo de alternância aos anteriores, a perspectiva econômica desenvolve suas análises, argumentando que os índices de confiança estão condicionados ao desempenho econômico governamental. Ou seja, o apoio dos agentes sociais firma-se com positividade quando os governos e autoridades políticas apresentam um

bom desempenho, confluindo com as demandas estabelecidas socialmente (MOISÉS, 2010). O modelo de análise econômica da confiança comumente é empreendido pelos adeptos da Teoria da Escolha Racional, onde os cidadãos fariam o cálculo racional dos custos e benefícios de tal prática, baseando-se em suas experiências presentes e passadas, para inferir uma conjuntura hipotética futura (DOWNS, 1999).

Críticas foram desenvolvidas para o modelo econômico da confiança, onde pesquisas sugerem o aumento da desconfiança, mesmo em países desenvolvidos que apresentam índices crescentes de desempenho econômico e político, a exemplo dos Estados Unidos da América (MOISES, 2010).

Por último, mas não menos importante, tem-se o modelo institucional da confiança, baseado na noção de que o funcionamento institucional é responsável por orientar os sentimentos e valores da sociedade civil (AVRITZER, 2008, 2011; FIGUEIREDO, 2001). Ou seja, as instituições exercem relevante papel no comportamento coletivo (MOISES, 2010). Em síntese, essa perspectiva ampara-se ao argumento de que a qualidade do desempenho das organizações, estando ela em consonância com as expectativas individuais traduzidas pelo corpo coletivo, influencia nos diferentes tipos de (des)confiança social (AVRITZER, 2008, 2011; FIGUEIREDO, 2001).

Segundo Stokes (1962) e Miller (1974), para além do fenômeno da qualidade do desempenho institucional, outro fator relevante para entender a (des)confiança no modelo institucional, consiste no grau de inclinação e interesse de cada cidadão com as pautas que influenciam diretamente em seu dia a dia, convidando o debate a transcender aspectos puramente institucionais, colocando em consideração a orientação dos agentes sociais para com os ideais que regem os direitos e deveres das concepções de cidadania, onde as organizações atuam como entidade mediadora, entre o supracitado movimento idealizado e as condutas governamentais (MOISÉS, 2010).

Os argumentos e definições supramencionados, engendram uma gama de características responsáveis por orientar as diferentes lentes de análises que são responsáveis por compor e subsidiar o debate proposto. Neste sentido, cabe salientar que a argumentação aqui desenvolvida se encontra nos estudos de cultura política. Contudo, tal afirmação não firma-se com intuito de minar outras perspectivas teóricas, em contrário, acredita-se na carga analítica de cada vertente exposta, que à sua maneira e ao seu modo deixam contribuições para o campo das pesquisas em confiança.

1.3 (Des)confiança: confiança interpessoal e institucional

Por definição, a confiança consiste na crença que um indivíduo X deposita na atitude futura de outros indivíduos Y, ou seja, consiste na expectativa individual de que por meio de uma ação, outras pessoas contribuirão para seu bem-estar ou não lhe proporcionarão qualquer tipo de prejuízo (MOISÉS, 2010). Putnam (1996), atribui à reciprocidade e à dependência do trajeto - os ciclos virtuosos de cooperação - os dois elementos relevantes para o desenvolvimento conceitual de *confiança*. É pertinente mencionar que, inevitavelmente, o emprego da confiança envolve riscos, pois o seu resultado final é carregado de incertezas (MOISÉS, 2010).

Caracteristicamente, a confiança materializa-se através das relações interpessoais dos sujeitos inseridos em determinados grupos sociais - igrejas, coletivos, escola, família etc - auxiliando na legitimação e manutenção das especificidades que são características desses grupos e sociedades (MOISÉS, 2005). É instigante pontuar que, com o advento das sociedades modernas, as relações que envolvem a confiança social deixam de existir sob o prisma de um fenômeno particularizado, expandindo seus reflexos para as relações entre ‘estranhos’, ou seja, cidadãos desconhecidos que passam a integrar a comunidade (MOISÉS, 2005). Esse fenômeno pressupõe cooperar com objetivos coletivos que transcendem o campo dos interesses particulares dos atores sociais (MOISÉS, 2005), trazendo uma nova perspectiva de análise para o conceito.

A partir da conjuntura exposta no parágrafo anterior, delineada pelo surgimento de organizações sociais complexas, surge a confiança interpessoal. Apesar dos recentes debates acerca dos sentidos responsáveis por orientar a variável supracitada, em sua relação com os processos democráticos, acredita-se que a confiança interpessoal é uma ferramenta relevante nas pesquisas sobre cultura política (RENNÓ, 2001). Rennó (2001), pontua que “a confiança interpessoal é uma garantia de que os indivíduos se comportarão de modo previsível. Em consequência, os contratos e as leis serão respeitados e a cooperação será incentivada.” (p.33). Neste sentido, como ressaltado, o acúmulo de confiança interpessoal nas relações humanas contribui para a construção e consolidação do capital social (BAQUERO *et al*, 2013). Colocando em outras palavras, “a confiança interpessoal, a obediência às leis e a confiança nas instituições são consideradas componentes centrais de um padrão cultural democrático.” (RENNÓ, 2001, p. 34).

A ideia por trás dessa noção, consiste no fato de que confiança interpessoal atua como elemento facilitador, ou seja, diminui os custos que pairam sobre a incerteza da tomada de

decisão individual, e representa estabilidade para os agentes sociais envolvidos nas relações entre Estado e Sociedade (MOISES, 2005, 2010). Em outras palavras, a confiança interpessoal ocupa o vácuo existente entre o empreendimento cognitivo necessário para avaliar decisões políticas e o discernimento de inferir em como elas afetam diretamente no dia a dia dos cidadãos (MOISES, 2005, 2010)

Estudos sugerem que as configurações que orientam a confiança interpessoal podem ser melhor entendidas a partir da conjuntura cultural, política e econômica que propiciaram sua origem (ALMOND, VERBA, 1989; INGLEHART, 1997; PUTNAM, 1996). De acordo com a perspectiva de Almond e Verba (1989), os padrões de organização cívica traduziriam a confiança interpessoal, que, ao formar capital social propicia o contexto adequado para a consolidação democrática (ALMOND, VERBA, 1989; PUTNAM, 1996). Segundo o entendimento desenvolvido por Inglehart, a confiança interpessoal está positivamente relacionada com a consolidação dos valores democráticos, auxiliando para a estabilidade da democracia.

No âmbito das discussões que envolvem a confiança interpessoal, críticas foram mobilizadas para as análises supramencionadas, pontuando a sua incapacidade de explicar aspectos da confiança interpessoal pela noção de capital social, visto que existem outras formas de organização social que não estão pautadas pelo respeito às instituições ou pela virtude cívica, como é o caso das organizações mafiosas (MOISES, 2010). Buscando contornar tal problemática, como evidenciado por Cohen (1999), busca-se também analisar a incumbência moral responsável por orientar a ação coletiva de grupos sociais, decorrendo a confiança interpessoal da inter-relação existente entre esses fatores supracitados (orientação moral *versus* formação de grupos sociais).

Na medida em que se aprofunda nos estudos sobre confiança, acredita-se na relevância posta entre os aspectos que envolvem a confiança interpessoal, caminhando em consonância com os elementos orientadores da confiança institucional. Seguindo por este caminho, busca-se debater sobre o fenômeno da confiança institucional, que se faz importante para as premissas deste trabalho.

Os pressupostos responsáveis por sustentar que a confiança interpessoal ocasiona na confiança institucional tem encontrado resistência de alguns pesquisadores da área (MOISÉS, 2010). Este fato se consolida ante à noção de que o *modus operandi* liberal não sustenta tal diálogo, visto que a perspectiva orientadora de democracia liberal está baseada na desconfiança do poder, mas desconfiança essa, que assumiria o formato de *accountability*, materializando-se por meio do controle dos agentes políticos e institucionais pelos cidadãos (MOISES, 2010).

Por outro lado, a confiança que os cidadãos depositam nas estruturas formais do Estado, ou, em outras palavras, a confiança institucional, também diz respeito a elementos que auxiliam na compreensão dos fenômenos que envolvem a qualidade da democracia (BAQUERO *et al*, 2013). Segundo Baquero *et al* (2013), a confiança institucional atribui reconhecimento formal às organizações e instituições dotadas da capacidade de atribuir deliberações que afetam diretamente a vida dos indivíduos de uma sociedade. É através da confiança institucional que se encontra o pressuposto capaz de subsidiar o alicerce e a construção da confiança social entre os sujeitos, proporcionando maior predisposição para o engajamento cívico e para as atividades coletivas (BAQUERO *et al*, 2013)

A confiança nas instituições difere da confiança interpessoal, pois a confiança institucional se consolida por meio das associações formais; a confiança interpessoal surge das redes de sociabilidade que são inerentes ao senso comunal (SIMMEL, 1997, apud BAQUERO *et al*, 2013). Dentro dessa discussão, sugere-se uma tendência de crescente desconfiança popular nas instituições políticas e empresariais, comprometendo o fortalecimento do sistema democrático e da sociedade como um todo (BAQUERO *et al*, 2013).

Dentro dessa discussão, o Estado brasileiro também reflete suas impressões, onde, Inglehart (1997), sobre tal colocação, pontua que o Brasil apresenta altos índices de desconfiança, legitimando-se entre as nações mais desconfiadas de sua análise. O autor sustenta a existência de um consistente padrão de comportamento que orienta este posicionamento no país, onde 90% da população, expõe a impossibilidade de empreender confiança em outros indivíduos e/ou instituições. Diante de tal colocação, busca-se desenvolver uma breve análise sobre o caso brasileiro, preconizando refletir pontualmente, por meio de construções bibliográficas concernentes ao tema, as sugestões comportamentais que envolvem as orientações de *confiança* destes cidadãos em relação às instituições democráticas e aos outros indivíduos. Em síntese, almeja-se investigar a realidade posta por Inglehart, sob a luz de pesquisas desenvolvidas no Brasil, a exemplo do Latinobarômetro e World Values Survey.

1.4 (Des)confiança: observações sobre o caso brasileiro.

Muitos são os estudos que se empenham em elaborar concepções assertivas sobre os diferentes tipos de conduta que traduzem os sentimentos e anseios populacionais em relação o regime democrático e suas instituições (ALMOND, VERBA, 1989; INGLEHART, 1997, 2007; INGLEHART, WELZEL, 2007, 2009; NORRIS, 1999, 2000; OSTROM, 1990; BAQUERO, 2001, 2012, 2018; GONZÁLEZ, 2019; GROHMANN, 2017; MOISES, 2005, 2010). Segundo

José Álvaro Moisés e Gabriela Piquet Carneiro (2010), variadas pesquisas comparativas objetivam analisar a essência multidimensional desse fenômeno materializado pela inter-relação entre Estado *versus* Sociedade Civil, contudo, paira sobre tal conjuntura uma assimetria de orientações entre: 1) o sentido de associação/adesão ao regime democrático, 2) as interpretações de in(satisfação) com o sistema e 3) os graus (des)confiança populacional nas instituições da democracia.

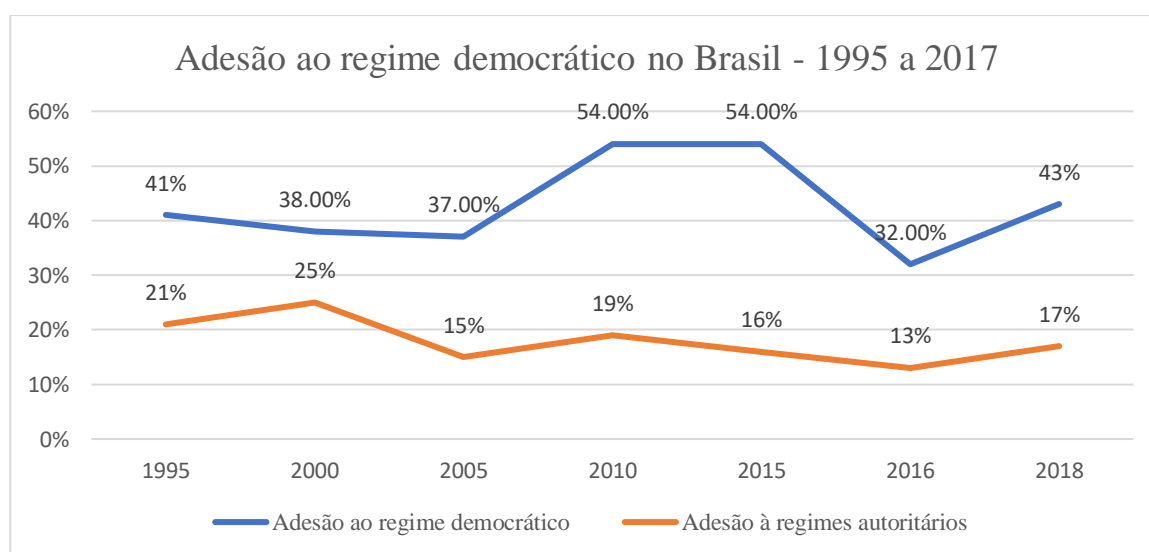
Diante do exposto, algumas indagações fazem-se legítimas ante aos pesquisadores que buscam responder as problemáticas impostas pelas inter-relações desses fenômenos políticos: Seriam os altos índices de desconfiança no sistema político e suas instituições um elemento capaz de minar a legitimidade e estabilidade do regime democrático? Inglehart (2009), ao tratar da desconsolidação da democracia, envolve-se com tal questão, sugerindo que, embora o caso analisado (nos E.U.A) aponte para maior nível de desconfiança da sociedade, esses indicadores não são expressivos e não representam real ameaça para o sistema, nesse contexto específico. Pelo contrário, podendo materializar-se enquanto elemento positivo para a democracia, favorecendo a fiscalização das instituições, ou seja, fortalecendo a legitimidade democrática (NORRIS, 1999). Seguindo neste mesmo caminho, a premissa liberal, como já apontado em tópicos anteriores, acredita na desconfiança institucional como um elemento positivo. Entretanto, surgem algumas dúvidas sobre as especificidades desta afirmação, quando se considera indivíduos imersos em contexto de desconfiança generalizada, e, sobretudo, em países que inevitavelmente compartilham de variados padrões de desenvolvimento, como é o exemplo do Brasil.

A partir das análises de Baquero (2001, 2012, 2018), Figueiredo (1991), Moisés (2005, 2010), Fuks (2011; 2012), Telles *et al* (2009), sugere-se que o sistema democrático no Brasil encontra-se teoricamente consolidado, com instituições cumpridoras dos preceitos constitucionais e eleições regulares. Paradoxalmente, pesquisas apontam que os cidadãos nutrem sentimentos negativos relacionado às instituições, em contrapartida, orientam-se positivamente quando se trata da democracia (MOISÉS, 2010). Ou seja, aceitação democrática e desconfiança institucional. Neste sentido, intentando melhor entendimento da conjuntura que envolve o paradoxo supramencionado e almejando encontrar respostas que possam sugerir alguma tradução para este fenômeno, busca-se fundamentar esta discussão através das informações disponibilizadas pelo Consórcio Latinobarômetro e pelas ondas de pesquisas do *World Values Survey*, sendo estes, responsáveis por contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais e políticos que estão circunscritos nos padrões de orientação política e social dos cidadãos brasileiros, agregando substrato analítico para essa pesquisa.

1.5 Dados do Consórcio Latinobarômetro

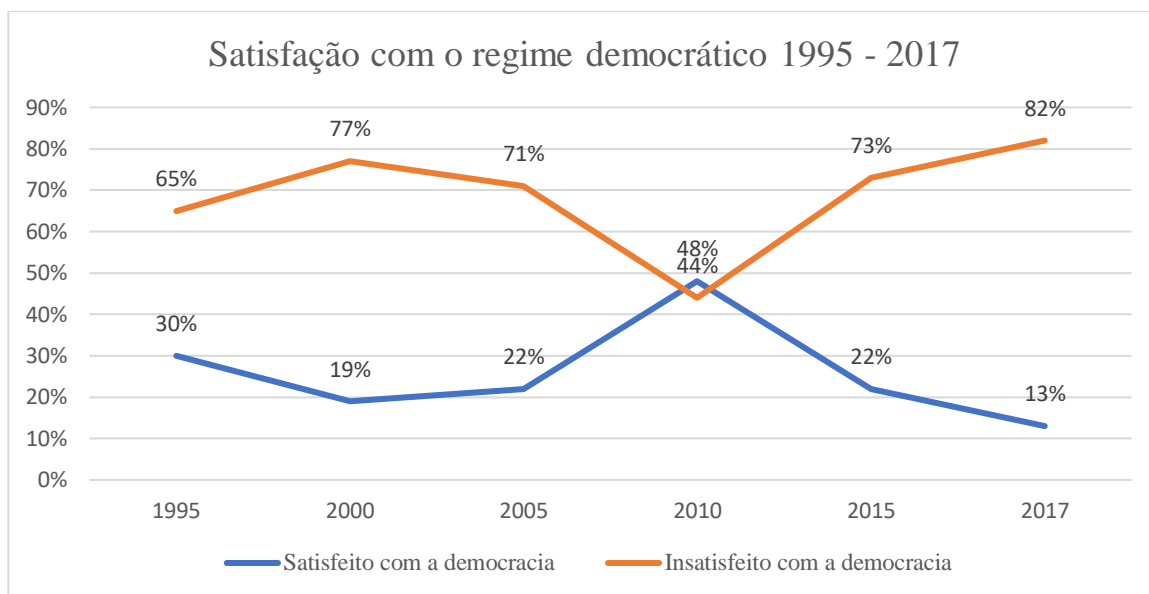
De acordo com os dados do Consórcio Latinobarômetro, entre os anos de 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2018, no Brasil, o sentimento de apoio ao regime democrático variou respectivamente entre os valores de 41%, 38%, 37%, 54%, 54% e 43%; cabendo destaque ao ano de 2016, correspondente ao período de impeachment da presidente Dilma Rousseff, onde os graus de adesão ao regime alcançaram o patamar de 32%. Para fortalecer o debate, as pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1989 e 2006, por José Álvaro Moisés (2010), apontam que os índices de adesão à democracia variaram de 44% a 65%, o que sugere relevante aquiescência dos cidadãos para com o atual sistema político. Para melhor visualização, o gráfico a seguir baseia-se nas informações do Latinobarômetro e descreve o contexto supracitado, comparando a adesão ao regime democrático em relação à adesão para com regimes autoritários.

GRÁFICO 1 – Adesão ao regime democrático no Brasil – 1995 a 2017



Fonte: *Latinobarômetro*. Gráfico produzido pelo próprio autor

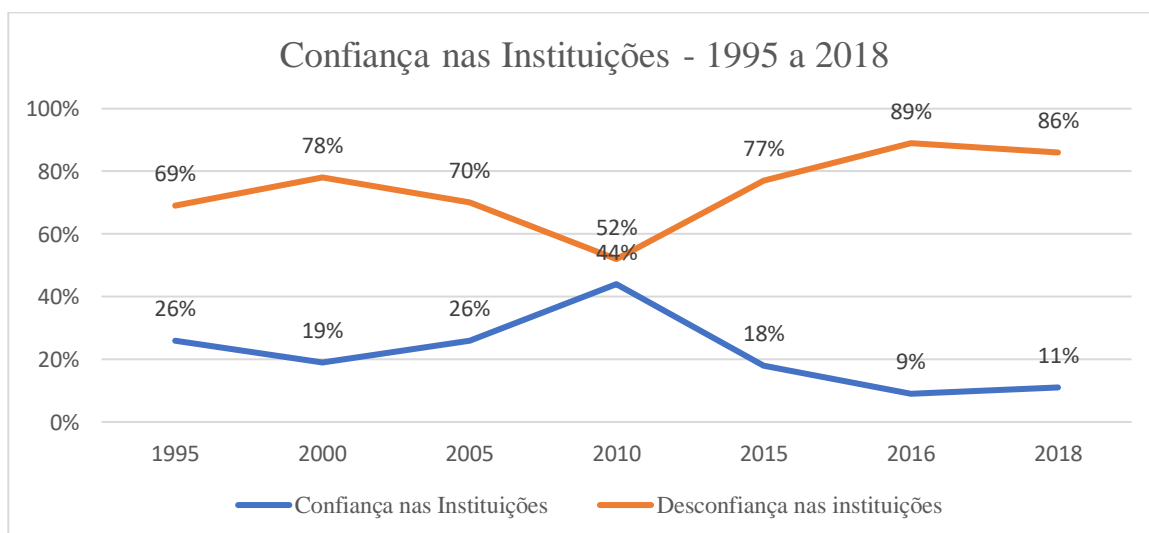
Sobre o sentimento populacional de satisfação com a democracia, José Álvaro Moisés (2010), aponta para um crescente descontentamento social em relação ao sistema. De acordo com o autor, entre 1995 e 2002, houve uma variação negativa de aproximadamente 8%, onde os números alteraram de 32% para 24%. De acordo com o Latinobarômetro, entre os anos de 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2017 os índices de descontentamento dos cidadãos brasileiros em relação ao sistema democrático apresentam-se, sucessivamente, em 65%, 77%, 71%, 44%, 73% e 82%, como pode ser visto pelo gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 – Satisfação com o regime democrático – 1995 a 2017

Fonte: *Latinobarômetro*. Gráfico produzido pelo próprio autor

Interessantemente, faz-se relevante mencionar que em 2010 os índices de satisfação democrática mostraram-se superiores aos graus de insatisfação, respectivamente representados entre 48% (satisfação) e 44% (insatisfação).

Transferindo o campo de análise para os aspectos que envolvem a confiança depositada pelos cidadãos brasileiros nas instituições (elemento chave da pesquisa), Moisés (2010) argumenta que de 1995 até 2003, esses índices não ultrapassam 35%, sugerindo consideráveis níveis desconfiança. O gráfico a seguir ajudará na compreensão da conjuntura exposta, a partir de pesquisas do *Latinobarômetro*.

GRÁFICO 3 – Confiança nas instituições – 1995 a 2018

Fonte: *Latinobarômetro*. Gráfico produzido pelo próprio autor

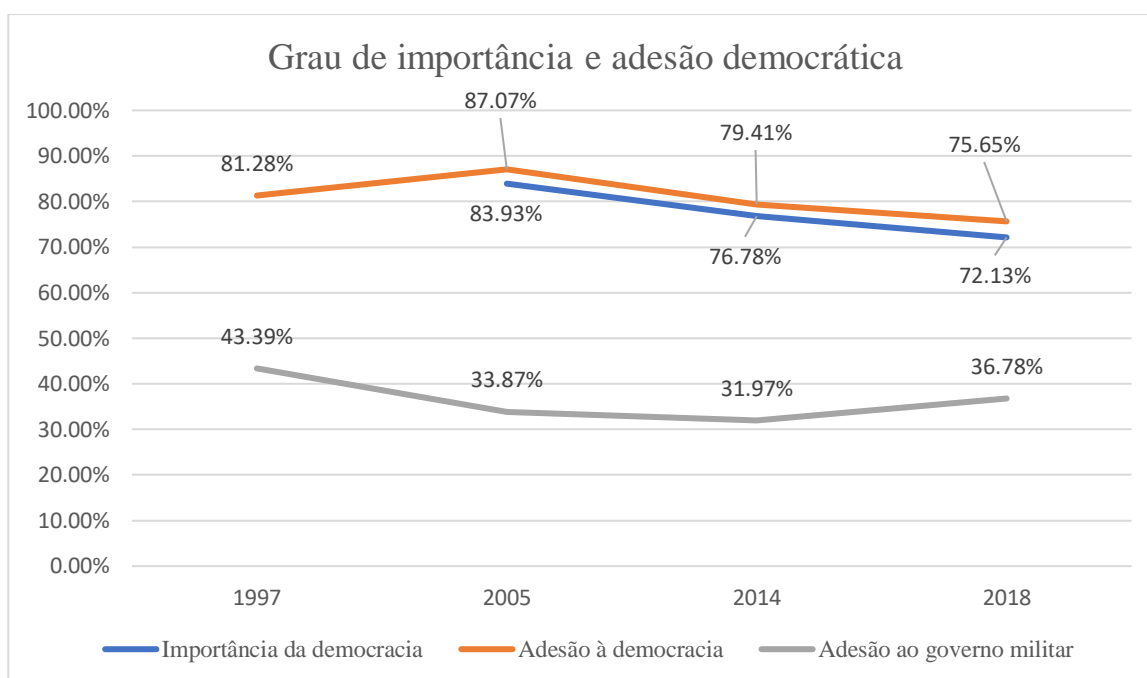
As informações apontam que, entre os anos de 1995, 2000, 2005, 2010, 2015, 2016 e 2018, ocorreram, respectivamente, e em valores aproximados, as seguintes variações para os números de desconfiança institucional no Brasil: 69%, 78%, 70%, 52%, 77%, 89% e 86%; sugerindo uma tendência crescente e constante para desconfiança generalizada nas instituições

Sintetizando os dados, no decorrer dos 28 anos analisados, as pesquisas do Latinobarômetro sugerem que os cidadãos brasileiros se orientam por altos padrões de desconfiança nas instituições e baixos padrões de confiança. Por vias de curiosidade, cabe a observação de que em 2016, ano correspondente ao período de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, os indicadores de confiança institucional alcançaram somente 9%, e os índices de desconfiança nas instituições 89%. Seguindo por esta via argumentativa, busca-se, a seguir, analisar os dados produzidos pelo *World Values Survey*.

1.6 Pesquisas World Values Survey

Como dito anteriormente, as análises seguintes baseiam-se em pesquisas realizadas pelo *World Values Survey*, que contribuem para construir o alicerce argumentativo responsável por sustentar as proposições e indagações circunscritas no presente estudo. No geral, objetiva-se analisar os graus de importância, preferência, adesão e satisfação dos cidadãos à democracia, bem como as suas orientações afetivas com relação à execução diária do regime (o Brasil é um país democrático?). A posteriori, busca-se desenvolver melhor entendimento sobre o andamento dos índices de confiança construídos nas ondas de 1991, 1997, 2005, 2014 e 2018.

Em decorrência das transformações que foram sendo realizadas nos questionários do WVS ao longo do tempo, não foi possível encontrar em 2005, as informações sobre a satisfação e percepção democrática. O mesmo fenômeno ocorre com a onda de 1991, restringindo as análises somente aos índices de confiança. Para melhor entendimento de toda conjuntura exposta, observa-se o gráfico abaixo:

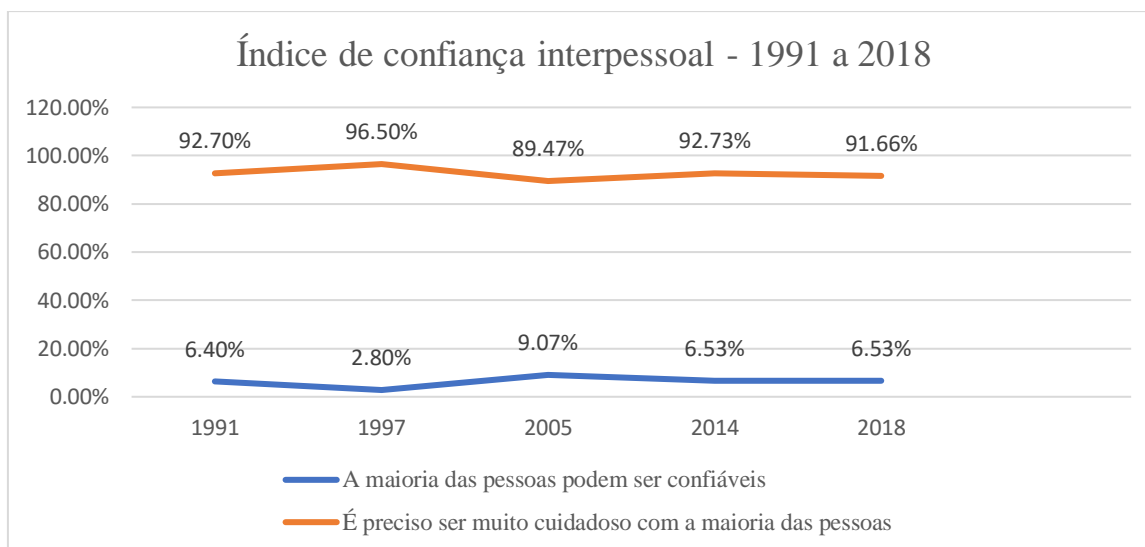
GRÁFICO 4 – Grau de importância e adesão democrática – 1997 a 2018

Fonte: *World Values Survey*. Gráfico produzido pelo próprio autor

Primeiramente, pontua-se não foram encontradas questões que avaliassem os graus de importância da democracia na vida dos cidadãos nas ondas de 1991 e 1997, justificando, assim, o início de sua apresentação somente no ano de 2005. Observação feita, as análises sugerem uma tendência de queda para os índices de adesão democrática, em paralelo com uma sutil elevação para adesão à governos militares, entre os anos de 1997 e 2018. As informações proporcionadas pelo *World Values Survey*, também indicam um movimento de queda percentual para o sentimento de importância da democracia na vida dos cidadãos brasileiros.

As análises apontam para uma tendência em que os cidadãos se mostram menos aderentes ao regime democrático no transcorrer do tempo. Essa queda, representa, numericamente, 6,9% dos entrevistados. A conjuntura exposta pode sim ocasionar em preocupação com a futura estabilidade do regime democrático no país, entretanto, com o intuito de balancear as argumentações, recorre-se às pontuações de Inglehart, que, reconhece os impactos negativos da falta de adesão ao sistema, mas, pondera que sua expressividade é quantitativamente baixa para produzir outro regime político.

Seguindo pela esteira deste debate, o gráfico abaixo busca evidenciar como se manifestam os índices de confiança interpessoal no Brasil, a partir de todas as ondas do WVS, representando o hiato temporal materializando entre 1991 e 2018.

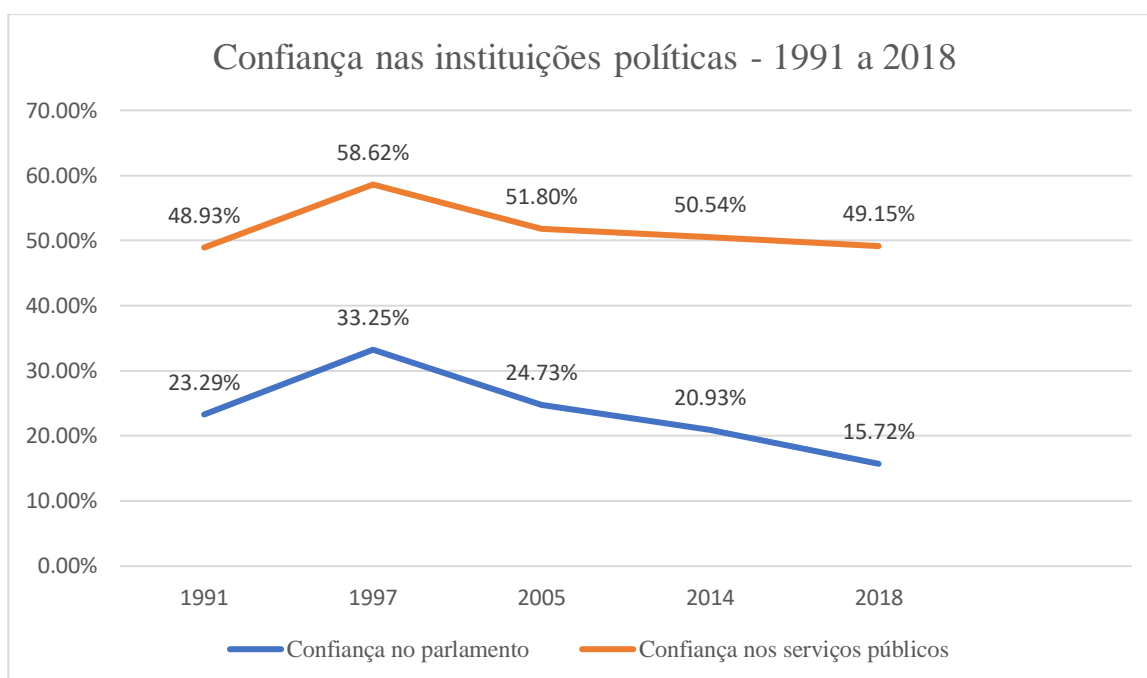
GRÁFICO 5 – Índice de confiança interpessoal – 1991 a 2018

Fonte: *World Values Survey*. Gráfico produzido pelo próprio autor

A partir das informações proporcionadas pelas ondas de pesquisa do *World Values Survey* (1991, 1997, 2005, 2014, 2018), observa-se que, no estrato temporal de 27 anos, os níveis de desconfiança interpessoal população brasileira permanecem numa tendência estável e elevada, assumindo a faixa percentual média de aproximadamente 92,6%. Em síntese, sugere-se, novamente, que os indivíduos no Brasil nutrem orientações de comportamento social pautadas pela desconfiança generalizada entre os demais agentes sociais.

1.7 Dados sobre confiança institucional

Apresentando características similares às análises anteriores, os questionários do WVS possuem singularidades que por vezes não podem ser transpostas em todos os anos estudados. Em síntese, existem perguntas específicas que não constam em todos os anos, entretanto, tal fato não é um fator impeditivo para construção de diagnósticos sobre os aspectos de confiança institucional da sociedade brasileira. Neste sentido, a seguir, busca-se discutir os padrões que envolvem as orientações de confiança nas instituições que se firmam pelo Brasil no decorrer do tempo. As análises correspondem às seguintes categorias: *confiança no parlamento*, *confiança nos serviços públicos*, *confiança no governo* e *confiança nos partidos políticos*, englobando o estrato temporal de 1991 até 2018.

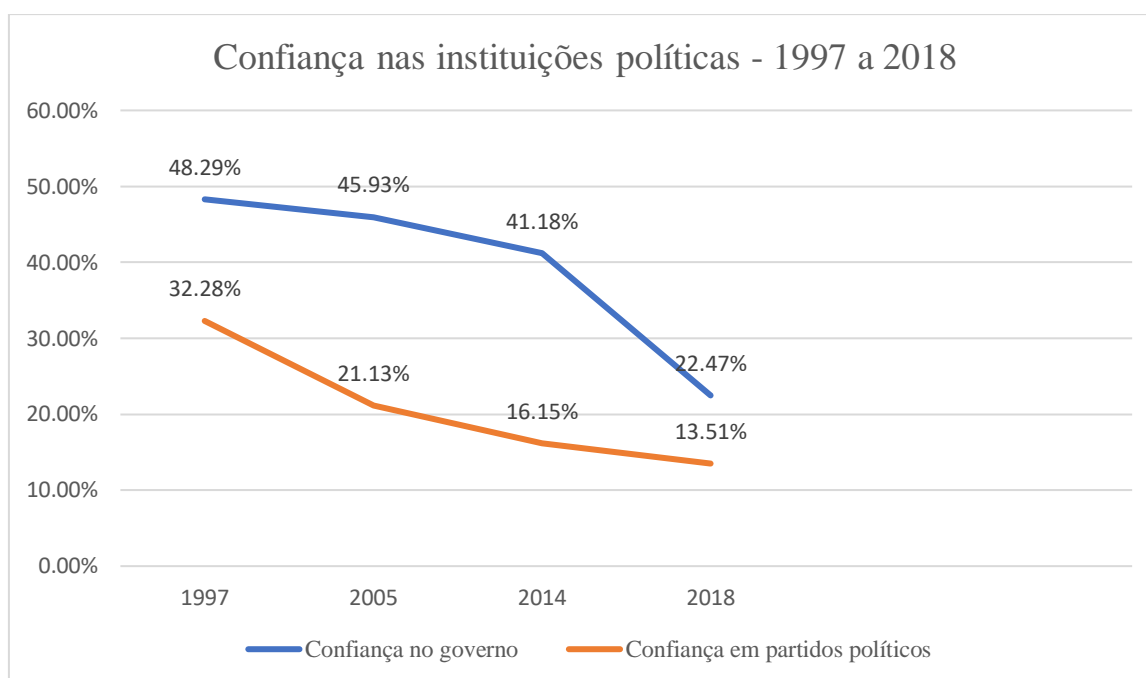
GRÁFICO 6 – Confiança nas instituições políticas – 1991 a 2018

Fonte: *World Values Survey – 1991 a 2018. Gráfico produzido pelo próprio autor*

O gráfico acima sugere que de 1991 até 1997, os indicadores caminham positivamente para o aumento dos padrões de confiança dos cidadãos no parlamento, que partem de 23,2% (1991) para 33,2% (1997). A partir de 1997, os índices sugerem uma tendência negativa, evidenciando um cenário de constante desconfiança. As informações alvitram queda de aproximadamente 32,5% para os graus de confiança no parlamento, entre 1991 e 2018.

Sobre o que diz respeito à confiança nos serviços públicos, firma-se uma conjuntura peculiar, onde o elemento analisado apresenta consideráveis padrões de confiança. Os dados sugerem que em 1991, 48,9% dos cidadãos afirmaram confiar nos serviços públicos. Em 1997 esse número sobe para 58,6%, representando uma elevação aproximada de 19,8% para o indicador supracitado. Entre os anos de 1991 e 2018, observa-se um aumento de confiabilidade representado em 0,4%.

O gráfico a seguir busca refletir sobre os índices de confiança no governo e em partidos políticos. As análises anteriores foram colocadas em diferentes apresentações, pois os indicadores observados abaixo só foram inseridos no questionário no ano de 1997. Neste sentido, essa divisão materializa-se com a intenção de promover maior clareza argumentativa ao discutir essas informações. Os dados correspondem ao estrato temporal de 1997 a 2018.

GRÁFICO 7 – Confiança nas instituições políticas – 1997 a 2018

Fonte: *World Values Survey – 1997 a 2018. Gráfico produzido pelo próprio autor*

De acordo com as informações apresentadas, observa-se uma tendência constante de queda nos graus de confiança no governo e partidos políticos, que, em 1997, representavam, respectivamente 48,2% e 32,2% dos respondentes. Ao transferir a análise para o ano de 2018, os mesmos índices apresentam-se com 22,4% e 13,5%. A partir do contexto supracitado, observa-se, dentro desses 21 anos de análise, um impacto negativo materializado pela queda de 53,4% de confiabilidade no governo e 58,1% em partidos políticos.

1.8 Variáveis Explicativas

Muitas foram as transformações sociais, culturais e políticas que envolveram a civilização humana entre os séculos XX e XXI. Guerras mundiais, golpes de Estado, investidas autoritárias e conquistas democráticas formam apenas alguns dos aspectos que traduzem a supracitada afirmação. Inevitavelmente, as mudanças impostas também imprimem novas configurações de comportamento para a sociedade civil e para as instituições.

A relação existente entre cidadania, confiança institucional e o funcionamento democrático não se mostravam com tanta evidência para os acadêmicos à época. Entretanto, no ambiente das democracias modernas, as instituições assumem para si um papel elementar, ao tempo que, é por meio de seu sentido e operacionalização que os indivíduos comuns aspiram e enxergam o caminho viável para a materialização de suas necessidades constitucionais (MOISÉS, 2010).

Interessantemente, os fenômenos circunscritos nas especificidades de confiança tomam corpo e assumem relevância para o debate político. Ou seja, tendo as teorias, já estabelecido a devida relação entre as liberdades civis cidadãos e o regime democrático, tal contexto abre o leque para novas lentes de análise, transcendendo o campo das discussões sobre adesão à democracia e introduzindo para os estudos políticos, o elemento da confiança nas condutas institucionais como ferramenta de relevância para a construção argumentativa; logo, o processo formador das orientações sociais de confiança, passaria pela avaliação racional dos indivíduos a partir de sua experiência com o desempenho de determinada organização (MOISES, 2010).

Autores como Antony Downs (1999), em *A Teoria Econômica da democracia*, já descreveram o relevante papel que as experiências assumem na formação do processo de tomada de decisão individual. Downs (1999), elucida que, num contexto de eleição, por exemplo, o cidadão irá se nortear através de sua vivência passada e presente para orientar sua decisão. Colocando em outras palavras, o autor argumenta que o processo de tomada de decisão individual partiria do cálculo que o sujeito faz de suas experiências com determinado governo X ou Y, e a partir deste cálculo, buscará inferir sua decisão futura no sentido de minimizar o seus custo e prejuízos. No âmbito das instituições, a lógica é semelhante: o agente social reflete sobre suas experiências passadas e presente, mediando-se pelas expectativas atribuídas ao papel de determinada instituição e seu desempenho prático, e, no fim, concretiza o seu processo de tomada de decisão: *confiar* ou *desconfiar*.

Neste contexto, os padrões de cultura política inseridos nas pessoas e nações, firmam-se com relevância para o desencadeamento dos processos históricos e sociais que subsidiam o *modus operandi* das instituições. Ou seja, os modelos e formatos de experiência institucional na qual os cidadãos estão sujeitos a vivenciar em seu cotidiano e que são responsáveis por influenciar na sua decisão (confiar/desconfiar), estão, em grande, parte orientado pela estrutura em que se materializa a cultura política de determinado local no transcorrer do tempo. Fator que explica a complexidade analítica que envolve as múltiplas variações do fenômeno da confiança.

No sentido de aprofundar o argumento posto, pontua-se que, em países como Itália, por exemplo, os padrões de desconfiança institucional poderiam ser explicados a partir das experiências negativas dos cidadãos, materializadas pelas práticas de corrupção e ineficiência do desempenho das instituições (PUTNAM, 1988; 1995; 1996; MOISÉS, 2010). Em contrapartida, pesquisas sugerem consideráveis índices de confiança em países como Holanda e Finlândia, fator que se explicaria em virtude do cumprimento dessas organizações com as expectativas de seus indivíduos, em relação ao seu papel constitucional e desempenho prático (MOISES, 2010).

No caso brasileiro, os estudos sugerem altos graus de insatisfação e apatia social para com as instituições (MOISES, 2010). Esse cenário é confirmado a partir dos dados do Consórcio Latinobarômetro e das pesquisas do *World Values Survey*, evidenciando que o cidadão neste país é complacente com a democracia, nutrindo sentimentos de adesão ao sistema. Entretanto, na contramão do exposto, orienta-se por altos índices de descontentamento com o regime e grandes níveis de desconfiança com as instituições democráticas. Tal fator pode ser explicado pelo conjunto de experiências negativas em que os agentes sociais são constantemente expostos no Brasil, como escândalos de corrupção e ineficiência institucional.

Analiticamente, as questões envoltas sobre o fenômeno da (des)confiança trazem vistas para o entendimento do cidadão crítico, desenvolvido por Norris (1999). A autora argumenta, a partir de seu objeto de estudo, que a dissonância existente entre confiança institucional *versus* aceitação formal à democracia, onde contrastam-se baixos níveis de confiança e aumento de aderência ao regime democrático, pode se materializar num contexto propício para o surgimento do cidadão crítico - Inglehart também trata indiretamente de tal assimetria ao tratar sobre o *mito da desconsolidação democrática*. Norris (1999), ressalta que, ao concordar com os valores, normas e princípios democráticos o agente social, por sua vez, torna-se mais rigoroso quanto às formas de funcionamento e manutenção do sistema político supracitado. Logo, o cidadão crítico entra em cena, mas não para erodir a democracia, e sim, reforçar seu bom funcionamento (NORRIS, 1999).

A reflexão proposta por Norris (1999) é relevante e agrega substância para os estudos em cultura política. Entretanto, é interessante notar que suas análises estão voltadas para conjunturas expressivamente distintas das que se apresentam no caso brasileiro. O que se pretende dizer, é que os indicadores materializados por Norris (1999), onde a autora sugere que o cidadão crítico pode ajudar a fortalecer a democracia, foram direcionados a partir de análises que se baseiam em características de países que vivenciaram outros processos de industrialização e formação cívica. Ou seja, quando se transfere essa perspectiva analítica para o caso brasileiro, pautado pela formação de relações clientelistas, patrimonialistas, mandonistas etc. (HOLANDA, 2014; FAORO, 2021; LEAL, 2012), pode-se observar algumas assimetrias, decorrentes do processo de construção e consolidação histórica do país (FUKS, CASALECCHI, 2016).

Neste sentido, a desconfiança é inerente às democracias liberais e pode materializar-se como elemento positivo (NORRIS, 1999). Contudo, padrões de desconfiança generalizada, somados à altos índices de insatisfação com o funcionamento do sistema democrático, colocam

em xeque os indicadores de qualidade da democracia e carregam consigo a incerteza de como tais fenômenos podem se materializar com o decorrer do tempo (MOISES, 2010).

As instituições assumem papel elementar para o bom funcionamento da democracia, pois ela torna viável a presença das pessoas comuns nos processos avaliativos, influenciado, teoricamente, no processo de construção das políticas públicas, por exemplo (MOISES, 2010). Mas, o cenário generalizado de desconfiança e descontentamento populacional, sugere o enfraquecimento da cooperação social e coordenação estatal (GIDDENS, 1990; NORRIS, 1999), alicerçando um estado de descrédito e apatia social, propício para fundamentar conjunturas de instabilidade democrática.

Inglehart (1997), Fuks e Casalecchi (2016) argumentam que a instabilidade democrática, bem característica do caso brasileiro, juntamente da precariedade social e as limitações econômicas e institucionais oriundas da democracia, apresentam-se como fatores que favorecem a desconfiança nas instituições, trazendo preocupações para a legitimidade do sistema no país. Neste mesmo sentido, Severo (2018) pontua que os decrescentes níveis de confiança nas instituições acabam por minar a legitimidade das elites políticas no Brasil. Baquero (2001), em sua análise, reforça que as assimetrias econômicas e sociais do país, decorrentes de regimes autoritários, favorecem a desconfiança institucional, prejudicando a legitimidade democrática. Para Lagos (2000) a desconfiança institucional remonta os processos autoritários herdados do período colonial, sendo estes a razão da estirpe e consolidação dos baixos padrões existentes de confiança nas estruturas formais do Estado. Resumidamente, as pesquisas apresentadas e produzidas no Brasil se orientam na mesma direção das análises propostas.

Em última análise, sustenta-se o pressuposto em que a cultura política representa um importante elemento para o desenvolvimento de uma melhor compreensão do comportamento humano e do desenvolvimento cívico (ALMOND, VERBA, 1989, BAQUERO, 2001; CRUZ, 2005; ; GONZÁLEZ, BAQUERO, GROHMANN, 2021; GROHMANN, 2017, MOISÉS, 1995; PUTNAM, 1988, 1966); o conceito de capital social materializa-se como importante expoente para o fortalecimento da comunidade social e para a construção da confiança (BOURDIEU, 1989; COLEMAN, 1988, 2011; PUTNAM, 1995); onde a confiança institucional e interpessoal firmam-se como ferramentas agregadoras de cooperação, estabilidade e legitimidade das relações entre os indivíduos e para as estruturas formais do Estado democrático (ALMOND, VERBA, 1989; BAQUERO, 2001. BAQUERO *et al*, 2013; FUKUYAMA, 1996, MOISÉS, 2005; RENNÓ, 2001).

Por fim, ao partir da premissa de que ao aspectos de confiança interpessoal e institucional podem ser melhor analisados a partir dos fenômenos que originaram a conjuntura

cultural, social e política que rege determinada sociedade (ALMOND, VERBA, 1989; INGLEHART, WELZEL, 2007; PUTNAM, 1993), busca-se no próximo capítulo desenvolver o debate acerca dos processos de construção histórica do Brasil, que auxiliará na compreensão dos padrões de cultura política nacional, bem como no entendimento de seus reflexos para a construção histórica e dos fenômenos políticos estudados no município de Mariana-MG.

CAPÍTULO 2

2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA NAÇÃO BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS EM MINAS GERAIS E MARIANA

O processo de construção histórica da nação brasileira acontece dentro de muitas especificidades, apresentando, muitas das vezes, um *modus operandi* distinto dos formatos de desenvolvimento que se acarretou dentre os seus vizinhos da América. Inevitavelmente, o esboço desse território chamado Brasil, está interligado com a disseminação comercial e marítima de Portugal, que desencadeou os fenômenos que serão aqui discutidos. A questão posta, é: a expansão marítima portuguesa traz à tona um novo mundo, diferente, que a partir de então, acaba por estimular formatos muito próprios de pensamento e de ação (FAORO, 2021).

A chegada das primeiras navegações na costa sul da Bahia, ocasionaria numa singular sociedade que, de tão singular, se tornaria plural. Mas, o que teria então os brasileiros de tão particular quando postos em comparação aos portugueses? Darcy Ribeiro (2015), elucida essa questão, apontando que tal particularidade origina-se das características ambientais impostas neste novo território, bem como, “[...] decorre das qualidades diferenciadoras oriundas de suas matrizes indígenas e africanas, da proporção particular em que elas se congregaram no Brasil [...]” (RIBEIRO, p. 18, 2015). Ou seja, a construção dessa história chamada Brasil, embora esteja diretamente ligada, em sua estirpe, “[...] à matriz portuguesa [...]” (RIBEIRO, p. 18, 2015), firma-se dentro de uma conjuntura em que a orientação de suas próprias especificidades se dá pela inter-relação existente entre os diferentes povos supracitados.

Os portugueses, mostram-se, em grande parte por conta de sua privilegiada localização geográfica, como pioneiros na ocupação dos trópicos. Nessa façanha, pode-se argumentar que eles alcançam “[...] sua maior missão histórica [...]” (DE HOLANDA, p.49, 2014), incorporados, como “[...] portadores naturais dessa missão [...]” (DE HOLANDA, p.49, 2014)”. Para colocar o que foi dito em outras palavras, pontua-se que “nenhum outro povo do Velho Mundo achou-se tão bem armado para se aventurar à exploração regular e intensa das terras próximas à linha equinocial, onde os homens depressa degeneram”. (DE HOLANDA, p.49, 2014).

Cabe aqui problematizar que, salvo os devidos “méritos” oriundos das conquistas atribuídas aos portugueses, essa exploração marítima não configura-se num conjunto de ações orientadas por posturas metódicas e pautadas pela razão, em contrário, norteia-se num grau de negligência e abandono (DE HOLANDA, 2014)

Os primeiros contatos que se deram entre o novo e o velho mundo, assumiram, por sua vez, um tom mais pessimista. Diferentemente das colônias espanholas, no Brasil não se encontravam os metais preciosos tão almejados, conjuntura que permaneceu constante por aproximadamente dois séculos (JÚNIOR, 2006). À primeira vista, a terra recém-descoberta mostra-se desprivilegiada de ouro, prata e trigo, ao passo em que “mereceria o desprezo do traficante ávido de lucros, de comércio, de metais preciosos” (FAORO, p. 119, 2021). Entretanto, a descoberta do pau-brasil seria responsável por estender os interesses da Coroa portuguesa neste território, estimulando, por intermédio do monopólio real, o prolongamento da estrutura mercantil na colônia (FAORO, 2021).

Neste contexto, cria-se para o Brasil à época, assim como evidenciado por Faoro (2021), um imaginário social semelhante ao do paraíso, remontando, por analogia, quase que a visão do Jardim do Éden. Em seus escritos, observa-se relatos que sustentam a afirmação posta, onde “[...] Muitas peças constroem o palco do paraíso: os homens e as mulheres andam nus, “sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas”, todos são saudáveis, [...] e, sobretudo, estão libertos da autoridade, do “acatamento ou medo”. (FAORO, p. 120, 2021). Corroborando com tal proposição, a autora Marilena Chauí, argumenta que a imagem que se constrói da mais nova colônia portuguesa seria análoga à de um oásis a ser explorado.

Essa ideia fantasiosa abre margem para a elaboração de diversas histórias, empreendidas, num ponto para alimentar o imaginário lúdico e aventureiro que foi responsável por sustentar a constante busca pelas sonhadas pedras preciosas. Neste sentido, a América não seria o lar dos degradados e nem o palco dos exilados, por sua vez, encarnar-se-ia como o reino da aventura, no espaço em que fizera ser possível dar luz à ostentação senhorial, em detrimento da pobreza e da fome (FAORO, 2021). Subjetivamente, surge desse contexto, com moderada sutileza, “o fio da rede mercantil que devora o mundo. O império da utopia não nega, combate ou se opõe à realidade: ele a substitui, colocando, em lugar do ouro e da prata, a fantasia, para chegar aonde o ouro e a prata levam.” (FAORO, 2021, p. 124).

Sérgio Buarque (2014), auxilia na compreensão da noção posta sobre o imaginário lúdico (aventureiro) que foi sendo costurado nesse processo de construção histórica nacional. Segundo De Holanda (2014), o espírito aventureiro encarna no comportamento que se traduz por seu objetivo latente e imediato, onde, cabe ignorar todos os processos paralelos responsáveis pela objetivação do mesmo. Em outras palavras, “seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore” (DE HOLANDA, p. 50, 2014). Seu campo de visão enxerga apenas ações que lhe proporcionem benefícios imediatos, logo, ignoram os limites, transformando suas intempéries diárias em escada para alcançar suas ambições (DE HOLANDA, 2014).

Em síntese, o espírito da aventura descrito, se resumiria na sede por prosperidade sem custo, riqueza fácil e posições de destaque, característica que se tornou notória nas populações destas terras, tendo influência marcante para a construção nacional (HOLANDA, 2014). “O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. [...]” (DE HOLANDA, P.56). Portanto, a predisposição aventureira influencia decisivamente para as características da vida nacional, embora não seja a única variante determinística (HOLANDA, 2014).

Vestindo-lhe a carapuça tão bem desenhada pelo espírito de aventura acima supracitado, as atividades açucareiras entram em cena na economia mercantil da colônia, onde, a princípio, os lucros que foram proporcionados por tais empreendimentos valiam dos esforços empreendidos para sua prática e implementação (HOLANDA, 2014). Contudo, os métodos empregados eram muito danosos para o solo. Neste sentido, “a regra era ir buscar os lavradores novas terras em lugares mata dentro, e assim raramente decorriam duas gerações sem que uma mesma fazenda mudasse de sítio ou de dono” (HOLANDA, p. 58, 2014).

Caracteristicamente, o Nordeste brasileiro apresentava condições propícias para o empreendimento lucrativo das lavouras açucareiras. Esse fator contribui para que tal região se tornasse o palco onde se esboçaria o desenho mais elaborado do *modus operandi* responsável por orientar a organização agrária que formar-se-ia em território nacional, posteriormente (HOLANDA, 2014). Em paralelo, a necessidade de assegurar a defesa dos limites territoriais da colônia ocasionou no interesse da Coroa em inserir populações e povoar estas terras (FAORO, 2021). Logo, a formação dos engenhos de açúcar também contribuiria para sustentar definitivamente esse movimento, consolidando-o de maneira estável e permanente (FAORO, 2021).

A economia açucareira passa a assumir o protagonismo do sistema mercantil que fora estabelecido entre colônia e metrópole, abafando as indústrias de pau-brasil e sendo responsável por transformar as estruturas das atividades econômicas nacionais, introduzindo de forma mais consolidada as relações de trabalho escravo no Brasil. (FREYRE, 2019).

É interessante pontuar que a transição e consolidação da produção agrária no Brasil não foi suficiente para dirimir os impulsos motivadores pela busca de riqueza e prosperidade materializadas pelo espírito aventureiro. Pelo contrário: “todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios. [...] queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para desfrutarem e a deixarem destruída” (DE HOLANDA, p.60, 2014). Dentro deste cenário supramencionado, na América dos Trópicos,

forma-se então, uma sociedade de estrutura agrária e com relações escravocratas na técnica de exploração econômica (FREYRE, 2019).

Curiosamente, nunca na história das colonizações europeias empreendidas diretamente em territórios tropicais, foi colocado em prática a ideia de se exercer a conciliação do modo de vida da metrópole, em sua moralidade e essência, para um meio-ambiente que possuirá o clima tão distinto de seus costumes, onde, o processo de formação do Brasil, representa uma ruptura deste fato até então estabelecido (FREYRE, 2019). Ao partir para as explorações marítimas e ao fixar-se nas “terras do pau-brasil”, os portugueses foram os primeiros colonizadores a inverter a lógica da exploração natural *per se*, transferindo-a para um movimento de geração de riqueza local, importando um novo momento nos cursos da história e transformando o padrão de conduta colonizatório por meio das novas colônias agrárias, gerenciadas e firmadas pela perversão do trabalho escravo (FREYRE, 2019).

Caracteristicamente marcada por uma estrutura agrícola, a fixação dos portugueses no Brasil, transforma as orientações de aplicação econômica e social da colônia, onde a agricultura e as relações escravagistas assumem o protagonismo nas esferas relacionais, ao passo que, a população nativa é incorporada nessa nova estrutura como instrumento de trabalho e construção da família (FREYRE, 2019). A partir das informações, pontua-se que a sociedade brasileira, em sua estirpe, desenvolve-se pautada pelo patriarcalismo aristocrata (FREYRE- 2019), sustentando-se à luz dos engenhos de açúcar.

Dentro dos aspectos e especificidades que compõem o processo de colonização no Brasil, a instituição familiar assume um elemento essencial. Ela representa o braço colonizador, a força que explora o território e consolida-se nas fazendas, formam alianças políticas, adquirem escravos, e firmam-se por uma espécie de casta aristocrática rural (FREYRE, 2019), remontando, em analogia distante, o feudalismo e a idade média (FAORO, 2021). Nesse espaço, conjunturalmente, o rei “reina sem governar” (FAORO, 2021; FREYRE, 2019). E, sobre tais aspectos de governabilidade da Coroa portuguesa, muitos são os autores que destacam essa característica do início do processo civilizatório brasileiro, onde, o rei, racionalmente distante em pensamento e em presença, mantém-se firme em seus negócios na colônia (DE HOLANDA, 2014; JÚNIOR, 2006; FREYRE, 2019; LEAL, 2012, etc.).

As informações apresentadas até o momento não constituem nenhum caráter de inovação. Aqui não foi explicitado nada de novo. Mas este debate se mostra importante para o melhor entendimento das características que regem os traços civilizatórios da nação brasileira, tal qual, como num reflexo do passado, institui-se atualmente. “Viver sem conhecer o passado é viver no escuro” (BOLOGNESI, s.d.) e, no âmbito das presentes discussões sobre a inserção

da economia de açúcar nas engrenagens do sistema nacional, não se pode deixar de destacar um importante e arcaico elemento da vida política brasileira que ainda imprime aqui sua devida influência, mesmo no século XXI: o coronelismo.

Antes de tudo, ressalta-se que, sob o risco de parecer atemporal - considerando que posteriormente ainda discutiremos brevemente sobre o ciclo do ouro, período que antecede ao coronelismo - esse conceito firma-se com importância para quem se interesse pelo estudo dos municípios brasileiros (LEAL, 2012), seja por sua configuração política, social, administrativa e/ou cultural, sendo-o apresentado, oportunamente, neste ponto da discussão.

Ainda que com as devidas particularidades da pesquisa desenvolvida neste trabalho, baseadas especificamente em aspectos de confiança institucional e interpessoal das populações atravessadas por desastres ambientais; e, ainda que esse fenômeno - o coronelismo - seja estudado sob uma perspectiva essencialmente agrária e não minerária, este estudo também é, indiretamente, um estudo sobre regime municipal. Logo, esse tema traduz-se, à sua maneira, com pertinência para asserções propostas e não deveria deixar de ser brevemente mencionado.

De acordo com Victor Nunes Leal (2012), autor que brilhantemente introduz em suas análises a noção de *voto de cabresto*, as consequências do coronelismo estão imersas numa gama complexa de peculiaridades que se fazem presentes na vida política municipal, carregando consigo a devida relevância para se promover o melhor entendimento das configurações que pairam à “vida política do interior do Brasil” (LEAL, p.43, 2012).

Com a culminância da República Velha, as transformações sociais impostas, formam nas elites brasileiras novas configurações de atuação. O fazendeiro assume um papel central nos mecanismos do sistema, constituindo-se num importante expoente para a manutenção da liderança local. Neste sentido, como evidenciado por Leal (2012), os padrões de distribuição de terras e a formação das classes sociais rurais no Brasil fazem-se importantes para o entendimento deste tema.

Sobre tal questão, Leal (2012) pontua que “A concentração da propriedade ainda é, nos dias atuais, o fato dominante em nossa vida rural” (LEAL, p. 47, 2012), onde os processos de concentração de renda, no Brasil, imprimem muitas consequências para a vida pública. Seguindo por este raciocínio, o autor pontua que, diferentemente dos Estados do Nordeste e Sudeste brasileiro, o processo de configuração migratória dos estados do Sul, propiciou maior presença dos pequenos proprietários de terra. Na contramão desse cenário, a assimilação dos imigrantes nas outras regiões supracitadas, materializou-se pela incorporação direta dessas pessoas como mão de obra ativa nas plantações cafeeiras, sendo este, um dos fatores responsáveis por orientar a concentração das terras nestes espaços (LEAL, 2012). De acordo

com as análises de Leal (2012), especificamente no Sudeste, esse fenômeno firma-se a partir do esgotamento do solo para grandes plantações de monocultura, “obrigando” os latifundiários a se apropriarem de outras terras para a produção em larga escala (LEAL, 2012).

Na figura do latifundiário, indivíduo portador de toda extensão da terra, encarnar-se-ia a imagem do coronel, constituído como peça-chave no jogo da política municipal do Brasil. Leal (2012), já apontava para a relevância dos municípios para as novas configurações postas aos processos eleitorais, recém instituídos à época; e, neste escopo, o coronel atuaria como agente capilarizador, responsável por agregar o voto das populações que se encontravam sob sua tutela - *voto de cabresto*. Tal informação evidencia a minuciosa presença do poder privado - aspecto da importância familiar na construção histórica da nação - que astutamente coexiste em simbiose com as gerências do Estado, influenciando, à sua maneira, no comportamento da administração pública, bem como, legitimando “um regime político de extensa base representativa” (LEAL, p.44, 2012).

A partir dos argumentos desenvolvidos, pode-se entender o coronelismo como fenômeno “construído” no regime representativo, em sua relação com um sistema social e econômico desajustado (LEAL, 2012). “Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.” (p.44). Neste sentido, o coronelismo apresenta-se como a introdução do poder privado nas esferas de domínio político. Entretanto, não se reduz somente à uma legitimação descabida desse dito poder privado. “[...] É também isso, mas não é somente isso. [...] O “coronelismo” pressupõe, ao contrário, a decadência do poder privado e funciona como processo de conservação do seu conteúdo residual.” (p.231). Em síntese, o fenômeno do coronelismo consolida-se “por uma relação de compromisso entre poder privado decadente e o poder público fortalecido.” (p. 231).

A definição de coronelismo supracitada e materializada por Victor Nunes Leal (2012), deve ser mencionada, sobretudo, ao tratar-se, neste texto, mesmo que de forma bem distante, das questões que envolvem a economia açucareira no Brasil. Noutro ponto, o contexto social que novamente havia sido impresso por meio das relações baseadas nas configurações coronelistas, como a cultura da pobreza (LEAL, 2012; RIBEIRO, 2015), possui similaridade com os elementos constitutivos que orientam as relações sociais nas sociedades auríferas, destacando a ênfase existente entre a decadência do poder privado que encontrou seu refúgio no fortalecimento do poder público.

Interessantemente, muitos são os elementos responsáveis por compor as especificidades comportamentais inerentes aos padrões de cultura política construídos num país continental como o Brasil, e o coronelismo representa somente um aspecto dessas nuances.

Após esse breve contorno argumentativo, busca-se voltar à linha de raciocínio anteriormente desenvolvida. Muitas pesquisas apontam para o fato de que, o esgotamento das terras de plantações do Nordeste brasileiro, firmou-se ante à proveniência das técnicas agrícolas predatórias até então empregadas, resultante do espírito aventureiro que aqui se instaurou (DE HOLANDA, 2014; FAORO, 2021; FREYRE, 201; JUNIOR, 2006; LEAL, 2012). A conjuntura que se impõe a partir de tal realidade, juntamente da notícia tão esperada da descoberta do ouro na colônia, faz com que o motor econômico do país seja transferido para o Sudeste, onde a capital nacional, até então estabelecida no Estado da Bahia, se desloca para o Estado do Rio de Janeiro (DE HOLANDA, 2014; FAORO, 2021; JÚNIOR, 2006).

Cabe aqui salientar que, de acordo com Canuto (s.d), a cidade de Salvador fora considerada umas das mais desenvolvidas, equipadas e modernas cidades da época. Entretanto, para otimizar a gerência da economia aurífera, foi necessário empreender uma nova configuração territorial, transferindo o espaço da capital em detrimento de sua proximidade às minas, a fim de facilitar o processo de exportação pelo litoral.

Darcy Ribeiro (2015) retrata o movimento que os paulistas de Taubaté empreenderam, e que acarretou o descobrimento de ouro nas terras que hoje estariam localizadas as cidades de Ouro Preto, antiga Vila Rica, e Mariana, antiga Ribeirão do Carmo, em Minas Gerais. Segundo Ribeiro (2015) “Alguns dos primeiros núcleos de exploração eram tão ricos que as rancharias assentavam sobre o próprio terreno aurífero, tendo de ser derrubadas, mais tarde, para prosseguir na lavagem do cascalho (p.274). Por ser construída com “barro rico”, “[...] ainda hoje se pode ver, nessas cidades, gente batendo as terras de um velho muro de adobe em ruínas, à procura de pepitas (p.274)”. Este fato foi presenciado pelo presente pesquisador, que, em campo, teve a oportunidade de observar pessoas peneirando ouro no leito do rio, em Mariana-MG

Curiosamente, nos conservados e barrocos becos de Ouro Preto, os moradores locais descrevem as estórias contadas até hoje, onde retratam a dificuldade dos primeiros bandeirantes para voltarem ao local da descoberta. De acordo com um morador, a referência posta pelos aventureiros “conquistadores”, para que se chegassem ao local, estava materializada pelo Pico do Itacolomy. Entretanto, ao considerar a altitude do município, onde muitas das vezes firmam-se intensas nuvens de neblina, foi este um fator que se apresentou como um primeiro empecilho para a formação do vilarejo. Em síntese, a neblina encobria completamente o ponto de

referência tornando-o “invisível”, e fazendo, segundo o relato de um nativo, que os exploradores não conseguissem regressar temporariamente à região.

Sobre o relato supracitado em formato de estória, o historiador João Camilo de Oliveira Torres (2011), descreve:

Ora, o clima desses vales montanhosos é frio e úmido. [...] as chuvas são constantes [...] O sol é tardio em aparecer, muitas vezes só rompendo a garoa no meio do dia. Cedo, porém, já desapareceu por detrás da serra. Os dias são curtos; as noites longas e tristes [...], Nos últimos dias de inverno, então, o ambiente é de uma tristeza impenetrável: o céu torna-se cinza, de um tom opaco e uniforme (muito diferente do plúmbeo das nuvens). [...] O efeito de um clima desses, em homens já gastos por uma luta inglória com a face mais inquieta da natureza – o subsolo –, não pode ser outro que o de engendrar uma tristeza implacável e uma profunda melancolia (p.27)

Curiosidades à parte, a economia aurífera é responsável por transformar as formas de relações existentes entre a coroa e a metrópole, alterando as configurações gerenciais impostas ao território municipal. Se, anteriormente, o rei reinava sem governar, ou seja, a coroa estava completamente distante da colônia, administrando seus negócios de longe, por intermédio do seu braço privado presente nos latifúndios, agora interessava ao rei administrar “sua empresa” ele mesmo (DE HOLANDA, 2014; FAORO, 2021; JUNIOR, 2006; RIBEIRO, 2015). Colocando o que foi dito em outras palavras, as minas de ouro era um negócio do rei, e não dos paulistas (FAORO, 2021).

Há tempos, ou mais precisamente, desde o início do processo colonizatório, a busca pelos metais preciosos havia ocupado os pensamentos dos portugueses, e como pontuado anteriormente, foram muitos os aventureiros que se embrenharam na mata verde em sua busca. “Deles ficariam notícias vagas, pois quase todos se perderam: quando escapavam dos obstáculos de uma natureza agreste, iam acabar às mãos dos indígenas.” (JUNIOR, s.p, 2006). Neste ponto, cabe mérito aos bandeirantes que, balbudiando pelo interior da colônia à procura de indígenas, descobriram o ouro, em Vila Rica (RIBEIRO, 2015).

A descoberta aurífera imprime consideráveis reflexos na estrutura nacional, ocasionando num movimento de opressão administrativa e repressão econômica, que se tornaram marcos característicos deste processo (FAORO, 2021; JUNIOR, 2006). Diferentemente do ocorrido com as atividades agrícolas, a mineração fora submetida, desde o princípio, a um regime especial de minuciosa e rigorosa disciplina. (JUNIOR, 2006). Caio Prado Junior (2006) esclarece tal argumento, evidenciando que foi estabelecida uma espécie de “exploração livre”, contudo, estando ela condicionada à uma minuciosa fiscalização da Coroa, reservando para si, a quinta parte de todo ouro coletado.

Em síntese, a estrutura estabelecida orienta-se pelos seguintes preceitos: para que fosse possível gerenciar, fiscalizar e cobrar tributos (o quinto) sobre as atividades de mineração, criou-se um tipo de administração extraordinária, denominada "Intendência De Minas", que estava diretamente sujeita à supervisão de um superintendente; organizava-se nas capitâneas, onde se descobriram ouro, um tipo de "filial" das intendências, estando elas completamente desatreladas das esferas de poder local, como governadores ou quaisquer outras personalidades de destaque da colônia, subordinando-se, única, exclusiva e diretamente à tutela do governo da metrópole, em Lisboa (JUNIOR, 2006)

O ápice da opressão administrativa torna-se realidade por meio da descoberta de diamantes, sendo o Brasil "[...] o primeiro grande produtor moderno desta pedra, que antes provinha apenas, e em pequenas quantidades, da Índia [...]" (JUNIOR, s.p, 2006). Neste contexto, em 1729 ocorrem as primeiras descobertas, ocasionadas pelas ações dos mineradores de ouro (JUNIOR, 2006). Inicialmente, busca-se adotar para com os supracitados diamantes, uma burocracia similar à da extração aurífera, baseada na livre mineração e mediante o acerto do quinto; entretanto, levando em consideração que as pedras extraídas não tinham nenhum tipo de padrão uniforme, esta metodologia de cobrança tributária encontrava muitos problemas de aplicabilidade, diante da dificuldade de precisão para delimitar o que seria a quinta parte do rei (JUNIOR, 2006). Visando superar essas adversidades, a Coroa portuguesa faz a demarcação dos territórios portadores de diamantes, isolando-os completamente de todas outras regiões e vilarejos; forma-se o Distrito Diamantino, localizado atualmente na cidade de Diamantina, em Minas Gerais (JUNIOR, 2006).

Limitando o caráter exploratório das minas recém-descobertas, a mineração é permitida somente para uma pequena parcela de privilegiados, que, à época, pagavam um valor fixo pela outorga de exploração (JUNIOR, 2006). No ano de 1771 a "Fazenda Real" decide encerrar com a "terceirização" dessas explorações, fazendo-a ela própria. Para tal, em similaridade com as Intendências auríferas, cria-se uma junta administrativa para os diamantes, de modo que a gestão das minas independia de qualquer autoridade local, prestando-lhe contas, somente para Lisboa (JUNIOR, 2006). Caio Prado Júnior (2006), destaca, como neste contexto diamantino, a autonomia do intendente era ainda superior às então estabelecidas minas de ouro, ao passo que, sua autoridade estendia-se soberanamente em todo esse território restrito. A cidade de Diamantina, curiosamente, formou-se completamente isolada de todo o resto, sem governadores, juízes, repartições fiscais, câmaras municipais ou qualquer tipo de organização administrativa e autoritária, que não o superintendente e seus auxiliares (JUNIOR, 2006). Nenhuma pessoa poderia assentar-se no município, e os habitantes estavam privados de sair e

adentrar ao território sem autorização prévia, onde, sua liberdade e destino estava completamente nas mãos do intendente, que em seus amplos poderes, poderia deliberar sentenças de morte e confiscos de bens materiais, tudo arbitrado por ele, sem julgamento ou processo (JUNIOR, 2006).

Para melhor entendimento da conjuntura supramencionada, recorre às palavras de Caio Prado Júnior (2006), que brilhantemente descreve:

[...] A princípio adotou-se para com a extração dos diamantes o mesmo sistema que vigorava na do ouro: a livre extração com pagamento do quinto. Mas era difícil calcular e separar o quinto de pedras muito diferentes umas das outras, em tamanho e qualidade; e como além disto ocorressem apenas em áreas limitadas, adotou-se logo outro processo mais conveniente à percepção do tributo — em todas as matérias da sua administração, a metrópole portuguesa sempre colocava este assunto em primeiro e quase único lugar. Demarcou-se cuidadosamente o território em que se encontravam os diamantes, isolando-o completamente do exterior. Este território, que se chamou o Distrito Diamantino, é o que circunda a atual cidade de Diamantina, em Minas Gerais. E a exploração foi outorgada como privilégio a determinadas pessoas que se obrigavam a pagar uma quantia fixa pelo direito de exploração. Em 1771 modifica-se este sistema, passando a Real Fazenda a fazer ela mesma, diretamente, a exploração. Organizou-se uma Junta da administração geral dos diamantes, sob a direção de um intendente, para ocupar-se da matéria. Esta administração, como se dava com as Intendências do ouro, independia completamente de quaisquer autoridades coloniais, e somente prestava contas ao governo de Lisboa. Sua autonomia ainda era maior, porque se estendia soberana sobre todo um território. Verdadeiro corpo estranho enquistado na colônia, o Distrito Diamantino viveu inteiramente isolado do resto do país, e com uma organização sui generis: não havia governadores, câmaras municipais, juízes, repartições fiscais ou quaisquer outras autoridades ou órgãos administrativos. Havia apenas o Intendente e um corpo submisso de auxiliares que eram tudo aquilo ao mesmo tempo, e que se guiavam unicamente por um regimento colocado acima de todas as leis e que lhes dava a mais ampla e ilimitada competência. Na área do Distrito ninguém podia estabelecer-se, nem ao menos penetrar ou sair sem autorização especial do Intendente, e a vida de seus habitantes (que pelo final do séc. XVIII montavam a 5.000 pessoas) achava-se inteiramente nas mãos daquele pequeno régulo que punha e dispunha dela a seu talante. Seus poderes iam até o confisco de todos os bens e decretação da pena de morte civil sem forma de processo ou recurso algum. Um naturalista alemão que, em princípio do séc. XIX visitou o Distrito, assim se refere a ele: "Única na história esta ideia de isolar um território no qual todas as condições da vida civil de seus habitantes ficassem sujeitas à exploração de um bem da coroa". (JUNIOR, s.p, 2006)

As presentes discussões mobilizadas ajudam na compreensão da importância das atividades minerárias para a vida econômica da colônia. Estudos sugerem que o fluxo de migração populacional para as minas no século XVIII superaria o “rush californiano” que ocorrera no século XIX, desajustando a vida social do país (JUNIOR, 2006; TORRES, 2011). Segundo Caio Prado Júnior (2006), em poucas dezenas de anos, um território completamente desabitado iria receber cerca de 600 mil habitantes, representando um quinto de toda população brasileira à época. De acordo com Eduardo Galeano (2010), estima-se que, em Vila Rica, atual Ouro Preto, passavam cerca de 200 mil pessoas por dia (GALEANO, 2010). Esse fenômeno de

boom populacional, ocasiona num padrão extremamente singular de habitação e povoamento das áreas no sudeste brasileiro, que se mantém até os dias atuais (JUNIOR, 2006; RIBEIRO, 2015), onde, nos casos das regiões auríferas, faz-se notável ainda nos dias de hoje a dissonância urbana, tão presente na vida de muitos cidadãos ao longo do país.

Sobre o contexto, Ribeiro (2015) elucida que “O afluxo de gente para as áreas de mineração e a sofreguidão com que todos se dedicavam à cata de ouro geraram graves problemas sociais, fome e conflitos.” (p.247). Corroborando com o exposto, Caio Prado Júnior, pontua que:

[...] O afluxo de população para as minas é, desde o início do séc. XVIII, considerável: um rush de proporções gigantescas, que relativamente às condições da colônia é ainda mais acentuado e violento que o famoso rush californiano do séc. XIX. Isto já seria o suficiente para desequilibrar a vida do país e lhe transformar completamente o aspecto. Em alguns decênios povoa-se um território imenso até então desabitado, e cuja área global não é inferior a 2 milhões de km². Povoamento esparsos, bem entendido (em princípios do séc. XIX não será superior a 600.000 habs., ou seja, um quinto da população total do Brasil de então), e distribuídos em pequenos núcleos separados entre si por áreas desertas imensas. Esta será uma forma característica ao povoamento do Brasil centro-sul que se perpetuará até nossos dias. A sua significação econômica pode ser avaliada pela dificuldade que representa estabelecer-se um sistema de transportes eficiente e econômico em região tão irregularmente ocupada. Será este o maior ônus legado pela mineração do séc. XVIII. (JUNIOR, s.p., 2006)

O ciclo do ouro no Brasil, representou por mais de meio século o principal palco das performances econômicas empreendidas na colônia (JUNIOR, 2006). A sociedade brasileira, nas zonas minerárias, vai esboçando-se com peculiaridades específicas, estando as atividades auríferas como grandes expoentes para suscitar tal singularidade, onde, a riqueza propiciada por tais empreendimentos desencadeou um tipo de riqueza local, responsável por construir o ambiente favorável para uma sociedade urbana mais complexa (RIBEIRO, 2015). Sobre tal colocação, Darcy Ribeiro (2015) elucida que

Nas zonas de mineração, a sociedade brasileira adquire feições peculiares como um desdobramento do tronco paulista, por influência dos brasileiros vindos de outras áreas e de novos contingentes europeus nele incorporados, e da presença de uma grande massa de escravos, tanto africanos quanto nativos, trazidos das antigas zonas açucareiras. O principal conformador dessa variante cultural foi a atividade econômica inicial de mineração e a riqueza local que ela gerou, criando condições para uma vida urbana mais complexa e ostentosa em qualquer outra região do país. (RIBEIRO, p. 276, 2015)

Vasconcelos (1999), argumenta sobre esse novo “modo de vida” gerado pela economia do ouro, corroborando com a colocação posta por Ribeiro (2015) e elucidando que, a partir desta grande riqueza, cria-se uma sociedade com sutil apreço às letras, bem como de influente vocação musical, onde, maestros europeus, impressionavam-se com a música que viria sendo executada na colônia. Vasconcelos (1999), sugere que o padrão de orientação das sociedades

auríferas segue uma breve noção de tecnicismo, tal qual, era possível dedicar-se a determinado ofício, ocupando-se deles para levar a vida. Sobre essa conjuntura, Galeano (2010), reforça que se pagava mais caro por um escravo que soubesse executar algum instrumento musical, reforçado brevemente a ideia posta. Nesse mesmo caminho, Torres (2011) pontua que, mesmo que as atividades de trabalho escravo fossem tão dolorosas nas minas como eram em qualquer outra região, os mesmos conseguiam fazer “reuniões” em horários vagos, e até se organizavam aos restos das atividades religiosas (TORRES, 2011), onde também construía suas próprias igrejas para os seus cultos e adoração.

Dentro deste aspecto, não se pode deixar de elencar a contribuição do cristianismo, designado pela presença e imagem da Igreja Católica, que se fez importante na construção da mentalidade nacional, imprimindo extrema relevância para a formação das sociedades auríferas, sendo que, até os dias atuais, faz-se notório a exuberante influência de tal instituição na construção dos ditames que orientam o comportamento popular e no seu expressivo domínio territorial nessas regiões.

Os argumentos propostos sugerem que a descoberta do ouro fez com que as atividades anteriores se tornassem obsoletas, ocasionando em zonas de pobreza e despovoamento; conquanto, até mesmo a economia açucareira, que representara o coração econômico nacional, foi desprezado pelas elites (JUNIOR, 2006). Entretanto, assumindo um mesmo sentido de obsolescência, o encerramento do ciclo do ouro contribuiu para dar fim a toda prosperidade e riqueza gerada pela economia aurífera. Com o findar da mineração vem à tona uma pobreza fúnebre, materializando cidades mortas (RIBEIRO, 2015), que até os dias atuais, vivem como se estivessem paradas no tempo (GALEANO, 2010)

Em síntese, Darcy Ribeiro aponta que “com a decadência da mineração, toda a área submerge numa economia de pobreza, com regressão cultural como resultante. Os mineradores se fazem sitiados, escondendo na fazenda a sua penúria [...]” (p.279). Por sua vez, a vida urbana se esvai, parindo cidades desertas e decadentes. Recorrendo às palavras do próprio autor, observa-se que:

A vida citadina se deteriora, conformando cidades mortas, cujas casas são vendidas por preços muito inferiores ao que custaria edificá-las, cujo comércio instalado em lojas enormes, tem as prateleiras vazias, cuja gente cada vez mais sovina vive de créditos e calotes, só luzindo o antigo brilho nas procissões religiosas, organizadas ao gosto antigo, em que todos trajam a única surrada roupa domingueira [...] (RIBEIRO, p.280/281, 2015).

No contexto descrito, a sociedade civil, largada à sua própria sorte, busca outras maneiras para resolver suas intempéries. “Soluções esdrúxulas, é verdade, mas são as únicas

que estão ao seu alcance.” (RIBEIRO, 2015, p. 154). E assim foi caminhando as terras do ouro, dando vez à economia cafeeira, seguiu rumo ao seu próprio declínio particular. Como num retrato fiel, “esta é a Minas Gerais da decadência: conservadora, reservada, desconfiada, taciturna e amarga. [...] (RIBEIRO, p. 281, 2015).

2.1 Construção e desenvolvimento histórico, social e econômico de Mariana

Os argumentos desenvolvidos no tópico anterior, buscam dar luz à conjuntura na qual foi possível construir o desenvolvimento formativo da nação brasileira, onde, em sua consequência, acarreta no ciclo do ouro. Entende-se, nesta pesquisa, que o processo de formação histórica do Brasil diz muito sobre os padrões de cultura política que cercam os seus cidadãos, imprimindo significância para as análises. Colocando com outras palavras, pontua-se que as condições culturais, sociais, econômicas e políticas que aqui se instauraram, firmam-se como alicerce de entendimento para os infintos fenômenos sociais que foram aqui gerados.

Partindo deste pressuposto, acredita-se na importância de delinear as características responsáveis pela formação do município objeto deste estudo, buscando encontrar, em suas especificidades históricas, socioeconômicas, culturais e políticas as respostas que traduzam os padrões de comportamento de confiança institucional e interpessoal de suas populações, almejando entender, paralelamente, sua relação com as atividades de mineração e com o rompimento da Barragem do Fundão.

Segundo Weber (1987), o processo de formação das cidades modernas está relacionada e é influenciada pelas trocas comerciais, aprimorando-se, a partir de sua expansão e desenvolvimento. Esse fenômeno se fez presente na construção do Brasil, e influenciou para a formação das primeiras vilas minerárias, como evidenciado por Faoro (2021), Ribeiro (2015) e Junior (2006).

Para Wirth (1987) a cidade representa o ente norteador das regras econômicas, políticas e culturais dos indivíduos, e esses fenômenos são responsáveis por ditar as regras de comportamento que regem o convívio humano. Neste sentido, no entendimento de Robert Park (1925), a cidade não é um simples conglomerado de seres individuais com suas conveniências sociais. São estruturas complexas, onde suas características e formações dizem respeito a um novo modo específico de relações sociais, sendo elas, especificamente, produtos da natureza humana (PARK, 1925). Desta forma, a cidade passa a ser entendida como um novo estilo de vida, capaz de interferir diretamente na multiplicidade populacional que está presente em seu interior (WIRTH, 1987).

De acordo com a perspectiva de Torres (2011), ao passo que no Nordeste colonial e na política nacional predominavam a vida do campo e a essência rural, onde, posteriormente, a implementação da República encarna os bacharéis como notáveis representantes da cidade (ADORNO, 2022; FILHO, 199; TORRES, 2011), em Minas Gerais, o município se desenvolve, caracteristicamente interligado à uma relação de simbiose entre campo e cidade. O autor segue ponderando que não existe domínio de um sobre o outro, em contrário, firma-se uma relação de ordenamento. Nas suas palavras, “Em Minas, o latifúndio não era em extensão e sim em profundidade; não era rural e sim urbano” (p.54), consistindo nesse fenômeno, a particularidade que diferencia o processo de formação das organizações sociais dessas regiões (TORRES, 2011).

Interessantemente, Torres (2011) sugere uma teoria de construção municipal mineira firmada sobre o embasamento das tradições, em detrimento da pura estrutura social. Ou seja, em sua perspectiva, as primeiras ordenações municipais produzem orientações pautadas e regulamentadas a partir dos costumes, como ente moderador dos sistemas organizacionais. Neste sentido, os bairros que formaram as cidades mineiras se resumem aos arraiais autônomos, conectados pelas “ruas direitas”, que curiosamente eram tortas, desviando das montanhas, fazem nascer as cidades em Minas, “[...] da reunião dos arraiais situados nos vales onde se ajuntava o ouro de aluvião” (TORRES, 2011 p.78)

Ribeirão do Carmo (atual Mariana) ficou extremamente conhecida no século XVIII, por decorrência da descoberta de ouro. Como que por acaso, as expedições dos bandeirantes Salvador Fernandes de Mendonça e Miguel Garcia da Cunha, que rumavam sentido ao Ribeirão do Tripuí, ocasionaram no estopim formador de Mariana, quando, ao acampar, no dia 16 de julho de 1691, às margens do Ribeirão do Carmo, constatam eles que o rio possuía abundantes aluviões auríferos, inclusive, com as mesmas similaridades que tornaram famoso o supracitado Ribeirão do Tripuí, região atualmente ocupada pelo município de Ouro Preto (Enciclopédia dos municípios brasileiros, IBGE, 2015; FLORINDO, 2018).

A partir de então, Salvador Fernandes de Mendonça e Miguel Garcia da Cunha, ocuparam o leito de Ribeirão do Carmo para iniciar as atividades minerárias, assentando as primeiras cabanas que formaram o município (FLORINDO, 2018). Sobre tal contexto, Vasconcellos (1999), descreve:

Fitando desse alto o mundo estendido a seus pés, e que somente esperava a sua voz para emergir a barbaria, o Coronel arrancou-se do êxtase e deu o sinal de marcha. Os companheiros, erguendo então os machados, fizeram retumbar o côncavo das florestas aos golpes de posse; e desceram para as fraldas da serra, de onde começaram a ouvir o estrépito soturno das águas. Perlongando em seguida animadamente nessa mesma

tarde acompanhada nas margens do Ribeirão do Carmo. Foi um domingo, 16 de junho de 1697, festa da Virgem. (VASCONCELOS, 1999, p.132).

Mariana, surge informalmente em 1711, destacando-se como centro religioso, educacional e administrativo das redondezas (FLORINDO, 2018). Contudo, após a separação das capitanias de São Paulo e Minas Gerais, a vila é promovida à posição de cidade, abrigando a sede do bispado (FLORINDO, 2018). Dom João V, é responsável por legitimar o decreto formador da Leal Cidade de Mariana, nome que se dá para prestigiar sua esposa, Maria Ana da Áustria (FLORINDO, 2018).

À época, o município era portador de uma economia estritamente minerária e com bases agropecuárias; possuindo, por sua vez, notória relevância política e econômica para o Brasil, abrigando “a maior população livre e a segunda maior população escrava de Minas Gerais (FLORINDO, p.13, 2018)”.

No ano de 1748, a festividade do Áureo Trono Episcopal, que possuía, por sinal, uma estética extremamente luxuosa, celebrou oficialmente o surgimento do Bispado de Mariana, estando designado D. Frei Manuel da Cruz, diretamente do Maranhão, para ocupar o cargo e encarregar-se dessa missão (SOUZA, 2004). As festas religiosas, encarnadas pelos cultos e procissões, representavam grandes elementos atrativos para a população (SOUZA, 2004). Neste sentido, o “[...] Frei Cipriano de São José, ao retratar a romaria do Senhor Bom Jesus de Matosinhos” (p.21), relata: “[...] tal era a confusão e tão descomposto o tumulto, que a capela de Matosinhos mais parecia praça de touros que Igreja de fiéis” (p.21).

Apresentando perfeita similaridade com a tradição colonial de exaltação religiosa, essa é uma característica latente dessas regiões, facilmente sendo percebida ainda atualmente. Segundo Laura de Mello e Souza (2004), o Triunfo Eucarístico, em Vila Rica, por exemplo, retrataria, por meio da excitação dos mineiros, mais um comportamento profano, baseado, em essência, no prazer, não no culto e elevação espiritual, onde, no fim, festeja-se a prosperidade dos empreendimentos auríferos e não o santíssimo sacramento (SOUZA, 2004). Elucidando tal questão, Souza (2004) pontua que tal festividade “retrata muito bem o estado de euforia da sociedade mineradora numa festa “mais de regozijo dos sentidos do que propriamente de comprazimento espiritual” (p.21). Seguindo por este caminho, a autora completa, elucidando que dentro dessa “[...] excitação visual caracteristicamente barroca [...]” (p.21), em última instância, preconizava a sociedade mineira celebrar “a si própria, esfumaçando, na celebração do metal precioso, as diferenças sociais que separam os homens que buscam o ouro daqueles que usufruem do seu produto.” (SOUZA, p.21 2004).

Interessantemente, o evento supracitado no parágrafo anterior possuía um caráter conciliador, fazendo com que através das festividades fossem esquecidos temporariamente os conflitos diários. Em outras palavras, “a festa tem, [...] virtude congraçadora, orientando a sociedade para o evento e a fazendo esquecer da sua faina cotidiana; é o momento do primado do extraordinário - [...] o mitológico, o ouro - sobre a rotina” (p.21). Dentro dessa conjuntura, a demasiada prosperidade áurea, aludia à sensação de que o ouro poderia ser alcançado por qualquer indivíduo, falsamente iluminando-os na festividade barroca (SOUZA, 2004).

Ainda, segundo Souza (2004), as festividades possuem notória relevância social, ao ponto que, criaram um amplo imaginário social de prosperidade e riqueza, onde, por meio dos luxuosos espetáculos e ostentosa estrutura física, a dita riqueza de muitos poucos homens materializavam-se como sendo de todos os indivíduos, desde os nobres até os escravos (SOUZA, 2004). A festa, assume nessa sociedade, um rito por ela mesmo construído e por ela mesma orientada, criando falsas conjunturas, pautando uma ilusão barroca de igualdade e prosperidade social que nunca existiu (SOUZA, 2004). “[...] O verdadeiro caráter da sociedade é, aqui, *invertido*: a riqueza já começava a sumir, mas aparece como pródiga; ela era de poucos, e aparece como de todos” (SOUZA, p. 23, 2004).

Em relação paradoxal à toda menção de riqueza e ostentação, ironicamente, como evidenciado por Souza (2004) e Ribeiro (2015), a marca da fome se fez constantemente presente nas “minas gerais”, principalmente em sua estirpe. A situação foi tão intensa, que o governador Artur de Sá, escrevera para o rei os seguintes dizeres:

[...] é sem dúvida que rendera muito grande quantia, se os mineiros tiveram minerado este ano, o que não lhes foi possível pela grande fome, que experimentaram, que chegou a necessidade a tal extremo, que se aproveitaram dos mais imundos animais, e faltando-lhe estes para poderem alimentar a vida, largaram as minas e fugiram para os matos com seus escravos e sustentaram-se das frutas agrestes que neles achavam [...] (SOUZA, p. 25, 2004)

A fome ocasionada pela falta de alimentos acarretaria grandes inflações na colônia, aprofundando as problemáticas sociais impostas para esta região. Sobre tal contexto, Laura de Mello e Souza (2004), descreve que:

“o alqueire de milho era vendido por vinte oitavas de ouro; a galinha alcançava 12 oitavas, e um gatinho ou cachorro chegavam a 32; o prato de sal custava 8 oitavas, e quem quisesse fumar teria de pagar 5 oitavas pela vara de fumo. Morria-se de fome, tapanhinhos e carijós, por comerem bichos de taquara, que para os comer é necessário estar um tacho no fogo bem quente, e aliás vão botando os que estão vivos logo bolem com a quentura, que são os bons, e se come algum que esteja morto é veneno refinado” (p25)

O cenário de escassez alimentar fez com que muitas pessoas abandonassem Ribeirão do Carmo e Vila Rica. Seus próprios precursores - Salvador Fernandes de Mendonça e Miguel

Garcia da Cunha - saíram em retirada. Antônio Dias, fundador de Vila Rica, foi para São Paulo cultivar roças (SOUZA, 2004). Apesar da imagem anteriormente expressa com as festividades, a realidade, tal qual, materializou-se noutra contexto, onde Souza (2004) pontua que:

a sociedade era pobre, e creio poder dizer que as festas eufóricas do século XVIII tenham sido grandemente responsáveis por uma manipulação autoritária da estrutura social na medida em que umas das visões possíveis da sociedade foi imposta a visão da sociedade, a que mais acertadamente refletia a estrutura social - no caso, a visão de riqueza e de opulência. (SOUZA, p.26, 2004)

Analisando as colocações supracitadas, pontua-se que as ditas festividades são trabalhadas no imaginário social popular, em similaridade com as noções apresentadas por José Murilo de Carvalho (2021), em *A Formação das Almas*, buscando, entretanto, diferentemente da construção de imaginário da república, a formação de uma ilusão coletiva trabalhada pela elite local, para a manutenção da mentalidade popular sobre essas estruturas sociais, imprimindo uma falsa sensação de prosperidade econômica e distribuição de riquezas que nunca existiu (SOUZA, 2004). Em seu auge, Minas ocupava uma fatia de 70% de toda produção aurífera do século XVIII (SOUZA, 2004). Entretanto, com as elevadas tributações que pairavam sobre a extração mineral e à posse de escravos, os custos sobrepunham os benefícios, onde, ao considerar a conjuntura social na qual os indivíduos estavam inseridos, poucos realmente fizeram fortuna (SOUZA, 2004).

Neste sentido, as breves exposições engendradas nos parágrafos anteriores, em síntese, sugerem que, apesar da economia aurífera apresentar, em menor intensidade, um *modus operandi* totalmente orientado pela massiva ilusão de riqueza, quando, por exemplo, posta em relação com a economia açucareira, a constituição social responsável por alicerçar a sociedade mineira e marianense reduzir-se-ia numa simples sentença: “um maior número de pessoas dividia a pobreza” (SOUZA, p.30, 2004). Neste sentido, observa-se mais uma ramificação estruturada do que seria a *cultura de pobreza*, tão presente na sociedade brasileira e brilhantemente descrita por Darcy Ribeiro, agora materializada no ciclo do ouro.

Por consequência da decadência do ouro, a economia cafeeira surge, consolidando o fim da mineração aurífera, e, Mariana, inerte pelas frestas do passado, fica para trás, presa em sua nostalgia fúnebre e barroca.

2.2 Conjuntura atual de Mariana-MG

Mariana foi a primeira vila emancipada à posição de cidade e a primeira capital do Estado de Minas Gerais (FERREIRA, et al; 1959), estando, atualmente, intitulada como patrimônio mundial pela UNESCO. Sua presente arquitetura imprime imponentes igrejas e

casarões históricos que revivem a estética da arquitetura barroca, remetendo ao luxo do que um dia foi o ciclo do ouro na região. Atualmente, com uma população estimada em 60.724 habitantes (IBGE, 2020), o município localiza-se no território que concentra a maior produção de minério de ferro no Brasil (SALINAS, 2016). Este fenômeno sugere, que a extração mineral foi e continua sendo parte representativa da estrutura socioeconômica e do processo de formação histórica marianense, fortalecendo a estabilização de práticas comerciais na região e intensificando o processo de formação da cidade.

A Samarco S.A. é uma empresa de capital privado, fundada no ano de 1977, que exerce suas atividades no segmento de mineração, sendo ela própria, a responsável pela atual economia de minério na cidade de Mariana-MG. Ela é gerida por um modelo *joint-venture*⁴, entre a Vale S.A e a anglo-australiana BHP Billiton, cada uma com 50% das ações da empresa (S.A, SAMARCO; 2020). Segundo a Samarco (2020), em sua plataforma digital, no ano de 2015, a corporação alçou a 12ª posição de maior exportadora do Brasil, faturando R\$6,5 bilhões e gerando cerca de 6 mil vínculos empregatícios diretos e indiretos.

A luz desse cenário próspero, já vivenciado anteriormente na região em séculos passados, o município de Mariana torna-se o palco de uma trágica ocorrência, narrada por alguns como o pior desastre ambiental brasileiro (SALINAS, 2016; COELHO, 2020). Foram inúmeras as consequências para a organização urbana local, afetando direta e indiretamente a vida de muitas pessoas desta região. No dia 5 de novembro de 2015, Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana-MG, protagonizou o rompimento da Barragem do Fundão, evento responsável por chocar a sociedade civil e a opinião pública diante da magnitude e das consequências impostas por ele. De acordo com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), foram depositados aproximadamente 60 milhões de metros cúbicos de lama tóxica no meio ambiente, comprometendo grande parte da bacia do Rio Doce. Segundo Laschefski (2020), a lama percorreu um trajeto estimado de 663 quilômetros, “desaguando” posteriormente no litoral do Estado do Espírito Santo. Estão contabilizadas 19 mortes e 362 famílias desabrigadas (SANTOS, 2020). Segundo o então prefeito Duarte Júnior (PPS), o impacto financeiro com o rompimento foi de ao menos R\$100 milhões, “incluindo perdas de infraestrutura, dano ambiental, pontes levadas e escolas que foram destruídas” (D’AGOSTINO, 2015).

Após o rompimento, Duarte Júnior (PPS) declarou calamidade financeira, sob a afirmativa de que a empresa VALE S.A. seria a responsável por toda a crise da cidade; e alegou

⁴ “*Joint Venture*” diz respeito à aliança comercial entre duas, ou mais empresas. De forma que tais empresas não percam sua própria identidade. (IPEA.GOV.BR)

que a prefeitura levaria adiante uma ação contra a corporação, solicitando alguns adiantamentos de indenizações (LIMA, 2019). Ainda, de acordo com as declarações do então prefeito à época, as arrecadações provenientes da mineração representavam 80% da receita municipal (PIMENTEL, 2015), sendo que, após o incidente, o município perdeu 50% de Compensação Financeira da Exploração do Minério (CFEM)⁵, o que levou “a quase 30% de desempregados” (FLACH, 2019).

A partir deste cenário, argumenta-se que a economia minerária ainda é responsável por projetar consideráveis reflexos no ambiente econômico nacional. Wanderley *et al* (2016), esclarecem que o megaciclo das commodities minerais, inflou as exportações globais de minério de ferro, que foram de US\$38 bilhões em 2003 para US\$277 bilhões em 2008, o que representou um aumento de 630% e impactou no valor da tonelada de minério de ferro, que foi de US\$32 (2003) dólares para de US\$196 dólares (2008). A partir de 2011, o mercado sinalizou uma tendência de queda, chegando a US\$53 dólares em outubro de 2015 (WANDERLEY *et al*, 2016). No ano de 2013, o número de exportações globais de minério realizadas pelo Brasil correspondeu a 14,3% das exportações mundiais (WANDERLEY *et al*, 2016).

Trazendo a análise para uma perspectiva micro, segundo Salinas (2016), em 2015 – marco do rompimento da barragem - Mariana foi o município do Estado de Minas Gerais que teve a maior arrecadação da CFEM. De 2011 até 2015, os recursos arrecadados com ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)⁶ e *royalties* de mineração, representaram aproximadamente 70% de toda receita municipal (SALINAS, 2016). No ano de 2013, o PIB per capita de Mariana era de R\$114.734,39 reais, representando um número muito superior à média nacional de R\$26.658,00 reais, e ocupando a quinta posição estadual de PIB per capita (SALINAS, 2016; IBGE, 2020).

Na contramão do cenário exposto, a região apresenta um grau considerável de desigualdade econômica. Nota-se, que o Índice Gini⁷ (2010) da cidade expressa-se em 0,511. De maneira geral, este dado representa, salvo suas devidas variações e especificidades, que aproximadamente 75% de toda população marianense partilhavam na época apenas 25% da renda total, enquanto os outros poucos 25% restante da população partilham a maior parte de 75% da renda (IPECE, Entenda o Índice GINI).

⁵ Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral) é calculada sobre o faturamento líquido obtido das vendas de recursos minerais

⁶ Segundo a Subsecretaria da Receita Estadual de MG o ICMS é um tributo “não-cumulativo que incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.”

⁷ Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Índice Gini é um modelo matemático capaz de medir o grau de concentração de renda em determinados estratos sociais. (WOLFENBÜTTEL, 2004).

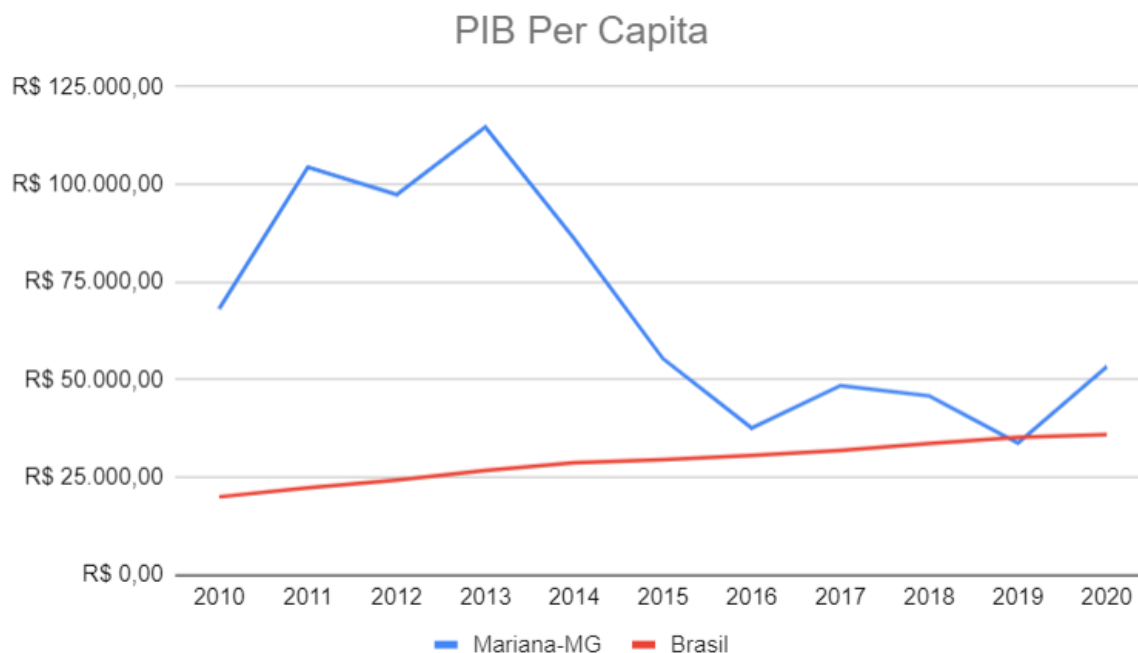
Com o intuito de desenvolver maior esclarecimento sobre a conjuntura econômica descrita acima, busca-se apresentar uma tabela, evidenciando o contraste de andamento e a variação percentual entre o PIB *per capita* do Estado Brasileiro e do município de Mariana-MG, durante os anos de 2010 e 2020.

Tabela 1 - PIB *per capita* e variação percentual

Ano	Brasil	Mariana	Varição percentual
2010	R\$ 19.939,00	R\$ 68.110,53	241,59%
2011	R\$ 22.260,00	R\$ 104.415,23	369,07%
2012	R\$ 24.278,00	R\$ 97.386,27	301,13%
2013	R\$ 26.658,00	R\$ 114.734,39	330,39%
2014	R\$ 28.649,00	R\$ 86.007,06	200,21%
2015	R\$ 29.467,00	R\$ 55.349,36	87,84%
2016	R\$ 30.559,00	R\$ 37.570,69	22,94%
2017	R\$ 31.844,00	R\$ 48.433,91	52,10%
2018	R\$ 33.594,00	R\$ 45.821,57	36,40%
2019	R\$ 35.162,00	R\$ 33.690,66	-4,18%
2020	R\$ 35.935,74	R\$ 53.290,17	48,29%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

A partir dos dados acima, observa-se a expressividade econômica das atividades minerárias na região, ao ponto em que, as informações, em sua maioria, mostram-se acima da média nacional, cabendo destaque para 2011, onde a variação percentual do PIB *per capita* entre Mariana-MG e Brasil, é de 369%. Em contrapartida, a partir do rompimento da Barragem do Fundão, em 2015, percebe-se relativa queda nestes indicadores, chegando a uma variação percentual de -4,1% no ano de 2019. O gráfico abaixo ajuda na visualização de como essa conjuntura assimétrica se materializa no transcorrer do tempo.

Gráfico 8 – PIB Per Capita: Mariana-MG e Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2023)

Corroborando com o argumento aqui desenvolvido, o gráfico facilita a visualização do PIB *Per capita* em Mariana-MG no transcorrer do tempo, sugerindo expressividade econômica das atividades de mineração e forte queda de arrecadação após o rompimento da barragem do fundão. Argumentando neste mesmo sentido, a tabela abaixo evidencia o posicionamento de Mariana-MG, no espectro econômico do Estado de Minas Gerais.

Tabela 2: PIB per capita Mariana-MG e Ranking estadual

Ano	PIB Per capita Mariana-MG	Ranking de Mariana em MG
2010	R\$ 68.110,53	6°
2011	R\$ 104.415,23	6°
2012	R\$ 97.386,27	8°
2013	R\$ 114.734,39	5°
2014	R\$ 86.007,06	10°
2015	R\$ 55.349,36	16°
2016	R\$ 37.570,69	56°
2017	R\$ 48.433,91	35°
2018	R\$ 45.821,57	43°
2019	R\$ 33.690,66	103°
2020	R\$ 53.290,17	49°

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

A partir dos dados apresentados, observa-se o impacto econômico do rompimento da barragem do fundão para as contas públicas de Mariana-MG, que saiu da quinta posição estadual de PIB *Per Capita* (IBGE; 2023; SALINAS, 2016) para a centésima terceira em 2018. Ou seja, o município caiu 98 colocações no *ranking* de arrecadação estadual, após o rompimento da Barragem do Fundão.

Todo contexto apresentado nos parágrafos anteriores é entendido por Eduardo Saad Diniz (2020) como uma relação de dependência comunitária, conceito responsável por traduzir muitos impactos sofridos nesta localidade. Segundo Diniz (2020), a ineficiência das políticas públicas e a anulação da comunidade local nos processos decisórios, geram efeitos de proporções que se equiparam aos desastres, e que, a partir da vulnerabilidade da sociedade civil, nasce a dependência comunitária.⁸

Para melhor exemplificação de como esse argumento funciona na prática, busca-se ilustrar a situação de dependência da seguinte forma: Segundo Passos *et al* (2017) apud Viana (2012), entre os anos de 2011 e 2012, do total de residentes de Bento Rodrigues, distrito marianense diretamente atingido pela barragem, 72% apresentavam algum tipo de relação com a mineração, sendo que, 44% dos moradores eram “ex-empregados” deste setor. Quanto à distribuição de renda local, Passos *et al* (2017) apud Viana (2012), demonstram que 60% da população de Bento Rodrigues tem uma imagem positiva da mineração, pois levam em conta as altas remunerações quando comparadas com a receita das outras atividades comerciais, em contrapartida, os autores sugerem que, “40% da população afirmou receber até 1 salário-mínimo, enquanto 58% afirmaram receber entre 1 e 5 salários mínimos” (PASSOS *et al*, 2017, p. 280).

Nas trincheiras deste debate, pontua-se que essa não é uma realidade exclusiva dessa região. No sentido de promover maior embasamento analítico e argumentativo nesta pesquisa, busca-se expor conjunturas similares às circunstâncias engendradas até o presente momento, onde podem ser observados fenômenos e impactos gerados por outras atividades de grandes empreendimentos, além da mineração de ferro

Cristian Nunes da Silva *et al* (2017) discorrem sobre os reflexos da construção de hidroelétricas à bacia do rio Araguari, no Amapá. De acordo com Silva *et al* (2017), as comunidades atingidas por este empreendimento sofreram profundos impactos, que abrangem dimensões ambientais, políticas, econômicas e territoriais. O autor relata, desde a criação de novos municípios e instituições, afetando dinâmicas sociais locais, até a elevação do rio,

⁸A conjuntura exposta, possui similaridade com a relação estabelecida nas regiões brasileiras de extração petrolífera, que ficam completamente dependentes dos *Royalties* do petróleo.

interferindo na vida de milhares de cidadãos. Segundo Silva *et al* (2017), as construções de grandes empreendimentos na Amazônia foram responsáveis por promover intensa explosão demográfica nas regiões diretamente impactadas. Este fenômeno se deu pelo extenso contingente de pessoas em busca de emprego, que, a priori, eram incorporadas enquanto mão de obra necessária para a conclusão das obras (SILVA *et al*, 2017). Posteriormente, essas pessoas estavam fadadas ao subemprego ou ao desemprego, aumentando, por sua vez, os indicadores de criminalidade dessas regiões. (SILVA *et al*, 2017).

Nascimento e Hazeu (2015) escreveram sobre os impactos da construção do “complexo industrial-portuário” para a cidade de Barcarena, pertencente ao estado do Pará. Os autores buscam explicitar as contradições sociais do município, que passam desde a desapropriação de pessoas para instalações de obras, até impactos de natureza econômica e ambiental. Segundo Nascimento e Hazeu (2015), a prosperidade econômica representada no PIB de “R\$3,5 bilhões” de reais desta pequena cidade de “99.589 habitantes” não trouxe benefícios para melhoria de vida e serviços públicos dessas populações, mas, sim, única e exclusivamente para manutenção e funcionamento deste empreendimento (NASCIMENTO, HAZEU, 2015). Outro ponto relevante, de acordo com os autores, diz respeito à absorção e inserção da mão de obra laboral, onde, a força de trabalho local é ostracizada, dando lugar a trabalhadores de outras regiões, que suprem a demanda empregatícia temporariamente, estimulando, posteriormente, o trabalho informal e a precariedade social (NASCIMENTO, HAZEU, 2015).

Affonso Avellaneda (1990), fala dos impactos sofridos pelos povos colombianos com as atividades petrolíferas no país. Avellaneda (1990), discorre sobre a contaminação dos solos com metais pesados, como Mercúrio e Bário, e seu grande impacto para os povos locais. O autor também relata o desaparecimento de espécies nativas, sendo elas, animais e vegetais (AVELLANEDA, 1990). Entre os mais variados e repetidos impactos sofridos pelas populações colombianas afetadas, Avellaneda (1990), aponta que, os valores arrecadados pelo poder público também não eram revertidos em melhorias para as populações locais.

Dentro das nuances que envolvem essa discussão, Pase (2016) destaca os conflitos sociopolíticos nos processos de tomada de decisão coletiva, desencadeados pela construção de barragens no sul do país. Baquero (2016), em sua análise sobre barragens hidrelétricas no sul do país, aponta para um possível afastamento social e “desestruturação de identidades coletivas” das comunidades atingidas. Neste mesmo caminho, Morais e Schwanz (2018), também sugerem a relação direta entre construções de hidrelétricas e impactos sociais, no sul do Brasil.

No dia 25 de janeiro de 2019, aconteceu o rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho, em Minas Gerais⁹. Segundo Silva *et al* (2020), esse evento é considerado como um dos maiores acidentes de trabalho ampliado da indústria minerária brasileira” (p.21). As consequências foram imediatas. Morreram 270 pessoas (SILVA et al, 2020). Os resíduos, atingiram de forma direta nove setores censitários com população estimada de 3.500 habitantes (SILVA et al, 2020). Segundo Silva et al (2020), “São considerados atingidos, 18 municípios, somando 1.165.667 pessoas expostas direta ou indiretamente” (p.23), estando entre elas, aproximadamente de 100 a 400 comunidades tradicionais.

Observa-se, a partir destas exposições, que o debate não se inicia e não se esgota no caso de Mariana-MG. Silva et al (2017) e seus escritos sobre hidrelétricas na bacia do rio Araguari; Nascimento *et al* (2015) sobre Barcarena; Baquero (2016), Morais e Schwanz (2018) e Pase et al (2016) sobre barragens no sul do país; Silva et al (2020) sobre Brumadinho, entre outros pesquisadores citados, demonstram as similaridades presentes nos processos que abarcam impactos destas atividades para as comunidades envolvidas, elencando como as suas consequências perpassam por diversas esferas da vida social, ambiental, cultural, política e econômica destas localidades.

A seguir, busca-se desenvolver maior entendimento de como se legitima o contexto local marianense após o rompimento da Barragem do Fundão, tendo como luz, os argumentos desenvolvidos nas entrevistas com os gestores, análises de campo, escritos acadêmicos e jornalísticos que foram produzidos com intuito de traduzir as especificidades oriundas deste fenômeno.

⁹ O município de Brumadinho-MG, está localizado à 122 km de Mariana-MG

CAPÍTULO 3

3. ANÁLISES DE CAMPO: UMA PERSPECTIVA PRÁTICA

Ao cortar a BR-356 (estrada que está aos arredores da região), é possível perceber a intensa movimentação dos caminhões e carretas, carregados de minério, congestionando o trânsito, e indo para algum lugar. As cidades minerárias possuem cor estranha. Paira sobre o ar uma poeira marrom, como uma espécie de anúncio das atividades econômicas da região. Logo, em seguida, na rodovia, é possível identificar uma placa com os dizeres: “Bem-vindo à Mariana! Minas Gerais nasceu aqui.”. Oficialmente, estamos em território marianense.

O movimento está intenso. Carros para todos os lados, e, em grande medida, um fluxo de pessoas e veículos orientados pelas atividades minerárias. No meio deste trânsito, acabo me atrasando para a primeira entrevista com um vereador local, cidadão de origem simples que ascendeu ao cargo, nascido e criado no distrito de Bento Rodrigues.

O centro histórico marianense, apesar de toda beleza exuberante, remete a uma sensação fatídica, pacata e bucólica. É como uma viagem no tempo, para um passado que ainda não acabou. Antes, ouro. Hoje, ferro. Caminhando pelas ruas de pedras, é possível identificar os barrocos casarões, bem conservados e singelos, causam intriga com seus “infinitos” detalhes arquitetônicos, onde, em cada caminhada repetida, torna-se possível identificar algo novo que eventualmente fugiu aos olhos noutras oportunidades: uma escultura na janela que não foi anteriormente notada, um adereço no telhado, um chafariz que passa despercebido, enfim... é interessante perceber as casas e seus infintos detalhes que sempre se mostram novos.

As ruas possuem pouca iluminação. Em certo grau, parece proposital. Imprimem um charme soturno, transmitindo, concomitantemente, aconchego e alerta. Ao fim da via é possível identificar o pelourinho, cercados por duas igrejas barrocas, uma bem do lado da outra, e de frente para um grande prédio barroco que representava o coração administrativo do município nos tempos passados.

A igreja localizada na parte de atrás do pelourinho está em reforma. Oportunamente, o templo ao lado está aberto. Pode-se ouvir o barulho da missa, que sutilmente atravessa as redondezas. Aproveitando a oportunidade para olhar por dentro, ainda é possível identificar muito ouro, remetendo à uma estética que beira a ostentação.

É curioso ver uma igreja literalmente ao lado da outra, como se fossem duas casas vizinhas – e, estando na cidade, cabe salientar a facilidade dos nossos olhos em enxergá-las (as igrejas) por todos os lados. É sempre possível vê-las num horizonte distante - abrindo aqui um

parêntese, e como um privilégio que me foi fornecido pelo acaso, a janela do meu quarto está bem de frente para a “primeira igreja de Minas Gerais”.

Curiosamente, no pelourinho de Mariana, é possível identificar que as algemas utilizadas para torturar as pessoas no passado, permanecem ali. Não é possível afirmar com precisão a mensagem ou intenção que foi tentada transmitir com elas. Mas, como pesquisador, cabe mencionar que é um tanto incomodo. Parece uma mensagem muito simbólica e sutil, do modus operandi responsável por orientar os comportamentos na região. Depois de séculos, as algemas ainda permanecem ali.

Desço a rua do pelourinho e é possível avistar a Praça Gomes Freire (popularmente conhecida como Praça do Jardim), recém reformada pela Fundação Renova. Curiosamente, bem na esquina, tem outra igreja. Nesse espaço de 100 metros, me deparei com três delas, estando tantas outras, localizadas nos morros, todas barrocas e visíveis aos olhos. É interessante perceber a grande influência que as instituições religiosas ainda exercem atualmente sobre a região. Fato similar ao contexto dos municípios de Ouro Preto e São João Del Rei. - Para exemplificar o exposto, recorre-se a um evento recente, confirmado pelas reportagens jornalísticas e por um dos jornalistas entrevistados, onde a Universidade Federal de Ouro Preto atualmente paga aluguel de R\$14 mil reais mensais para a Arquidiocese de Mariana, decorrente de uma decisão judicial sobre a posse do terreno onde está localizado as moradias estudantis¹⁰.

Seguindo pelo caminho, desço a rua da praça e viro à esquerda. Em aproximadamente 100 metros me deparo com outra praça, localizada na rua direita, e, como de costume, mais uma igreja.

O centro histórico representa o coração comercial do município. É nele que se encontra os bancos, cartórios, imobiliárias, alguns bares e lojas de toda natureza de serviços. Em síntese, é nesta região que o cidadão local resolve suas rotinas burocráticas diárias.

Por consequência desse cenário, o movimento é intenso. Durante a tarde, a paisagem se mistura entre os carros, os casarões e as pessoas. É possível visualizar muitos trabalhadores(as) uniformizados(os), munidos das vestimentas utilizadas nas variadas atividades da mineração. Os carros, em grande parte, também indicam a relação de sua utilização com os serviços minerários, que está presente em todos os lugares do município.

No virar do dia, vem chegando a noite. E a paisagem vai mudando, paulatinamente. As lojas vão se fechando, os trabalhadores se recolhem, adentrando às lotações que os levarão para suas respectivas casas. Neste sentido, a correria da tarde abre lugar para uma espécie de bohemia

¹⁰ <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/11/13/para-manter-cursos-em-mariana-ufop-tera-que-pagar-aluguel-a-arquidiocese-da-cidade.ghtml>

bucólica. Agora, somente os bares e os restaurantes estão abertos. E, ao aproximar das 22 horas, o movimento se transforma, dando lugar a outro perfil de indivíduo. Os estudantes universitários assumem as ruas, rumo aos bares, sentam-se para conversar, fazer música ou qualquer coisa do tipo. Comumente, se instauram na praça do jardim, e ali ficam, até o momento que acham pertinente partir.

Curiosamente e com dificuldade, é possível identificar poucos turistas em Mariana-MG nesta época, diferentemente de sua vizinha Ouro Preto. Os cidadãos que se instalam no município encontram motivações por meio do trabalho ou do estudo. Obviamente, existe uma cena turística. Mas, não possui expressividade econômica para a cidade. É parte de um movimento de pessoas que, ao visitarem Ouro Preto, aproveitam a oportunidade para conhecerem as igrejas de Mariana.

Sobre tal contexto, um gestor municipal pontua:

[...] fala-se muito de Mariana com turismo. Eu não acredito muito em turismo de contemplação. A pessoa vem em Mariana para ver igreja. Igreja, tem em dezenas de cidades [inaudível]. É lógico que cada uma tem sua singularidade, sua peculiaridade, mas, assim, não vejo o turismo como uma fonte, assim: acabou a mineração e Mariana vai viver de turismo. Você tem 1 mês de férias por ano. 853 municípios só em Minas. O que que faz você tirar seus trinta dias de férias e vir para Mariana? [...] E, assim, Ouro Preto, no ponto de vista de turismo, é imensamente mais forte do que Mariana. A gente tem que entender a nossa potencialidade, mas a nossa limitação. Não adianta tentar competir com o turismo de Ouro Preto, não. Se o “cara” quiser vir ver cidade histórica, o núcleo histórico de Ouro Preto é imensamente maior do que o de Mariana, e muito mais rico do que o de Mariana. O de Mariana é muito bonito. Mariana é a primeira vila, a primeira capital de Minas. Uma cidade Histórica extremamente importante para história de Minas Gerais. Mas, assim, Ouro Preto é referência mundial.

Essa fala se mostra relevante por evidenciar uma característica peculiar do município, que se mostra tão parecido e tão próxima de sua vizinha Ouro Preto, mas, ao mesmo tempo, com realidade tão distinta, que chega a remeter em sensação de distanciamento geográfico.

Caracteristicamente, o cidadão marianense se mostra cordial e gentil no dia a dia, quando lhe é solicitado alguma informação ou nas conversas banais. Noutro ponto, tendo em vista a perspectiva adquirida com a experiência de residir no bairro São Pedro, *a priori*, nota-se receio e desconfiança por parte deles, ao se depararem com a presença de novos vizinhos. Para exemplificar esse elemento característico das relações sociais locais, recorre-se à uma situação cotidiana vivenciada pelo pesquisador: Num determinado dia, diante da necessidade de atravessar um fio de uma parede para outra, me dirigi ao vizinho (nascido e criado em Mariana-MG) e lhe perguntei se ele teria uma furadeira para emprestar, explicando-lhe o motivo do pedido. Num primeiro momento, ele negou, argumentando que infelizmente não teria

nenhuma ferramenta deste tipo. Passados quinze minutos, o mesmo vizinho toca em minha porta com uma furadeira em mãos, explicando que após uma busca minuciosa, ele a encontrou. Entretanto, disse que não poderia me emprestar, mas que ele próprio poderia fazer o furo na parede.

O exemplo citado no parágrafo acima, sugere um elemento característico das relações sociais locais, orientadas, *a priori*, por um certo grau de desconfiança interpessoal. Passadas algumas semanas, depois algumas conversas, principalmente sobre música e instrumentos musicais, assunto que era apreciado por esse vizinho, percebe-se que as suas orientações de desconfiança vão dando lugar à uma atitude de acolhimento.

O bairro São Pedro, supracitado anteriormente, é apresentado pelo relato dos moradores como um dos mais antigos da cidade. Ele é caracterizado pela parte alta, onde localiza-se a Basílica de São Pedro dos Clérigos, habitada por classes mais abastadas, e a parte baixa, onde se encontra pessoas numa realidade contrária.

Essa travessa não era esteticamente atraente quando comparado com ostentosos casarões do centro, ou até mesmo quando comparado com a igreja responsável por dar nome ao bairro. Pelo contrário, remetiam à ocupações irregulares, que com o tempo foram sendo absorvidas pela expansão urbana. Conseqüentemente, conviviam pessoas de toda sorte em curtos espaços. A vizinhança era composta por cidadãos nativos, predominantemente evangélicos; trabalhadores da Samarco S.A., tanto marianenses, quanto cidadãos de outros Estados, mas, em sua maioria, nordestinos; estudantes da UFOP; e pessoas de fora, que vão a trabalho, mas não estão relacionadas com as atividades minerárias.

Migrando desse parêntese conjuntural e abrindo a análise para aspectos institucionais, percebe-se uma forte instabilidade política no município. Mariana-MG teve três prefeitos nos três últimos anos. Uma situação que não é inédita e que causa incomodo na população e nos atores envolvidos com a administração pública local. A seguinte fala de um dos gestores ajuda no entendimento do contexto: “[...] agora que a cidade retomou o curso bom de arrecadação, vem essa instabilidade política de novo, que a gente já está no terceiro prefeito em dois anos e um mês de governo.”. Sobre a mesma conjuntura, um vereador lamenta: “Mariana já passa por 3 prefeitos em menos de dois anos.”.

Seguindo por este caminho, como já mencionado, esse não é um fenômeno inédito e essa realidade já foi vivenciada anteriormente na região, como relatado por um gestor, que esclarece:

Mariana, em 1996, tinha um prefeito eleito que foi cassado. O vice assumiu. Quando veio a eleição em 2000, [...] o primeiro candidato, uma semana antes da eleição, foi cassado. Teve que “botar” outro. Já era urna eletrônica na época, e o outro que foi

colocado no lugar dele, foi eleito com a cara do anterior, o que não podia. Não podia! E esse ficou 8 anos... ficou 8 anos.

Ainda sobre esse cenário, o gestor complementa seu raciocínio com o seguinte argumento:

Quando elegeu o sucessor, em 2008 para assumir em 2009, entre 2009 e 2012 Mariana teve 7 trocas de prefeito. Cinco prefeitos. Sete trocas de prefeito. Sete! Em quatro anos. [...] Em 2012, teve outra eleição. Em 2013 o anterior, que tinha “aterrado” em 2008, assumiu de novo, mas caiu em 2015. Ai, assumiu o Duarte, que eu te falei que assumiu antes do rompimento da barragem, ficou até 2020. Esse mesmo que caiu em 2015 veio candidato agora em 2020 e também não pode... ganhou! E não pode assumir, porque ele estava com um problema judicial também. Ele estava impedido de assumir judicialmente. E continua sem assumir. Tanto que foi 3 presidentes de câmara até agora.

Em casos anteriores, os relatos são um pouco mais graves, elencando fatos criminais, como, por exemplo, o assassinato de um dos candidatos ao executivo municipal. Sobre o contexto, um gestor traz a seguinte consideração:

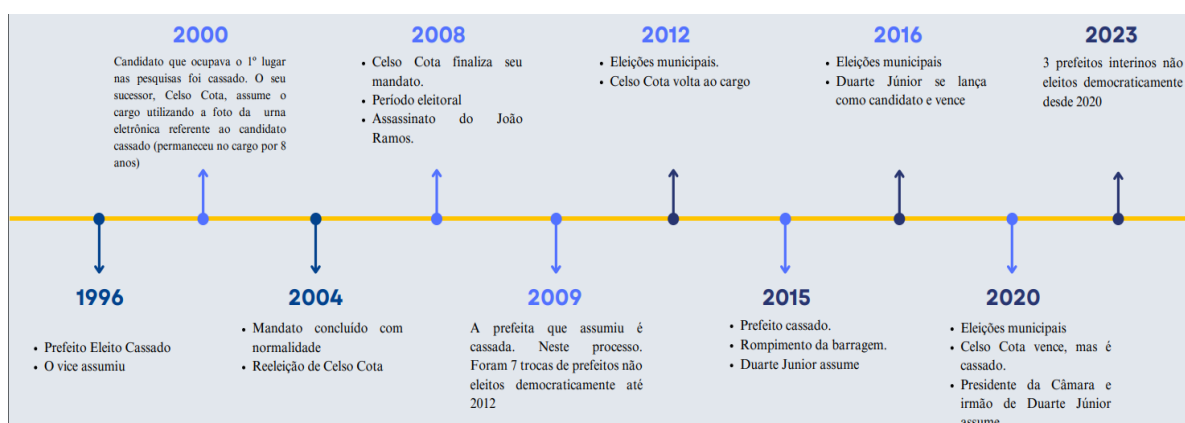
O João Ramos, ele é assassinado. O “cara” que estava para disputar a eleição é quem mata o João Ramos e queria matar os outros adversários. Foi um negócio meio louco que aconteceu aqui na época. Ele mata o João Ramos, queria também matar o... ele era meio psicopata. Ele queria tirar todo mundo da disputa e ser candidato único! Teve um processo, a pessoa foi condenada. A justiça entendeu quem era o culpado. Ele foi preso. Ficou preso durante 10, 12 anos. Ele mata o João Ramos, e pela apresentação da Polícia Civil é que a intenção era matar os outros candidatos e ser candidato único.

O exposto acima evidencia uma situação peculiar evidenciando falta de normalidade democrática¹¹, que sugere uma orientação autoritária para as especificidades que envolvem vida política marianense, e podem dar luz, num outro momento, para debates e reflexões mais aprofundadas sobre os parâmetros e métricas que envolvem a qualidade da democracia de um município como a cidade de Mariana-MG, à luz dos estudos empreendidos por José Álvaro Moisés. Mas, analisando brevemente, um gestor faz alusão à uma terra de coronéis:

Mariana, querendo ou não, é uma cidade que vem de um coronelismo muito grande! E eu acredito que a gente colhe reflexos disso hoje. [...], Mas, hoje, ela é fragmentada [...], Ela não é potencializada numa pessoa só. [...], ela está fragmentada no sistema como um todo. Entendeu? Então, desde uma pessoa que quer um óculo, igual você acabou de ver ali, ela vem com o padrinho do lado porque ela acha que vai ajudar ela a receber mais rápido. [...], a pessoa que vem de fora, por exemplo: um funcionário que a Renova trouxe, ele entra no sistema, e ele entra sabendo que o sistema funciona assim. Então é uma perpetuação dessa politização da Gestão Pública, que eu acho que é um dos maiores gargalos da cidade aqui hoje.

No sentido de fornecer melhor entendimento das especificidades que pairam sobre a vida política de Mariana, a seguinte linha do tempo auxilia para visualização do supracitado contexto na realidade prática do *modus operandi* que orienta a vida política local, assimilada pelas instituições e vivenciada pela sociedade civil.

¹¹ Os relatos dos gestores sugerem que desde a redemocratização brasileira, Mariana-MG vive sucessivas crises políticas e institucionais, não consolidando uma estabilidade democrática.

Figura 1: Linha do tempo político de Mariana-MG

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das entrevistas estruturadas

Corroborando com os argumentos dos gestores, as informações acima evidenciam um cenário político permeado por complexidades e norteados pelas especificidades próprias que nutrem e orientam a vida política local.

Quando os entrevistados foram convidados a refletir se as problemáticas desencadeadas pelo rompimento da barragem do Fundão podem ter contribuído para intensificar padrões de desconfiança populacional para com as instituições políticas, as respostas assumem dois caminhos: 1) normalmente os gestores políticos refletem sobre a questão, mas não respondem efetivamente à pergunta; 2) os secretários parecem mais diretos e claros ao argumentar sobre o tema. O conteúdo das respostas também aponta no mesmo sentido, onde os atores não negam orientações de desconfiança nas instituições, mas divergem sobre seu sentido e motivação. Um vereador local atribui os padrões de desconfiança política à um cenário amplo e generalizado, assim como evidenciado pelas pesquisas do WVS, sugerindo que o município é um reflexo de uma conjuntura nacional. Sobre o contexto, ele afirma:

A causa de a população ser insegura com a prefeitura, não é a prefeitura. A população não acredita em política. Onde eu queria entrar, porque eu sou um cidadão que entrei para representar a população. Eu não me via representado na prefeitura. Então, acho que não é a prefeitura de Mariana em si, mas é a negação política.

Argumentando num sentido semelhante, um gestor confirma esse padrão de desconfiança, mas atribui suas consequências à Fundação Renova, e não às instituições públicas. Em suas falas, ao ser questionado se o rompimento pode ter contribuído para padrões de desconfiança, ele responde: “Sim! Com certeza! Especialmente depois da implementação da Fundação Renova.

Outro gestor, ao responder a mesma pergunta supracitada, aponta uma perspectiva interessante, argumentando que existem dois momentos de relação entre Sociedade *versus*

Estado. Em primeiro, um pós rompimento responsável por intensificar essa relação; em segundo, uma crise financeira responsável por nutrir padrões de desconfiança institucional. Sobre tal situação, ele, expõe:

[...] aqui, aconteceu um efeito reverso. [...] No momento em que aconteceu a tragédia, de fato, o município, os munícipes entenderam a importância do poder público. No momento da tragédia, os cidadãos marianenses entenderam isso e abraçaram a prefeitura e os gestores que aqui estavam à época. Foi um negócio muito interessante. As pessoas perceberam que todo mundo que estava aqui à época, estava trabalhando muito para recuperar o que desse para recuperar e retomar da forma que desse para retomar. O descrédito aconteceu, de fato, quando chegou esse ano calamitoso de 2017. Porque, [...] Dois anos depois do rompimento da barragem que a gente estava sentindo efetivamente a queda de arrecadação, CFEM, ICMS. E o pessoal esqueceu completamente que a cidade não tinha dinheiro, e começou a desacreditar o poder público, porque tinham demandas que precisavam ser feitas, e realmente precisavam ser feitas, e que não conseguiam ser feitas por faltas de recurso. Totalmente por falta de recursos mesmo! Não era nenhuma espécie, obviamente, de má vontade do gestor de plantão não. Era uma completa escassez de recurso. E, ali sim, começou a cair no descrédito.

Quando os entrevistados foram convidados a desenvolver suas reflexões sobre a inter-relação existente entre a sociedade civil, o poder público e as empresas de mineração no município as respostas apontam para um ressentimento da população após o rompimento da barragem - fato comprovado pela observação participante - mas num sentido de compreender que atualmente as mineradoras são responsáveis por grande parte dos empregos na região. Neste sentido, sobre essa conjuntura, observa-se a seguinte colocação de um dos gestores:

Mariana, hoje, tem dois grandes empreendimentos, vamos dizer assim. Ou, dois grandes empregadores: prefeitura e mineração. Então, assim, eu vejo uma situação de conflito muito grande entre a população e a prefeitura, porque quem não trabalha na prefeitura, ou tem um parente ou conhece alguém. Então, assim, a população é extremamente dependente. Extremamente dependente da prefeitura! De todos os seus serviços e em todas as áreas! Extremamente dependente! Segurança, é... em todas as áreas. Sabe?

Sobre o mesmo questionamento, um político local responde:

Olha! Hoje, eu tenho o sentimento de que a população em si, ela está satisfeita com ações políticas, né, do município. Todo mundo recebe em dia, os direitos estão resguardados, a tarifa zero trouxe uma satisfação muito grande para a população. É claro que existem desafios que precisam ser superados aqui. A gente tem problema sério com moradia.

Em relação à mineração em si, é... Claro! existe uma mágoa sobre o que aconteceu, né? [...] Da Samarco e da VALE, né, que foram as causadoras dessa tragédia. Mas não é algo que as pessoas se manifestem ou tenham uma revolta. As pessoas, [...] têm a percepção da importância da mineração: “Olha! Ela gera emprego, gera oportunidade e isso é importante para a minha vida.”. Porque, a verdade é que, [...] quando eu recebo uma pessoa na porta da minha casa... quando ela vem me pedir, e principalmente quando eu era (cargo omitido para resguardar o anonimato do entrevistado), que eu recebia 20, 30 pessoas todos os dias de manhã, a pessoa vinha me pedir, mas se eu arrumasse um emprego para ela, ela falava: “Opa!”. Ela não quer te pedir! [...] aquilo também é degradante para ela! Ela quer caminhar com as próprias pernas, mas se ela não tiver oportunidade, como que ela vai fazer?

No sentido de discutir a mesma pergunta, um secretário expõe seu ponto de vista:

Olha... o marianense, é muito espelho do mineiro caricato. Daquele mineiro desconfiado de tudo, sabe? É muito isso mesmo. Impressionante! Eu falo por ser marianense mesmo. E, assim, a atividade minerária nunca foi uma coisa muito questionada no município... até o rompimento da barragem, e virou extremamente questionado no município. As pessoas, [...] pelo menos esse é o termômetro social que a gente tem aqui no nosso convívio do dia a dia de trabalho, do convívio social, é que as pessoas querem que a mineração continue, porque sabem que a cidade depende da mineração. Mas, existe um grande número, que aumentou muito depois do rompimento da barragem, de pessoas que rechaçam completamente a atividade minerária. Então, quando se terminou as atividades da iniciativa privada, aconteceu isso, esse efeito... esse reflexo do rompimento da barragem na população, no sentido de desacreditar a respeito da segurança que essas empresas operam. Do ponto de vista público, é aquilo que eu te falei, complica muito a análise. É sempre uma crise diferente!

Respondendo à mesma pergunta, um político em exercício expõe seu ponto de vista:

Hoje o cidadão aceita a Samarco. Essa tragédia da Samarco não foi precipitada. Foi um acidente mesmo. Eu tive a oportunidade de trabalhar na Samarco e eles prezavam por toda segurança em tudo. Foi uma catástrofe que pegou todo mundo de surpresa. Todo mundo julga a Samarco pelo que aconteceu, mas ela matou a fome das pessoas por décadas e décadas. Tem o lado negativo, tem. Mas tem o lado positivo que é do emprego. A população depende dessa mão de obra

Em síntese, os discursos apontam no sentido de evidenciar que a mineração passou a ser questionada no município após o rompimento da barragem, gerando desconfiança e sensação de insegurança na população, mas, em contrapartida, a sociedade civil enxerga que, diante das conjunturas atuais, as atividades minerárias são responsáveis por nutrir e sustentar as atividades econômicas e a geração de empregos na região.

Interessantemente, dentro do debate que envolve a desconfiança política no município, ao convidar um dos entrevistados para refletir sobre o rompimento da Barragem do Fundão enquanto agente intensificador de padrões de sentimento de descredito populacional com as instituições locais, foi argumentado que esse cenário vivenciado pela população também se estende aos gestores, por consequência do *modus operandi* de relação institucional e negociações de reparação existente entre a Fundação Renova e a prefeitura municipal. Sobre o contexto, ele argumenta:

Eu vejo, que nós temos uma certa desconfiança, não só a população, mas os próprios gestores públicos, porque é muito difícil o diálogo com a Fundação Renova. [...] foi construído um Termo de Ajustamento de Conduta em que o município não participou. Os mais interessados seriam os municípios. E com a criação do TTAC os municípios não participaram. Você pode olhar os documentos, que não tem as assinaturas dos prefeitos municipais. Eles não foram ouvidos, sequer. Então, criaram-se uma fundação gigantesca, com recursos milionários, que estão muitas das vezes indo embora, [...] com consultorias absurdas, com obras absurdas que o poder público não tem poder de fiscalização. Eu falo prefeito e vereadores. Não só em Mariana, mas em todas as cidades. Porque eles são fiscalizados pelo Ministério Público das fundações, que não vem aqui.

Seguindo pela linha de raciocínio exposta, o mesmo gestor pontua que, muitas das vezes, os padrões de desconfiança também se consolidam a partir do desconhecimento populacional sobre os processos que envolvem os imbrólios fomentados pelo rompimento da barragem.

Então, o dinheiro está indo embora. E as pessoas começam a ter desconfiança na fundação, e, também no próprio poder público, porque elas não têm essa informação. Elas não sabem que a fiscalização é por parte do Ministério Público [...]. Que o TTAC, que constituiu a Fundação Renova, não teve a participação dos prefeitos, e os projetos estavam vindo de cima para baixo. Então, muitas das vezes, as ações que precisam de fato ser realizadas nos municípios, e quem conhece os problemas dos municípios são os gestores municipais, não são ouvidas. Porque a gente não tem diálogo. A gente não tem voz! E quando tem voz, não somos ouvidos!

Sobre as especificidades que envolvem as relações interpessoais locais, as entrevistas evidenciam padrões de conflitos e solidariedade, que se legitimam mutuamente. As inter-relações existentes entre os cidadãos atingidos diretamente/não atingidos, poder público e poder privado são complexas, envolvendo uma gama de significados políticos e comportamentais. Por exemplo: o rompimento da barragem, diante de sua magnitude e de todas as consequências ocasionadas por tal fato, inevitavelmente ocasiona em esforços de companheirismo e fortalecimento dos laços sociais, numa espécie de funcionalismo sociológico. Noutro ponto, diante das problemáticas locais, como falta de planejamento urbano e tratamento de esgoto, o processo de reparação dos diretamente atingidos, está se norteando para construções e padrões urbanos que supram essas demandas básicas da sociedade (água tratada, planejamento, auxílio financeiro etc.). Esse cenário, acaba por intensificar padrões de conflito social, uma vez que os cidadãos comparam entre si essas diferentes realidades e se sentem excluídos desse processo de melhoria social. Sobre o contexto, um vereador afirma:

[...] aconteceu [...], de reclamações na sociedade de mariana, em geral, porque as pessoas que estão morando aqui, muitas vezes, elas realizavam festas durante toda semana. Porque recebiam um auxílio, recebia um benefício, não tinha nada para fazer, então ia fazer festa na sua casa mesmo, churrasco. E aí, começavam ter até atrito com moradores. [...] começou a ter até uma [...] uma pejorativa em relação às pessoas do Bento e de Paracatu. De reclamação de vizinhança, igual eu te falei, de pessoas que estavam indo para o alcoolismo, fazendo churrasco, e reclamações que chegou até na própria prefeitura municipal de mariana, no próprio CAPS. Né?

Então isso aconteceu, [...] E algumas pessoas também, infelizes, [...] principalmente crianças que sofrem bullying [...]. Só que, hoje, o município criou, por causa dessas perseguições, [...] o próprio centro de saúde do bento, o próprio centro de saúde de Paracatu e a própria escola de bento e Paracatu.

Sobre o mesmo cenário, um gestor local deixa sua reflexão:

Olha, hoje, sinceramente, aqui dentro de Mariana, eu não vejo mais essa situação conflituosa. Nesse sentido de população com a população, não! Muito pelo contrário. No início, tinha alguma resistência quando todo mundo dos distritos

atingidos se mudou para Mariana, então mudou o cenário, ne? Mudou o cenário... a cidade... as pessoas... você sabe muito bem como que o cidadão funciona, se tiver que mudar sua cadeira de trabalho de um lugar para o outro, você acha ruim. Você sabe como é: “quem que é esse cara, aí?”. Sabe, não fica confortável com isso.

Mas, assim, eu vi, cara, uma onda de solidariedade, assim, gigantesca! Gigantesca com as barragens! Gigantesca! Assustadora! Eu lembro perfeitamente quando a barragem rompeu, eu estava dentro do gabinete do prefeito, com mais dois colegas, o controlador e o secretário de planejamento da época, e eu era o coordenador daqui. Cara... tocou o telefone: “ah, rompeu a barragem lá em Bento Rodrigues.” A gente não tinha noção da dimensão do negócio. Não tinha noção nenhuma da dimensão do negócio. Ai, depois, falaram: “A barragem da Samarco”. Eu disse: “opa!”. Depois chegou uma terceira ligação: “não existe mais escola” ... [...] Cara, nesse mesmo dia, quando eu cheguei em casa, umas 18 horas, liguei a televisão e a primeira cena que eu vi na televisão foi aquele carro em cima da casa, em Bento Rodrigues. Tudo devastado...

As inter-relações existentes entre sociedade civil, poder público e poder privado, no município, são complexas, evidenciando uma conjuntura específica dessa localidade em questão. Sobre os aspectos que envolvem poder público e privado, as entrevistas evidenciam dificuldade da prefeitura municipal no processo de tomada de decisão, gestão territorial e de ações institucionais, decorrente da hegemonia política da mineração ali presente (COELHO, 2020). Sobre essa relação, um gestor afirma: “[...]. É uma relação bem desigual. [...] eu falo na questão de submissão mesmo, porque a prefeitura, de certa forma, sempre se submete ao interesse das grandes mineradoras. Não tem jeito!”

Sobre o assunto, outro gestor faz sua colação:

Em relação à Samarco, o município de Mariana sempre teve uma relação institucional muito boa com a empresa. Mesmo antes do rompimento da barragem, e depois do rompimento da barragem. Sempre foi uma empresa que nunca faltou a parceria dela, parceria social com o município também. A empresa, a gente tem que criticar o que está errado, mas tem que reconhecer o que está certo também. A Samarco, muitas das vezes, foi muito mais parceira do município em momentos difíceis, para poder acompanhar, para poder aportar recurso, para poder ajudar com a resolução de alguns problemas pontuais, do que a própria VALE, que arrecada muito mais, que produz muito mais. A Samarco sempre foi uma empresa mais marianense, sabe? Mais marianense e menos multinacional do que a VALE é. Então, assim, isso tudo tem uma relação muito próxima.

A conversa institucional do município com a Samarco, hoje, é basicamente uma conversa protocolar. Que é uma conversa a respeito de retomada de atividades, licenciamento ambiental, produção, arrecadação de CFEM, geração de emprego, esse tipo de coisa, desenvolvimento social... esse tipo de coisa, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e cuidado ambiental. E a Renova terceiriza toda essa questão do rompimento da barragem.

Ainda, sobre essa inter-relação entre poder público e poder privado, um dos prefeitos argumenta no seguinte sentido:

[...] A Samarco é um nome fantasia. Né? A realidade é que quem é dono disso tudo, é a VALE e a BHP. Eu me sinto traído! O sentimento que eu tive como (cargo omitido para garantir o anonimato), é de traição! Eu fui firme no momento mais difícil da história da mineração, em dizer da importância da mineração. Porque eu sabia da importância. Mas, eu não via as empresas tendo o mínimo de respeito com o gestor público ou com o município, como aconteceu em Brumadinho.

Ainda sobre essa temática, outro entrevistado que também atuou como prefeito no município, faz sua análise:

Eu acredito que os gestores, muitas das vezes, ficam refém da mineração. Porque se os gestores se basearem somente em outras arrecadações como ICMS, IPVA, IPTU, Fundo de participação dos municípios. Né? Os municípios mineradores, eles não conseguem manter a estrutura que tem hoje. Né? Então, eu acredito que sim! Muitas das vezes os gestores ficam refém de um modelo que é imposto nacionalmente.

Em síntese, os argumentos caminham num sentido de evidenciar a desigualdade de poder e de tomada de decisão existente entre a prefeitura e as mineradoras, fator responsável por dificultar as ações do poder público, minando o processo de tomada de decisão dos gestores.

Neste sentido, o cenário evidenciado nessa pesquisa, sugere que, a partir dos argumentos dos entrevistados, pode-se inferir que as consequências impostas pelo rompimento da Barragem do Fundão não foram superadas pelo município. Ou seja, os dados sugerem que os impactos financeiros estão superados, mas, todo o resto, está longe de se resolver. Sobre essa afirmação, ao serem questionados sobre uma hipotética superação por parte da cidade, tem-se as seguintes análises:

Não! Não! Eu entendo que não. Porque hoje mudou a realidade de vida de muitas famílias. Mudou a realidade de vida de comunidades, porque as pessoas saíram de Bento Rodrigues e Paracatu, e cada um hoje mora num bairro diferente. Então, eles perderam aquele convívio social, aqueles vizinhos. Né? Eles moravam em comunidades que eram subdistritos, não eram nem distritos! Subdistritos que muitas das vezes você podia brincar na rua, né? Você não tinha um índice de violência. Era uma comunidade até um pouco rural. E hoje, não! Cada um está morando em um bairro, numa região diferente. Muitos estão vindo para a cidade. Aumentou os nossos índices de pessoas que procuram o CAPS, o Centro de Atendimento Psico Social. Pessoas que estão fazendo o uso de álcool, de drogas, e que estão em depressão.

E muitas pessoas, ainda, não tiveram o sonho da sua casa própria! Que é o Novo Bento e Paracatu entregue. E alguns, já até foram embora! Então, isso vai causando um aperto. Você imagina: um senhor de 70 anos, de 60 anos, que morava lá, e teve que vir morar em Mariana, hoje, num apartamento. Como que muda a realidade de vida dessas pessoas!? Os coleguinhas que eram da mesma turma, que eram da mesma rua não moram mais perto! Então, é um problema sério que essas pessoas estão vivendo.

Escolheram um modelo... que está construindo o Novo Bento e o Novo Paracatu. Que são casas, hoje, de alto padrão. Alto padrão! Onde cada família tem um arquiteto, cada família tem um engenheiro, cada família escolhe o tipo de piso, o tipo de casa, com' o que você quer dentro da sua casa. Então, estão criando... a verdade é essa: dois condomínios de superluxo; casas mais caras, inclusive, que o Alphaville, que vou dá uma referência aqui, o Alphaville de Belo Horizonte. E eu tenho muito medo de como essas famílias vão manter essas casas no futuro. Porque são casa de luxo. De alto padrão de acabamento. Né? E essas pessoas não eram acostumadas a viver dessa forma. Então, foi uma mudança drástica na vida dessas famílias.

O argumento acima evidencia a visão de um político local. Sobre esse mesmo tema, um gestor deixa sua contribuição:

Cara, é até difícil de falar. Por que, Mariana vive uma constante crise, né? Quando não é crise financeira, é crise política. [...]. Mas esses impactos, [...] do ponto de vista

financeiro, ouça bem, financeiro, do ponto de vista de arrecadação e geração de emprego, isso está plenamente superado.

Argumentando nesse mesmo sentido, outro entrevistado que atua diretamente na gestão pública local, corrobora com as informações anteriores:

Não! Isso é uma constante que a gente tem, e, eu... atualmente a gente vive isso. Não tem política pública nenhuma e não tem nenhuma preocupação da Fundação Renova, ou qualquer que seja o órgão que esteja preocupado com o que está acontecendo agora. Mas, vamos colher frutos desagradáveis no futuro. Acho que poderia estar sendo feito alguma coisa agora, para preservar a cidade de um impacto futuro. Porque isso é latente! A gente teve aumento do número de casos de prostituição em Mariana, aumento do número de casos de jovens grávidas, sífilis, proliferação de DST's.

Interessantemente, as entrevistas apontam que o único impacto efetivamente superado, como já pontuado anteriormente, foi o financeiro. Entretanto, a superação desse impacto, trouxe consigo novos desafios para a gestão pública local. Ou seja, as consequências de ordem ambiental, social, cultural e política não foram superadas; e a superação proveniente dos impactos econômicos, vieram carregados de novos impactos. Sobre essa afirmação, tem-se a colocação de um dos entrevistados:

A arrecadação no município hoje é uma arrecadação recorde, e os empregos também são recordes. Em virtude, muito das ações da Fundação Renova e da retomada das atividades da Samarco e das atividades da VALE. Não tenho dúvida disso. É um reflexo claríssimo! Porém, não recuperou, porque essa situação trouxe outros problemas. Vou te dar um exemplo: Mariana tem 62 mil habitantes aproximadamente. Censo. Mariana, hoje, tem beirando 80 mil, por que tem uma população flutuante gigantesca, que atua na área de mineração e que atua na Fundação Renova e suas terceirizadas. E isso traz muitos problemas sociais para a cidade, diretos e indiretos.

E essa questão da falta de ocupação para todos, fomenta a atividade de ocupação irregular, e essa atividade de ocupação irregular fomenta a dificuldade de abastecimento de água e esgoto. Já tem muita ligação clandestina, a rede foi planejada para atender um número X atende 10X. Entendeu? Então, assim, acaba trazendo outros problemas, por que, se a cidade estivesse funcionando com normalidade, sem o rompimento da barragem: esquece, apaga isso da história, não aconteceu; a gente estava no crescimento gradual da atividade minerária. Que é as novas expansões ali da Mina da Alegria, as novas expansões da Samarco, eventualmente. E a gente conseguia ir absorvendo isso ai de acordo com que o recurso ia entrando, e a gente ia conseguindo fazer novos investimentos de aporte para receber uma nova população de uma cidade com constante expansão, que é o caso de Mariana. Só que a expansão, da mesma forma que a queda foi muito aprofundada, a ascensão também foi. Então, assim, a gente não teve uma maturação. Foi assim, o fundo do poço e o pico, sabe?

O argumento acima destaca alguns dos problemas que já foram mencionados por outros gestores, como o problema de moradia, problema de abastecimento de água e as consequências provenientes da população flutuante, que vai para o município trabalhar nas atividades de mineração ou nos projetos de recuperação. Um vereador local, corrobora com o cenário, fazendo sua colocação:

[...]Na educação, hoje, nós já estamos tendo falta de vagas em creches municipais e em escolas, em virtude do grande número de pessoas de outros Estados que estão vindo para a cidade de Mariana, trabalhar na mineração. Seja na mineração em si, seja

na reconstrução de Bento Rodrigues e Paracatu. Porque, hoje, Mariana já não tem mais mão de obra qualificada. Pessoas estão vindo, inclusive, do Nordeste, trabalhar na nossa cidade. Nós temos várias casas hoje, alugadas como repúblicas para as pessoas que estão vindo. Então, nós estamos tendo já, impactos sociais na educação, impacto direto na saúde. Né? A saúde é um direito de todos! Então o setor é obrigado a atender. Então, todo custo que a saúde tem, ele está aumentando consideravelmente com o número de pessoas que vem para a cidade de Mariana.

Ação social, da mesma forma. Muitas pessoas vêm morar... Hoje Mariana é uma cidade cara para se viver. Muito cara, por sinal! E as pessoas acabam que não tem condição de alugar imóveis e estão invadindo áreas verdes. Muitas áreas verdes do município de Mariana estão sendo invadidas, e nós temos um estudo da Secretaria de Desenvolvimento Social, que fala que mais de 70% dessas pessoas são de outras cidades, que estão invadindo áreas verdes do município de Mariana. Nós temos, aqui, a região da Serrinha que está sendo invadida. É onde nós temos um dos grandes mananciais de água da cidade de Mariana. Então é muito preocupante que as invasões crescem naquela direção. Nós temos invasões em terrenos da Mina da Passagem, nós temos invasões em terreno da Vale do Rio Doce, nós temos invasões na ferrovia que corta a cidade de Mariana, que hoje está desativada, mas pertence ao DNIT. E se você seguir de Mariana à Bandeirantes, que é um distrito aqui muito próximo, que as pessoas utilizam essa antiga ferrovia, que hoje já não tem trilho, não tem dormente, porque foi tudo saqueado, ela já está invadida em ambos os lados. E as pessoas utilizam essa ferrovia hoje para a prática de esportes, de ciclismo e caminhadas. E, é uma área que está sendo altamente invadida.

Diante de toda a conjuntura vivenciada pelo município de Mariana, confirmada pelos discursos dos gestores em entrevista e pela observação participante, as indagações e o debate caminham num sentido natural de discutir a possibilidade de um futuro econômico em que cidade supere as atividades de mineração. Ou seja, um futuro desvinculado da extração mineral. Neste sentido, as afirmações assumem um tom de pessimismo, como pode ser visto a seguir:

Olha! Se tem algo que eu lutei muito e eu sinto que eu não consegui, foi buscar a diversificação econômica. É lógico, também, que eu não vou ficar carregando essa culpa, porque o momento era outro. O país passava por um momento difícil. Depois, nós tivemos o Covid. Tudo isso atrapalhou muito, que novas empresas pudessem vir para a nossa região. Problema de estrada..., mas a gente precisa demais, buscar uma nova fonte de receita! Depender da mineração é ter a certeza de um fim melancólico! Porque, não adianta, pode demorar mais cinquenta, cem anos, mas quando ela acabar... só dá uma safra. [...] e isso vai ser cobrado pelo ciclo das minerações.

Ainda, sobre o assunto, um secretário em exercício deixa sua contribuição, que pode ser analisada a seguir:

Vou te falar a verdade, de coração... eu não enxergo, não! Você sabe por que que eu estou falando isso com você, Luís? Há uma necessidade latente, a gente sabe que o minério não transforma nada. A gente sabe muito bem disso. Só que a questão é a seguinte: tudo que a gente construir daqui para frente, ele vai estar vinculado à mineração de alguma forma. Porque tudo que for construído daqui para frente, é advindo de investimento proveniente do período do minério de ferro... da extração do minério de ferro. A gente já teve o período da extração do ouro. E muita das coisas que a gente tem hoje é fruto desse período minerário. E muito do que a gente vai construir daqui para frente vai ser reflexo também da atividade minerária do minério de ferro. Então, por mais que a gente diversifique a economia agora, a função do minério de ferro e da mineração aqui, é algo que vai ficar para a história do Estado. Nós somos as Minas Gerais! É a nossa vocação! Não tem como escapar da nossa vocação. Outros Estados que têm outras vocações, vivem das suas respectivas vocações. Outros países que têm outras vocações, vivem das suas respectivas... os

países do Oriente Médio, para viver de petróleo abundante... aquilo é a vocação daqueles países. A nossa vocação, aqui, é minério de ferro. Extração mineral, independentemente de tudo... extração mineral.

Eu vejo uma necessidade, assim, muito, muito, muito importante de diversificar a economia. Mas isso não é uma questão que depende só do município. Por que eu estou falando isso com você? Se a gente quer diversificar a economia, a gente tem que primeiro pensar em formas de diversificar, e qual que é a vocação de diversificação econômica. Não adianta Mariana vim aqui e tentar fazer algo que não tem absolutamente nada a ver com o clima, com o relevo, com nada. Primeiro, é identificar qual que vai ser a realidade do município e o que que é possível e viável. E outra coisa: questão logística.

Outro gestor entrevistado, faz deixo sua contribuição no sentido dos argumentos anteriores:

Não! Acredito que a mineração não é eterna. Aliás, acredito não, sei que ela não é eterna. Mas, eu não vejo uma sinalização do município no sentido de romper esse cordão umbilical. E, te falo mais, sempre que é feito uma discussão... é... “Ah, vamos construir um distrito industrial, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo”; sempre, por incrível que pareça, ele sempre está olhando alguma coisa na área mineral. Na área de mineração. Nunca ele é independente totalmente.

Um dos vereadores em exercício, ao refletir sobre o tema, também argumenta no mesmo caminho das falas supramencionadas:

A curto prazo, não! Eu acredito que não! Acredito que para cidade mineradora, principalmente Mariana, se desvincular da mineração, que hoje corresponde..., é um valor considerável da sua receita [...] em um curto período de prazo é impossível, impossível se desvincular. É necessária política pública, né, dos gestores. Uma continuidade de governo, igual eu coloquei para você, o fundo soberano que eu via como uma excelente saída para cidade de Mariana. [...] investimento no turismo, porque, Mariana é uma cidade turística: primeira cidade do Estado de Minas Gerais, primeiro Arcebispado, primeiro poder legislativo constituído, primeira capital. O dia de Minas é celebrado aqui. Está na constituição do Estado, onde o Governador transfere simbolicamente a capital do Estado para a cidade de Mariana, onde é outorgado a medalha do dia de Minas para as autoridades, no dia 16 de julho, que é o dia do aniversário da cidade de Mariana. Né? Diversificar a economia, não pensar somente em mineração, atrair empresas de outros ramos para a nossa cidade, investir em uma área, para que a gente tenha um distrito, um polo industrial, é importante para a gente não ser tão dependentes, igual nos somos hoje. Né?

A partir das declarações apresentada pelos gestores de Mariana, é possível desenvolver a seguinte análise: mesmo que não se negue a necessidade de diversificar as atividades econômicas locais, esse não é um horizonte perfeitamente alcançável. A complexa conjuntura imposta no município atualmente, é reflexo do passado, nas atividades auríferas. Neste sentido, como evidenciado por um dos entrevistados, qualquer movimento que empreenda uma orientação de rompimento com o *status quo*, será reflexo e dependerá da economia de minério firmada no presente. Ou seja, instaura-se um paradoxo, onde a diversificação econômica também está atrelada ao processo mineratório.

O cenário coloca em reflexão, que os impactos inerentes aos grandes empreendimentos industriais não devem ser categorizados somente pela sua contribuição econômica, pois estes processos galgam, em sua efetividade, inúmeras especificidades que afetam diretamente na vida

das pessoas (GONZÁLEZ, 2013). Em vistas desta colocação, a pesquisadora e psicóloga Paula Sasaki, em entrevista concedida ao Brasil de Fato, relata que além das consequências impostas ao meio ambiente e ausência do Estado, o rompimento da barragem também foi responsável pelo aumento da violência e asfixia de outras atividades econômicas na região.

Segundo a jornalista Isis Ribeiro, o crime ambiental também gerou sérias consequências para o cotidiano das mulheres, sugerindo o aumento da sensação de insegurança para esta população. Grande parte das entrevistadas afirmaram perceber-se em um território hostil, relatando humilhações, constrangimentos e discriminações por parte de outros moradores - evidências que sugerem a ruptura de laços pautados pelo capital social. Por consequência das obras após o rompimento, as moradoras relatam inconvenientes materializados através do aumento constante de homens “estranhos” passando pela cidade (elemento que sugere desconfiança interpessoal), desta forma, hoje, elas “muitas vezes sentem medo de circularem sozinhas onde antes conviviam tranquilamente em ambiente harmonioso” (RIBEIRO, Isis, 2016). O depoimento de uma cidadã ajuda a visualizar tal contexto:

A cidade virou um canteiro de obras, poeira, barulho excessivo causado pelas máquinas que desde a tragédia, circulam dentro da cidade. Além disso, já foram identificados 14% dos moradores atingidos por dengue e alguns casos de estupro” (RIBEIRO, Isis, 2016).

Segundo Faria (2019), além dos altos índices de desemprego, a cidade se viu cercada por um expressivo aumento nos casos de uso de álcool, depressão, violência doméstica e suicídio. Segundo o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (emdefesadosterritorios.org), após o rompimento da barragem houve um aumento de 75% nas taxas de doenças respiratórias da região. O mesmo comitê, ao citar um relatório da Fundação Getúlio Vargas, aponta que esse contexto foi responsável pelo crescimento nas incidências dos transtornos mentais, do uso de psicotrópicos e, novamente, do aumento da violência doméstica (Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração), corroborando com as falas apresentadas pelos gestores públicos e secretários municipais.

Nas ruas, observavam-se cartazes, outdoors e pichações nos muros proferindo a volta da empresa Samarco S.A. Em contrapartida, também se viam pichações pedindo o fechamento da mesma. Embora todos os cidadãos tenham sido atingidos de forma direta ou indireta, e mesmo com a onda de solidariedade citada pelos gestores anteriormente, sugere-se que no período do rompimento a cidade mergulhou numa onda de maniqueísmo interno, onde se têm os diretamente atingidos como maus e os “não atingidos” como bons - contexto maniqueísta similar ao apresentado por Cruz (2005), no caso da Nicarágua.

Algumas reportagens sobre o caso, sugerem a implantação de uma ideia no senso comum marianense, orientada através da culpabilização dos moradores de Bento Rodrigues pelas consequências do desastre. Era comum as crianças atingidas receberem a alcunha de “pés de lama” por seus colegas nas escolas (MOTA, 2017). Sobre essa questão, um gestor pontuou:

Vamos lá! Esses fatos aconteceram, sim! E são inadmissíveis! Mas é necessário entender que foi pontual. Não foi assim: “Ah! Todos os alunos!”. Aconteceu! É Verdade! É inadmissível! Mas foi pontual. Porque, se não, fica parecendo que a cidade teve uma resistência ao pessoal de Bento e Paracatu. Como teve pessoas, também pessoas, que: “Ah! Fulano de tal, a lá... só quer ficar na gandaia agora. Está recebendo indenização!”. Ele não quer ficar só na gandaia, ele foi prejudicado pelo que aconteceu. Mas havia alguns comentários maldosos. Mas é algo que a gente não pode generalizar. Aconteceu! Pontualmente! Ali! A gente, na época, tentou corrigir. Orientamos os professores como tratar aquilo, porque era coisa de aluno, e aluno, às vezes, o aluno acha que aquilo, né... Então, a gente tentou corrigir isso. Mas eu nunca vi, assim, Bento e Paracatu serem rejeitados em Mariana. Não! Eles são nossos! Eles somos nós! Não somos um só, ué!

Corroborando com as problemáticas de moradia e infraestrutura pontuadas pelos gestores locais, moradores relatam as consequências das condições precárias de infraestrutura que se intensificaram após o rompimento. Numa reportagem de 2021, a mídia local¹² denuncia a experiência dos residentes do bairro Alvorada, que sofrem com problemas estruturais, abrangendo desde a falta de postes, até deslizamentos de terra. Segundo o jornal *Portal da Cidade*, alguns habitantes da região supracitada foram denunciar a situação na prefeitura de Mariana, e ela alegou que o bairro pertence à cidade de Ouro Preto. Ao chegarem em Ouro Preto, para formalizarem as reclamações, eles foram informados pela administração pública que o bairro pertence à Mariana. Sobre o contexto, um morador lamenta o “empurra, empurra” de responsabilidades, onde se institucionaliza as “terras de ninguém” e a lei do mais forte.

Tendo em vista as expressivas taxas de arrecadação municipal já citadas, o contexto apresentado no parágrafo anterior, sobre a situação dos moradores do bairro Alvorada, representa um fator responsável por sugerir que os valores financeiros arrecadados através das atividades de mineração não se converteram em melhorias para a população, em similaridade à conjuntura apresentada por Nascimento e Hazeu (2015), no caso de Barcarena-PA. Esse cenário pode materializar-se enquanto uma ferramenta propícia para a manutenção da desconfiança institucional e interpessoal, em Mariana-MG.

A observação participante evidenciou uma prática empresarial comumente estimulada na região, relatada por moradores e vizinhos que possuíam imóveis de aluguel no município: o incentivo de rescisões de contratos dos imóveis de interesse do setor minerário, remetendo à afirmação de Coelho et al (2017), sobre o domínio territorial das mineradoras. Exemplificando:

¹²<https://mariana.portaldacidade.com/noticias/cidade/moradores-do-bairro-novo-alvorada-sofrem-comproblemas-de-infraestrutura-3845-1951>

tem-se um imóvel de “localização estratégica” para alguma empresa de mineração, já alugado a R\$1x reais mensais. A corporação interessada aciona o proprietário e oferece R\$5x por mês. Esse formato de negociação, estimula os preços dos imóveis a sempre serem negociados com especulação inflacionada. Como um efeito em cascata, os elevados valores dos aluguéis refletem nas mercadorias de bens e serviços, encarecendo todos os outros produtos. Neste espaço, o cidadão marianense que não trabalha para os setores de mineração e/ou para empresas como a Renova¹³ (que também está ligada às atividades de mineração), está fadado à uma vida de marcantes contradições sociais.

A dependência do município com a economia de minério atingiu a todos e interfere na vida política local. Como citado nas falas dos entrevistados, o candidato eleito nas eleições de 2014 foi cassado, onde assumiu seu vice. Seguindo por esse caminho, a chapa eleita democraticamente nas eleições municipais de 2020, tendo como vencedor o mesmo candidato cassado em 2014, foi impugnada do cargo, onde assumiu o então presidente da câmara municipal, irmão do antigo vice, que havia assumido em 2014. No ano de 2022, quem assume é o vice-presidente da câmara, que também é funcionário da empresa VALE. Em 2014, ano que antecede ao rompimento da barragem, o grupo VALE foi responsável por eleger a terceira maior bancada corporativa na câmara dos deputados, doando cerca de R\$17,7 milhões de reais, distribuídos entre deputados e partidos (BURGARELLI, MAIA, TOLEDO, 2014).

Esse cenário remete a uma noção autoritária que paira sobre o município, refletindo as estruturas do passado; conjuntura esta, que se traduz firmemente pelo conceito de democracia inercial, onde o reflexo de um passado autoritário - a considerar todo processo de construção histórica local e nacional, baseado em práticas clientelistas, patrimonialistas e relações de trabalho escravo - influencia negativamente nos princípios da democracia (BAQUERO, GONZÁLEZ, 2016). Novamente “o debate político recente traz alguns ecos do passado [...]” (GONZÁLEZ, p. 44, 2019). E pelas entranhas deste jogo, a sociedade civil, isolada, vive com a garantia de que o interesse público não prevalecerá ante aos interesses das empresas financiadoras de campanhas eleitorais (GUIMARÃES, MILANEZ, RIBEIRO, 2019) – fenômeno que também sugere o aumento da desconfiança institucional e a hegemonia política das mineradoras (COELHO, 2020).

¹³ “A Fundação Renova é a entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG)” (fundacaorenova.org)

Outro fator atribuído como relevante para a produção de impactos negativos no contexto de Mariana, diz respeito à vitimização corporativa¹⁴, elemento que contribui para a falta de coesão social nas comunidades atingidas (DINIZ, 2020). Segundo Diniz (2020), os estudos jurídicos brasileiros, andam em “dívida com as tragédias ambientais provocadas pela extração de recursos naturais” (DINIZ, 2020, p.2). Sendo que, ao sistema de justiça do país, cabe a crítica de não se munir com adequadas ferramentas jurídicas para o exercício do controle social das corporações no Brasil (DINIZ, 2020). Por consequência, essas práticas contextuais de ínfima vigilância materializam-se através do rompimento de duas barragens, estando tantas outras na iminência do rompimento (DINIZ, 2020).

Atualmente, oito anos após o desastre, não existem evidências de punição para as empresas ou qualquer uma das pessoas envolvidas. Logo após deferir a denúncia do Ministério Público Federal contra 21 pessoas e 3 empresas, "a justiça foi tirando os réus do processo e mudou a acusação de homicídio para crime de inundação resultante em morte" (Comitê Nacional Em Defesa Dos Territórios Frente à Mineração). O acordo de retratação estabelecido através do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta¹⁵, abriu brecha para que as empresas VALE SA, SAMARCO S.A. e BHP Billiton, através da criação da Fundação Renova, adquirissem a tutela de todo o processo de reparação. Em outras palavras, as empresas responsabilizadas pelos crimes adquiriram o direito de fiscalizarem a si próprias e todos os processos financeiros e operacionais que envolvem as atividades de reparação ambiental e socioeconômica, por meio da Fundação Renova. Este elemento, constitui em outro fator que reforça o argumento de Coelho (2020), sugerindo a hegemonia política das mineradoras e fomentando padrões de desconfiança institucional e interpessoal.

A partir de todas as informações conjunturais fornecidas pelas entrevistas e pela bibliografia mobilizada, sugere-se que o rompimento da Barragem do Fundão desencadeou diversas consequências. *A priori*, as entrevistas sugerem um estreitamento de laços entre sociedade civil e poder municipal e solidariedade interpessoal entre os cidadãos. *A posteriori*, os dados orientam que a crise econômica trouxe questionamentos por parte da população, colocando em xeque a lisura dos processos administrativos da gestão pública. Nos meandros desse debate, as entrevistas evidenciam que a mineração começou a ser questionada após o

¹⁴ A vitimização corporativa se enquadra no contexto quando se analisa as sanções dúbias e o cenário de impunidade imposto à empresa Samarco. A corporação é mais tratada como vítima. Essa postura é responsável por isentar a responsabilidade empresarial e transferir os encargos para as vítimas (DINIZ, 2020)

¹⁵ O Termo de Transação e Ajustamento de Conduta pautou-se pelo comprometimento das empresas envolvidas a contratar profissionais especializados no sentido de fiscalizar as reparações ambientais e socioeconômicas que lhe cabem, buscando incentivar a reconstituição da Bacia do Rio Doce, entre outras atribuições (BRANDOLIN, 2019)

incidente, entretanto, a população compreende que é a partir dessa atividade econômica que se instaura o processo de empregabilidade no município. Neste sentido, as entrevistas evidenciam que as relações de conflito e desconfiança se intensificaram após a criação da Fundação Renova, estando presente tanto na sociedade civil, como na classe política e burocrática local.

Em síntese, os estudos bibliográficos e a pesquisa de campo sugerem a ocorrência de uma expressiva queda de arrecadação municipal, oscilações no setor imobiliário, perda de infraestrutura urbana, aumento expressivo do desemprego, crescimento da criminalidade, desorganização social e econômica, crescimento do índices de suicídio, alcoolismo e uso de drogas, violência doméstica, doenças respiratórias, estupros, relações de conflito social, dentre outros fatores que podem se projetar negativamente através do enfraquecimento dos laços de capital social, proporcionando a intensificação da desconfiança interpessoal e também da desconfiança institucional no município estudado.

Neste sentido, acredita-se que os impactos produzidos pelas atividades de mineração, similarmente ao caso das barragens hidrelétricas estudada por Baquero, têm gerado uma falsa sensação de desenvolvimento nacional, pois as consequências ambientais, sociais, econômicas, políticas, culturais e humanas são maiores quando analisadas na prática (BAQUERO, 2016). Esses fatores são responsáveis por gerar uma série de conflitos de interesses internos na população, ocasionando na fragmentação das identidades coletivas desses indivíduos (BAQUERO, 2016; MORAIS, SCHWANZ, 2018; PASE et al, 2016). Em concomitância, o contexto analisado sugere uma assimetria entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano/social (BAQUERO, 2001), fator responsável por aprofundar a situação de dependência comunitária (DINIZ, 2020) na região, intensificando contradições e desigualdades.

4. CONCLUSÕES

As narrativas que circundam e legitimam grandes empreendimentos industriais comumente estão associadas à sua enorme contribuição para o progresso nacional e regional, seja através da geração de empregos, melhorias infraestruturais ou qualquer outro atributo usualmente relacionado à ideia de um desenvolvimento pátrio. Entretanto, pesquisas produzidas mostram-se firmes ao elucidar as inúmeras problemáticas que envolvem todo o processo concernente a esta questão (BAQUERO, 2016; BAQUERO et al, 2013; DINIZ, 2020; GONZÁLEZ, 2013; SALINAS, 2016; WANDERLEY et al, 2016).

Cabe ressaltar que este trabalho não nega, tampouco discorda da importância de grandes empreendimentos industriais para a efetivação do progresso econômico e estrutural de uma nação. Mas, busca-se argumentar que as consequências destas práticas devem ser melhor avaliadas, visando inibir o descompasso existente entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, incorporando variáveis de análise que também envolvam a satisfação material e imaterial das pessoas atingidas (BAQUERO, 2016; GONZÁLEZ, 2013).

Sobre os aspectos de confiança, os estudos são firmes ao demonstrar sua relevância para a compreensão de conjunturas que envolvem especificidades comportamentais de determinadas localidades, influenciando na maneira em que os agentes sociais assimilam as condutas institucionais em seu cotidiano, e operando como uma ferramenta mediadora na relação existente entre Estado e Sociedade Civil (MOISES, 2010). Noutro ponto, pesquisas também evidenciam sua contribuição para o desenvolvimento de sociedades organizadas, materializando-se como o alicerce das relações intra-individuais (TONINI, MACKE, 2007). Neste mesmo sentido, Almond e Verba (1989) traduzem a confiança como um importante elemento para a promoção de sociedades com cooperação política, favorecendo e estimulando a política democrática. Corroborando com a análise em questão, Inglehart e Welzel (2007), argumentam que a confiança representa o alicerce do bom funcionamento de instituições democráticas. Para Moisés (2005), a confiança se relaciona com a coesão social, aspecto elementar para o bom funcionamento das sociedades modernas e complexas, onde suas configurações refletem-se por intermédio do debate político que se materializa a partir da cultura política de determinada comunidade (BAQUERO, CASTRO, RANINCHESKI, 2016).

Ao se tratar dos elementos que envolvem o conceito de confiança em Mariana-MG, algumas considerações podem ser desenvolvidas para melhor compreensão de como este cenário se configura nesta localidade específica, discutindo-se o denominador comum que envolve os rotineiros comportamentos dos agentes sociais, correspondente à cultura e às

instituições desta sociedade, e auxiliando a formular resultados científicos tangíveis e convincentes (MALINOWSKI, 2018). Neste sentido, a partir das análises desenvolvidas, argumenta-se que, no município estudado, prevalece o padrão de uma cultura política mista, que transita entre a *cultura política paroquial* e a *cultura política súdita*, nos modelos propostos por Almond e Verba (1989). Ou seja, mesmo que a sociedade possua o mínimo de discernimento das especificidades políticas que envolvem a autoridade governamental, os formatos sociais organizacionais são fortemente orientados por crenças e tradições (ALMOND, VERBA, 1989), herança do seu processo de construção histórica, baseada na tradição colonial de exaltação religiosa (SOUZA, 2004).

Ao partir dos estudos de Putnam (1988; 1996), para se analisar as noções de eficácia do planejamento regional, estabilidade dos gabinetes e orçamentos preparados, indicadores estes desenvolvidos pelo autor supracitado, as falas dos gestores locais apontam para uma falta de planejamento regional, profunda instabilidade nos gabinetes públicos e forte dependência orçamentária. Neste sentido, tal cenário pode ser responsável por fomentar conflitos, dirimindo relações pautadas pelo capital social (PUTNAM, 1988; 1996; HAUBERER, 2011), o que sugere relações de desconfiança e baixas redes de engajamento cívico (COLEMAN, 2011). Putnam (1995) entende que o fenômeno da confiança carrega consigo a capacidade de minimizar os atritos que são inerentes à vida cívica e às relações sociais, sendo ela a responsável por subsidiar o capital social

Também é entendido que o município se encontra numa conjuntura de democracia inercial, onde, as estruturas autoritárias do passado apresentam-se na conduta institucional presente (BAQUERO, GONZÁLEZ, 2016). Este fato, comprova-se ante às falas dos gestores, por meio da profunda crise política e institucional que se estende desde os anos 1996, envolvendo a cassações de mandatos e até o assassinato de candidatos ao cargo do executivo. Esse fenômeno é responsável por minar a normalidade democrática e institucional local e efetivar o cenário de democracia inercial.

Para Lagos (2000), a desconfiança institucional remonta os processos autoritários herdados do período colonial, sendo estes, a razão da estirpe e consolidação dos baixos padrões existentes de confiança nas estruturas formais do Estado. Em alguma medida, a democracia inercial, materializada pelas sucessivas crises políticas, imprime um cenário de desconfiança institucional, uma vez que a população não tem a real certeza de que o candidato escolhido irá realmente assumir o cargo, descredibilizando o poder público. Conseqüentemente, esse contexto de desconfiança intensifica o entendimento de maniqueísmo interno proposto por Cruz (2005), dividindo a população entre “nós e eles” – vencedores e perdedores da eleição. Por sua

vez, este fato corrobora para a criação de conflitos políticos entre agentes institucionais e cidadãos, minando as relações sociais e apontando para uma tendência de crescente desconfiança popular nas instituições políticas e empresariais, comprometendo o fortalecimento do sistema democrático e da sociedade como um todo (BAQUERO *et al*, 2013)

Transcendo a crise política e institucional que se faz constante em Mariana-MG desde a década de 1996, o rompimento da Barragem do Fundão em 2015, da luz à uma série de novas problemáticas e responsabilidades para o poder público local. Como evidenciado na fala dos gestores, a mineração não era uma atividade muito questionada antes do desastre, que mudou a tônica do debate, abrindo os olhos da população para os impactos que envolvem a atividade minerária. Dentre as inúmeras consequências desta nova crise vivenciada pelos marianenses, o maniqueísmo (CRUZ, 2005) novamente se faz presente, seja entre a noção de atingidos *versus* não atingidos (embora todos os cidadãos tenham sido atingidos de alguma maneira), ou entre o conflito interno dos moradores que eram a favor do fechamento da empresa Samarco S.A *versus* os que eram contra este fechamento. Neste sentido, percebe-se que a consolidação do cenário de maniqueísmo interno, tal qual evidenciado por Cruz (2005) sobre a Nicarágua, corrobora para a compreensão da intensificação da desconfiança interpessoal, impulsionando conflitos e favorecendo o enfraquecimento do capital social e a falta de coesão social, que, como apontado por Moisés (2005), apresenta-se como ferramenta prejudicial para o bom funcionamento de sociedades complexas.

Para além deste cenário, encontra-se no âmbito institucional, a dificuldade do poder público em gerir os processos reparatórios. Ou seja, a assimetria de poder existente entre as instituições públicas e privadas, firmada pela hegemonia política e econômica que se concentra na figura da VALE e BHP Billiton (COELHO, 2020), é facilmente percebida pelos cidadãos, favorecendo a desconfiança institucional e legitimando a dependência comunitária (DINIZ, 2020). Neste sentido, as entrevistas evidenciam que a criação da Fundação Renova - “carinhosamente” apelidada como “Mãe Renova” pelos nativos - é outro fator responsável por intensificar padrões de desconfiança institucional e interpessoal por parte da população, como também, é responsável por dificultar as boas condutas das instituições locais, sendo alvo de constantes críticas e descontentamento por parte de cidadãos e gestores da região. É comum ver políticos locais se manifestando contra a Fundação em suas redes sociais, que, segundo eles, operacionalizam suas ações no sentido de dificultar o diálogo institucional e retardar os estágios de reparação, prejudicando a população marianense.

Outro fator responsável por estimular a desconfiança institucional e interpessoal, diz respeito à absorção da mão de obra laboral, que se intensificou após o rompimento. Gestores e

cidadãos apontam o descontentamento com as empresas, em especial a Fundação Renova, que absorvem trabalhadores de outros estados para o município, onde, muitas das vezes, os próprios marianenses sentem-se excluídos, pois, normalmente são direcionados para trabalhar no “chão de fábrica”. Este cenário, além de gerar um novo contexto de *boom* populacional, descrito anteriormente por Caio Prado Júnior (2006) e Darcy Ribeiro (2015), cria um enorme contingente de população flutuante, que é mais um elemento responsável por intensificar relações maniqueístas (CRUZ, 2005), bem como, promover padrões de desconfiança interpessoal entre os cidadãos, levando em conta o grande efetivo de pessoas de outras regiões do Brasil que atualmente residem na cidade, aumentando a desconfiança dos nativos. Esse fato também é comprovado anteriormente pela fala de uma moradora, ao se queixar da sensação de insegurança trazida pela presença de “homens estranhos” passando pela cidade (elemento que sugere desconfiança interpessoal), ao ponto que, hoje, elas “muitas vezes sentem medo de circularem sozinhas onde antes conviviam tranquilamente em ambiente harmonioso” (RIBEIRO, s.p., 2016).

Rennó (2001), pontua que “a confiança interpessoal é uma garantia de que os indivíduos se comportarão de modo previsível. Em consequência, os contratos e as leis serão respeitados e a cooperação será incentivada.” (p.33). Ao considerar este argumento, pontua-se que, segundo os dados de ocorrências policiais registradas, fornecidos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, o rompimento da Barragem do Fundão foi responsável por causar impacto negativo nos índices de violência e criminalidade em Mariana-MG, aumentando as incidências de furtos e roubos (REDS, SIDS. s.d), fato este, que demonstra outro aspecto dos padrões de desconfiança interpessoal existente no município.

Ao partir da premissa da confiança enquanto ferramenta relevante para orientar os indivíduos no entendimento das condutas institucionais cotidianas (MOISÉS, 2005; 2010), desenvolver sociedades organizadas (TONINI, MACKE, 2007), promover a cooperação/coesão social e política (ALMOND, VERBA, 1989; MOISÉS, 2005; PUTNAM, 1996), fortalecer a política democrática (ALMOND, VERBA, 1989) e alicerçar o bom funcionamento das instituições democráticas (INGLEHART, WELZEL, 2007); e, ao considerar o relevante papel que as experiências pessoais assumem na formação do processo de tomada de decisão individual (DOWNS, 1999), entende-se que o município de Mariana-MG caminha no sentido oposto das benesses impostas pelas práticas de confiança, fomentando desorganização social e institucional, desestabilidade política e democrática, imprevisibilidade eleitoral, descontentamento social, “concentração de propriedades” (LEAL, p.47, 2012), entre outros fatores que ocasionam em experiências negativas para a vivência do cidadão local.

Interessantemente, de outro lado, percebe-se que o rompimento da Barragem do Fundão também foi responsável por promover maior aproximação entre a sociedade civil e as instituições públicas municipais, uma vez que, o cidadão enxerga no poder local, a figura capaz de ajudar na resolução dos problemas inerentes aos impactos do desastre. E esta, dentro de suas limitações, busca auxiliar a sociedade civil para o melhoramento de suas vidas. Este fato já foi traduzido anteriormente por Darcy Ribeiro (2015), sobre o ciclo do ouro, sugerindo que “com a decadência da mineração, toda a área submerge numa economia de pobreza, com regressão cultural como resultante” (p. 280).

Hoje, de acordo com alguns gestores, Mariana-MG encontra-se em situação de pleno emprego, superando os negativos impactos econômicos ocasionados pelo rompimento e conquistando políticas públicas relevantes para o município, a exemplo do passe livre nos transportes públicos (mesmo que, ironicamente, essas conquistas sejam financiadas pelas arrecadações provenientes das atividades de mineração). Neste sentido, ao considerar a análise do parágrafo anterior, observa-se que, se por um lado a crise ambiental foi responsável por intensificar padrões de desconfiança já existentes nesta localidade, por outro, ocasionou numa maior aproximação das pessoas com as instituições governamentais, mesmo que essa aproximação não se materialize e nem esteja pautada pelos princípios da confiança, mas sim pela necessidade. Sobre essa questão, cabe salientar que a Prefeitura Municipal de Mariana também foi vítima de todo processo orquestrado, em alguma medida, pela VALE e BHP Billiton.

Seguindo por este caminho, a partir do debate proposto e dentro das limitações materiais e concretas impostas à pesquisa, buscou-se traçar possíveis determinantes capazes de interferir negativamente para a qualidade dos padrões de cultura política impressos em territórios de barragens. A discussão evidencia que os impactos do rompimento da Barragem do Fundão configuram-se através de múltiplos estágios da coletividade, refletindo-se por um contexto de extrema complexidade, que abrange, desde o cenário macropolítico-cultural e econômico, até a esfera das micro relações sociais e políticas. Neste sentido, a partir das contribuições teóricas desenvolvidas por Almond e Verba (1989), Baquero (2016), Bourdieu (1980), Coleman (1988), Cruz (2005), Diniz (2020), González (2003), González, Baquero e Grohmann (2021), Grohmann (2017), Hauberer (2011), Inglehart e Welzel (2007), Morais e Schwanz (2018), Putnam (1988; 1996), entre outros autores, é possível sugerir que os impactos ocasionados pelo rompimento da Barragem do Fundão, como instabilidade no setor imobiliário, desemprego em massa, perda de arrecadação municipal, impactos de infraestrutura, etc. (COELHO, 2020; DINIZ, 2020; SALINAS, 2016; WANDERLEY et al, 2016) foram responsáveis por intensificar

relações de conflito no município estudado. Por consequência, tem-se o enfraquecimento do capital social, nas formas conceituais apresentadas por Bourdieu (1980) e Putnam (1988;1996), acarretando padrões de desconfiança institucional e interpessoal (ALMOND, VERBA, 1989; INGLEHART, WELZEL, 2007; MOISÉS, 2005; 2010; PUTNAM, 1996), e proporcionando o fortalecimento da dependência comunitária (DINIZ, 2020). Todavia, o grau e a medida com que essas características se manifestam, só podem ser mais bem quantificadas a partir de análises pautadas pelo método *survey*, o que evidencia a importância de expandir as análises por meio de estudos e métodos comparativos (como nos casos de Mariana e Brumadinho), para melhor refinamento argumentativo.

Por fim, escuta-se muito na região que “a mineração é um mal necessário para o município”. Esta frase é corriqueira para o cidadão marianense, sendo comumente expressa pelos gestores públicos. Em última análise, pode partir do pressuposto de que esta premissa é verdadeira. Entretanto, Mariana - intitulada como patrimônio mundial pela UNESCO - tem condições de ampliar seus horizontes, mediante a parcerias institucionais e políticas públicas assertivas, visando romper o ciclo da minério-dependência. O argumento posto em evidência não busca dirimir as atividades de mineração, mas sim, incentivar o debate político sobre este modelo da exploração predatória que, introjetada nos processos históricos de construção do Brasil, continua a causar impactos depreciativos em todo território nacional.

Então, questiona-se: “a mineração é um mal necessário”, mas para quem? Como num retrato fiel do passado, “esta é a Minas Gerais da decadência: conservadora, reservada, desconfiada, taciturna e amarga. [...] (RIBEIRO, p. 281, 2015).

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Política**. Martin Claret: filosofia grega. São Paulo, 2017

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Edusp, 2022.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. The civic culture. Political attitudes and democracy in five nations, 1989.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião pública**, v. 14, p. 43-64, 2008.

AVRITZER, Leonardo. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília, DF: Ipea, p. 13-25, 2011.

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; RANINCHESKI, Sonia Maria. (Des) confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. *Política & sociedade*. Florianópolis, SC. Vol. 15, n. 32 (jan./abr. 2016), p. 9-38, 2016

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre Brasil contemporâneo. *São Paulo em perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014. *Opinião Pública*, v. 22, n. 3, p. 492-523, 2016.

BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer; VASCONCELOS, Camila. Construindo capital social em contextos de assimetria de poder: uma análise dos atingidos por hidrelétricas no Brasil. *Desenvolvimento hidrelétrico: qualidade de vida e capital social no sul do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, p. 57-107, 2013.

BAQUERO, Marcello. O papel do capital social na (re) ativação da ação coletiva dos atingidos por barragens hidrelétricas no Brasil. In: *Dinamismo y diversidad en la ciencia política latinoamericana VII Congreso de la Asociación Latinoamericana*.

BAQUERO, Marcello. Memória política e constituição da cultura política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 48, n. 2, p. 84-92, 2012

BAQUERO, Marcello. **Democracia inercial: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina**. EDUFRGS, 2018.

BAQUERO, Marcello; PASE, Hemerson (Ed.). **Desenvolvimento Hidrelétrico: qualidade de vida e capital social no Sul do Brasil**. UFRGS Editora, 2013.

BIZER, G. Y. Attitudes. *Encyclopedia of Applied Psychology*. 2004.

- BONAMINO, Alicia et al. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, p. 487-499, 2010.
- BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião pública**, v. 11, p. 147-168, 2005.
- BORGES, Mariana. **Vote buying and impression management: Performing largesse in Northeast Brazil**. Working paper. Northwestern University. https://www.marianaborges.info/uploads/7/5/6/5/75650241/borges_apsa_2018.pdf. Accessed 20 Oct, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. Lê Capital Social – notes provisoires. In: Actes de la Recherche em Sciences Sociales, vol 31, n. 1, 1980 p. 2-3
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
- BRANDOLIN, Luciana Picanço de Oliveira. Judicialização desenfreada: as ações do Desastre de Mariana. Mosaico, v. 10, n. 16, p. 174-191, 2019.
- BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 7.257**. 4 de agosto de 2010
- BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 10.593**. 24 de dezembro de 2020
- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. Companhia das letras, 2021.
- CASTRO, Mônica Mata Machado de et al. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. 1992.
- CATTEL, R. B. The scientific Analysis of Personality. 1965
- COASE, Ronald Harry. **The firm, the market, and the law**. University of Chicago press, 2012.
- COELHO, Tádzio Peters. Dilemas e obstáculos na economia de Brumadinho frente à minériodependência. Ciência e Cultura, v. 72, n. 2, p. 29-33, 2020
- COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. American Journal of Sociology, v. 94, p. 95-120, 1988.
- COLEMAN, James S. **Fundamentos de teoria social**. CIS, 2011.
- CRUZ, Consuelo. Political Culture and Institutional Development in Costa Rica and Nicarágua. World Making in the Tropics. New York, Cambridge Univesity Press, 2005
- DA SILVA, Christian Nunes; DE LIMA, Ricardo Ângelo Pereira; DA SILVA, João Marcio Palheta. Uso do território e impactos das construções de hidroelétricas na bacia do rio Araguari (Amapá-Brasil). PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 9, n. 2, p. 123-140, 2017
- DE HOLANDA, Sérgio Buarque; CANDIDO, Antonio; DE MELLO, Evaldo Cabral. **Raízes do brasil**. Companhia das Letras, 2014.

DINIZ, Eduardo Saad. Vitimização corporativa e dependência comunitária na criminologia ambiental: o acerto de contas com os desastres ambientais. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, v. 27, n. 327, p. 2-5, 2020.

DOWNS, ANTONY. **Uma teoria econômica da democracia**. Edusp, 1999

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Companhia das Letras, 2021.

FERREIRA, Jurandyr Pires et al. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. IBGE-Serviço Gráfico, 1957

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Instituições e política no controle do Executivo. **Dados**, v. 44, p. 689-727, 2001.

FILHO, Alberto Venâncio. **Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil**. Editora Perspectiva, 1979.

FLACH, Natalia. Nos enrolaram e fomos esquecidos, diz prefeito de mariana sobre desastre. *Exame*, Mariana, 02 de fev. Disponível em: <https://exame.com/brasil/nos-enrolaram-e-fomos-esquecidos-diz-prefeito-de-mariana-sobre-desastre/> Acesso: 01/04/2022

FLORINDO, Glauber Miranda. Roupas velhas ou novas: as câmaras municipais no processo de construção do Estado Imperial Brasileiro (Mariana, 1828-1834). 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, v. 18, p. 88-108, 2012.

FUKS, Mario. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 145-178, 2011.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel Avila. Quando confiar é bom?: Repensando a confiança e desconfiança política no Brasil. **Latin American Research Review**, p. 217-232, 2016.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança: as virtudes sociais e criação da prosperidade**. Rocco, 1996.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. L&PM Editores, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 2012

GIDDENS, A. *The Consequences of Modernity*. Stanford, Stanford University Press, 1990.

GONZÁLEZ, Rodrigo S. Avaliação de impacto de empreendimentos hidrelétricos e escolhas metodológicas BAQUERO, Marcello; PASE, Hemerson (Ed.). *Desenvolvimento Hidrelétrico: qualidade de vida e capital social no Sul do Brasil*. UFRGS Editora, 2013, p.204-235.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura Política e democracia no Brasil dos anos 60. Campos neutrais: revista latino-americana de relações internacionais. Santa Vitória do Palmar, RS. Vol. 1, n. 1 (jan./abr. 2019), p. 29-45, 2019.

GONZÁLEZ, RODRIGO S. O marco regulatório do setor elétrico no Brasil In: BAQUERO, M e PASE, H. Estado, democracia e hidreletricidade no Brasil. 1 ed. Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 2012, p. 71-112

GUIMARÃES, Carolina Lucinda; MILANEZ, Bruno; RIBEIRO, Helton Lucinda. Partido da mineração: a influência das mineradoras nas eleições de 2014 em MG. Revista Terceiro Incluído, v. 9, n. 1, p. 81-92, 2019.

GOLDEMBERG, J.; BARBOSA, L. M. A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo. Revista Eco 21, Rio de Janeiro, n.96, nov. 2004. Disponível em: <www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=954>. Acesso em: 15 jun. 2014

GROHMANN, Luís Gustavo Mello. O poder da política e a política do poder. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, v. 1, n. 2, p. 103-116, 2017.

Häuberer, Julia Social Capital Theory. Cap 2 Coleman's Rational-Choice Approach to Social Capital Cap 3 Introducing the Civic Perspective on Social Capital – Robert D. Putnam's Concept of Social Capital 39 -62, 2011

HERCULANO, Selene. Desastres ambientais, vulnerabilidade social e pobreza. **Revista Nova América**, n. 111, 2006.

HOBBS, Thomas. **The elements of law, natural and politic: Part I, human nature, part II, de corpore politico; with three lives**. Oxford University Press, USA, 1999.

ÍNDICE GINI. tabnet.datasus.gov, 2010. Índice Gini da renda domiciliar per capita segundo município/Minas Gerais. Disponível em: Acesso em: 01/05/2022

INGLEHART, R. 1997. Modernization and Postmodernization : Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies. Princeton : Princeton University Press

INGLEHART, Ronald; Welzel, Christian. Modernization. The Blackwell encyclopedia of sociology. P. 149-210, 2007.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian Modernização, mudança cultural e democracia. São Paulo, Ed. Verbena, 2009

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Entendendo o Índice Gini, Governo Estadual do Ceará/Secretaria de Planejamento e Gestão.

JAROS, Dean e GRANT, Lawrence. Political Behavior – choices and perspectives. New York, St. Martin, 1974. Cap 1 The logic of Political Behavior.

JUNIOR, Caio Prado. História econômica do Brasil. **São Paulo: Brasiliense**, v. 9, 2006.

KLINGEMANN, H. "Mapping Political Support in the 1990s: A global Analysis". In: NORRIS, P. *Critical Citizens: Global Support For Democratic Governance*. Oxford, Oxford University Press, 1999.

LAGOS, Marta. A máscara sorridente da América Latina. **Opinião pública**, v. 6, p. 1-16, 2000.

LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): Desastres como meio de acumulação por despossessão. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 1, p. 98, 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Débora. Prefeito de Mariana declara calamidade financeira e culpa a Vale. Estado de Minas, 25 de mar. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/03/25/interna_gerais,1040890/prefeito-demariana-declara-calamidade-financeira-e-culpa-a-vale.shtml. Acesso em: 01/05/2022

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do pacífico ocidental**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

MERCADANTE, Paulo. A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965

MILLER, A. H. "Political Issues and Trust in Government, 1964-70". *American Political Science Review*, 68:951-972. 1975

MOISÉS, J. A. Os brasileiros e a democracia. São Paulo: Ática, 1995

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião pública*, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005

MOISÉS, José Álvaro. Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas. São Paulo: Edusp, 2010.

MORAIS, Jennifer Azambuja; SCHWANZ, Matheus Müller. Cultura e Política e a Opção dos Atingidos por Hidrelétricas. **Diálogo**, n. 39, p. 4, 2018.

MOTA, Camila Veras. Sobreviventes de desastre de Mariana sofrem preconceito, e moradores pedem volta da Samarco. *BBC News Brasil*, 30 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41798753>. Acesso em: 28/12/2021

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; HAZEU, Marcel Theodoor. Grandes empreendimentos e contradições sociais na Amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena, Pará. *Argumentum*, v. 7, n. 2, p. 288-301, 2015.

NEWRON, K. e NORRIS, P. “Confidence in Public Institutions: Faith, Culture or Performance?”. New York, Oxford University Press, 2000.

NORRIS, Pippa (Ed.). **Critical citizens: Global support for democratic government**. OUP Oxford, 1999.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action**. Cambridge University Press, 1990.

PALAVICINI, Fabriele; JUNIOR, João Carlos Valentim Veiga. A responsabilidade penal em caso de desastres ambientais no Brasil. **Academia de Direito**, v. 2, p. 165-186, 2020.

PASE, Hemerson. et al. O conflito sociopolítico em empreendimentos hidrelétricos. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p. 45-66, 2016.

PASSOS, Flora Lopes; COELHO, Polyana; DIAS, Adelaide. (Des) territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. **Cadernos MetrÓpole**, v. 19, n. 38, p. 269-297, 2017.

PATEMAN, C. The civic culture: A philosophical critique. In *The civic culture revisited*, edited by G. Almond and S. Verba. Boston: Little, Brown, 1980.

PIMENTEL, Thais. Prefeito de Mariana diz que prejuízo com barragem é de R\$100 milhões. G1, Mariana, 11 de nov. de 2015. Disponível em: Acesso em: 10/04/2022.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos avançados**, v. 31, p. 271-283, 2017.

PUTNAM, Robert D. Bowling alone: America’s declining social capital. In: *Journal of Democracy* 6:1, jan. 1995, 65-78.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia—A experiência da Itália Moderna—Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro [Cap 6. Capital social e desempenho institucional, p. 173-194], 1996

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella Y. Institutional performance and political culture: Some puzzles about the power of the past. *Governance*, v. 1, n. 3, p. 221-242, 1988.

REIS, Bruno Pinheiro W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**, p. 35-49, 2003.

RENNÓ, L. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92, 1. semestre de 1998.

RENNÓ, Lúcio R.; INTERPESSOAL, Confiança; POLÍTICO, Comportamento. microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Opinião Pública**, 2001, p. 33-59.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

RIBEIRO, Isis. Seis meses após crime ambiental em Mariana (MG), as respostas ainda não foram dadas: O desastre segue impune desde que o rompimento atingiu violentamente várias comunidades da região e matou 19 pessoas. Brasil de Fato, 2016. Disponível em: Acesso em 07/03/2022

ROUSSEAU, Denise M. et al. Not so different after all: A cross-discipline view of trust. *Academy of management review*, v. 23, n. 3, p. 393-404, 1998.

SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. Caso Samarco: implicações jurídicas, econômicas e sociais do maior desastre ambiental do Brasil. 2016.

SANTOS, Caio Dayrell. Vida e Morte na crise das barragens: Luto Ecológico diante catástrofes do antropoceno. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 27, n. 2, p. 126-151, 2020

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. Brasília: Ed. UnB, 1982

SEVERO, Marconi. Regimes políticos e confiança institucional: reflexos do Brasil contemporâneo. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 23, p. 133-154, 2018.

SILVA, Mariano Andrade da et al. Sobreposição de riscos e impactos no desastre da Vale em Brumadinho. *Ciência e Cultura*, v. 72, n. 2, p. 21-28, 2020.

SIMON, J. “Popular Conceptions of Democracy”. *International Sociology*, 11 (1): 37-62, 1996

SOUZA, Laura de Mello. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. 2004.

STOKES, D. E. “Popular Evaluation of Government: An Empirical Assessment”. Harper and Brothers, 1962, pp. 61-72

TELLES, Helcimara de Souza; LOURENÇO, Luiz Cláudio; STORNI, Tiago Prata L. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. **Sociedade e cultura**, v. 12, n. 1, p. 91-116, 2009

THOMASSEN, J. “Support for Democratic Values”. In: KLINGEMANN, H. e FUCHS, D. *Citizens and the State*. Oxford, Oxford Univ. Press, 198.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América: leis e costumes. 2005.

TONINI, Hernanda; MACKE, Janaina. CONFIANÇA E CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS—O CASO DA APROVALE. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 1, n. 3, p. 99-111, 2007.

TRINDADE, Hélió. Base da democracia Brasileira: Lógica Liberal e prática autoritária. In: ROUQUIÉ, Alain et al. Como renascem as democracias. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TOLEDO, José Roberto de. MAIA, Lucas de Abreu. BURGARELLI, Rodrigo. As 10 empresas que mais doaram em 2014 ajudam a eleger 70% da Câmara. *Estadão*, 8 de novembro de 2014. Disponível em: Acesso em: 3/05/2022

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro. **Belo Horizonte: Editora Autêntica**, v. 1944, 2011.

WANDERLEY, Luiz Jardim et al. Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e sócio ambientais. *Ciência e Cultura*, v. 68, n. 3, p. 30-35, 2016.

WOLFENBÜTTEL, Andréa. Ipea.gov, 2004. O que é? - Índice Gini. Disponível em: Acesso em: 13/05/2022

6. ANEXO 1

6.1 Fotos

FIGURA 1: Esquina, R. Cônego Amando com R. Dom João VI.



Fonte: Elaboração própria

FIGURA 2. Placa entrada no município.



Fonte: elaboração própria

FIGURA 3. Rua Dom Silvério, Mariana-MG



Fonte: Elaboração própria

FIGURA 4. Pelourinho, Mariana-MG.



Fonte: Elaboração própria

FIGURA 5. Pelourinho, Mariana-MG.



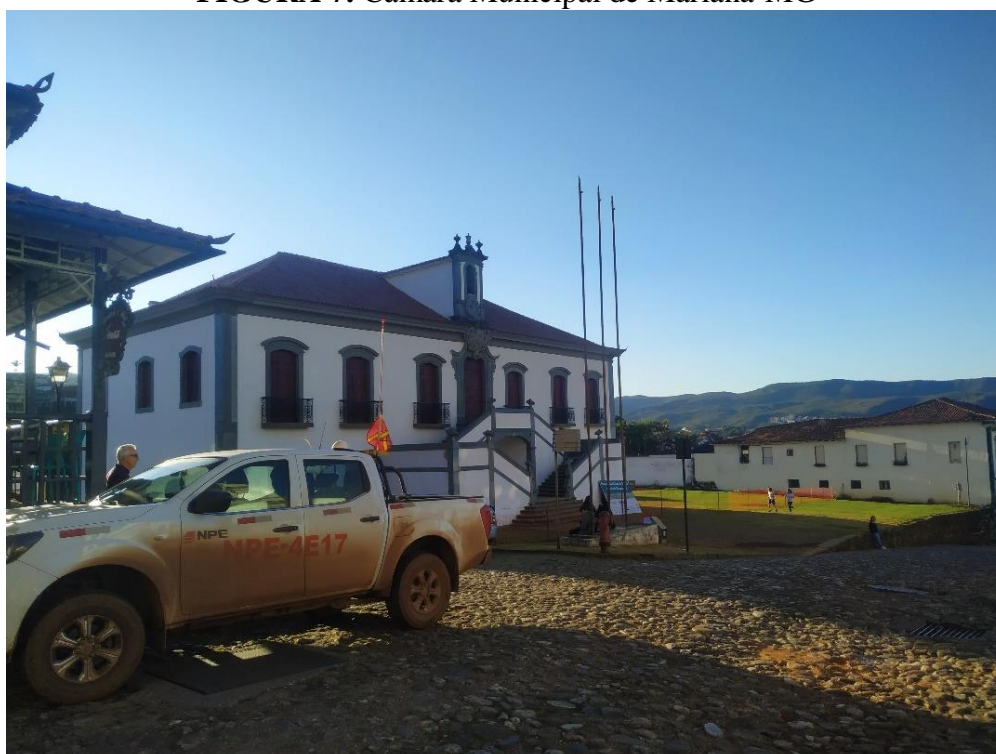
Fonte: Elaboração própria

FIGURA 6. Catedral Basílica da Sé, Mariana-MG.



Fonte: Elaboração própria

FIGURA 7. Câmara Municipal de Mariana-MG



Fonte: Elaboração própria

FIGURA 8. Vista Panorâmica, centro histórico de Mariana-MG



Fonte: Elaboração própria

FIGURA 9. Basílica de São Pedro, Mariana-MG.



Fonte: Elaboração própria

FIGURA 10. Proibido tráfego de veículos a serviço da Fundação Renova.



Fonte: Elaboração própria

FIGURA 11. Bento Rodrigues, Mariana-MG.



Fonte: Elaboração própria

FIGURA 12. Bento Rodrigues, Mariana-MG.



Fonte: Elaboração própria

FIGURA 13. Bento Rodrigues, Mariana-MG.

Fonte: Elaboração própria

FIGURA 14. Rota de Fuga. Bento Rodrigues, Mariana-MG.

Fonte: Elaboração própria

FIGURA 15. Placa Samarco S.A.

Fonte: Elaboração própria

FIGURA 16. Placa VALE S.A.

Fonte: Elaboração própria

FIGURA 17. Placa IPHAN.

Fonte: Elaboração própria

FIGURA 18. Ruínas em Bento Rodrigues, Mariana-MG.

Fonte: Elaboração própria

FIGURA 19. Novo Bento Rodrigues, Mariana-MG.



Fonte: Elaboração própria

FIGURA 20. Novo Bento Rodrigues, Mariana-MG.



Fonte: Elaboração própria

FIGURA 21. Barragem

Fonte: Rebeca Binda (2023)

FIGURA 22. Estrada de Bento Rodrigues, Mariana-MG



Fonte: Rebeca Binda (2023)

FIGURA 23. Escola de Paracatu de Baixo



Fonte: Rebeca Binda (2023)

7. ANEXO 2

7.1 Transcrições das entrevistas

ENTREVISTA EX-PREFEITO

Me fala um pouco sobre você, sua trajetória, o que te motiva a ter escolhido sua área de formação acadêmica e juntamente de suas motivações para introdução na vida política de Mariana.

Bom, é... a lembrança mais forte que eu tenho, para ter me envolvido primeiramente na política, foi o meu avô. Meu avô... a história me motivou, porque, quando ele foi vereador não se recebia para vereador na cidade de Acaiaca-MG. E era um serviço totalmente gratuito. Né? E, aquilo, eu achava maravilhoso! Eu era muito novo! E quando meu pai me contava aquilo, eu achava maravilhoso! E, aí, conversava muito com meu pai, e meu pai falava: “olha, a política é a arte de servir, você está aqui, você ajuda a resolver um problema, você busca soluções”. Teve um caso de uma senhora que foi atropelada e eles foram lá deram todo suporte, a família ficou muito satisfeita. Aquilo, eu achava aquilo brilhante!

E aí, eu devia ter uns 10, 12 anos, e eu comecei a falar com os meus amigos na escola: “Eu vou ser prefeito de Mariana! Eu vou ser candidato a prefeito de Mariana! Eu vou ser prefeito de Mariana! E, aí, com 18 anos recém completados, eu disputei a minha primeira eleição. Dezoito anos de idade, e para mim, foi assim, um aprendizado. Eu visitava as pessoas, visitava em casa. Casei-me muito novo! Né? Com 20 anos eu já estava casado.

E aí, a minha mãe sempre incentivou muito o estudo. Minha mãe sempre incentivava muito o estudo. E, eu, não tinha perfil de estudante. Eu não queria estudar e ela não aceitava. E, ela, me obrigou que pelo menos eu precisava tirar o segundo grau. Eu gostava muito de ir para a roça trabalhar. Ela me obrigou a fazer o segundo grau e eu fiz o segundo grau. E, depois, eu me casei. E, aí, meio que uma luz, eu falei assim: “É! Realmente a formação é muito importante!”.

E aí, eu tentei buscar uma coisa que tinha o meu perfil e eu via no direito essa possibilidade. Fiz o meu curso de direito na FDCL, logo depois que eu terminei meu mandato de vereador. Eu perdi as eleições como candidato a vice-prefeito, e o Joao Ramos... João Ramos era um ícone na cidade. Uma grande liderança! A gente perde a eleição e eu vou fazer meu curso de direito e trabalhar no comércio. Nós tínhamos um comércio. Fui tocar o comércio dos meus pais. Meu pai se torna vereador nesse período e eu assumo o comercio e faço o meu curso de direito.

Depois, fico 4 anos fora. Na eleição subsequente, na eleição de 2012, eu venho vice do Celso. Né? A gente vence as eleições e eu fico de 2013 a 2015, como vice de Celso Cota. O Celso é cassado. E com o afastamento dele eu assumo a prefeitura de Mariana.

E, aí, quando eu assumo a prefeitura de Mariana, acontece, então, a tragédia no ano de 2015. Você quer que eu fale mais? Dou continuidade? Quer fazer alguma pergunta? Você quer que eu entre falando um pouco falando da tragédia, como aconteceu, o que é melhor para você? **Se você já quiser entrar nesse momento, a gente pode levar. Se você quiser acrescentar mais alguma sobre a sua trajetória... tudo é muito importante!**

“Tá” ... assim... o meu mandato de vereador, por ser muito jovem. Né? Eleito vereador com 18 para 19 anos.

Então você venceu? Eu estava com essa dúvida!

Sim! Venci as eleições! Fui o vereador mais jovem de Minas à época, e uma preocupação muito grande de não decepcionar, né. A juventude, sempre tem aquela expectativa assim: “E aí, jovem, realmente está preparado para cargos de importância?” Mas foi um mandato bem positivo, com muita coerência, muita seriedade, e que me deu visibilidade para ser candidato a vice-prefeito, né. Mantive as minhas convicções. Através de... [inaudível] à época, nós fizemos uma audiência pública com relação à segurança de Mariana, que é onde a Guarda Municipal foi apresentada nessa audiência pública. Então, foi através da nossa audiência pública. E... foi um aprendizado muito grande.

Depois, como eu disse, eu perdi a eleição. Eu vim candidato a prefeito. Eu vim candidato a prefeito também. É... é isso aí. Na realidade, depois da minha eleição de vereador, eu vim candidato a prefeito de Mariana. Não... eu vim vice de João Ramos, e na subsequente eu vim candidato a prefeito de Mariana. O João Ramos, ele é assassinado. O cara que estava para disputar a eleição é que mata o Joao Ramos e queria matar os outros adversários. Foi um negócio meio louco que aconteceu aqui na época. Ele mata o Joao Ramos, queria também matar o... ele era meio psicopata. Ele queria tirar todo mundo da disputa e ser candidato único!

Teve um processo, a pessoa foi condenada. A justiça entendeu quem era o culpado, ele foi preso. Ficou preso durante 10, 12 anos. Ele mata o João Ramos, e pela apresentação da Polícia Civil é que a intenção era matar os outros candidatos e ser candidato único. E nessa eleição eu venho candidato a prefeito. Eu venho candidato a prefeito. Uma eleição assim... muito difícil, sem recurso nenhum. Eu me lembro que a gente fez uma carreata com carro de boi, bicicleta, cavalo. Não tinha dinheiro para abastecer carro, né. Naquela época todo mundo bancava. Eu lembro que teve um amigo meu que acabou a gasolina, e aí os adversários estavam vendo nós passarmos. Ai, o pessoal começou a rir, porque ele estava empurrando o carro. Aí

ele falou assim: “É! Eu posso estar empurrando, mas não estou roubando da prefeitura, não!”. São fatos que marcam, né!

E aí, a gente disputa a eleição. Perde essa eleição. Mas fui muito bem votado, tive 23% dos votos, de quase 8 mil votos. E aí, na eleição subsequente que eu tenho o convite do Celso para ser vice. Aceito ser vice. A gente ganha. Em 2015 eu assumo como prefeito e venho para a reeleição sem o apoio do Celso. Ele não fica comigo. E eu tive a maior votação da história de Mariana. 78% por cento da população votando comigo. Foi uma votação muito expressiva. Quase unanime.

Eu acho que tudo isso aconteceu, pela forma como a gente conduziu o primeiro momento da tragédia, né. A gente foi muito coerente, porque enquanto todo país batia na mineração, enquanto o Brasil, que não conhecia a nossa realidade, batia na mineração, nós trazíamos um momento de reflexão. Não é ser a favor ou contra! É entender o contexto da mineração!

Se não tiver a mineração, quem é que vai pagar salário de funcionário, coleta de lixo? Você não tem condições de... nem é pagar salário, é não pagar coleta da cidade! A cidade é uma cidade mineradora. Ela depende da mineração para manter suas obrigações e isso é uma realidade. E quando eu trago essa dura realidade, eu fui muito criticado num primeiro momento. Porque, principalmente os órgãos de imprensa aproveitam para bater: “É um absurdo! O prefeito atual está defendendo a mineração!”. Mas, com o passar do tempo, a população percebeu que o que eu disse, eu estava correto.

Porque nós temos mais de 3 mil famílias que trabalham... pais de família que estão na área trabalhando. Nós temos os impostos: ICMS, ISS, CFEM que advém da mineração. Então, assim, é obvio que uma mineração que dá tanto retorno... é inadmissível que tenha tragédias como aconteceu em Mariana e Brumadinho! Mas, quando aconteceu a de Mariana, ela deveria ter servido de exemplo. Eu falei isso: “que ela sirva de exemplo para nunca mais acontecer em outros locais.”. Infelizmente, voltou a acontecer em Brumadinho!

E para ter uma percepção da importância da mineração na nossa cidade, se a gente pegar a minha gestão de 2017 a 2020... eu também estou fazendo mestrado, na área de recursos hídricos, né. Direito ambiental. É... Mariana arrecadou 230 milhões, durante 4 anos. De 2017 até 2020. Em 2021, Mariana já arrecadou 256 milhões num único ano. Ou seja, com o retorno da mineração, o que nós arrecadamos em 4 anos se arrecadou em um único ano.

Então, a mineração, ela é muito importante! E é por causa disso que, por exemplo, nós temos hoje “um” tarifa zero em Mariana, que ninguém paga passagem de ônibus! A realidade é que, é porque nós somos uma cidade que tem recurso.

Quando eu morei aqui, ainda não era assim. (risos)

Hoje nós implementamos essa política pública que eu acho muito importante, né. A gente tem que viabilizar para quem mais precisa. Quem paga para andar de ônibus é realmente a população que precisa. Então, eu acho que é uma política muito importante!

Como você descreveria o modelo produtivo mais viável para equilibrar sustentabilidade ambiental, prosperidade econômica e justiça social?

Essa pergunta é muito interessante! E, eu acho que... é... ela parte muito do próprio chefe do executivo. No meu mestrado, eu percebi, por que, o que que acontece, o CFEM, que é a Contribuição Financeira por Exploração Mineral, é a nossa maior receita! Como eu te disse, aqui, só no ano de 2021, com o retorno da Samarco, nós arrecadamos mais do que os 4 anos anteriores em que eu era prefeito. Só que, também nesses estudos do ano de 2021, no meu mestrado, 2021 e 2022, eu percebi que - porque o CFEM ele pode ser utilizado com educação, saúde, infraestrutura e meio ambiente. Com meio ambiente é usado 0.2%! 0,2% do CFEM é aplicado em meio ambiente! Ou seja, se aplica em outros, mas não se aplica a quem te dá essa riqueza, que é o próprio meio ambiente. Então, nessa minha tese do mestrado, a gente defende que 5% do valor global arrecado do CFEM, deva ser de forma obrigatória... ser investida em projetos de investimentos no meio ambiente! Não custeio! Investimento! Programas! Pensar em todos os programas: “barraginhas”, proteção de nascentes, recuperação de tributários, investimento em saneamento básico, tratamento de água.

E eu vou apresentar isso no próximo mês à Câmara Municipal de Mariana, para que a gente faça essa justa aplicação de recurso. Porque, você não vai conseguir equilibrar nunca operação e extração minerária se não tiver investimento em meio ambiente! É um negócio meio que obvio! “Ué”! Você tem a extração mineraria. Nós já demonstramos que ela é necessária para o dia a dia, o cotidiano do município. Seja geração de emprego, pagamento de funcionário público, todos os serviços básicos! Não adianta! A cidade passa a depender... onde não tem mineração, tudo bem! Mas, onde tem, não adianta! Você pega aqui, por exemplo, um professor, que nós pagamos decimo terceiro, decimo quarto. Quem tem dois cargos tem um salário de 9 mil reais. Tudo isso é porque a cidade tem condições para isso!

Tem gente que fala assim: “Nossa! Aquela cidade, há pouco tempo atrás...” ... Só porque eu achei muito interessante: final do ano, Mariana, deu... aqui sempre acontece, uma cesta básica com frango, peito de peru, uma cesta enorme! Coisa maravilhosa! Eu estava numa cidade chamada Guaraciaba-MG, e alguém virou e falou comigo assim: “Não! Prefeito bom é o prefeito da sua cidade. E a cesta básica que eles deram lá!? Aqui, o cara me deu um panetone! O prefeito me deu um panetone!”. Mas se você pegar a cidade de Guaraciaba, a receita da

Câmara de Mariana, que são 15 vereadores, é maior do que a receita de uma cidade de 10 mil pessoas.

Então não é o gesto não querer... o gestor ser bom ou ruim, que está comprando mais ou não. É se tem receita ou não! “Ué”! Você tem que analisar onde que está o “QI” do problema, ali, ó! O que que é?! Ué! Não dá para comprar uma cidade de Mariana com outras cidades que não tem mineração. Mariana pode ser compara com cidades que tem mineração, ou que tem a receita parecida.

Então, isso ficou muito claro para mim. E as pessoas não conseguem ter essa compreensão. A pessoa compara assim: “Ah! Fulano...”. Mas ela não quer... se, eu, por exemplo, chegar para um... conversar com um eleitor, aqui, ele vai falar assim: “Não! Mas hoje tem o tarifa zero! As obras foram finalizadas.”. Mas ele não quer saber se a receita hoje é o dobro do que foi em 2020. Ela é o dobro! Hoje, Mariana arrecada 670 milhões. Em 2017, 2018, 2019 a nossa média foi de R\$280.000.000. Ou seja, a cidade tem condições para fazer investimento hoje. Mas as pessoas não percebem isso. Sabe?!

Então, eu acho que... a forma de equilibrar é essa. É você bloquear! Bloquear mesmo! Para que haja programas para investimentos em um meio ambiente sustentável. Isso não é... as empresas já têm determinada por lei o que elas têm que fazer: elas têm que pagar o CFEM, elas devem recuperar as áreas onde elas degradam; mas os investimentos e o recurso, vem! Se ele não é aplicado, aí, a culpa é do gestor que não aplica da forma correta. E, é... a realidade é essa. Nós... teve uma única aplicação... na minha gestão, que a gente criou um programa produtor de águas, que a gente implementou um programa direcionado para o meio ambiente. E, quando eu digo isso, eu digo de todas as cidades mineradoras! Nenhuma delas tem programas voltado para o meio ambiente. E eu acho que é isso! É ter a obrigação de investimento em meio ambiente. Porque, o meio ambiente, muitas das vezes a pessoa não consegue visualizar como uma grande obra. Se construir uma UPA, a pessoa vai perceber! Se você investe em rede de esgoto, o cara não está vendo! Ele não percebe aquilo no dia a dia. Só que cada real investido em rede de esgoto, é 10 reais a menos investido em saúde. Só que não é algo que você ver no dia a dia. Então o eleitor não te reconhece como um bom gestor, muitas das vezes. Então você tem que obrigar o gestor, que invista mais em meio ambiente! Eu acho que é isso.

Como o sr. enxerga as problemáticas desencadeadas pelo rompimento da barragem do Fundão no município e de que forma esse acontecimento pode ter contribuído para intensificar padrões de desconfiança populacional para com as instituições políticas?

Olha! Isso precisa ficar bem esclarecido, para não ser mal interpretado. Primeiro, nós perdemos vidas! Não há nada, nada no mundo que vá falar assim: “Ah! Vai compensar!”. Não!

Perdeu vida. É tragédia e isso não poderia ter acontecido, ne. É uma realidade! Perda de vida não pode ser permitida em hipótese alguma.

Mas, superando as pessoas que infelizmente perderam a vida e vão deixar essa marca, como também superando um distrito que existia, que era Bento Rodrigues, que era um dos mais antigos de Minas Gerais, que simplesmente acabou! Não existe mais nada lá! Superando isso, a gente também tem que perceber que as medidas que aconteceram pós a tragédia, elas estão trazendo para os municípios possibilidades que dificilmente poderiam ser pensadas em determinado momento. Por exemplo: eu, hoje, estou na mesa da repactuação; eu, hoje, sento com o Governo Federal, União, Estado de Minas e Espírito Santo, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública de Minas e do Espírito Santo, e eu represento os municípios. Nós estamos discutindo o maior acordo do mundo. Nós estamos discutindo, que todas as cidades atingidas vão ter tratamento de água e esgoto; nós estamos discutindo que todo o Rio Doce vai ser recuperado, e também os seus tributários, algo inimaginável no período atrás; nós estamos discutindo um plano de 3 bilhões a ser constituído na área da saúde; nós estamos discutindo valores que, por exemplo, a cidade de Mariana pode receber 1 bilhão e 400 milhões de reais; que cidades, igual Ouro Preto, que não foi atingido de forma direta, mas indireta, pode receber 140 milhões de reais. Então, tudo isso são possibilidades que podem reescrever as histórias dos municípios atingidos! E isso vai trazer, sem dúvida alguma, avanços à essas cidades, desde que os recursos sejam bem aplicados.

Então, a grande verdade é que a tragédia, ela não poderia ter acontecido, porque ela vitimou pessoas que não deveriam ser vitimadas, porque ela tirou a nossa história, que marcou a imagem da cidade de Mariana, mas que, atitudes, e aí, é... por mais que alguém possa falar assim: “Mas, é isso mesmo?!”. É! As empresas estão pagando e estão pagando muito dinheiro. Já se gastou mais de 25 bi! Bilhões! Eu não estou falando de milhões, não. Eu estou falando de bilhões. Em indenizações, em reconstrução de Bento e Paracatu. Imagina se “nos tivesse” falando de uma mineradora meia boca: estava todo mundo no prejuízo!

Então, as empresas estão assumindo suas responsabilidades; podem fazer o maior acordo do mundo e assumir a responsabilidade por mais 10 anos. Mas, isso também nos acende uma luz: quanto que essas empresas não recebiam?! Hein?! Quanto de dinheiro não entrou para esses acionistas?! Quanto de recurso essas empresas não tiraram do nosso solo?! Porque, Brumadinho, foi uma coisa de 37 “bi”. Mariana, pode sair um acordo de mais “cento e tantos bi”. Quanto que esses “caras” não receberam?! Quanto que eles não... Então, quer dizer, é uma loucura da riqueza que foi tirada da nossa região. É uma loucura o tamanho da riqueza.

Então, nós precisamos de um acordo bem-feito, para que realmente essa tragédia, ela não pode ser esquecida, mas que a gente possa minimizar os impactos nos próximos anos.

Nos anos posteriores ao rompimento, pesquisas sugeriram altos índices de desemprego, impactos negativos nos indicadores de violência, criminalidade, aumento na sensação de insegurança etc. Você diria que hoje, essa conjuntura foi superada no município de Mariana? Se sim, você poderia falar um pouco mais a respeito dessa construção?

Primeiro, eu diria que uma grande mágoa e revolta que eu tenho com as mineradoras, é isso: no momento que a cidade mais precisou, as mineradoras não apoiaram o poder público. Diferentemente do que aconteceu em Brumadinho, que, pós tragédia, a VALE doou o valor do CFEM para Brumadinho, para o município manter suas obrigações; Mariana teve que ajustar as suas contas. Mariana, no ano de 2015 já arrecadava 315 milhões. No ano de 2016, voltou para 270, e, em 2017, 240 milhões.

Ou seja, uma queda enorme de receita, onde tem um crescimento vegetativo de folha, de combustível, de alimentação. E a VALE, a BHP e Samarco não fizeram nada para o município de Mariana. Nós tivemos que nos ajustar sozinhos! E isso foi muito complexo e muito difícil! E a cidade viveu ali, o seu pior momento. Porque, nós estamos falando de um SINE, que chegava a ter filas quilométricas para pedir emprego! Nós estamos falando de uma população que chegou a ter 29% de desempregados. Hoje, nós temos 500 vagas disponíveis no SINE. Na data de hoje. E naquele período, era só “bucha”! Só situação complicada! Nós tínhamos o meio ambiente com problema sério, nós tínhamos o desemprego alto, nós tínhamos programas que estavam tendo que ser suspensos, nós tínhamos que demitir muita gente para manter as obrigações. Sem apoio nenhum das mineradoras! Zero!

Hoje, com o que a gente construiu, o apoio, seja pelo retorno natural da empresa, que depois de cumprir as condicionantes ela retornou, seja pelo que foi construído, a cidade voltou a... hoje, vive uma nova realidade! Sem dúvida alguma, Mariana superou 100% o que aconteceu. E um grande exemplo disso, é o próprio SINE. Se chagamos a ter 29% de desempregados e hoje tem 500 vagas no SINE que não conseguem ser preenchidas. Chegamos a ter 1000 vagas no SINE.

Se você conversar com os empresários locais... eu estava aqui na padaria, de frente aqui, ó... se você procurar aqui, a empresária dona, e falar assim: “Você está conseguindo achar mão de obra?”; ela vai falar: “não existe mão de obra em Mariana.” Não existe! Não há!

Está todo mundo falando isso para mim.

Não tem! A cidade está pulsando, porque a mineradora está contratando, a cidade está... voltou a... Só que se não tiver uma gestão comprometida e entender que tudo isso também é

passageiro, porque esse *boom* está acontecendo com a reconstrução de Bento, reconstrução de Paracatu, retomada de mineração. Mas, daqui há pouco, ela vai tomar sua normalidade dentro do que arrecada. Então, tudo isso tem que ter uma preocupação muito grande.

Então, foi um 2017 a 2020 muito difícil e a partir de 2021 a cidade voltou a bombar. A cidade voltou a arrecadar, voltou a desenvolver. E que bom que eu ajudei a manter a cidade organizada. Entreguei o município com as contas em dia, com mais de 30 milhões em caixa. Um problema sério, porque o governo do Fernando Pimentel, suspendeu o ICMS. Algo que é constitucional. Ficou devendo Mariana 30 milhões e está pagando esses 30 milhões, nessas gestões atuais. Mas, graças a Deus, a gente entregou a cidade organizada e preparada para o futuro.

Como o sr. descreveria a relação existente entre a população de Mariana com as instituições públicas e privadas no município?

Olha! Hoje, eu tenho o sentimento de que a população em si, ela está satisfeita com ações políticas, né, do município. Todo mundo recebe em dia, os direitos estão resguardados, a tarifa zero trouxe uma satisfação muito grande para a população. É claro que existem desafios que precisam ser superados aqui. A gente tem problema sério com moradia. Mas a gente vê os índices de criminalidade dentro da normalidade, em relação ao que aconteceu nos últimos anos. Então eu vejo uma satisfação.

Em relação à mineração em si, é... claro! existe uma mágoa sobre o que aconteceu, né. Da empresa Samarco. Mas aqui, a gente tem... Da Samarco e da VALE, né, que foram as causadoras dessa tragédia. Mas não é algo que as pessoas se manifestem ou tenha uma revolta. As pessoas, elas têm a percepção da importância da mineração: “Olha! Ela gera emprego, gera oportunidade e isso é importante para a minha vida.”. Porque, a verdade é que, cada um... quando eu recebo uma pessoa na porta da minha casa... quando ela vem me pedir, e principalmente quando eu era prefeito que eu recebia 20, 30 pessoas todos os dias de manhã, a pessoa vinha me pedir, mas se eu arrumasse um emprego para ela, ela falava: “Opa!”. Ela não quer te pedir! Ela quer ter... aquilo também é degradante para ela! Ela quer caminhar com as próprias pernas, mas se ela não tiver oportunidade, como que ela vai fazer?

Então, essa geração de oportunidade, gera no chefe de família uma satisfação de poder sustentar sua família. Então, eu não vejo um desgaste, uma revolta contra as mineradoras.

Você acredita que o cidadão marianense confia mais no poder público, ou na Samarco enquanto representante do setor econômico na região?

É uma pergunta muito difícil de ser respondida, mas, eu, assim... é porque... Eu falo difícil, porque é uma opinião minha, eu não consigo falar a opinião da população. Mas, eu

confio muito mais no poder público, né! A Samarco é a causadora da maior tragédia que nós tivemos aqui. Só que o poder público é quem está mais próximo ali, no dia a dia. Pode ser que se fizer uma pesquisa, pode-se dar uma coisa diferente, mas, eu, particularmente, acredito mais no poder público.

Reportagens mencionaram que as crianças de Bento Rodrigues eram chamadas de “pés de lama” nas escolas, e embora não possa ser um exemplo generalizado, retrata um formato de relações sociais conflituosas que se firmaram no município depois da tragédia. Qual a sua análise sobre essas relações de conflito que sugerem certo um certo nível de desconfiança interpessoal entre os moradores, e em que medida isso pode afetar negativamente o bom funcionamento dos poderes municipais?

Vamos lá! Esses fatos aconteceram, sim! E são inadmissíveis! Mas é necessário entender que foi pontual. Não foi assim: “Ah! Todos os alunos!”. Aconteceu! É Verdade! É inadmissível! Mas foi pontual. Porque, se não fica parecendo que a cidade teve uma resistência ao pessoal de Bento e Paracatu.

Como teve pessoas também pessoas, que: “Ah! Fulano de tal, ah lá... só quer ficar na gandaia agora. Está recebendo indenização!”. Ele não quer ficar só na gandaia, ele foi prejudicado pelo que aconteceu. Mas havia alguns comentários maldosos. Mas é algo que a gente não pode generalizar. Aconteceu! Pontualmente! Ali! A gente, na época, tentou corrigir. Orientamos os professores como tratar aquilo, porque era coisa de aluno, e aluno as vezes o aluno acha que aquilo, né... Então, a gente tentou corrigir isso. Mas eu nunca vi, assim, Bento e Paracatu ser rejeitado em Mariana. Não! Eles são nossos! Eles somos nós! Não somos um só, ué! Então, para mim, foi algo muito pontual.

Você fez uma outra pergunta...

De que forma isso poderia afetar negativamente no bom funcionamento do poder público.

Eu, assim... foi essa a preocupação na nossa época: corrigir; falar, “opa! O que que está acontecendo.”. Não deixar isso tomar corpo. Por isso, desde o momento, quando eu percebi, eu falei: “calma! Isso não está acontecendo em tudo!”.

Dentro desse contexto, qual é o papel que as instituições públicas devem assumir para dissolver esses conflitos, de forma a unificar a população?

É estar próximo! É perceber o problema e buscar a solução. É estar próximo do diretor, próximo da diretora. Porque, é esse núcleo que tem que corrigir esse erro. Porque, sinceramente, quando um aluno fala aquilo com o outro, muitas das vezes, ele não percebe que machuca. Ele fala, para mim... da boca para fora. Não é com o interesse de te denegrir, de te menosprezar. É

mais aquela coisa, “Ah! Vou zoar ele!”. Só que aquele zoar, que na nossa época não tinha *bullying*, hoje é *bullying*! Na nossa época, não! Na nossa época, era zoeira.

Porrada no fim da aula (risos)

Porrada no fim da aula, pé grande, boca de colher, careca, tudo tinha! Narigudo, orelhudo. Aquilo era normal! Hoje e *bullying* e que bom que hoje percebeu, porque, realmente, aquilo nos machucava. É ruim para quem recebe essa carga negativa, né.

Então, o que a gente fez foi aproximar e tentar de uma forma sutil, para não distanciar ainda mais um aluno do outro, demonstrar para quem estava fazendo aquilo, olha: “Isso machuca. Porque ele perdeu a história dele, ele foi expulso da casa dele. Olha, ai! Imagina se isso tivesse acontecido com vocês!”. E, graças a Deus, a gente conseguiu colocar um fim nessa situação, com aproximação e muita conversa. Presença!

Como estimular relações sociais pautadas por confiança interpessoal e institucional? O sr. acredita que esse caminho é construído por meio do Estado ou através do diálogo com o setor privado?

Olha! É... o poder público, ele precisa tentar sempre está mais próximo. É... é o que você disse no início da confiança de um vizinho para o outro, é pela convivência. Então, quando o poder público se aproxima, por exemplo: quando você vai num bairro fazer uma reunião para saber o problema daquele bairro, para que aquelas pessoas possam falar com você, “Olha! Estou com um problema na rua aqui e não veio ninguém ver.”. Isso gera confiança! Gera que você tem respeito por ela! “Opa! Ele veio até aqui. Ele está buscando uma solução para o que eu estou sofrendo e para o que eu estou falando com ele.”.

Então, eu acho que é a aproximação. O poder público tem que sair daqui, e vim aqui. Porque as pessoas não vão conseguir chegar até o prefeito. E o prefeito é um, a população é 70 mil. Mas quando você sai daqui e vai num bairro, por mais que lá, naquela reunião possa ter 40, 50 pessoas, todo mundo está te vendo ali. Sente essa proximidade.

E quando o prefeito chega, ele não chega sozinho. Ele chega com o secretário de obras, educação, saúde. E cada um que pede alguma demanda, ele tem uma solução para encaminhar. Então, eu acho que é tentar aproximar. O prefeito sair daqui e vim para base!

Dentro dessa perspectiva, como o sr. analisa o posicionamento da gestão pública frente à economia do minério? O sr. enxerga um futuro a longo prazo que esteja desvinculado à extração mineral?

Olha! Se tem algo que eu lutei muito e eu sinto que eu não consegui, foi buscar a diversificação econômica. É lógico também que eu não vou ficar carregando essa culpa, porque o momento era outro. O país passava por um momento difícil. Depois, nós tivemos o Covid.

Tudo isso atrapalhou muito, que novas empresas pudessem vir para a nossa região. Problema de estrada..., mas a gente precisa demais, buscar uma nova fonte de receita! Depender da mineração é ter a certeza de um fim melancólico! Porque, não adianta, pode demorar mais cinquenta, cem anos, mas quando ela acabar... só dá uma safra. Nós estamos realmente... e isso vai ser cobrado pelo ciclo das minerações.

Como pode, nenhum gestor ter buscado uma nova receita ou uma nova fonte de receita? Então, a gente precisa diversificar a economia, a gente precisa trabalhar isso, a gente precisa identificar outras possibilidades, seja no agronegócio, [inaudível], eu não sei! Tem que tentar diversificar! Mas foi algo que eu também não consegui resolver. Eu estive lá e não conseguir resolver. É uma realidade! O momento era outro. Vejo um momento do município muito melhor para buscar parceria pública e privada, mas eu também não consegui resolver!

Como você descreveria a relação do município de Mariana com uma empresa continental como a Samarco, sobretudo no que diz respeito às relações de poder e tomada de decisão dentro do município em que medida essa relação pode ser positiva para o bom funcionamento institucional e para a qualidade de vida do cidadão marianense?

Olha! A Samarco é um nome fantasia, né. A realidade é que quem é dono disso tudo, é a VALE e a BHP. Eu me sinto traído! O sentimento que eu tive como prefeito, é de traição! Eu fui firme no momento mais difícil da história da mineração, em dizer da importância da mineração. Porque eu sabia da importância. Mas, eu não via as empresas tento o mínimo de respeito com o gestor público ou com o município, como aconteceu em Brumadinho.

Lá, não se perdeu a receita! Doou o mesmo valor! “Se gasta 200 milhões por ano, toma os 200 milhões aqui de CFEM, continua e não deixa parar os seus programas.”. Aqui, não! Aqui, nós tivemos que suspender tudo! Nós tivemos que passar por uma reformulação de estruturação de governo. Então, da minha parte, tenho somente mágoa em relação à VALE e a BHP. Eles não foram coerentes conosco!

Eu sinto, meio que nós fomos usados. Nós demonstramos a importância da mineração. Seguramos para não tornar esse processo ainda pior e mais moroso. Trabalhamos no bom sentido pela retomada da empresa, para a geração de emprego e oportunidade em Mariana. E em relação ao poder público e ao município, eles não fizeram nada! Zero! Zero! Nada! Então, da minha parte, eu tenho muita mágoa com relação à VALE e a BHP.

Em que medida você acha que o MPMG prejudicou o município dando a ordem de suspensão das atividades da Samarco?

Eu acho que o MP acertou! Tinha que suspender, sim. Até como uma resposta a tudo que aconteceu. Era necessário! É... o MP pede, né? Quem decide é o Juiz. Então o MP pediu a

suspensão e o juiz decidiu pela suspensão da mineração naquele período. Eu acho que aqui, em relação à Mariana, acho que o MP foi muito presente, muito firme, muito coerente, garantiu vários direitos da população atingida. Talvez, não agiu tão alinhado com o poder público, pensando no macro, né. Mas em relação às famílias atingidas, eu acho que o MP acertou, sim.

Pesquisas sugerem que as regiões onde predominam maiores índices de confiança estão mais propensas a desenvolver maior eficiência de desenvolvimento econômico e desempenho político, o capital social, ou seja, as redes sociais e a confiança entre as pessoas, desempenham um papel importante na construção de uma sociedade mais coesa e produtiva. De acordo com a sua opinião, qual a chave para intensificar a produção de capital social em Mariana, pensando em todas as especificidades sociais, culturais e econômicas do município?

Não é uma pergunta simples, né. Eu acho que é um conjunto de ações. Um conjunto de ações. Você tem que pensar no agronegócio, pensar no homem do campo, você tem que pensar na... você não pode pensar somente nas grandes empresas que geram renda, se não fica igual Mariana, dependente da mineração. Você precisa ter os empresários... você pega cidades aí que tem vários empresários que geram cem, duzentos empregos. Ou seja, se uma quebrar a outra está ali segurando o sistema, né.

Então, eu acho que tem que ser um conjunto de ações e de geração de atrativos no município. E isso envolve muita coisa: tem que ter bom escoamento, boas estradas, nós não temos aqui. Por exemplo: chegou uma nova empresa em Mariana, “mais uma de mineração?!”. Então... eu acho que, aí tem que ser um estudo aprofundado, é... bem desenhado, mas com apoio de diversas áreas do município que tem potencial de crescimento, principalmente no homem do campo. Acho que é isso.

Na sua visão, como você descreveria o maior desafio que enfrentou nesse processo de assumir a gestão de um município tão estratégico para a economia de minério a nível nacional?

Disparado... Disparado, o maior desafio que eu enfrentei foi o ajuste das contas públicas. Porque ninguém entra na política para falar não! Você entra com... eu tinha isso [inaudível]. “Eu vou resolver o problema de moradia, eu vou gerar oportunidade de emprego, eu vou atender da melhor maneira possível”. Você é um Ser Humano. Você quer o bem! A pessoa, quando ela tem a índole do bem, ela quer o bem ao próximo. E, quando eu assumo, eu encontro tudo ao inverso. “Você tem de demitir, você tem que ajustar, isso aqui não pode mais, isso aqui não pode mais, o município vai quebrar, se você não fizer alguma coisa no final desse ano você não paga decimo terceiro”. Imagina, você não pagar decimo terceiro de funcionário?! Eu, cheguei

a mês de 27 de dezembro, não ter dinheiro em caixa para pagar. Eu estava reunindo, indo atrás do tribunal de contas para ajustar a situação, para pagar.

Então, assim, eu vi vários secretários meus não aguentando a pressão e falando: “Eu não aguento isso aqui. Eu vou sair, cara! Isso aqui não tem jeito. É só ajustar! É só não!”. Eu tive gente que teve problemas psicológicos. Ficou afastado! E eu olhava, falava: “Pô, eu não posso pedir para sair. Se eu pedir para sair, eu... como que eu posso fazer uma coisa dessas?”.

Então, suportar três anos de ajustes de conta e um quarto ano de Covid, foi muito difícil, muito complicado, extremamente delicado! Pega um Covid, que nem sabe o que era aquilo! Nós chegamos aqui, fui conversar com a equipe técnica, a equipe técnica falou para mim: “Não! O melhor caminho é testar a população! Testar todo mundo!”. Naquele início... tem que pensar que, naquele início, ninguém nunca estava testando! Ninguém!

Mariana começa a testar! Começa a testar! Começa a dar caso um atrás do outro, porque você está testando. As cidades em volta, nenhuma está testando, só a gente. Que começou a apanhar! Eu ouvi falar de prefeito querendo criar barreira para não deixar ninguém de Mariana entrar lá! Mas era só porque a gente estava fazendo teste. E eu cheguei a falar: “Gente! Mas nós estamos testando, mas nós estamos sendo penalizados pelo teste. Vocês não estão percebendo isso não?”; “O, Du, mas é o caminho certo!”.

E, depois, eu percebi. Porque, logo depois, Mariana, tinha, por exemplo, lá naquele início, né, oito mortos e Ouro Preto já tinha vinte. Então assim, com o nosso teste, nós tiramos a pessoa do convívio. Mas, naquele momento, era só pancada! “A culpa disso tudo é Mariana! É Mariana que está transmitindo!”. Obvio! A gente estava testando e colocando o pessoal em casa.

Então, foi muito difícil enfrentar, primeiro, o maior desastre ambiental, a maior queda de receita. Ter que tomar atitudes para manter o município. Nós nunca atrasamos um salário. Nós nunca atrasamos um prestador de serviço. Nós tivemos a qualidade total na saúde. Nós fizemos aqui, cirurgia fila zero. Fizemos cirurgia para toda a população! Se tivesse uma fila, a gente pagou para todo mundo. Então, nós mantivemos todas as nossas obrigações! Não conseguimos fazer mais, porque realmente não tinha recurso para aquilo. Então, foi disparado o meu maior desafio, ajustar as contas públicas e enfrentar o Covid, também, que era um negócio que a gente apanhava todos os dias. E hoje, eu tenho certeza de que nos salvamos muitas vidas, independente se alguém reconhece ou não, é a certeza de que a minha equipe me orientou a fazer a coisa certa.

E, eu, também ia fazer o que minha equipe ia falar. Eu não tenho formação. Acho que cada um é bom naquilo que se prepara. E, eu, tentava ouvir. E, eu, tenho que, eu tomei a atitude certa ouvindo a minha equipe na área da saúde.

ENTREVISTA EX-PREFEITO

Me fala um pouco sobre você, sua trajetória, o que te motiva a ter escolhido sua área de formação acadêmica e juntamente de suas motivações para introdução na vida política de Mariana.

Meu nome é (ocultado), e todos me conhecem na cidade de Mariana como (nome ocultado). (Nome), por causa do meu pai, que foi vereador por quatro mandatos dessa cidade. Então, como referência a ele na campanha, a gente não utiliza as vezes o nome completo, né. Você utiliza um nome para a sua campanha e eu utilizo o nome (ocultado). Estou no meu quarto mandato consecutivo como vereador, pelo mesmo partido, partido cidadania, número 23.

Quando ocorreu o rompimento da barragem de fundão, por consequência, eu estava licenciado da câmara como vereador e estava como Secretário de Saúde da cidade de Mariana, por que sou formado em enfermagem no ensino superior e tenho uma pós em saúde pública. Então, naquele momento, eu tinha licenciado para assumir a secretaria de saúde, que passava por alguns problemas, e o prefeito da época me convidou. Então eu estive na secretaria por quase 1 ano, e quando ocorreu o rompimento eu era justamente o secretário.

Então, foi um fato muito preocupante, porque nós não tínhamos a dimensão desse desastre. Quando nós ficamos sabemos do rompimento, eu me lembro muito bem, eu estava na Prefeitura Municipal de Mariana. E quando fiquei sabendo, já mobilizei as nossas unidades de Santa Rita Durão, que está próximo à Bento, para funcionar 24 horas, e também a nossa policlínica central, para funcionar 24 horas. Até então, as unidades não funcionavam 24 horas e nós não tínhamos dimensão do número de vítimas que iam acontecer.

Então os primeiros dias foram muito difíceis, por falta de informação. É... e até reestabelecer a questão de ordem que a cidade precisava, recebemos muitos voluntários do Brasil inteiro. Isso me chamou muita atenção, né. Médicos de várias regiões do Brasil, socorristas, bombeiros, muita gente realmente veio para a cidade de Mariana. E foi fundamental para que a gente pudesse prestar o melhor resgate possível e ter o menor número de vítimas nessa tragédia que iniciou em Mariana e foi parar no Espírito Santo. Envolveu dois Estados.

Então... é... esse é um pouquinho desse contexto. Fui reeleito vereador, por mais mandatos, e Mariana passou também por um momento complicado nas últimas eleições, a nível município. O candidato que foi eleito ele tinha uma condenação em segunda instância, e por

esse motivo ele não pode assumir a prefeitura. E no caso da vacância do cargo do chefe do poder executivo, é de responsabilidade do presidente da câmara assumir o município interinamente.

Disputei a eleição como presidente de câmara, fui eleito com 11 votos dos 15 vereadores. E fiquei durante 1 ano e 6 meses, do ano de 2021 até junho de 2022, como prefeito interino da cidade de Mariana. Sai por uma decisão do Ministro Alexandre de Moraes, alegando que, pelo fato do meu irmão, o (NOME), ter sido prefeito por dois mandatos consecutivos, eu não poderia continuar à frente do município de Mariana, porque seria uma continuidade do mesmo grupo familiar, já que a constituições, hoje, ela veta três eleições por mesmo grupo familiar no primeiro grau de [inaudível].

Só que eu não fui eleito prefeito. Eu fui vereador, diplomado vereador. Disputei uma eleição de presidente da câmara e uma das obrigações do presidente da câmara é assumir no caso da vacância do cargo. Mas, por esse motivo eu fui afastado da prefeitura e voltei novamente a ser presidente da câmara, e fiquei até dezembro de 2022. Onde encerrou o meu mandato. Onde ocorreu uma nova eleição de presidente da câmara e o novo presidente da câmara assumiu a prefeitura agora em janeiro de 2023. Mariana já passa por 3 prefeitos, em menos de dois anos.

Eu fiquei 1 ano e 6 meses. O meu vice-presidente, que virou prefeito com a minha saída, ficou 6 meses. Encerrando o mandato do presidente da câmara que é de dois anos teve uma nova eleição, e agora o vereador Edson assumiu a prefeitura municipal de Mariana.

Falando a num sentido mais geral, como você descreveria o modelo produtivo mais viável para equilibrar sustentabilidade ambiental, prosperidade econômica e justiça social?

Primeiro, eu acho que o modelo implantado no país, ele é benéfico, na minha opinião. Porque o município, ele fica com a menor fatia, o menor percentual do imposto da mineração, que é o CFEM, né. O maior imposto, ele vai para o Estado e para a União. E a onde fica os problemas sociais, é na cidade. Não é no governo, não é no governo federal e nem no governo estadual. Então, o valor que é repassado para os municípios, hoje, é muito aquém do que de fato os municípios mereceriam receber. Primeiro, porque a mineração é um recurso mineral finito. Um dia ele vai acabar! Então é importante que o município se organize com os recursos que ele venha a receber, para que ele possa se planejar futuramente. E os impactos sociais que os municípios sofrem são grandes!

Mariana, hoje, sofre grandes impactos ambientais por consequência da mineração. Na educação, hoje, nós já estamos tendo falta de vagas em creches municipais e em escolas, em virtude do grande número de pessoas de outros Estados que estão vindo para a cidade de

Mariana, trabalhar na mineração. Seja na mineração em si, seja na reconstrução de Bento Rodrigues e Paracatu. Porque, hoje, Mariana já não tem mais mão de obra qualificada.

Pessoas estão vindo, inclusive, do Nordeste, trabalhar na nossa cidade. Nós temos várias casas hoje, alugadas como repúblicas para as pessoas que estão vindo. Então, nós estamos tendo já, impactos sociais na educação, impacto direto na saúde. Né? A saúde é um direito de todos! Então o setor é obrigado a atender. Todo custo que a saúde tem, ele está aumentando consideravelmente com o número de pessoas que vem para a cidade de Mariana.

Ação social, da mesma forma. Muitas pessoas vêm morar... Hoje, Mariana é uma cidade cara para se viver. Muito cara, por sinal! E as pessoas acabam que não tem condição de alugar imóveis e estão invadindo áreas verdes. Muitas áreas verdes do município de Mariana estão sendo invadidas, e nós temos um estudo da Secretaria de Desenvolvimento Social, que fala que mais de 70% dessas pessoas são de outras cidades, que estão invadindo áreas verdes do município de Mariana. Nós temos aqui, a região da Serrinha, que está sendo invadida. É onde nós temos um dos grandes mananciais de água da cidade de Mariana. Então é muito preocupante que as invasões crescem naquela direção. Nós temos invasões em terrenos da Mina da Passagem, nós temos invasões em terreno da Vale do Rio Doce, nós temos invasões na ferrovia que corta a cidade de Mariana, que hoje está desativada, mas pertence ao DNIT. E se você seguir de Mariana à Bandeirantes, que é um distrito aqui muito próximo, que as pessoas utilizam essa antiga ferrovia, que hoje já não tem trilho, não tem dormente, porque foi tudo saqueado, ela já está invadida em ambos os lados. E as pessoas utilizam essa ferrovia hoje para a prática de esportes, de ciclismo e caminhadas. É uma área que está sendo altamente invadida.

As pessoas, ao invadir, elas fazem furto na rede água do município e acaba prejudicando o cidadão que paga os seus impostos em dia. Furtos, muitas vezes, de qualquer forma. Muitas vezes, essas pessoas não têm nem caixa d'água na sua casa, então essa água corre livremente, prejudicando o abastecimento de bairros, na cidade de Mariana. As pessoas estão invadindo também e furtando energia elétrica, correndo risco de acidentes, o que é muito comum. Em alguns lugares aqui de Mariana, você vê claramente essas invasões. Além dos crimes ambientais, né. Corte de árvore, invasão próximo à cursos d'água, invasão próximo à encosta, a áreas de risco. Então, é um problema que Mariana vem enfrentando, esse problema ele vem crescendo nos últimos anos, ele não vem diminuindo!

Nas últimas chuvas de 2021, que nós tivemos um índice fluvial métrico semelhante à década de 1970, Mariana choveu muito! Nós tivemos mais de 300 famílias desabrigadas. Eu era prefeito, e eu tive que alugar hotéis para colocar essas famílias, por causa de risco da defesa civil. Áreas de alto risco geológico. Então o município teve que arcar financeiramente com

todos esses hotéis, que ultrapassaram a casa de 500 mil reais. Chegou próximo a casa de 1 milhão de reais.

Então, os impactos são muito grandes. As empresas se preocupam simplesmente em pagar o CFEM, elas não se preocupam em de fato investir na cidade. Eu, enquanto estive prefeito, uma das primeiras ações da minha gestão foi procurar a Vale do Rio Doce e pedir um apoio para um sistema de abastecimento de água de Mariana, porque hoje Mariana sofre com a falta de água. Você pode pesquisar, que o maior problema de Mariana hoje é a falta de água. E olha que nós estamos no verão, no período chuvoso, e falta água na cidade de Mariana.

Levei todo o projeto para a VALE e infelizmente até hoje aguardando um retorno. Então, as empresas, elas fazem muito pouco. Elas fazem mais pelo lucro, que é um lucro considerável. E o impacto social é muito grande.

Posso citar também impacto nas vias públicas. Engarrafamentos em horários de trânsito, coisa que não acontecia em Mariana. Em horários de pico, você está demorando 2 horas para sair da mineração e vir para a cidade, porque é uma via única, é uma MG que não é duplicada. Então, toda a mineração para Samarco, Cedro, Vale do Rio Doce e Fundação Renova é na mesma via. Então o impacto naquele eixo, ele é considerável, né. Com transtorno no trânsito da cidade de Mariana.

Então, eu acredito que as empresas poderiam fazer muito mais! Muito mais! Eu, hoje... esse diálogo, e eu falo com experiência, porque eu tive a oportunidade de ser prefeito, é muito pouco o que elas fazem. E agora, ainda tem a justificativa, por causa do rompimento da barragem, que tem que recuperar várias cidades, vários municípios, então o recurso que eles disponibilizavam antes, que na minha opinião, já era pouco, hoje, ele é praticamente escasso! Eles não têm quase nenhum programa social de apoio ao poder público. Sempre quando a gente se senta para conversar, a história é a mesma: “precisamos de cumprir os acordos do TAC, estamos em recuperação judicial, não temos recurso”. E cada vez mais, chegando pessoas na sua cidade!

E o meu medo maior, coisas que poucas pessoas estão pensando: assim que acabar a Fundação Renova, que hoje nós temos mais de 5 mil trabalhadores! 5 mil! E, grande parte desses trabalhadores, eu te falo, mais da metade é de fora! Quando acabar, o meu medo é essas pessoas ficarem na cidade de Mariana, não irem embora, e aí nós teremos um impacto social muito maior do que hoje, com violência, com assaltos, com impacto na educação, impacto na saúde, impacto na assistência social e nas invasões que estão acontecendo, né! Se você for em alguns locais aqui, você não vai acreditar, porque, realmente é muito grande.

E essas pessoas vem, ficam, gostam da cidade de Mariana, porque, hoje, Mariana... hoje, Mariana tem uma boa receita, porque a mineração está em alta. Mas ela é muito volátil, porque ela depende do mercado internacional. Então, quando cai, o impacto sente direto no prefeito municipal, ou, quando para o prefeito municipal também sente direto, porque não existe lucro incessante da mineração. Parou a mineração, para-se o CFEM. Só que o impacto, ele continua! Então, é um medo que eu tenho para o futuro da cidade de Mariana, dessas pessoas que estão ficando aqui.

Quando eu estive como prefeito, eu reuni com a Fundação Renova e pedi a fundação, que quando acabasse o contrato das pessoas das outras cidades, que ela pagasse a passagem de volta, não deixasse essas pessoas aqui em Mariana.

Então, Mariana, hoje, não se paga água. Não se paga água! Uma das poucas cidades do Estado de Minas Gerais com mais de 60 mil habitantes que não paga água. Mariana, hoje, não paga-se transporte público. Nós temos o programa tarifa zero, que é gratuidade do transporte na sede e nos distritos. Nós temos uma boa saúde. E nós temos uma educação, hoje, que está começando a perder folego por causa da procura do número de vagas. Porque a prefeitura, hoje, ela dá uniformes... uniformes, blusas, short, camisa, camisa de frio, meia, tênis, a prefeitura dá uma mochila com todo o material didático para todos os alunos! Por quê? Porque, hoje, tem condição. Mas vai acabar um dia!

E eu vejo que a prefeitura de Mariana, minha preocupação, ela não tem reserva para o futuro. Ela não tem reserva! E um dos projetos que eu estava trabalhando, seria criar um fundo soberano para cidade de Mariana, igual existe na cidade de Maricá, dos royalties do petróleo. Eu queria criar um fundo soberano e uma parte desse CFEM seria depositada mensalmente, pensando no futuro. Para que criasse um comitê de investimento desses recursos, para que o município de Mariana pudesse ter lucro, investimento, gerar juros, para o poder público pagar as políticas públicas que hoje nós temos! Mas, se continuar da forma que está, muito em breve, no futuro, eu tenho medo de que o município não vai conseguir nem arcar com a sua folha de pagamento dos servidores públicos municipais.

E, querendo ou não, a troca de gestão é um prejuízo muito grande que a cidade tem, porque não tem continuidade com os programas. E isso, acontece em Mariana, e isso é uma preocupação que eu, Juliano, tenho como cidadão e tive enquanto estava como prefeito. Meu período foi curto, foi só durante 1 ano e 6 meses. Então, nós fizemos muito! Mas muito ainda há de ser feito!

Interessante, que o cenário que você citou, sobre a preocupação com a população flutuante após um eventual encerramento da Fundação Renova, aconteceu nos Estados do Norte, inflacionando índices de criminalidade, desemprego etc.

Sim! Sim! O número de gravidez na adolescência. Nós temos casos de muitas pessoas do Nordeste que estão constituindo família na cidade de Mariana. Eu te falei, Mariana, hoje, é uma cidade boa de se morar. Você está próximo da capital, você tem um clima agradável, você tem um transporte público gratuito, você tem um sistema de saúde bom, você tem boas escolas, mas o recurso que mantém, que é a mineração, ele vai acabar um dia. E o município, hoje, não tem reserva de caixa financeiro. Não tem! Eu falo com propriedade, porque eu estava lá. O que o município vem arrecadando, ele vem gastando com seus programas, projetos, folha de pagamento, né? Que o gestor está no momento de querer fazer. Então a minha preocupação futura é que as pessoas não vão querer ir embora da nossa cidade.

Como o sr. enxerga as problemáticas desencadeadas pelo rompimento da barragem do Fundão no município e de que forma esse acontecimento pode ter contribuído para intensificar padrões de desconfiança populacional para com as instituições políticas?

Das instituições políticas? Você fala câmara, prefeitura municipal?

Sim!

Olha... é uma pergunta interessante. Eu vejo, que nós temos uma certa desconfiança, não só a população, mas os próprios gestores públicos, porque é muito difícil o diálogo com a Fundação Renova. É... por quê? Porque foi construído um Termo de Ajustamento de Conduta em que o município não participou. Os mais interessados seriam os municípios. E com a criação do TAC, os municípios não participaram. Você pode olhar os documentos, que não tem as assinaturas dos prefeitos municipais. Eles não foram ouvidos sequer. Então, criaram-se uma fundação gigantesca, com recursos milionários, que estão muitas das vezes indo embora, indo bora com consultorias absurdas, com obras absurdas, que o poder público não tem poder de fiscalização. Eu falo prefeito e vereadores, não só em Mariana, mas em todas as cidades. Porque eles são fiscalizados pelo Ministério Público das fundações, que não vem aqui.

Então, o dinheiro está indo embora. E as pessoas começam a ter desconfiança na fundação, e também no próprio poder público, porque elas não têm essa informação. Elas não sabem que a fiscalização é por parte do Ministério Público, das fundações. Que o TTAC que constituiu a Fundação Renova não teve a participação dos prefeitos, e os projetos estavam vindo de cima para baixo. Então, muitas das vezes, as ações que precisam de fato ser realizadas nos municípios, e quem conhece os problemas dos municípios são os gestores municipais, não são

ouvidos. Porque a gente não tem diálogo. A gente não tem voz! E quando tem vos, não somos ouvidos!

Cada reunião, a Fundação Renova manda uma pessoa. Você começa ficar cansado! Em uma reunião eu me sento com A, na outra com B, na outra com C, na outra com D, que não sabem o que estava sendo tratado. Parece que é uma forma que eles utilizam para enrolar as pessoas. Tanto que, alguns vereadores na câmara já perderam a paciência e não se sentam mais com a Fundação Renova. Então, isso gera uma desconfiança da população e da própria pessoa. Por quê? Porque você vê milhões de reais sendo investidos, e milhões, mas você não vê na prática o benefício para o cidadão que está morando na sua cidade.

Você diria que hoje, essa conjuntura foi superada no município de Mariana? Se sim, você poderia falar um pouco mais a respeito dessa construção?

Não! Não! Eu entendo que não. Porque hoje mudou a realidade de vida de muitas famílias. Mudou a realidade de vida de comunidades, porque as pessoas saíram de Bento Rodrigues e Paracatu, e cada um hoje mora num bairro diferente. Então, eles perderam aquele convívio social, aqueles vizinhos. Né? Eles moravam em comunidades que eram subdistritos, não eram nem distritos! Subdistritos que muitas das vezes você podia brincar na rua. Você não tinha um índice de violência. Era uma comunidade até um pouco rural. E hoje, não! Cada um está morando em um bairro, numa região diferente. Muitos estão vindo para a cidade. Aumentou os nossos índices de pessoas que procuram o CAPS, o Centro de Atendimento Psico Social. Pessoas que estão fazendo o uso de álcool, de drogas e que estão em depressão.

E muitas pessoas ainda não tiveram o sonho da sua casa própria! Que é o Novo Bento e Paracatu entregue. E alguns, já até foram embora! Então, isso vai causando um aperto. Você imagina: um senhor de 70 anos, de 60 anos, que morava lá, e teve que vir morar em Mariana, hoje, num apartamento. Como que muda a realidade de vida dessas pessoas!? Os coleguinhas que eram da mesma turma, que eram da mesma rua, não moram mais perto! Então, é um problema sério que essas pessoas estão vivendo.

Escolheram um modelo... que está construindo o Novo Bento e o Novo Paracatu. Que são casas, hoje, de alto padrão. Alto padrão! Onde cada família tem um arquiteto, cada família tem um engenheiro, cada família escolhe o tipo de piso, o tipo de casa, com o que você quer dentro da sua casa. Então, estão criando... a verdade é essa: dois condomínios de superluxo; casas mais caras, inclusive, que o Alphaville, que vou dar uma referência aqui, o Alphaville de Belo Horizonte. E eu tenho muito medo de como essas famílias vão manter essas casas no futuro. Porque são casa de luxo. De alto padrão de acabamento. Né? E essas pessoas não eram acostumadas a viver dessa forma. Então, foi uma mudança drástica na vida dessas famílias.

E dentro desse contexto que o sr. descreveu, pensando também no cidadão que foi atingido, mas não diretamente, como o sr. Analisa essas relações interpessoais dentro do município. Como o sr. enxerga essa relação entre os diretamente atingidos e os indiretamente atingidos?

Olha, eu vejo, é... eu falo assim, que todos, entre aspas, foram atingidos. Né? Tem os atingidos direto e tem os atingidos indiretos, porque trabalhavam no comércio, no varejo, como microempreendedores individuais, autônomos e tiveram também suas atividades prejudicadas. Por quê? Porque a prefeitura, o município foi lá no poço. Você imagina: “para a VALE e para a Samarco em Mariana”. As maiores empresas do município. Da noite para o dia! Né? Eu falo: o ex-prefeito Duarte Junior, ele passou um dos piores momentos da vida dele, porque ele tinha uma receita de quase 450 milhões, que ela caiu pela metade. Então, programas que existiam, projetos, ações, ajuste de servidor público, vale alimentação, tudo isso sofreu impacto diretamente. Porque, você tem uma lei de responsabilidade fiscal que te obriga a gastar 15% na saúde e 25% na educação e você tem um limite de 54% na sua folha. Esse limite, ele subiu consideravelmente, por quê? Não porque o prefeito estava gastando mais! Porque a sua receita era X e ela dividiu X por 2. Então, aumentou consideravelmente e teve que fazer vários cortes que eram medidas antipopulares. Inclusive, eu estava na câmara e tive que votar. Servidor público não teve reajuste. Teve que diminuir o vale alimentação. Todo mundo foi atingido! Né? Programas como o pro-jovem, renda mínima, cortaram o número de mulheres que participavam desse programa, que era para jovens e para mulheres que são chefes e arrimos de família e recebiam benefícios do governo municipal. Cestas básicas... Então e inverso! Né? Você começa a ter uma procura maior e sua receita começa a despencar.

Então, o ex-prefeito passou por momentos muito delicados para administrar uma cidade que tinha muitos recursos. E eu vejo que a população de Mariana, em si, a população no geral, ela fica preocupada com essa situação. Porque a população, ela tem a mesma preocupação: “como que essas pessoas vão manter essa estrutura de vida que hoje eles estão recebendo?”. Né? Porque eles não têm um aconselhamento econômico, jurídico. Muitas pessoas estão comprando carros caros, caminhonetes. Estão investindo o dinheiro de uma forma que esse dinheiro não vai durar muito tempo. Então, é uma preocupação até dos novos reassentamentos de Bento e Paracatu, se muito em breve, essas pessoas não vão vender esses imóveis. Nós já temos boatos na cidade, que tem pessoas que já querem vender essas casas. Porque são casas que, hoje, elas giram em torno de 4 milhões de reais, 3 milhões de reais, 5 milhões de reais. Se você for lá, você vai ver que realmente é um padrão muito bonito. Mas, e a manutenção? E o IPTU dessas casas? O IPTU é o valor venal do imóvel. Como que essas pessoas vão pagar um

IPTU de um imóvel de 3, de 4 milhões de reais e que o município é obrigado a cobrar, porque você tem que cobrar de todos. Então, são preocupações que geram essa discussão. Conta de energia elétrica, conta de água, deslocamento de lá para Mariana. Então, são muitas preocupações que só o tempo vai passar para gente.

O cidadão marianense confia mais no poder público ou na Samarco?

O cidadão marianense? Olha... eu acredito que ele confia... é muito difícil você mensurar se é mais se é mais A ou B. A Samarco é uma empresa muito querida pela cidade de Mariana. A Samarco, até o rompimento da barragem de Fundão, a Samarco tinha um bom relacionamento com o poder público. A Samarco empregava muitos marianense. Né? Mais de 1000 marianeses. A Samarco tinha plano de saúde, tinha um bom nível salarial. E a Samarco realizava ações sociais muito maiores que a VALE. Então, a Samarco tinha uma visão muito boa perante à população de Mariana.

Após o rompimento da barragem, muitas pessoas queriam demonizar a mineração. Né? Demonizar mesmo! Esse era o termo. Mas a cidade de Mariana, hoje, como todos os municípios mineradores, não vive sem a mineração. Né? E as pessoas começaram a entender a importância da mineração, com a paralisação das empresas na cidade. Com o desemprego, com o desaquecimento do comércio, com a diminuição dos serviços que o poder público estava ofertando no momento com a queda de receita. Então, as pessoas começaram a entender a importância da mineração na nossa cidade.

A Samarco, volta. Mas ela volta com um novo formato. Ela não volta com o formato que era antes. Então, ela está visando hoje, recuperar um dano causado que é um valor astronômico. Então, a Samarco, não é a mesma Samarco de antes do rompimento da barragem. Os vencimentos dos servidores não são os mesmos, os planos não são os mesmos, os investimentos que faziam com o poder público passam muito longe do que era a Samarco antigamente. Então, hoje, a gente não tem a mesma visão do que era a Samarco antes do rompimento da Barragem.

Após o rompimento, vimos muitos cartazes, pichações etc., uns proferindo a volta da Samarco, e outros proferindo o fechamento da empresa. Novamente a gente volta um pouco nessa noção de uma sociedade fragmentada e conflituosa. Dentro desse contexto, qual é o papel que as instituições públicas devem assumir para dissolver esses conflitos, de forma a unificar a população?

É... eu vejo, né, como eu coloquei, que a grande maioria da população, hoje, apoia a mineração e apoia a empresa Samarco. A volta da Samarco! Porque a Samarco é de Mariana. Ela nasceu aqui! Ela não é uma empresa de fora que veio minerar. Então a Samarco tem uma

história com o nosso município e ajudou muito o município, como eu disse, até o rompimento da barragem. Muitas pessoas fizeram abaixo assinado, fizeram manifestações, paralisações, cartazes e muitas das vezes a Samarco é colocada em pauta por causa da demora, por causa da lentidão dos reassentamentos, por causa da lentidão da justiça em indenizar as famílias. Então, isso vinha à tona e as pessoas se manifestavam e estavam no seu direito! Você imagina passar cinco anos do rompimento, sexto ano se não me engano. Não! Mais! Foi em 2015, ne? Indo para a oitava, para o nono ano, e as pessoas morarem ainda de aluguel. As pessoas dependerem de benefício pago pela Samarco... desculpa, pela Fundação Renova.

Então as pessoas se manifestavam, sim. E, aconteceu também, muitas vezes, de reclamações na sociedade de mariana, em geral, porque as pessoas que estão morando aqui, muitas vezes, elas realizavam festas durante toda semana. Porque recebiam um auxílio, recebia um benefício, não tinha nada para fazer, então ia fazer festa na sua casa mesmo, churrasco. E aí começavam ter até atrito com moradores. E, aí, começou a ter até uma certa, uma pejorativa em relação às pessoas do Bento e de Paracatu. De reclamação de vizinhança, igual eu te falei, de pessoas que estavam indo para o alcoolismo, fazendo churrasco, e reclamações que chegou até na própria prefeitura municipal de mariana, no próprio CAPS. Né?

Então isso aconteceu, né? E algumas pessoas também, infelizes, é... principalmente crianças, que sofrem bullying, dessa questão. Só que, hoje, o município criou, por causa dessas perseguições, hoje existe o próprio centro de saúde do bento, o próprio centro de saúde de Paracatu e a própria escola de bento e Paracatu. Então, eles, a prefeitura, né, os atingidos, criaram uma comissão e eles acharam por melhor, manter a mesma estrutura que eles tinham antes. Não mantem o mesmo nicho social, porque estão morando em bairros diferentes. Mas é a mesma unidade de saúde, hoje, e a mesa escola de bento e Paracatu. A mesma escola e o mesmo posto de saúde! Para que eles possam ter um convívio melhor, porque era assim que era o status de vida deles anteriormente.

Comumente se escuta que a mineração é um mal necessário para o município. Dentro dessa perspectiva, como o sr. analisa o posicionamento da gestão pública, de um lado, e do outro, a opinião do cidadão marianense frente à economia do minério?

Frente à essa economia do minério? Olha... é... como eu disse: tanto o poder público quanto a população de mariana, se você fizer uma pesquisa, eu acredito que a maioria é a favor da mineração. A grande reclamação que nós temos, como eu disse anteriormente, é em relação aos impactos que são gerados e em relação ao valor que é pago para os municípios, que é muito aquém do que deveria ser feito. Eu acredito que deveria ter uma reforma na lei nacional do CFEM, para que os municípios mineradores, produtores de fato, onde sofrem o maior impacto,

tivessem uma maior parcela da receita. E, também, tem a Lei Kandir, que é uma lei também que precisa de ser revista. Né? Em relação às pelotas de minério. Porque o industrializado, hoje ele não paga imposto e ele é vendido para fora. Inclusive, Mariana faz parte da AMI, que é a Associação dos Municípios Mineradores, que hoje, não só é de Minas, mas também engloba outros estados. Inclusive, eu estive até na posse do prefeito “Zé” Fernando, de Conceição do Mato Dentro, que assumiu novamente. E é uma das grandes lutas dele, de reconhecer o produto pelletizado, industrializado da mineração que não se paga imposto para outros países. Né? E, é um prejuízo bilionário que o país recebe. Eu não falo só de Mariana, não, mas o Estado e a União. Ai, sim, a gente poderia estar num patamar muito diferente do que a gente está.

Como você descreveria a relação do município de Mariana com uma empresa continental como a Samarco, sobretudo no que diz respeito às relações de poder e tomada de decisão dentro do município

Sim! Eu acredito que os gestores, muitas das vezes, ficam refém da mineração. Porque se os gestores se basearem somente em outras arrecadações como ICMS, IPVA, IPTU, Fundo de participação dos municípios. Né? Os municípios mineradores, eles não conseguem manter a estrutura que tem hoje. Né? Então, eu acredito que sim! Muitas das vezes os gestores ficam refém de um modelo que é imposto nacionalmente.

O sr. enxerga um futuro a longo prazo que esteja desvinculado à extração mineral?

A curto prazo, não! Eu acredito que não! Acredito que para cidade mineradora, principalmente, Mariana se desvincular da mineração, que hoje corresponde... é um valor considerável da sua receita, eu não tenho o percentual, mas posso conseguir, é... em um curto período de prazo é impossível, impossível se desvincular. É necessária política pública, né, dos gestores. Uma continuidade de governo, igual eu coloquei para você o fundo soberano que eu via como uma excelente saída para cidade de Mariana. É... investimento no turismo, porque Mariana é uma cidade turística: primeira cidade do Estado de Minas Gerais, primeiro Arcebispado, primeiro poder legislativo constituído, primeira capital, o dia de Minas é celebrado aqui, está na constituição do Estado, onde o Governador transfere simbolicamente o capital do Estado para a cidade de Mariana, onde e outorgado a medalha do dia de Minas para as autoridades no dia 16 de julho, que é o dia do aniversário da cidade de Mariana, né? Diversificar a economia. Não pensar somente em mineração, atrair empresas de outros ramos para a nossa cidade. Investir em uma área, para que a gente tenha um distrito, um polo industrial, é importante para a agente não ser tão dependentes, igual nos somos hoje. Né?

É... também, eu coloco a universidade como um ponto muito importante, a UFOP, que está aqui em Mariana, o ICHS, o ICSA, que são braços da Universidade Federal de Ouro Preto,

onde nós temos um grande número de estudantes e de alunos que residem aqui e acabam também fomentando a nossa econômica.

Na minha gestão eu cedi um prédio do município para o ICOSA, que é o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFOP, tendo cinco cursos superiores, para que os cursos fiquem aqui, né? Uma garantia, também, de uma alternância, de não dependência da mineração.

Então, são trabalhos que o gestor tem que ter. Mariana, também precisa de começar a cobrar a taxa de água. É importante, porque, para você manter o sistema funcionando, você tem um custo altíssimo. E, hoje, quem paga 100% é o município. Não tem uma tarifa. Nenhuma! Então, são perspectiva que o gestor público tem que começar a pensar a longo prazo, porque quando a mineração for embora, se a gente não preparar a casa antes, a gente vai passar por momentos difíceis.

Na sua visão, como você descreveria o maior desafio que enfrentou nesse processo de assumir a gestão de um município tão estratégico para a economia de minério a nível nacional?

Olha, um maior desafio, eu considero, não somente um desafio, mas, Mariana tem um problema sério de água. De abastecimento de água. De falta de água. Igual eu disse, eu procurei a VALE, mas não tivemos apoio em 2021, início de 2021, quando eu assumi a prefeitura. Mas não deixamos de fazer o dever de casa! Licitei seis reservatórios para a cidade de Mariana. Três reservatórios de 1 milhão de litros e mais três reservatórios de 500 mil litros, para colocar em bairros, em localidades onde nós temos desabastecimento. Então, a gente tem uma reservação muito maior, a gente consegue suprir esse desabastecimento.

Então, nós temos esse problema de água, nós temos o problema de saneamento básico. O município de Mariana, não tem esgoto tratado, assim como Ouro Preto. Então, o nosso Ribeiro do Carmo, ele... o esgoto, 100% é jogado in natura no rio. Então, realizar uma licitação do saneamento básico de Mariana. E, nisso, o ex-prefeito Duarte Junior, conseguiu um aporte junto à Fundação Renova. Esse aporte inicial de 72 milhões, hoje, ele está girando em 100 milhões de reais, porque ele foi depositado no BDMG, ele foi gerando lucros. Então, o gestor tem que dar continuidade na elaboração do termo de referência para licitar o saneamento básico que é um projeto enorme! Você, imagina, realizar o saneamento básico da sua cidade inteira! Todas as ruas que terão que ser abertas, estação de tratamento de água, canalização, bombas elevatórias. Então é um desafio também, mas o mais importante é que nós temos o recurso. Só não foi realizado por causa das trocas de governo na cidade de Mariana. E, também, a questão da habitação. Eu falo que todas as cidades carecem, e Mariana não é diferente, em virtude das

invasões que nós estamos tendo aqui em Mariana, que é muito preocupante. Então, são três desafios que eu coloco aqui para o nosso município.

APÓS A ENTREVISTA, O PRESENTE VEREADOR FEZ A SEGUINTE COLOCAÇÃO SOBRE A ABSORÇÃO DA MÃO DE OBRA LOCAL:

O SINE abre vaga, mas pede uma qualificação, uma formação que muitas das vezes o marianense não tem. E a gente pede as empresas: “olha VALE, Samarco, você vai precisar de operador de escavadeira, você vai precisar de manutenção de equipamentos pesados, vamos abrir uma turma aqui em Mariana para qualifica a nossa mão de obra, por que ai você vai pegar gente daqui, você não vai encher a minha cidade, você não vai provocar um êxodo.” E muitas das vezes um êxodo de quem vai sair daqui e de quem vai vir. E muitas das vezes, a gente tem dificuldade das mineradoras, delas promoverem uma qualificação para essas pessoas, porque ela vai precisar, e mais justo que ela de oportunidade de emprego de quem mora na cidade de Mariana. E muitas das vezes o marianense não consegue uma vaga! E muitas pessoas têm vontade de trabalhar lá. Querendo ou não, você tem um plano de saúde, você tem PL, participação de lucros, você está numa empresa que hoje está na bolsa de valores, uma empresa internacional.

Então, a gente tem uma reclamação muito grande de mão de obra da cidade, principalmente, mulheres.

ENTREVISTA SECRETÁRIO I

Me fala um pouco sobre você, sua trajetória, o que te motiva a ter escolhido sua área de formação acadêmica e juntamente de suas motivações para introdução na vida política de Mariana.

Eu sou nascido e criado aqui. Sou cidadão marianense, nascido aqui. Nasci em 3 de fevereiro de 1987, no hospital Monsenhor Horta. Tenho 35 anos.

Eu resolvi fazer Direito. E por um acaso completo do destino, eu vim para na administração pública. Quando eu fiz Direito eu pensava em fazer concurso para delegado e eu desisti completamente quando eu fui estagiário da Polícia Civil, por conta da questão... do meu ponto de vista, é um descaso completo do Estado com as Polícias Cíveis das cidades do interior. É um absurdo a forma que é tratado um trabalho tão importante.

E acabou que calhou de eu vim para na administração pública em 2013, porque tinham a necessidade de alguém da área do Direito, aqui na Secretaria de Planejamento. E eu entrei aqui em 2013 como coordenador de contratos e convênios. No mesmo ano de 2013, em setembro, eu assumi a presidência de comissão da licitação, com o cargo de pregoeiro titular...

função de pregoeiro titular. Em 2016, menos de um ano depois do rompimento da barragem, ela rompeu no dia 5 de novembro de 2015, no dia 2 de junho de 2016 eu assumi como secretário de planejamento e estou aqui desde então.

Nesse meio tempo eu fui me aprimorando, fui me capacitando dentro da área, fui estudando, fui fazendo minhas coisas e ganhando experiência. E eu vou te falar uma coisa: em qualquer lugar do mundo que eu puder ir trabalhar, eu não vou ganhar experiência de gestão que nós ganhamos aqui no durante o período do pós rompimento de barragem. Aquilo ali, foi um negócio, assim... absurdamente traumático, para todo mundo. Muito ruim! Mais, muito, muito ruim!

Você vê os dados, aí... em 2017 foi, sem menor sombra de dúvida, o pior ano, para se falar a verdade... sem a menor sombra de dúvida. Por quê: era o ano de um primeiro mandato, de um governo reeleito com 74% dos votos; uma população que esperava muito, e uma cidade que tinha muito pouco a oferecer, porque tinha muito pouco recurso.

Para você ter uma ideia, nesse ano de 2017, nós trabalhamos com uma arrecadação no município na ordem de R\$241 milhões. Hoje, Mariana arrecada 570. Para você ver qual é a discrepância absurda da realidade. Em 2013 nós trabalhamos com R\$303 milhões. Em 2017, nós trabalhamos com 241. [inaudível]. Entendeu?! Então, assim, foi uma queda vertiginosa. Muito dura, por conta de muitos serviços essenciais que o município teve que enxugar, que urrar mesmo para não paralisar. Foi muito difícil. Foi muito difícil.

Muitos cortes... muitos cortes na carne precisaram ser feitos. Redução de pessoal, corte de benefício, de FGTS, de um monte de coisa. Fora as reduções de contrato, e tal... assim... foi caótico. Caótico. Mas graças a Deus as coisas foram retomando e a gente está ai hoje com um cenário econômico imensamente melhor do que a gente passou nos últimos anos.

Mas foi mais ou menos assim, eu assumi em junho de 2016 e estou aí, até hoje na função.

Falando a num sentido mais geral, como você descreveria o modelo produtivo mais viável para equilibrar sustentabilidade ambiental, prosperidade econômica e justiça social?

Olha, cara... na verdade, Mariana sempre falou muito em desenvolvimento econômico, de um ponto de vista de diversidade econômica. Só que, Mariana tem um vício de todas as outras cidades mineradoras desse país, todas têm; que é: não querer largar o osso de jeito nenhum do minério.

A gente sabe muito bem do risco ambiental que a mineração traz. Ninguém aqui, eu, particularmente digo aqui pela turma que me circunda, ninguém é contra a mineração. Só que, a gente... [inaudível] é um gato escaldado, né? Aquela história de que gato escaldado tem medo de água fria. Então, hoje, qualquer espécie de mineração arriscada, para a gente, em hipótese

nenhuma é viável. Você tem que ter um controle muito mais rígido disso aí. Só que, para conseguir fazer desenvolvimento econômico diversificado, diversificar o desenvolvimento econômico em si, diversificar a matriz econômica do município carece de investimento. Você não consegue fazer uma diversificação econômica sem ter um investimento prévio. Para isso é preciso ter recurso. E o recurso, ele é o “olhinho” da mineração. Porque eu não estou dizendo só da CFEM, não estou dizendo só recurso proveniente da Compensação Financeira por Exploração Mineral, eu estou dizendo em modo geral. SSPN, ICMS, tudo que vem da mineração, todo recurso que gira aqui dentro do município é um recurso indireto da mineração. O pagamento na mão do funcionário da mineração, que está aqui dentro do comércio comprando, o comércio pagando imposto para a prefeitura, e por aí vai. É a roda dentro da economia do município girando.

Quando se fala em desenvolvimento sustentável no município, o município tem outras potencialidades muito grandes, principalmente nas áreas rurais, e que precisam ser muito fortemente exploradas. Só que precisa de fomento para isso. Fomento que eu digo, é: fomento de cooperativas, de produtores. Exemplo, nós estamos com “um” laticínios paralisado, que nunca deveria ter sido construído na forma que foi construído... lá... há mais de uma década atrás. E que hoje, está aí: um baita de um empreendimento, de um negócio que, obviamente, não é a solução da sustentabilidade, mas que é um negócio que poderia ser um projeto piloto para a exploração da bacia leiteira do município e que ainda não conseguiu... vamos dizer assim, tomar pé. Não conseguiu funcionar de fato. Não conseguiu andar com as próprias pernas.

Mas, basicamente isso, “velho”, eu acho que a gente precisa muito de ter a diversificação econômica que vai ser por nós, mas fazer investimento proveniente da mineração.

Como o sr. enxerga as problemáticas desencadeadas pelo rompimento da barragem do Fundão no município e de que forma esse acontecimento pode ter contribuído para intensificar padrões de desconfiança populacional para com as instituições públicas marianense?

Você pergunta das instituições públicas marianense ou de um modo geral?

Locais.

Aqui aconteceu um efeito reverso.

Desculpa de interromper, se você quiser estender sua reflexão para nível geral, não tem problema.

Para nível geral não tem o que te falar, né? Por conta da questão da ANM, que virou, assim, algo... e com razão, né? Por conta das fiscalizações das barragens que ninguém esperava que isso fosse acontecer, e depois foram descobrir, de fato, uma agência extremamente

sucateada, do ponto de vista de não conseguir dar a devida fiscalização à todas as barragens que existem no Brasil, isso aí é um fato. Isso é indiscutível. E foi, assim, um descrédito muito grande que teve durante esse período.

Em relação a aqui, aconteceu um efeito reverso. Aconteceu uma coisa muito engraçada. No momento em que aconteceu a tragédia, de fato, o município, os munícipes entenderam a importância do poder público. No momento da tragédia, os cidadãos marianenses entenderam isso e abraçaram a prefeitura e os gestores que aqui estavam à época. Foi um negócio muito interessante. As pessoas perceberam que todo mundo que estava aqui à época, estavam trabalhando muito para recuperar o que desse para recuperar e retomar da forma que desse para retomar.

O descrédito aconteceu, de fato, quando chegou esse ano calamitoso de 2017. Porque, aí... impressionante como que o brasileiro tem uma memória... é assustador. Dois anos depois do rompimento da barragem que a gente estava sentindo efetivamente a queda de arrecadação, CFEM, ICMS. E o pessoal esqueceu completamente que a cidade não tinha dinheiro, e começou a desacreditar o poder público, porque tinham demandas que precisavam ser feitas, e realmente precisavam ser feitas, e que não conseguiam ser feitas por faltas de recurso. Totalmente por falta de recursos mesmo! Não era nenhuma espécie, obviamente, de má vontade do gestor de plantão não. Era uma completa escassez de recurso. E, ali, sim, começou a cair no descrédito. Tanto que o prefeito da época, o Duarte, ele terminou o mandato com índice de rejeição muito alto. Porque ele teve, assim... você pode pensar alguém azarado, você chama aquele cara, ali, que é com ele. Por que é uma coisa assustadora: ele assumiu a prefeitura no dia 2 de julho de 2015, porque o prefeito, até então o Celso, tinha sido cassado. Ele estava governando sob o efeito de uma liminar. A liminar dele caiu, ele perdeu o mandato por conta disso e o Duarte que era vice dele, assumiu.

Julho, agosto, setembro, outubro, novembro. Quatro meses de governo, rompe a barragem. Rompeu a barragem, virou o caos que virou. Nesse momento, incrível, como que a população entendeu a situação dele e abraçou a causa. Tanto que ele veio candidato a prefeito em 2016 e foi eleito com 74% dos votos. Foram 26 mil votos, contra 7 do segundo colocado. Entendeu, assim? Assustador o negócio. [inaudível] uma cidade do tamanho de Mariana. Então, assim, aconteceu isso de uma forma muito clara. A população viu que o “cara” estava fazendo a parte dele e abraçou mesmo, abraçou mesmo, abraçou ele, de fato, e entendeu que ele merecia uma confiança.

Só que dois anos depois o negócio foi degradingando de uma tal forma que você não acredita, 2017 e 2018. Em 2019 foi quando começou a retomar o folego, ter mais recurso,

começou a ter um movimento maior de recursos nos cofres públicos. Em 2020, todo mundo falou assim: agora vai, agora vinga! Aí veio o Covid. Ai, cara, aí, assim, a turma não acredita, não tem lógica, não tem mais nada para acontecer aqui não.

Ai, agora que a cidade retomou o curso bom de arrecadação, vem essa instabilidade política de novo, que a gente já está no terceiro prefeito em dois anos e um mês de governo. Então, a maior fase da população desacreditar nas instituições foi o momento da crise econômica. A crise econômica faz sim com que as pessoas deixem de acreditar na administração. Porque, de um modo geral, a população, o brasileiro comum, ele não entende a crise econômica. Quando aperta no bolso, ou no esgoto na porta da casa, ou na obra que é preciso fazer na sua rua e que o negócio não acontece, meu amigo, não há justificativa que você consiga convencer o cara. Não tem justificativa! Ali, desacreditou, realmente. Foi um período muito difícil, político e para o poder administrativo. Bem pesado.

Nos anos posteriores ao rompimento, pesquisas sugeriram altos índices de desemprego, impactos negativos nos indicadores de violência, criminalidade, aumento na sensação de insegurança etc. Você diria que hoje, essa conjuntura foi superada no município de Mariana? Se sim, você poderia falar um pouco mais a respeito dessa construção?

Cara, é até difícil de falar. Por que, Mariana vive uma constante crise, né? Quando não é crise financeira é crise política. Então é muito difícil falar isso. Mas esses impactos, do ponto de vista do rompimento da barragem propriamente dito, do ponto de vista financeiro, ouça bem, financeiro, do ponto de vista de arrecadação e geração de emprego, isso está plenamente superado.

A arrecadação no município hoje é uma arrecadação recorde, e os empregos também são recordes. Em virtude, muito, das ações da Fundação Renova e da retomada das atividades da Samarco e das atividades da VALE. Não tenho dúvida disso. É um reflexo claríssimo! Porém, não recuperou, porque essa situação trouxe outros problemas. Vou te dar um exemplo: Mariana tem 62 mil habitantes aproximadamente. Censo. Mariana, hoje, tem beirando 80 mil, porque tem uma população flutuante gigantesca, que atua na área de mineração e que atua na Fundação Renova e suas terceirizadas. E isso traz muitos problemas sociais para a cidade, diretos e indiretos. A gente estava discutindo aqui agora há pouco na reunião com o SAAE. A necessidade maior que eu vejo hoje no município é a questão da demanda de água, de esgoto e habitação. Plano de habitação. Para mim são os dois maiores gargalos que o município tem hoje.

E essa questão da falta de ocupação para todos, fomenta a atividade de ocupação irregular, e essa atividade de ocupação irregular fomenta a dificuldade de abastecimento de

água e esgoto. Já tem muita ligação clandestina, a rede foi planejada para atender um número X atende 10 X, entendeu? Então, assim, acaba trazendo outros problemas, por que, se a cidade estivesse funcionando com normalidade, sem o rompimento da barragem: esquece, apaga isso da história, não aconteceu; a gente estava no crescimento gradual da atividade minerária. Que é as novas expansões ali da Mina da Alegria, as novas expansões da Samarco, eventualmente. E a gente conseguia ir absorvendo isso ai de acordo com que o recurso ia entrando, e a gente ia conseguindo fazer novos investimentos de aporte para receber uma nova população de uma cidade com constante expansão, que é o caso de Mariana. Só que a expansão, da mesma forma que a queda foi muito aprofundada, a ascensão também foi. Então, assim, a gente não teve uma maturação. Foi assim, o fundo do poço e o pico, sabe? Porque quando começou as atividades da Fundação Renova, “aí”, e a retomar a mineração no município, aumentou demais o número de pessoas. Consequentemente, aumento pela demanda do serviço público: tipo saúde, educação, assistência social... de segurança pública.

Então, assim, do ponto de vista social, eu não diria em hipótese nenhuma que está superado a questão do rompimento da barragem. Porque todos os movimentos que a gente tem aqui hoje, especialmente da Fundação Renova, é tudo derivado do rompimento da barragem. Se não tivesse a Fundação Renova, não tinha esse movimento todo. Se não tivesse o rompimento da barragem, não existia a Fundação Renova. Então uma coisa está correlacionada com a outra. Então, assim, é aquela questão que eu te falei: a gente está em constante crise, entre aspas. Primeira crise, econômica... primeira crise do rompimento da barragem, que acarretou a crise social, falta de emprego, e tal, degradação social do município... financeira. E a retomada, ela tem custo, que é o custo desse bloco gigante de pessoas que se deslocaram para a cidade para trabalhar e que vão sendo absorvidas pelo poder público.

Como o Sr. Analisa as inter-relações existentes no convívio social, materializado no município entre o cidadão marianense, com as instituições públicas e as instituições privadas em Mariana?

Olha... o marianense, é muito espelho do mineiro caricato. Daquele mineiro desconfiado de tudo, sabe? É muito isso mesmo. Impressionante! Eu falo por ser marianense mesmo. E, assim, a atividade minerária nunca foi uma coisa muito questionada no município... até o rompimento da barragem. E virou extremamente questionado no município. As pessoas em sua grande maioria daqui, pelo menos esse é o termômetro social que a gente tem aqui no nosso convívio do dia a dia de trabalho, do convívio social, é que as pessoas querem que a mineração continue, porque sabe que a cidade depende da mineração. Mas, existe um grande número, que

aumentou muito depois do rompimento da barragem, de pessoas que rechaçam completamente a atividade minerária.

Então, quando se terminou as atividades da iniciativa privada, aconteceu isso, esse efeito... esse reflexo do rompimento da barragem na população, no sentido de desacreditar, a respeito da segurança que essas empresas operam.

Do ponto de vista público, é aquilo que eu te falei, complica muito a análise. É sempre uma crise diferente! Vou dar um exemplo rápido aqui, “pro cê”. Só para você entender o paralelo do negócio: Mariana, em 1996 tinha um prefeito eleito que foi cassado. O vice assumiu. Quando veio a eleição em 2000, o candidato que veio, o primeiro candidato, uma semana antes da eleição, foi cassado. Teve que “botar” outro. Já era urna eletrônica na época, e o outro que foi colocado no lugar dele, foi eleito com a cara do anterior, o que não podia. Não podia! E esse ficou 8 anos... ficou 8 anos. Quando elegeu o sucessor, em 2008, para assumir em 2009, entre 2009 e 2012, Mariana teve 7 trocas de prefeito. Cinco prefeitos, sete trocas de prefeito. Sete! Em quatro anos. Ai, depois, assumiu... em 2012 teve outra eleição, em 2013 o anterior que tinha aterrado em 2008 assumiu de novo, mas caiu em 2015. Ai, assumiu o Duarte, que eu te falei, que assumiu antes do rompimento da barragem, ficou até 2020. Esse mesmo que caiu em 2015 veio candidato agora em 2020, e, também não pode... ganhou! E não pode assumir. Porque, ele estava com um problema judicial também. Ele estava impedido de assumir judicialmente. E continua sem assumir. Tanto que foi... 3 presidentes de câmara até agora. Um ficou um ano e meio, porque a justiça mandou que ele saísse do cargo, porque ele é irmão do antigo prefeito. Outro, que assumiu como... era o vice-presidente da câmara, que assumiu o executivo. E agora, o presidente eleito da câmara que é o presidente interino.

Ou seja, é muito difícil se falar de confiabilidade das instituições em Mariana, com essa insegurança toda. Porque, Mariana, além de ter uma insegurança jurídica gigantesca, do ponto de vista, principalmente político... gigantesca. Tem essa questão aí das oscilações de arrecadação do município, por conta desses fatos recentes. Então, assim, a população, aqui, vive “cabreira”, sabe? O tempo inteiro! Sempre com o pé atrás!

E isso é bom, em certo ponto. Porque, cria uma população com senso social de acompanhar o que o serviço público está fazendo. Eu acho fundamental esse controle social do serviço público. E, é positivo para a gente! Porque, quando a gente quer, inclusive, no meu caso aqui, que a gente tem vontade de implantar ferramentas de transparência, não tem nada que segura isso. Então, a gente consegue implantar tudo isso com muita facilidade. Eu nunca tive... em nenhum dos prefeitos com que eu trabalhei, qualquer espécie de resistência de criar ferramentas de transparência. Porque sabe que a população está... sim, a população cobra e tem

que ser, cara! Tem que ser! Tem o lado positivo. Mas é muito difícil de você na sua... é uma sucessão de crise gigantesca.

O sr. Acha que o cidadão marianense atualmente confia mais no poder público ou na Samarco?

Eu acho que hoje, confia mais no poder público. Porque na Samarco, propriamente dito... ainda está muito com o filme queimado, viu? Está muito mal-vista. E o poder público, em que pese essa instabilidade política, é onde resolve a vida das pessoas, né? Na resolução dos problemas as pessoas procuram o poder público.

Então, assim, em que pese todas essas dificuldades... e, não é assim... nada... te falar assim: “Ah! É culpa de fulano”. Não, gente! A conjuntura política do município. Por exemplo: o prefeito que foi eleito na última eleição não assumiu, mas a gente está nessa situação, porque a população optou por votar nesse cara. É democrático! Fizeram a escolha. Não estou falando que a escolha foi certa ou foi errada. Eu estou dizendo, que, não assumiu por conta uma questão judicial. Eu não estou fazendo juízo de valor. Eu só estou dizendo que é um fato! É um fato na nossa conjuntura política. Ponto final! E isso, sim, parece histórico na cidade de Mariana. Mariana, em treze anos teve onze prefeitos. Então, assim, é muito desacreditado, ainda mais desacreditado do que o poder público municipal executivo, é mais desacreditado aqui a justiça eleitoral. O marianense, de modo geral, fala assim: “a culpa é da justiça eleitoral. Por que que deixou isso acontecer? Quando que deixou a chegar a esse ponto? Por que que toda hora manda trocar?”. Porque a população, de um modo geral, não entende, cara. Não consegue entender! O cidadão comum não entende por que que tem a necessidade de troca constante.

Reportagens mencionaram que as crianças de Bento Rodrigues eram chamadas de “pés de lama” nas escolas, e embora não possa ser um exemplo generalizado, retrata um formato de relações sociais conflituosas que se firmaram no município depois da tragédia. Qual a sua análise sobre essas relações de conflito que sugerem certo um certo nível de desconfiança interpessoal entre os moradores, e em que medida isso pode afetar negativamente o bom funcionamento dos poderes municipais?

Olha, hoje, sinceramente, aqui dentro de Mariana, eu não vejo mais essa situação conflituosa. Nesse sentido de população com a população, não! Muito pelo contrário. No início, tinha alguma resistência quando todo mundo dos distritos atingidos se mudou para Mariana, então mudou o cenário, né? Mudou o cenário... a cidade... as pessoas... você sabe muito bem como que o cidadão funciona, se tiver que mudar sua cadeira de trabalho de um lugar para o outro, você acha ruim. Você sabe como é: “quem que é esse cara, aí?”. Sabe, não fica confortável com isso.

Mas, assim, eu vi, cara, uma onda de solidariedade, assim, gigantesca! Gigantesca com as barragens! Gigantesca! Assustadora! Eu lembro perfeitamente quando a barragem rompeu, eu estava dentro do gabinete do prefeito, com mais dois colegas, o controlador e o secretário de planejamento da época, e eu era o coordenador daqui. Cara... tocou o telefone: “ah, rompeu a barragem lá em Bento Rodrigues.” A gente não tinha noção da dimensão do negócio. Não tinha noção nenhuma da dimensão do negócio. Ai, depois, falaram: “A barragem da Samarco”. Eu disse: “opa!”. Depois chegou uma terceira ligação: “não existe mais escola” ... Opa! Ai, foi começando a chegar ligação, ligação, ligação e o negócio começou a ferver, carro de bombeiro, polícia passando. Eu falei: “opa! O que que é isso que está acontecendo?”. Ai, a gente teve noção da dimensão do negócio.

Cara, nesse mesmo dia, quando eu cheguei em casa, umas 18 horas, liguei a televisão e a primeira cena que eu vi na televisão foi aquele carro em cima da casa, em Bento Rodrigues. Tudo devastado... Imediatamente eu tomei um susto com aquilo. Nós começamos... porque não tinha precedente! Quando veio Brumadinho, em que pese a quantidade infinitamente maior de vidas que se perderam, isso para mim é obvio que é o pior problema, o pior das situações. Mas, todo mundo já tinha noção do que que era um rompimento de barragem. Aqui a gente não tinha noção nenhuma do que que era um rompimento de barragem. Ninguém tinha! E, todo mundo começou, cara, ligar para um, ligar para outro, em busca de doação. Arruma uma doação daqui, dali, disso, isso, daquilo e começa a levar as coisas, levar para a arena, chegando o pessoal, começa a ceder ao pessoal. Isso durante muito tempo. Eu te falo, porque eu trabalhei trinta e dois dias ininterruptos, de oito da manhã às onze da noite, no recebimento de doativos e no acolhimento de atingidos, aqui no centro de convenções. Foi uma coisa de louco, cara! O pessoal do Brasil inteiro vindo. O pessoal da cidade trabalhando voluntariamente, dia a dia, o “pau quebrando” e todo mundo trabalhando. Então, nesse momento as pessoas se sentiram muito acolhidas umas pelas outras e teve uma onda muito grande.

Mas, depois que as coisas começaram a chegar no lugar, começou a ter esse fato dessa resistência. “Quem que é esse vizinho aqui? Quem que é essa pessoa? De onde esse cara está vindo? Não sei o que. Fiquei cismado. Eu não conheço”. Foi quando começou a acontecer esse tipo de coisa. Mas, assim, eu não vi essa rejeição se consolidar até hoje, sabe? Foi algo pontual. Algo bem pontual. Eu não vejo uma coisa assim, como uma tendencia geral, não. Foi algo bem pontual.

E o município de Mariana, no sentido de acabar com este tipo de coisa, teve muito programa de conscientização na época, né, cara? No sentido de acolher as vítimas do rompimento da barragem, mostrar para as pessoas o quanto essas pessoas estavam sofrendo

mesmo. Tinham perdido tudo, assim, muita gente humilde, cara! Muita gente humilde! Assim, pelo menos na época eu estava trabalhando no rompimento da barragem com donativo e era uma coisa que machucava a gente mesmo, sabe? Que era gente que você via que não tinha, assim... não tinha rumo, não tinha chão, sabe?

Então, não tem como, cara! Chega um ponto que as pessoas olham assim, por mais que falam assim: “que vizinho que é esse aqui?”; então chega um ponto que as pessoas acolhem. Chega um ponto que as pessoas acolhem. Fala assim: “essa pessoa está numa situação terrível! Tenebrosa! Tenebrosa!”. Ninguém quer passar por uma situação dessa. Por mais humilde que seja a sua casa, “mano”, você não quer perder o que você tem. Ninguém quer! Ninguém quer!

E, assim... eu vi o município muito engajado, no sentido de redobrar a moral dessas pessoas. Redobrar a moral dessas pessoas, com todo apoio que fosse necessário. Todo apoio que fosse necessário para as famílias, para as crianças principalmente. E, esse movimento, foi um movimento que se dissipou muito rápido: esse movimento de repulsas. Foi muito pontual e se dissipou muito rápido. Acho que as coisas começaram a funcionar melhor depois quando [inaudível] um pouquinho mais. Entender o lado do próximo.

baseado na sua experiência: como estimular relações sociais pautadas por confiança interpessoal e institucional? O sr. acredita que esse caminho é construído por meio do Estado ou através do diálogo com o setor privado?

Acho que é uma construção social. Eu acho que isso daí é uma parte que passa tanto pelo poder público, quanto privado, quanto das próprias pessoas enquanto indivíduo. O poder público, na verdade, a forma dele, no meu ponto de vista, isso eu estou falando de um ponto de vista muito enviesado, confesso. Pelo fato do meu trabalho.

É... transparência do poder público, nas relações do poder público, para mim, é a melhor forma de trazer confiança para as pessoas. Que você seja sempre transparente, que você saiba justificar tudo o que você faz, o porquê que você faz e da forma que você faz. E isso é uma coisa que a gente tem buscado muito desde aquela época. Aquela época foi muito boa para esse tipo de avanço, sabe? A gente começou, em 2016 mesmo, após o rompimento da barragem, desenvolver aqui uma série de ferramentas de transparência. Em que na época tinha uma administração muito questionada, no ponto de vista de gestão, por conta de ausência de transparência mesmo dos governos anteriores. A gente teve uma alavancada, assim, gigantesca dessas ferramentas, para poder trazer à população confiabilidade.

A gente já está arrecadando pouco, “velho”! Você precisa saber para onde o seu dinheiro está indo. É muito pouco! Você tem que saber onde isso está indo, para saber se... “não está acontecendo aquilo na porta da sua casa que você gostaria que acontecesse, não é porque não

está acontecendo, é porque só tem isso aqui, ó! E para isso aqui, tem essa grana gigantesca aqui de serviços para ser custeado”. E, graças a Deus, foi uma época em que, em que pese as dificuldades, os serviços essenciais não ficaram desassistidos: saúde, segurança pública, educação, assistente social. O servidor público nunca recebeu fora da data de pagamento. Nunca atrasou o pagamento, sabe? Foi um trabalho, assim, extremamente desgastante, mas as coisas rodaram.

E isso aí trouxe um pouco de confiança para a população, que viu que as coisas estavam rodando a trancos e barrancos, mas não tinham alegações de corrupção, não tinha alegação de fraude, não tinha nada disso. Acabou! Isso num... nada, absolutamente nesse sentido! Nada mesmo, nesse sentido! Ministério Público, Tribunal de Contas, nada, nada, nada!

E nas instituições também, cara. Eu acho que eles têm que fazer um trabalho muito mais próximo da sociedade, especialmente, como eu estou dizendo, das mineradoras. Esse diálogo de mineradoras e comunidades próximas ficou muito abalado depois do rompimento da barragem. Muito abalado! E, assim... o cidadão também precisa se conscientizar a respeito disso.

Tem muita gente que tentou tirar proveito dessa situação. Muita gente que não foi atingida diretamente, que eu estou falando. Quem foi atingido, nunca! Quem foi atingido, é direito e ponto final! Agora, muita gente que não foi atingido tentou dar um jeitinho para tentar tirar proveito de alguma coisa. Desde coisas mínimas, tipo, “nego” entrando na fila de hotel, para poder tentar ir dormir no hotel, porque a casa dele está ruim, sendo que a barragem rompeu em Bento Rodrigues e o cara mora no Cabanas. Sabe, assim... não tem nada a ver uma coisa com a outra, mas tentando tirar um proveito da situação. Isso deu demais! Demais, demais! E até coisas maiores, de tentar ir na justiça buscar indenizações que as vezes não tem o direito, só para poder tentar entrar nisso aí.

Então, assim, eu acho que é um processo de construção social mesmo! Do ponto de vista do indivíduo, das instituições mesmo e dos indivíduos que atuam nas instituições. As pessoas têm que ser mais claras e eu acho que esse momento foi muito bom para poder alinhar as coisas, para as pessoas olhar no olho, sabe? Não sob o ponto de vista institucional, mas falar assim: “eu estou respondendo para você, *fulano* de tal. Enquanto prefeitura de Mariana, eu sou o responsável por essa área para estar respondendo”.

E, VALE, também. Samarco, também. Tiveram, forçados, forçadamente, melhorar muito a relação institucional deles, aí. Principalmente com a sociedade organizada. Foi meio que na base da força, mas funcional.

Como você descreveria a relação do município de Mariana com uma empresa continental como a Samarco, sobretudo no que diz respeito às relações de poder e tomada de decisão dentro da administração local, e em que medida o sr. enxerga um futuro a longo prazo que esteja desvinculado da mineração no município?

Olha, em relação a questão de tomada de decisão junto de prefeitura e Samarco, tem uma série de óticas para a gente ver isso aí. Porque depende muito da forma... de que decisão que a gente está tratando? Porque a Fundação Renova, ela veio para terceirizar uma obrigação da Samarco. O fato é esse! Da Samarco, da VALE e da BHP. Ela veio para isso! Para poder terceirizar essa obrigação de reparo, de compensação de tudo que ocorreu. Então, assim, acabou, que... a parte que tange a questão do rompimento da barragem, virou toda para a Renova, que ficou incumbida de fazer esse trabalho.

Em relação à Samarco, o município de Mariana sempre teve uma relação institucional muito boa com a empresa. Mesmo antes do rompimento da barragem, e depois do rompimento da barragem. Sempre foi uma empresa que nunca faltou a parceria dela, parceria social com o município também. A empresa, a gente tem que criticar o que está errado, mas tem que reconhecer o que está certo também. A Samarco, muitas das vezes, foi muito mais parceira do município em momentos difíceis, para poder acompanhar, para poder aportar recurso, para poder ajudar com a resolução de alguns problemas pontuais, do que a própria VALE, que arrecada muito mais, que produz muito mais. A Samarco sempre foi uma empresa mais marianense, sabe? Mais marianense e menos multinacional do que a VALE é. Então, assim, isso tudo tem uma relação muito próxima.

A conversa institucional do município com a Samarco, hoje, é basicamente uma conversa protocolar. Que é uma conversa a respeito de retomada de atividades, licenciamento ambiental, produção, arrecadação de CFEM, geração de emprego, esse tipo de coisa, desenvolvimento social... esse tipo de coisa, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e cuidado ambiental. E a Renova terceiriza toda essa questão do rompimento da barragem.

E o sr. enxerga um futuro desvinculado da extração mineral?

Vou te falar a verdade, de coração... eu não enxergo, não! Você sabe por que que eu estou falando isso com você, Luís? Há uma necessidade latente, a gente sabe que o minério não transforma nada. A gente sabe muito bem disso. Só que a questão é a seguinte: tudo que a gente construir daqui para frente, ele vai estar vinculado à mineração de alguma forma. Porque tudo que for construído daqui para frente, é advindo de investimento proveniente do período do minério de ferro... da extração do minério de ferro. A gente já teve o período da extração do

ouro. E muita das coisas que a gente tem hoje é fruto desse período minerário. E muito do que a gente vai construir daqui para frente vai ser reflexo também da atividade minerária do minério de ferro. Então, por mais que a gente diversifique a economia agora, a função do minério de ferro e da mineração aqui, é algo que vai ficar para a história do Estado. Nós somos as Minas Gerais! É a nossa vocação! Não tem como escapar da nossa vocação. Outros Estados que têm outras vocações, vivem das suas respectivas vocações. Outros países que têm outras vocações, vivem das suas respectivas... os países do Oriente Médio, para viver de petróleo abundante... aquilo é a vocação daqueles países. A nossa vocação, aqui, é minério de ferro. Extração mineral, independentemente de tudo... extração mineral.

Eu vejo uma necessidade, assim, muito, muito, muito importante de diversificar a economia. Mas isso não é uma questão que depende só do município. Por que que eu estou falando isso com você? Se a gente quer diversificar a economia, a gente tem que primeiro pensar em formas de diversificar, e qual que é a vocação de diversificação econômica. Não adianta Mariana vim aqui e tentar fazer algo que não tem absolutamente nada a ver com o clima, com o relevo, com nada. Primeiro, é identificar qual que vai ser a realidade do município e o que que é possível e viável. E outra coisa: questão logística.

Aqui pesa que Mariana está muito próximo de Belo Horizonte. Então, se você for parar para pensar, o escoamento de produtos, sentido Santa Bárbara, aqui, é algo, assim, completamente inviável. Péssimo! Então, você já tem o trânsito de mineradora, desse lado de cá. Se você tiver uma indústria aqui, por exemplo, para escoar do lado de lá, você está “lascado”. Tem que escoar pro sentido de Belo Horizonte ou Ponte Nova. A partir do momento que conseguir fazer a duplicação da rodovia, que está previsto para acontecer, já melhora muito o cenário para fins de recebimento de indústria, para fins de recebimento de grandes comércios, de grandes montadoras, de grandes marcas, vamos dizer assim. Já facilita bem as coisas. Mas isso é um trabalho, que não adianta o município tentar fazer esse trabalho de forma inteira.

Isso tem que ser um plano de desenvolvimento econômico e diversificação econômica, que o Estado das Minas Gerais, sabendo da possibilidade da escassez do seu principal recurso, tem que elaborar com todos os municípios para poder buscar a vocação de cada um deles e desenvolver naquilo que não é mineração.

Estou vendo isso muito longe, cara! Muito, muito, muito longe! Não adianta falar assim: “ah, não, é porque nós estamos com um plano de desenvolvimento econômico...”. Cara, isso não depende só do município! Isso não depende só do município! Isso depende do Estado. Isso depende da União. Isso precisa de uma força tarefa gigantesca. Você não atrai uma empresa para cá, falando assim: “Ah, vai para Mariana.”; “porquê?”; “Ah... Mariana é gostoso!”. Isso

não existe, cara! Isso não existe! Não existe! Tem que ter subsídio fiscal. Você tem que ter localização que permita a logística otimizada para poder escoar produtos e mercadorias. Então, tem uma série de coisas que precisa fazer.

E, fala-se muito de Mariana com turismo. Eu não acredito muito em turismo de contemplação. A pessoa vem em Mariana para ver igreja. Igreja, tem em dezenas de cidades [inaudível]. É lógico que cada um tem sua singularidade, sua peculiaridade, mas, assim, não vejo o turismo como uma fonte, assim: acabou a mineração e Mariana vai viver de turismo. Você tem 1 mês de férias por ano. 853 municípios só em Minas. O que que faz você tirar seus trinta dias de férias e vir para Mariana?

Eu sou de São João Del rei, os municípios são um pouco parecidos. A nossa alta temporada é no meio do ano.

No meio do ano! Na nossa aqui também. Porque que eu vou para lá e não venho para cá, por que que eu venho para cá e não venho para lá. Entendeu? Então, assim, você está do lado de Tiradentes. Tiradentes, é isso daqui ó! Mas vive muito bem do turismo! Muito bem do turismo! E, assim, Mariana está do lado de Ouro Preto. A gente tem que entender nossas potencialidades, mas temos que entender nossas limitações também.

Eu sinto que os dois municípios são muito parecidos nesse sentido.

São, são! E, assim, Ouro Preto, no ponto de vista de turismo é imensamente mais forte do que Mariana. A gente tem que entender a nossa potencialidade, mas a nossa limitação. Não adianta tentar competir com o turismo de Ouro Preto, não. Se o cara quiser vim ver cidade histórica, o núcleo histórico de Ouro Preto é imensamente maior do que o de Mariana, e muito mais rico do que o de Mariana. O de Mariana é muito bonito. Mariana é a primeira vila, a primeira capital de Minas. Uma cidade Histórica extremamente importante para história de Minas Gerais. Mas, assim, Ouro Preto é referência mundial.

Então, assim, vamos buscar outra vocação? Vamos buscar outra coisa que a gente possa fomentar de fato e gerar emprego para a população? Porque se você parar para pensar também, a atividade do turismo, ela gera muitos empregos em determinados locais, mas são empregos, na maioria das vezes, com salários médios. Você não tem grandes salários na área de turismo, a não ser os grandes empresários do turismo. Eu estou falando da população comum, entendeu? Então, assim, vamos buscar outra vocação. A gente tem que fazer isso. E... isso começa com uma força tarefa geral. Não adianta construir um centro comercial aqui agora, está longe de resolver o problema da cidade. Longe! Longe!

Interessante você pontuar que esse caminho ele se constrói pela parceria pública, com o governo do estado, coisas que outras pessoas não colocaram esse ponto de vista.

Sim! Sim! A cidade não faz isso sozinha, não. Não faz, Luis. Não faz. Ah, monta uma “puta” de uma fábrica aqui. Gigante! Bacana! Está gerando mil empregos diretos. Mas ela vai escoar a mercadoria dela para onde? Ai, será que a comunidade está disposta a conviver com aquela fábrica naquele local gerando aquele volume de movimento e aquele transtorno no trânsito? O impacto social é gigantesco também.

O povo aqui de Mariana não reclama da mineração, porque não vive a mineração igual Itabira. Se a mineração estiver dentro da cidade, meu amigo... nó... aí, “cê” não ia ter sossego, não.

como você descreveria o maior desafio que enfrentou nesse processo de assumir a gestão de um município tão estratégico para a economia de minério a nível nacional?

“Nó” ... o, Luis, sem sombra de dúvida o pós rompimento da barragem. Sem menor sombra de dúvida. Foi... como eu te disse, foi o pior ano profissional da minha vida, cara! 2017, especificamente. Uma cidade com uma escassez brutal de recurso. Brutal! Um governo recém-eleito, com expectativa muito grande, e uma gestão de mãos e pés atados pela falta de recurso. Então, cara, conviver com isso, com essa realidade, e com as pessoas que muitas das vezes entendem o que está acontecendo, mas politicamente se aproveitam daquilo para se capitalizar, e outras pessoas que não conseguem mesmo entender o funcionamento da máquina pública.

E isso, eu não estou chamando de ignorante, não! O cidadão comum não tem obrigação de saber isso, não. O cidadão comum, ele trabalha, paga imposto e a gente tem que resolver o problema sem ele saber o caminho que está resolvendo. Você tem que dar a transparência pelos seus atos! Mas ele não tem a obrigação de entender: “ah... não está acontecendo, porque está com falta de recurso; ah, mais por que está com falta de recurso? Caiu onde? Foi o CFEM, o ICMS?”. O cara não tem obrigação de saber isso, não. O cara está cuidando da vida dele! E a gente é pago para resolver o problema da população!

E esse ano foi muito ruim, cara. Fui muito ruim! Mas foi um ano de crescimento pessoal e profissional gigantesco. Eu assumi a secretaria, aqui, com 29 anos de idade. Cara, assim, foi uma evolução pessoal e profissional, assim, monstruosa! Porque foi simplesmente o pior momento da história da cidade. O pior momento da história da cidade! Do ponto de vista social, econômico. Nós tivemos uma queda... um índice de desemprego, aqui, de 13 mil desempregados, na cidade. Coisa que nunca tinha acontecido na história. O normal de Mariana, era ter no máximo, era 2, 3 mil desempregados. Entendeu? A cidade sempre teve muito emprego por causa da Mineração. 13 mil desempregados! Que foi padronizado.

Às vezes, os seus dados tenham outro rumo, porque depende da fonte que for pegar. Os dados nossos, do Cine, na época, foram 13 mil desempregados.

Os que eu tinha, chegaram a quase 30%.

Não... Assustador o negócio. Assustador! Quando começou os planos de demissão voluntária da Samarco, então, começou muita gente com salário alto, “pipocar, pipocar, pipocar”. E, nessa altura, meu amigo, aqueles operadores de chão de fábrica, ali, já tinham “vazado” faz tempo. Cara, assustador!

Que que acontece, tudo isso, para piorar a situação, tudo isso desaguou no serviço público. Porque o cara que era empregado e botava o filho na escola privada, veio para a pública. O cara que tinha plano de saúde e não tem mais, veio para a rede pública. O cara que não tem nada para fazer, que não tem o que comer, vai para a assistência social. Entendeu? Então, assim, além de cair a arrecadação, aumentou a demanda. Então o serviço essencial inchou, a arrecadação caiu, e tudo que era investimento a ser feito foi simplesmente dizimado. Dizimado! Sem dúvida nenhuma, 2017 e 2018, os dois piores anos. Maior dificuldade profissional, maior desafio profissional que eu enfrentei na minha vida,

Mas por outro lado, eu fiquei muito feliz com o trabalho nosso aqui. Não só meu, da equipe toda. Graças a Deus, a gente tem uma equipe muito coesa, sabe, Luis? A gente trabalha junto aqui, na Secretaria de Planejamento, tem 13 anos. Quem está aqui há menos tempo, está aqui desde 2018. Então, assim, a gente está trabalhando junto há muito tempo com uma mesma equipe muito coesa. E... a gente sentiu isso muito, cara. A gente conseguiu sair do fundo do poço... assim, que parecia que no fundo do poço tinha um alçapão. O negócio não acabava mais. Assustador! Para conseguir fechar um mandato com 27 milhões de reais de superavit primário. Ouro preto, nessa época, fechou com um déficit de 40 e poucos milhões. Mariana fechou esse mandato de 2015, 2016 e 2020 com um superavit primário de 27 milhões. Mesmo depois de toda essa crise que a gente passou.

Então, a gente fica, assim, até orgulhoso disso. De conseguir resultado positivo num momento tão ruim, sabe? Eu falo para o pessoal que esse quadro que fica aqui na minha parede, não é à toa, não. Isso aqui, é para ficar aqui na secretaria de planejamento para sempre. Para gente não esquece nunca do que a gente passou aqui. A gente lembra muito bem disso aqui. A gente lembra o tanto que isso foi difícil para a gente, sabe? Foi muito complexo! Muito complexo!

E, assim... sem dúvida nenhuma, se for para te responder, objetivamente, o momento de maior dificuldade, maior desafio da minha vida profissional: pós rompimento de barragem. Hoje nós estamos no céu, meu amigo! Aquela época ali, foi um inferno total!

ENTREVISTA SECRETÁRIO II

Me fala um pouco sobre você, sua trajetória, o que te motiva a ter escolhido sua área de formação acadêmica e juntamente de suas motivações para introdução na vida política de Mariana.

Então, é... a minha trajetória, na verdade, profissional, começa em 2001, quando eu me formei na área de história. Sou formado em história. E sempre acabei indo para uma formação mais na área de gestão. É... desde que eu adentrei na secretaria de educação, que foi o meu primeiro contato com o serviço público, eu já entrei junto com a equipe do secretário de educação. Então, acabou que eu fui aprendendo ali, sobre gestão de pessoas, conflitos, problemas que tem no dia a dia da administração. E sempre fui sendo direcionado pelos prefeitos, pelos secretários da época, para lidar com esse tipo de coisa, sabe? De gestão mesmo. Implantação de serviços, modernização. Peguei uma parte muito grande... que, quando eu, depois, em 2002 eu fui trabalhar na secretária de saúde. O governo Lula estava lançando o cartão SUS. Então eu peguei toda a implantação do cartão SUS. Conhecia essa parte da Secretaria de Saúde toda, cadastramento dos usuários. Então eu fui responsável por isso aqui no município à época. Lá trás, em 2002, 2003. Ai, fiquei mais ou menos uns quatro, cinco anos na secretaria de saúde. Ai, entrei no curso de Direito. Me formei. Sou advogado hoje. E, acabei sempre estando nessa área. Comecei a me especializar na área de controladoria também, que é controle interno. Onde eu também atuei por mais de oito anos no controle interno do município. Trabalhei com o controle interno do SEMAD de Ouro Preto. Fui diretor executivo do SAAE de Mariana, dois anos. Depois, acabei voltando para a prefeitura, trabalhei um tempo na prefeitura e fui convidado para trabalhar no controle interno da câmara de Mariana, onde eu fiquei até o final do ano passado e recebi o convite para assumir esse desafio aqui, hoje.

Esse convite veio com a troca da gestão?

Sim. Com a posse do Edson “Leitão”.

Falando a num sentido mais geral, como você descreveria o modelo produtivo mais viável para equilibrar sustentabilidade ambiental, prosperidade econômica e justiça social?

É... a gente, como tem, lá, uma atuação dentro do poder público há mais de 22 anos, sempre a gente está sobre... a gente está sempre analisando o que as mineradoras fazem e o reflexo das mineradoras no município. O que eu estou querendo dizer com isso?

É... Quando eles... eles chamam lá de planta, né?... quando a planta deles, lá, está baixa. Quando a produção deles está pequena, o reflexo na cidade é imediato. Tanto na questão da arrecadação, que o CFEM é repassado de acordo com a produção deles. CFEM é o imposto que

eles pagam. Então tanto essa questão do imposto diminui, obviamente impacta diretamente nos serviços da cidade. Que, você pode dizer que Mariana... é... sei lá... eu não sei te dizer em números corretos, não, mas a maior parte de arrecadação do município, ela provém do recurso do CFEM.

Duarte Junior, já chegou a declarar 80%. As pesquisas acadêmicas indicam para 70%.

Pois, é! Então, é mais ou menos isso. Eu chutaria um percentual próximo desse mesmo: entre 70% e 80%. Acho um erro enorme da administração, dos prefeitos principalmente. Se manterem inertes à essa situação e não procurarem uma alternativa. Sabe? Eu acho isso um erro tremendo. Mas, ao mesmo tempo, eu acho que as compensações são poucas. Não é... eu estou falando assim... obvio que o recurso é importante! Mas eu acho que o impacto da mineração no município, ele não... a transferência do recurso não é suficiente para cobrir o impacto. Eu não vou saber te falar tecnicamente quais seriam as melhores opções, porque eu não conheço da área de mineração, então não tenho como te falar isso. Mas, eu posso te dizer que, por exemplo: a criação de novos bairros em Mariana, ela praticamente inexistente. Ou seja, não existe uma expansão habitacional.

Você fala num sentido de planejamento urbano?

Planejamento urbano! Não existe nenhum! E as áreas estão sendo corroídas pela mineração, sabe? A área entorno do município, hoje, ela é exclusivamente para a mineração. Então, assim, eu vejo isso como um problema sério, por que o município não tem um plano de crescimento, não tem uma área específica: “ah... o município, ele vai crescer para o setor norte. Não, ele vai crescer para o setor tal”. Entendeu? Ele não tem um planejamento de crescimento.

Parte da própria população pensar em ocupar o espaço?

Exatamente! Então, assim, como agente já... eu acredito que o último investimento habitacional do município pode ter acontecido, sei lá, há quinze anos atrás. Que são os bairros, hoje, que já estão consolidados e extremamente povoados... é... não tem um plano habitacional. E todos os últimos planos habitacionais que tiveram no município foram frustrados por uma série de questão.

Então, assim, é... com isso, a gente tem esse reflexo: violência, população flutuante, impacto na saúde, nem se fala! Então, assim, é uma situação que eu acho, aí é o meu ponto de vista, eu acredito que o impacto da mineração no município ele é muito maior do que é compensado, sabe? Eu acho que a VALE, a Samarco etc., elas poderiam assumir para elas uma responsabilidade social um pouco maior e eu não acredito que isso é feito, sabe? É mesmo, assim, tipo: “Ah! gente já paga, então eu posso fazer o que eu quiser!”. A sensação que a gente tem, quem mora em Mariana, tem é essa.

Você enxerga uma possibilidade de unir sustentabilidade ambiental e prosperidade socioeconômica em Mariana?

Claro! Claro! Eu vejo vários... aqui em Mariana, por exemplo, a gente tem várias áreas que podem ser exploradas, inclusive, para a área de esportes radicais. Mariana tem um polo grande de turismo de esporte. De turismo que não é... eu sempre penso o seguinte: Mariana nunca vai ganhar, em questões de turismo histórico, com Ouro Preto. Nunca vai! Então, Mariana não precisa insistir nisso. Só que a gente tem outros potenciais que não são explorados. Então, assim, eu acho que, por exemplo, as minerações muitas vezes, para elas poderem fazer uma compensação ambiental, ela tem que comprar certos terrenos e preservar aquelas áreas. Né? É uma política nacional, isso. Então, por que não pegar essas áreas e transformar essas áreas, que são áreas verdes, em áreas economicamente ativas. Um parque!

Uma espécie de “economia verde”?

É! Entendeu?! Um parque... um lugar que a gente pode, por exemplo, sei lá... exploração de um esporte, ciclismo, tracking etc. Porque, hoje, é simplesmente uma área verde! A manutenção de uma área verde. E isso não tem impacto no município. Não retorna nada para o município. Retorna só para as mineradoras. Entendeu? Tipo assim, é a contribuição dela. Mas é uma área verde que está lá parada, sem retorno social nenhum! Então, assim, a gente tem uma área aqui em Mariana, que chama... que é onde tem a torre de televisão. Lá é um dos lugares, que já foi feito um estudo sobre isso, pela própria Associação de Voo Livre, uma das áreas que tem a melhor... é uma das melhores áreas para a prática de voo livre no Brasil. Então, assim, a ideia, pelo menos até onde eu lembro dessa conversa na prefeitura, é criar um parque, sabe? Um parque temático ali naquela região, porque, além de tudo, lá tem muitas trilhas, tem muita cachoeira. Então, seria um lugar que poderia ter um viés turístico enorme. Por exemplo, você vê, qual que é o turismo que tem na serra do cipó? É só cachoeira, hotel. A gente poderia ter isso aqui em Mariana, por que que não tem? Entendeu?!

Como o sr. enxerga as problemáticas desencadeadas pelo rompimento da barragem do Fundão no município e de que forma esse acontecimento pode ter contribuído para intensificar padrões de desconfiança populacional para com as instituições políticas?

Sim! Com certeza! Especialmente depois da implementação da Fundação Renova.

Nos anos posteriores ao rompimento, pesquisas sugeriram altos índices de desemprego, impactos negativos nos indicadores de violência, criminalidade, aumento na sensação de insegurança, assédio etc. Você diria que hoje, essa conjuntura foi superada no município de Mariana? Se sim, você poderia falar um pouco mais a respeito dessa construção?

Não! Isso é uma constante que a gente tem, e, eu... atualmente a gente vive isso. Não tem política pública nenhuma e não tem nenhuma preocupação da Fundação Renova, ou qualquer que seja o órgão que esteja preocupado com o que está acontecendo agora. Mas, vamos colher frutos desagradáveis no futuro. Acho que poderia estar sendo feita alguma coisa agora, para preservar a cidade de um impacto futuro. Porque isso é latente! A gente teve aumento do número de casos de prostituição em Mariana, aumento do número de casos de jovens grávidas, sífilis, proliferação de DST's.

Baseado em sua experiência como gestor público, como o sr. descreveria a relação existente entre a população de Mariana com as instituições públicas e privadas no município?

Eu vejo como... Mariana, hoje, tem dois grandes empreendimentos, vamos dizer assim. Ou, dois grandes empregadores: prefeitura e mineração. Então, assim, eu vejo uma situação de conflito muito grande entre a população e a prefeitura, porque quem não trabalha na prefeitura, ou tem um parente ou conhece alguém. Então, assim, a população é extremamente dependente. Extremamente dependente da prefeitura! De todos os seus serviços e em todas as áreas! Extremamente dependente! Segurança, é... em todas as áreas. Sabe?

Acabei de ver o moço vindo aqui “ver” se os óculos estavam prontos.

É... Entendeu? Então, assim... mas eu acho que isso, foi uma coisa que foi se criando ao longo dos anos, sabe? As políticas e os políticos.... Mariana, querendo ou não, é uma cidade que vem de um coronelismo muito grande! E eu acredito que a gente colhe reflexos disso hoje.

Você acredita que o cidadão marianense confia mais no poder público local ou na Samarco?

Nossa...!

Acreditar, no sentido da confiança mesmo. Você acha que o cidadão confia na prefeitura ou na Samarco?

Pois é, então, eu, para te falar a verdade, assim, não acho que é uma questão de confiança. Vou colocar o meu ponto de vista da seguinte forma: eu acho que quando a população precisa, ela recorre à prefeitura. Se isso significa que ela confia, eu não sei. Mas, tipo assim, eu não sei se ela vai acreditando que ela vai ser atendida. Mas, eu acho que ela vai acreditando que ela tem que ir lá. E, eu não vejo essa proximidade da Samarco com a população. Nunca percebi isso! “Ah! Estamos com um problema, vamos pedir a Samarco”. Não! Nunca vi isso, nunca senti isso, não.

Reportagens mencionaram que as crianças de Bento Rodrigues eram chamadas de “pés de lama” nas escolas, e embora não possa ser um exemplo generalizado, retrata um

formato de relações sociais conflituosas que se firmaram no município depois da tragédia. Qual a sua análise sobre essas relações de conflito que sugerem certo um certo nível de desconfiança interpessoal entre os moradores, e em que medida isso pode afetar negativamente o bom funcionamento dos poderes municipais?

Pois é, então, o que que acontece, eu, particularmente, nunca presenciei isso... essa discriminação, sabe? Mas eu acho que existe, sim. Eles são “os atingidos”. Mas eu vejo também que isso foi criado pela própria situação em que eles se colocaram. Sabe? Que eles precisavam de uma atenção diferenciada pelo que eles passaram, e isso permanece até hoje, sabe? Por exemplo, vou te dar um exemplo que aconteceu ontem, praticamente: o reassentamento do Bento, que seria o reassentamento do Novo Bento, ele está praticamente pronto. Hoje, eu tenho uma expectativa de mudança de 200 famílias para lá. Né? Vai ser uma mudança progressiva, obviamente não vai todo mundo de uma vez, e tal. Mas, em tese, seriam 200 famílias. Uma população aproximada de 800 pessoas, mais ou menos.

Hoje, eles têm no município um posto de saúde exclusivo para eles, dentro da nossa rede inteira. Entendeu?

Isso não seria um privilégio, mas a outra parte da população que não foi atingida: “olha só, eles têm isso e a gente não tem”. É isso?

Exatamente! Entendeu? Então, assim, são coisas que criaram esse desconforto, entre o morador, o cidadão marianense, vamos dizer assim, que não foi atingido com os que foram atingido. Entendeu?

Após o rompimento, víamos muitos cartazes, pichações etc., uns proferindo a volta da Samarco, e outros proferindo o fechamento da empresa. Novamente a gente volta um pouco nessa noção de uma sociedade fragmentada e conflituosa. Dentro desse contexto, qual é o papel que as instituições públicas devem assumir para dissolver esses conflitos, de forma a unificar a população?

Eu acho que deveria ser feito um trabalho de... eu acho que a primeira coisa, o Município de Mariana teria que ter uma política de independência da mineração, o que não existe. Então, o que que acontece, o município está sempre ameaçado, o tempo todo. Tipo: “olha, se a gente for embora, vocês estão ferrados! Entendeu? Vocês não são ninguém sem a gente!”. Então, assim, o município, no mesmo momento que ele tem a obrigação de exigir certas coisas das mineradoras, ele se vê acuado por elas.

Nessa disputa de poder, ela é desigual?

Ela é extremamente desigual! Extremamente desigual! E aí, fica essa situação. Eu acho que o município, pouco pode intervir nisso, porque: As pessoas que tenham a questão... foram

atingidas indiretamente, ou sofreram alguma coisa com a mineração, com a Samarco ou com a VALE, né? Porque o ataque é diretamente ao nome das empresas; ou, tem preocupações ambientais, querem que eles saiam. Ou tem uma fonte de renda que não depende da mineração, não conseguem perceber que ao sair uma empresa dessa o negócio dele vai falir também. Então, assim, tem pessoas que não entendem isso.

Tem pessoas que pelo contrário. Por exemplo, a Associação Comercial de Mariana, teve uma campanha ferrenha para que as mineradoras voltassem a produzir, inclusive, pressionando a prefeitura para convencer os alvarás. Mesmo com toda a situação de descomissionamento de barragens etc., pressionando o município a conceder os alvarás para que elas voltassem a operar. Então, assim, esse retorno foi uma situação que gerou um conflito enorme entre o município e as associações comerciais etc.

Agora uma opinião pessoal, baseado na sua experiência: como estimular relações sociais pautadas por confiança interpessoal e institucional?

É uma pergunta muito difícil, tá! Porque, igual eu te falei, existe um preconceito muito grande, é... tanto hoje, eu posso te dizer que existe quase que um conflito de classes aqui na cidade, sabe? Então, eu não sei quem que teria essa capacidade de integrar a comunidade para um bem comum não, sabe? Eu acho que... é, eu não sei.

Isso não está no questionário, mas vou te colocar uma questão capiciosa: você diria que seriam quase castas?

É... quase isso. É... porque, o que que acontece, você tem hoje o distrito do Novo Bento, por exemplo. Não existe um trabalho dentro das entidades envolvidas, de colocar o Novo Bento como um distrito da cidade. Entendeu? Parece que é um lugar deles... a minha perspectiva, entendeu? Um lugar que está sendo construído para os atingidos. Não uma reconstrução de um distrito da cidade. Sabe? Eu não vejo esse trabalho de pertencimento do Novo Bento e nem do Novo Paracatu, como um distrito da cidade. Até porque, pelo padrão de construção, padrão de.... por exemplo: são dois distritos que terão água tratada; Mariana não tem!

Então, tipo assim, ficou como se fosse... vão ficar dois “Alphavilezinhos” em Mariana. A sensação que a gente tem é essa. E ao mesmo tempo, você percebe na cidade aquelas casas, por exemplo, você anda aqui no bairro, igual o Oscar que está aqui do lado, você vê o padrão das casas de alto luxo, dentro das casas de alto luxo você percebe quais são da renovas ou não.

Eu morei ali na travessa professor Lauro de Moraes e ali era uma região periférica. Eu subia ali, né? E eu estava em outro São Pedro (Bairro)

Pois, é! Então, assim, tamanha diferença!

O sr. enxerga um futuro a longo prazo que esteja desvinculado à extração mineral?

Não! Acredito que a mineração não é eterna. Aliás, acredito não, sei que ela não é eterna. Mas, eu não vejo uma sinalização do município no sentido de romper esse cordão umbilical. E, te falo mais, sempre que é feito uma discussão... é... “Ah, vamos construir um distrito industrial, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo”; sempre, por incrível que pareça, ele sempre está olhando alguma coisa na área mineral. Na área de mineração. Nunca ele é independente totalmente.

De uma certa forma... de um lado ou de outro, eles sempre têm um olhar para a mineração. Nunca conseguem se desvincular totalmente. E aí, você pensa: “Ah, não! Mas então, vamos investir no turismo.”; “Ah! Mas a gente podia fazer não sei o que, por que nós temos o ouro, tem não sei o que, e tal. Então, está sempre ligado à mineração. Eu não consigo... eu nunca vi um projeto de independência, assim, igual eu te falei, para o rompimento mesmo do cordão umbilical. Eu nunca vi!

Sabe qual que é o apelido da Renova na cidade? Mãe Renova. Então, assim... Então, assim, eu te pergunto: por que que lá em Brumadinho eles não aceitaram que a Fundação Renova tivesse um braço lá? Atoa? Porque, por exemplo, o nosso processo de... está aqui, ó, na mesa aqui. Por que que o processo nosso de negociação, aqui ó, entre o município de Mariana e a Fundação Renova foi judicializado. Não faz sentido! Se fosse para ser judicializado, então já teria que ser judicializado contra as empresas, não é não? Eu vou judicializar contra uma Fundação que foi criada para não ser judicializado o processo. Como... me explica essa lógica!? Eu não consigo entender! Não faz o menor sentido!

Como você descreveria a relação do município de Mariana com uma empresa continental como a Samarco, sobretudo no que diz respeito às relações de poder e tomada de decisão dentro do município?

Em uma palavra, eu te falo, submissa! É uma relação bem desigual. E aí, e até... eu falo na questão de submissão mesmo, porque a prefeitura, de certa forma, sempre se submete ao interesse das grandes mineradoras. Não tem jeito!

Pesquisas sugerem que as regiões onde predominam maiores índices de confiança estão mais propensas a desenvolver maior eficiência de desenvolvimento econômico e desempenho político, o capital social, ou seja, as redes sociais e a confiança entre as pessoas, desempenham um papel importante na construção de uma sociedade mais coesa e produtiva. De acordo com a sua opinião, qual a chave para intensificar a produção de capital social em Mariana, pensando em todas as especificidades sociais, culturais e econômicas do município?

Eu acho, que, uma coisa muito interessante que começou a ser feito em aqui em Mariana, lá trás, em 2002, 2003 era o orçamento participativo, sabe? E acabou que ele se perdeu durante as mudanças de governo. Mas, uma coisa que eu posso perceber claramente, é que todas as regiões de mariana onde a comunidade é bem-organizada, ela é bem atendida. Ou seja, onde tem uma associação de moradores forte, ela consegue ser melhor atendida.

Você consegue me citar algumas dessas associações?

Consigo. É... cachoeira do brumado, tem uma associação forte. Os bairros da colina, la de baixo, tem uma associação forte. A Chácara, tem uma associação forte. Entendeu? É... algumas associações elas são fortes, mas elas acabam ficando politizadas, então elas se perdem, entendeu? Tipo assim, se o político é do meu grupo, a minha associação vai ser beneficiada, se entra um político contrário, ele perde. Entendeu? Então, assim, eu acredito que é um caminho bom.

Por exemplo, um conselho municipal de saúde atualmente. Os conselhos precisam ter voz e eu percebo que eles não têm. Eles foram alijados do processo. É... eu posso falar pela secretaria de saúde, pelo menos. Mas acredito que isso é comum, “tá”?

Na sua visão, como você descreveria o maior desafio que enfrentou nesse processo de assumir a gestão de um município tão estratégico para a economia de minério a nível nacional?

Despolitizar a gestão pública.

Você poderia falar um pouquinho mais?

O que que acontece, como a gente tem um município que veio de uma política assistencialista. Desde sempre, desde que as instituições democráticas se consolidaram, prefeitura, câmara, principalmente depois da constituição de 1988, é... ainda existe muita interferência política na administração e na gestão.

Aquela ideia do coronelismo que você tinha dito?

Sim. Mas hoje ela é fragmentada, né? Ela não é potencializada numa pessoa só. Mas ela está fragmentada no sistema como um todo. Entendeu? Então, desde uma pessoa que quer um óculos, igual você acabou de ver ali, ela vem com o padrinho do lado porque ela acha que vai ajudar ela a receber mais rápido, como a pessoa que vem de fora, por exemplo, um funcionário que a Renova trouxe, ele entra no sistema, e ele entra sabendo que o sistema funciona assim. Então é uma perpetuação dessa politização da Gestão Pública, que eu acho que é um dos maiores gargalos da cidade aqui hoje.

Então, eu recebo ligações e pedidos diários. Se eu não tivesse isso, posso falar que 50% dos meus pedidos estavam resolvidos. Eu poderia tomar decisões estritamente técnicas e eu não consigo fazer isso hoje.

ENTREVISTA VEREADOR E EX-PREFEITO I

Me fala um pouco sobre você, sua trajetória, o que te motiva a ter escolhido sua área de formação acadêmica e juntamente de suas motivações para introdução na vida política de Mariana.

Eu sou mineiro, mineiro de origem e mineiro de profissão. Ao longo desses 45 anos de idade, tenho uma trajetória de 30 anos de carteira assinada. Iniciei minha vida vendendo picolé, trabalhando de auxiliar de limpeza, passei pelo comercio, fui para mineração e estou na mineração ao longo de 25 anos. Dentre esses 25 anos, 22 anos dedicado a empresa VALE, até na atual conjuntura.

Paralelamente a isso, me formei em Direito, em 2008, com especialização na área do Direito do Trabalho. Tenho quase 15 anos de formado em dezembro, e ao longo desse trecho e tempo, também voltado ao que eu amo, advocacia. Em 2013, fui eleito presidente do sindicato metabase de mariana. Propriamente dito, no momento do rompimento da barragem eu governava os trabalhadores da Samarco, da Vale, da Arcelor Mittal, aqui no eixo de João Monlevade, e dentre outras empresas que assim compreende ao nosso eixo de responsabilidade de trabalho.

Em 2017, eu encerrei a minha carreira, porque eu tive só um mandado como presidente e não quis continuar. De 2017 a 2021, eu fiquei como vice-presidente do sindicato. E hoje me figuro como diretor, ainda do sindicato e funcionário da empresa VALE.

Em 2012, fiz a minha primeira candidatura ao pleito do legislativo. Ficando como primeiro suplente geral, com aproximadamente 690 votos, pelo partido PSL. Na minha segunda tentativa, fui eleito vereador da cidade com 1304 votos, pelo partido PSB. Fui reeleito em 2020, com 1360 votos, o segundo vereador mais bem votado na história da cidade de Mariana.

Após 1 ano e 6 meses fui eleito vice-presidente da câmara municipal de mariana, onde assumi a presidência pela vacância, e fiquei 1 ano e 6 meses como presidente da câmara de vereadores de mariana: de primeiro de janeiro de 2021, a primeiro de julho de 2022. Assumi a prefeitura como prefeito interino. 1 de julho eu assumi a prefeitura e entreguei a prefeitura no dia 31 de dezembro de 2022.

Falando a num sentido mais geral, como você descreveria o modelo produtivo mais viável para equilibrar sustentabilidade ambiental, prosperidade econômica e justiça social? E Como o sr. enxerga as problemáticas desencadeadas pelo rompimento da barragem do Fundão no município e de que forma esse acontecimento pode ter contribuído para intensificar padrões de conflito interpessoal da população marianense?

A primeira coisa que eu vejo é a seguinte: num curto prazo, numa curta digressão, eu subentendo que a mineração, dentro do porte que nós temos hoje; ou seja, nossas leis até então eram arcaicas e hoje tem melhorado, após essas grandes tragédias que ocorreram, ou seja, no município de Brumadinho e no município de Mariana.

Em Brumadinho, nós tivemos quase 300 vidas ceifadas. Aqui, em Mariana, nós tivemos 19 vidas ceifadas. Mas na calha de Mariana nós tivemos um prejuízo maior... posso dizer, não tenho como assim comprovar, então a gente faz uma ponderação do que a mídia assim noticiou: que foi o maior incidente ambiental do Brasil. Então, na minha concepção, hoje, tira-se de lição, para que nós tenhamos uma força tarefa para coibir, ou seja, a forma de exploração.

Nós sabemos que nós temos a necessidade de sustentabilidade da mineração. Principalmente o eixo sudeste, que compreende... quando eu digo o eixo sudeste, o corredor sudeste, nós temos uma inversão do quadrilátero ferrífero, que quem mandava era “o nosso aqui”, o eixo sudeste. Hoje, não existe mais esse posicionamento. O posicionamento hoje do setor mineral, ele voltou para o norte. Hoje a exploração mineral não tem mais essência em Minas Gerais. Ela tem, onde ela tem um teor muito maior, no Norte. No Norte nós temos um produto, uma matéria prima, que ela já sai e já pode ser exportada. Aqui nós temos que fazer todo o *Blend*, todo o preparo. Então, hoje, o custo-benefício é muito pequeno.

Então, hoje, você pode ver que nós reduzimos a nossa produção. Era para ter uma produção, hoje, mineral, próximo de 600 mil a 700 mil toneladas. Ela voltou, hoje, para 300 e pouco 400 mil toneladas. Ou seja, é algo que foi um retrocesso para a mineração, mas buscando, lá, o norte.

Então a sustentabilidade, hoje, nesse eixo, vamos dizer, me ater em Mariana, nós temos hoje a necessidade de fazer o desmame da mineração. Tanto que, vários outros indicadores, ou seja, fundo de recursos, ficou esquecida pelo município, ... [inaudível]..., o que tem hoje uma dimensão de mais de 80% do nosso recurso, um recurso de 570 milhões de “arrecadação”, que foi ano passado, quase todo ele advém da mineração. 80% dele, advém da mineração: do ICMS, do CFEM, dos Royalties. Então, nós vivemos... nós somos mantenedores pela mineração. Então, a gente precisa criar um eixo diversificado. E propriamente dito, quando você fala: “mineração, sustentabilidade”. Não há de ter uma mineração, uma sustentabilidade sem

degradar o meio ambiente. Teremos que ter uma política... se eu degradei, por exemplo, 5 hectares, eu tenho que ter uma compensação de 10 hectares, “para mim” resolver aquela problemática. E, também ter um eixo de menos degradação ambiental.

Então esse seria o meu papel, a minha digressão sobre isso. Mas, não da forma que é hoje, de forma avassaladora, como nós estamos vendo, fazendo uma analogia à Amazonia, no meio do capitalismo. O capitalismo quer romper todas as barreiras. Se falar que quer construir, como fizeram aqui em Mariana recentemente... como diz, no passado, por exemplo, ainda dizendo assim, nos temos a empresa CEDRO, que está operando dentro de um distrito tradicional, o distrito mais antigo da cidade de Mariana, e onde acabou com a vida desses moradores. É simples assim! E hoje nós vamos ter degradação de parques arqueológicas, coisas... vamos dizer, assim... não quero dizer parque... a palavra... quero fazer uma retificação dessa fala. Mas, lugares maravilhosos que vão ser perdidos da história pela mineração. Então, isso tem que ter uma força tarefa contundente dos órgãos para que a gente não deixe isso acontecer.

Então, na minha humilde concepção, é ter a mineração consciente, a princípio. Nós não conseguimos [inaudível] a mineração. Esse computador que você está com ele aqui, depende de nós aqui, esse óculos que você está com ele, depende da gente aqui, o seu celular que você está com ele, depende da mineração. Mas que de uma forma consciente. De uma forma a preservar. De forma analógica, e de uma forma, vamos dizer assim, paritária, a vida e o meio ambiente caminhando paralelamente. Ai a gente consegue construir uma política “satisfativa”, para gente conseguir ter um resultado favorável à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente.

Reportagens mencionaram que as crianças de Bento Rodrigues eram chamadas de “pés de lama” nas escolas, e embora não possa ser um exemplo generalizado, retrata um formato de relações sociais conflituosas que se firmaram no município depois da tragédia. Qual a sua análise sobre essas relações de conflito que sugerem certo um certo nível de desconfiança interpessoal entre os moradores, e em que medida isso pode afetar negativamente o bom funcionamento dos poderes municipais?

Veja bem... não sou eu não, “tá”? A primeira coisa que eu quero deixar bem claro, é que tem uma percepção na pauta moral. A mineração, o que houve foi um crime, um crime ambiental. Eu vou intitular dessa forma, não como apologia, calúnia ou difamação. Eu estou dizendo isso como operador. Se eu tenho, hoje... se eu sei que se eu pegar uma arma que eu tenho a posse dela dentro da minha residência, e colocá-la na cintura e sair, não tendo o porte, eu cometi um crime. Se você sair para o bar com o seu carro, ingerir bebida alcoólica, você

cometeu um crime. Se eu vou construir os distritos que foram impactados, eles existem anterior à barragem. Se eu vou construir uma empresa, uma materialidade, que ela pode, que tem o risco de romper, de ceifar, eu cometi um crime. Um dolo antecedente. Então, isso para mim foi materializado.

Com relação à cidade e à população, se hoje nós fizemos uma pesquisa, como foi feita, ou seja, outrora, você vai ter uma concepção e uma satisfação da mineração de 90%. O povo quer mineração, o povo necessita da mineração. Mariana é uma cidade cara! Mariana é uma cidade cara! Mariana, você tem, com o rompimento da barragem principalmente, uma casa de 2 quartos, sala, cozinha, banheiro, dependendo do local é R\$3.000 reais.

Então, eu tenho, por exemplo, uma saúde, que é investido, como eu investi como prefeito, 36% do meu orçamento de 560 milhões. Eu tenho uma educação, que nós investimos 27% do nosso orçamento. Nós temos uma assistência social que caminhou de uma forma avassaladora. Então, o assistencialismo do município ao cidadão já é costumeiro. Se você vai em qualquer lugar do planeta, ele tem um micro-ônibus para conduzir essa pessoa até à capital para fazer cirurgias, exames, problema de risco. Aqui ele tem um carro para transportá-lo. Ele, vai 4 pessoas no carro para agilizar o processo dessa pessoa, onde nós gastamos com cooperativa, quase 3 milhões e meio por mês. Nós temos um tarifa zero, que hoje nos remonta à 1 milhão e 400 mil por mês. Nós temos uma folha de pagamento do município de 18 milhões por mês. Nós temos, hoje, quase 5 mil servidores, direto, indireto e contratado.

Então, ou seja, nós estamos fadados à necessidade da mineração. E o rompimento da barragem em 2015, nos remonta em 2016 e 2017 uma arrecadação de 268 milhões. Onde nós estávamos na casa, no passado, de mais de 400 milhões em arrecadação. Nós tivemos quase 40%...

(Entrevistador): desculpa te interromper, mas você acha que isso que nos vimos em 2017 nos índices de segurança pública pode ter relação com essa questão orçamentária?

Exatamente! Então, quando você pega isso, você vê que nós tivemos um negativo, um retrocesso que nós chegamos bater a casa de quase 20% de desemprego na cidade de Mariana. 19% e alguma coisa. Onde o Brasil batia-se naquele momento 11%, quase 12%, que essa sempre foi a média de desemprego do nosso Brasil.

(Entrevistador) O sr. Saberia me falar, hoje, a taxa de empregabilidade no município?

Hoje, todos os dias, faltam em média 200 a 400 pessoas, dia, para ser empregado. Com oferta de vaga na cidade de Mariana. Hoje nós temos oferta de vagas. Por quê? Só a negatividade do crime do rompimento da barragem, para reconstrução... né? Ou seja, da

materialidade dos nossos atingidos, né? Nós temos 6 mil empregos, hoje. Quase 7 mil pessoas, hoje, empregadas, advindo da construção do recomeço dessas famílias.

Então o sr. Diria que a conjuntura do rompimento da barragem foi superada pelo município de Mariana?

Eu digo, que, em termos financeiros... recuperado. Financeiro! Recuperado desde as idas de 2020. Em janeiro de 2020 a cidade estava recomeçando. Em 2019 tínhamos 300 e poucos “mil” de arrecadação. Em 2020, foi mais 473 milhões de arrecadação. É algo que corresponde à normalidade da cidade. Então, hoje, a cidade está recuperada na arrecadação financeira. Não houve um retrocesso, após 15 a 18, foi momentos críticos para a cidade de Mariana.

Atualmente, o sr. Acredita que o cidadão marianense acredita mais na prefeitura de Mariana ou na Samarco?

Não tenha dúvida nenhuma: na Samarco! Não tenha dúvida nenhuma. Por que, a estigma negativa propagada por politicagem descredibilizou o Brasil, tem descredibilizado o Brasil. Principalmente nessa onda que nos estamos tendo de guerra antidemocracia, de guerra de não aceitabilidade, ou seja, daquilo que foi constituído aos tempos áureos, período militar, oitenta e oito, a nova constituinte como varias constituintes, teve 1834, constituinte de 1889, constituinte de 1934, como chegou agora em 1988 a nossa democracia, retorna a nossa democracia e as pessoas não tem aceitado isso. Então isso é um estigma para a nossa população. E, principalmente, isso se reflete na cidade de Mariana: o descontentamento populacional com a política. Então, eu coloco sobre à égide da Samarco, pela população a credibilidade. Pelas pessoas acreditarem, pela empregabilidade e sustentabilidade dos pais de família... por isso eu coloco a confiabilidade.

E no quesito da política, nós precisamos de resgatar esse estigma que as pessoas propriamente tenham que ter, realmente e efetivamente o interesse voltado para construir. Para fazer em favor do povo. Não como o capilar de princípio pessoal. Tanto que eu nunca quis ser candidato à prefeito. Eu quis ser candidato para fazer voto e colegiar no legislativo. Por não coadunar com politicagem que as pessoas as vezes propagam. Mas fui imposto como prefeito, e assim me dei o melhor.

Se você me perguntar: “*Você tem interesse em ser prefeito?*”; Não! “*cargo executivo?*”; não! Se é da vontade do povo pelo povo, sim! Mas pela minha vontade pessoal, não! Eu tenho por Deus e pelo povo. Ai sim! Agora: “*você se candidata?*”; não! Se tiver uma pesquisa e falar assim: “*É você.*”; eu estarei lá, fazendo o meu papel. Como a justiça me determinou, às 11

horas e 40 minutos, a assumir com responsabilidade a missão que me foi confiada. Entreguei a missão que foi confiada.

Seis meses de gestão, e seis meses de gestão com responsabilidade. É obvio, estamos passando por um período áureo, mas não que eu coloquei a cidade no período áureo; Não! É uma queda de arrecadação que nós tivemos no CFEM, que em junho, nós tivemos um CFEM de 22 milhões, ele caiu para 8 milhões. Na minha gestão, eu perdi 40 milhões de recursos do CFEM. E o novo prefeito, meu amigo Edson Agostinho de Castro, da minha gestão para dele, ele perdeu 6 milhões. De 13 milhões e 800, que foi o último CFEM que eu recebi em dezembro (2022), ele recebeu oito. Cinco milhões e oitocentos menor. Então, há de considerar que ficou negativo. Um “vacilo” para a cidade de mariana, que precisa fazer o dever de casa e precisa equacionar. Mas isso depende muito de quem estava fazendo a gestão e o que que é sua prioridade frente às demandas da nossa sociedade marianense.

ENTREVISTA COM GESTOR DE BENTO RODRIGUES (O ENTREVISTADO NÃO PERMITIU A GRAVAÇÃO DE SUAS FALAS)

Me fale um pouco sobre você e sua trajetória

Expectativa é atingir o público, como cidadão, não se sentia representado. Escolheu entrar para política para representar. O rompimento também ajudou para essa decisão. Ele estava no dia, era participante da CIPA. Me considero um atingido porque fiquei desempregado na época. Perdi 2 colegas. 1 era mecânico. Um morava em Santa Barbara e outro em Antônio Pereira.

Falando a num sentido mais geral, como você descreveria o modelo produtivo mais viável para equilibrar sustentabilidade ambiental, prosperidade econômica e justiça social?

Ressarcimento dos atingidos que encontram sem moradia. Investir na saúde em mariana. Com o rompimento inflou o município e o sistema de saúde não aguentou a pressão.

Dentro do atual cenário de atividade mineral, qual o maior desafio para a implementação de políticas que viabilizem um caminho que seja capaz de unir sustentabilidade ambiental e prosperidade socioeconômica em Mariana?

Onde estiver extração de minério fazer plantação de mudas, de planta, investimento na saúde, na cidade como um todo. Esporte e lazer. As mineradoras investir em infraestrutura da população. E entender que a população é dependente do minério, porque recebe muitos impostos.

Como o sr. enxerga as problemáticas desencadeadas pelo rompimento da barragem do Fundão no município e de que forma esse acontecimento pode ter contribuído para intensificar padrões de desconfiança populacional para com as instituições políticas?

A causa de a população ser insegura com a prefeitura não é a prefeitura, a população não acredita em política. Onde eu queria entrar, porque eu sou um cidadão que entrei para representar a população porque eu não me via representado na prefeitura. Então, acho que não é a prefeitura em si, mas é a negação política.

Nos anos posteriores ao rompimento, pesquisas sugeriram altos índices de desemprego, impactos negativos nos indicadores de violência, criminalidade, aumento na sensação de insegurança etc. Você diria que hoje, essa conjuntura foi superada no município de Mariana? Se sim, você poderia falar um pouco mais a respeito dessa construção?

Hoje Mariana está começando a se reerguer, porque são vários fatores. As empresas estão começando a acreditar mais no potencial das mulheres. Antigamente as mulheres faziam os cursos e não conseguia emprego, por exemplo. E 60% da população em Mariana é feminina. Então, hoje, Mariana começou a se reerguer.

Baseado em sua experiência como gestor público, como o sr. descreveria a relação existente entre a população de Mariana com as instituições públicas e privadas no município?

Hoje o cidadão aceita a Samarco. Essa tragédia da Samarco não foi precipitada. Foi um acidente mesmo. Eu tive a oportunidade de trabalhar na Samarco e eles prezavam por toda segurança em tudo. Foi uma catástrofe que pegou todo mundo de surpresa. Todo mundo julga a Samarco pelo que aconteceu, mas ela matou a fome das pessoas por décadas e décadas. Tem o lado negativo, tem. Mas tem o lado positivo que é do emprego. A população depende dessa mão de obra

Em outros termos, aproveitando o gancho da pergunta anterior e partir da sua experiência pessoal, você acredita que o cidadão marianense confia mais no poder público, ou na Samarco enquanto representante do setor econômico na região?

Poder público. Mas em segundo plano a Samarco e a Vale também.

Reportagens mencionaram que as crianças de Bento Rodrigues eram chamadas de “pés de lama” nas escolas, e embora não possa ser um exemplo generalizado, retrata um formato de relações sociais conflituosas que se firmaram no município depois da tragédia. Qual a sua análise sobre essas relações de conflito que sugerem certo um certo nível de

desconfiança interpessoal entre os moradores, e em que medida isso pode afetar negativamente o bom funcionamento dos poderes municipais?

A população marianense foi hospitaleira entendendo o problema da pessoa de Bento e Paracatu, tantos que muito vieram com alugueis pagos pelas empresas. Não teve esse tipo de conflito. Teve sim um pouco de inveja, isso é questão do ser humano. As vezes a pessoa luta, luta e não consegue, vê o pessoal do bento que morava numa casa simples, agora mora num assentamento bem superior as casas de cidadão comum, só que muitas das vezes a população vê só o material, mas não sabe o que é o sentimento de quem nasceu e foi criado num lugar e perdeu tudo. Mas esse tipo de conflito não existe, existe inveja, que é natural do ser humano. E toda reparação foi merecida porque nada paga o que aconteceu com essas pessoas (Segundo o respondente, não houve conflito.)

Agora uma opinião pessoal, baseado na sua experiência: como estimular relações sociais pautadas por confiança interpessoal e institucional? O sr. acredita que esse caminho é construído por meio do Estado ou através do diálogo com o setor privado?

Antes de Cristo já tinha poder. Parar com a corrupção, quando eu falo em corrupção, não falo dos novatos, mas também da população. A população vende voto, e quando vende o voto o político já não tem mais compromisso com ela e nem com o poder público. Como que a pessoa vai cobrar se a corrupção vem de baixo, muitas vezes não vem do sistema. Muitos casos a pessoa elegem alguém por causa de bens materiais, o que é uma pena, porque grande parte das pessoas são vulneráveis e dependem do sistema. Então só vai mudar a política, quando mudar os eleitores.

Comumente se escuta que a mineração é um mal necessário para o município. Dentro dessa perspectiva, como o sr. analisa o posicionamento da gestão pública, de um lado, e do outro, a opinião do cidadão marianense frente à economia do minério? O sr. enxerga um futuro a longo prazo que esteja desvinculado à extração mineral?

Somente quando tiver um projeto, abrir um leque com outras empresas, coca cola etc. Outras multinacionais. E a gente tem que aceitar também. Cabe aos políticos conscientizar a população, porque um dia o minério vai acabar. Então a cabeça do povo tem que abrir para isso também. Infelizmente a cabeça da população é pequena, fechada. Tem como andar lado a lado o crescimento de mariana e a história, projetando no futuro para que os marianense não fique refém daqui há 40 anos.

Pesquisas sugerem que as regiões onde predominam maiores índices de confiança estão mais propensas a desenvolver maior eficiência de desenvolvimento econômico e

desempenho político, o capital social, ou seja, as redes sociais e a confiança entre as pessoas, desempenham um papel importante na construção de uma sociedade mais coesa e produtiva. De acordo com a sua opinião, qual a chave para intensificar a produção de capital social em Mariana, pensando em todas as especificidades sociais, culturais e econômicas do município?

É o sistema, né. Assim como a igreja, a paróquia, os partidos as ongs, tem aquele sistema que é sério e tem aquele que entra para ganhar. E depois que entra dinheiro, infelizmente o sistema se corrompe, isso só vai melhorar quando o cidadão se conscientizar que aquele que se corrompe, quem paga é o cidadão. E enquanto não parar esse sistema de competitividade extrema quem perde e a classe baixa.

Na sua visão, como você descreveria o maior desafio que enfrentou nesse processo de assumir a gestão de um município tão estratégico para a economia de minério a nível nacional?

Maior desafio, que hoje em dia eu não falo só da empresa de minério, como eu vi de classe baixa, bairro vulnerável, então a população até confia. Mas quando vem esse pessoal de autarquia, a população desconfia. Hoje eu me sinto feliz, porque eu vim para a política pra representar e representar o povo. Então vai nascer pessoas vai morrer pessoas e não vai entrar no legislativo porque o sistema é viciado. Ele se articula para minar as pessoas mais classes baixas. O sistema fornece coisas para quem já tem. Como que eu bato de frente com um cara que já está no sistema, que já tem articulação, que já tem barganha? Dificilmente quem está de fora entra, mas eu entrei.

OBSERVAÇÕES SOBRE A PRESENTE ENTREVISTA, VISTO QUE NÃO FOI PERMITIDA A GRAVAÇÃO

O político se mostrou inteiramente solícito, mas também desconfiado, não permitiu a gravação. De início ele fez muitas perguntas, pediu até para ver minha carteirinha de estudante, o que foi constrangedor, porque eu não tenho uma carteirinha da UFRGS.

No mais, ele me pareceu um homem simples. Um político que veio de baixo, mas que é perspicaz. Quando estávamos na sala, antes da reunião, ele pegou o WhatsApp e começou a falar com uma pessoa, algo sobre não poder dar o cargo em questão para ela porque ela não tinha estudo. Falou algo sobre precisar ser fiel aos “cabos eleitorais”, não sei se foi bem esse o termo. Em síntese, o que me pareceu foi uma relação de troca clientelista, mas em seguida, começamos a conversar.

Ao que parece, ele retrata que os cidadãos marianenses nutrem bons padrões de confiança interpessoal (embora indiretamente, deixa claro em sua fala que existe sim esse conflito). Segundo ele, a desconfiança institucional do cidadão não se dá pelo rompimento da barragem ou por causa da prefeitura ou instituições marianenses, mas partem de um processo maior, de negação da política como um caminho viável para resolução de problemas. Segundo ele, não é que o cidadão desconfia da prefeitura de mariana, ele desconfia da política como um todo.

O entrevistado atribui à diversidade econômica um caminho viável para superar a mineração a longo prazo. Pontuou é preciso ter em mente que o minério vai acabar, e que diante dessa realidade é preciso construir novas parcerias com outras empresas, como coca cola, montadoras de carro etc., pensando em diminuir esses impactos minerários no decorrer do tempo, mas sem um rompimento abrupto. O que, segundo minha opinião como pesquisador, seria completamente impossível.

Segundo o vereador o cidadão marianense confia mais na prefeitura, do que na VALE/Samarco, mas as empresas estão sempre em segundo plano. Como um alicerce.

Sobre o caminho para construir relações pautadas por confiança social e institucional, o entrevistado evidenciou a corrupção como um fator relevante. Diz ele que normalmente atribuem a culpa para as instituições, mas que, em síntese, tem uma pessoa ali naquela instituição. Falou que as pessoas vendem seu voto, e que não dá para esperar muita coisa do político que compra o voto nem da pessoa que vende, sendo que essas pessoas são muito humildes e as que mais precisam do poder público. Segundo ele, “só vai mudar a política”, ou seja, a percepção das pessoas com relação às instituições, quando os próprios eleitores mudarem (seu comportamento, visão de mundo, etc.). A confiança também é construída pela base, não só de cima para baixo.

Ao ser questionado se o município já superou a economia de minério, ele disse que mariana está começando a se reerguer agora. Falou de um contexto em que as empresas “dão mais credibilidade” ou investem nas mulheres. Que antes elas faziam os cursos, mas acabavam ficando à margem por não conseguir emprego. Segundo o entrevistado, 70% da população marianense é mulher, então inserir essas pessoas no mercado de trabalho tem sido o caminho viável para superar alguns impactos do rompimento.

De acordo com o entrevistado, o caminho mais viável para construir equilíbrio entre sustentabilidade ambiental e progresso econômico seria através de práticas, como plantar mudas em regiões de extração, investimento em saúde, esporte, lazer e na cidade como um todo.

Falou que também é importante as mineradoras investirem na infraestrutura da população, porque a população é dependente do minério.

O entrevistado ressaltou a importância de ressarcir os atingidos, e ressaltou que toda reparação foi merecida porque nada paga o que aconteceu com essas pessoas.

Em resumo, o vereador negou a existência de conflitos internos entre a população marianense, indo na contramão das reportagens. Disse que a população é unida. Sobre o que se refere aos aspectos de desconfiança institucional, o entrevistado disse que o cidadão local é desconfiado com a política como todo. Que não tem necessariamente ligação com a prefeitura em si, mas sim com uma descrença generalizada na política.